

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Paolla Ungaretti Monteiro

(IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO MÉDIO (PNLD, 2015)

Porto Alegre

2016

PAOLLA UNGARETTI MONTEIRO

**(IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO MÉDIO (PNLD, 2015)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestra junto ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul

ORIENTADORA: Dra. MARIA HELENA CAMARA BASTOS

Porto Alegre

2016

M775i Monteiro, Paolla Ungaretti.

(In)visibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de história do Ensino Médio (PNLD, 2015) / Paolla Ungaretti Monteiro. - 2016.

228 f. : il.

Orientação : Profa. Dra. Maria Helena Câmara Bastos.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

1. Livro didático – Mulher – Brasil. 2. Mulher – História. 3. Ensino médio – Brasil. I. Bastos, Maria Helena Câmara. II. Título.

CDU 371.671:396(81)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

PAOLLA UNGARETTI MONTEIRO

**(IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO MÉDIO (PNLD, 2015)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestra junto ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA

Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda (PUCRS)

Dra. Patrícia Rodrigues Augusto Carra
(Colégio Militar de Porto Alegre/ Pós-doc PUCRS)

Dra. Patrícia Krieger Grossi (PUCRS)

Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS)

A essas e tantas outras...

Essas que se embrenharam mata adentro e se negaram aos colonizadores

e as que colaboraram e casaram com eles,
Essas que embarcaram ainda crianças

e as que ultrapassaram os limites da chegada,
Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente

e as que se revoltaram e fundaram quilombos,
Essa que vieram embaladas por sonhos

e as que atravessaram nos porões da escuridão,
Essas que geraram filhas e filhos

e as que não pariram,
Essas que acenderam todas as espécies de velas

e as que arderam nas fogueiras
Essas que lutaram com armas

e as que combateram sem elas,
Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram

e as que só criaram empecilhos,
Essas que escreveram e traduziram seus sentimentos

e as que nem mesmo assinavam o nome,
Essas que clamaram por conhecimentos e escolas

e as que derrubaram os muros com os dedos,
Essas que trabalharam nos escritórios e fábricas

e as que empunharam as enxadas no campo,
Essas que ocuparam ruas e praças

e as que ficaram em casa,
Essas que quiseram se tornar cidadãs

e as que imaginaram todas votando,
Essas que assumiram os lugares até então proibidos

e as que elegeram as outras,
Essas que cuidaram e trataram dos diferentes males

e as que adoeceram por eles,
Essas que alimentaram e aplacaram os vários tipos de fome

e aquelas que arrumaram a mesa,
Essas que atenderam, datilografaram e secretariaram

e aquelas que lavaram e passaram sem conseguir atenção,
Essas que se doutoraram e ensinaram

e as que aprenderam com a vida,
Essas que nadaram, correram, pularam

e as que sustentaram a partida,
Essas que não se comportaram bem e amaram de todas as maneiras

e as que fizeram sem pedir licença,
Essas que desafinaram o coro do destino

e as que com isso abriram as alas e as asas,
Essas que ficaram de fora

e aquelas que ainda virão,
Essas e tantas outras que existiram dentro da gente
e as que viveram por nós.

Fernanda Pompeo, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer e reconhecer as orientações sempre profícuas da Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos. Pela paciência, confiança, estímulo e ajuda, sempre presentes na elaboração deste trabalho.

Agradeço a minha família. Em especial as mulheres dela, principalmente a minha mãe e a minha avó, que de formas bem diferentes me inspiraram.

As amigas e amigos que, muito compreensivamente, entenderam a minha ausência durante este período e me apoiaram.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa que proporcionou a dedicação exclusiva para a elaboração desta pesquisa.

Aos colegas, professores e funcionários do PPG-FACED/PUCRS, que também tornaram esta pesquisa possível. Contribuindo para sua escrita de diferentes formas.

RESUMO

O estudo analisa as representações de mulheres brasileiras nos livros didáticos da disciplina de História, utilizados na rede pública de ensino médio. Os livros selecionados fazem parte de coleções examinadas e aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Todos os exemplares são parte da última versão do programa para a disciplina de História do PNLD 2015. Entende-se que os livros didáticos são componentes sociais, produtos da história, do passado, e reprodutores e produtores de valores da sociedade no momento histórico em que são formulados. São também, construtores de um futuro, pois possuem relevantes funções – Função referencial, Função instrumental, Função ideológica e Função documental (CHOPPIN, 2004). São os instrumentos mais utilizados em sala de aula para o ensino (PENTEADO, 2010), e, são fonte de estudo e atualização para os professores (MONTEIRO, 2009). Por tais razões, interessa pesquisar seu significado pela ótica das teorias de Gênero. Focando no campo da História das Mulheres, analisando como as mulheres brasileiras – com um recorte temporal centrado na História Contemporânea Brasileira, a partir do século XIX – vem sendo representadas, suas visibilidades e invisibilidades. Analisa-se, por exemplo, a forma como são abordadas nos textos principais e secundários, os locais na distribuição dos conteúdos onde aparecem e suas imagens reproduzidas. Por ser este veículo de valores, de ideologias, de uma cultura (BITTENCOURT, 2011), a abordagem através de um recorte de Gênero e História das Mulheres é necessária para pensarmos no papel da educação, mais especificamente da disciplina de História, na construção de uma sociedade mais igualitária para as mulheres no Brasil. O referencial teórico é interdisciplinar: composto por autores de Gênero, que analisam suas reproduções dentro e fora de sala de aula, da Educação e de História. Pode-se constatar que houve um reconhecimento da História das Mulheres nesses livros didáticos, mas que também houve um relegação a um domínio separado. Nos livros analisados, a história possui um padrão: é branca, é sobre homens, é heteronormativa e de classes abastadas seja qual for a época. O que foge destas características adentra brevemente a grande narrativa histórica.

Palavras-Chave: Livro Didático de História, Gênero, História, História das Mulheres, Educação.

ABSTRACT

The research analyzes the representations of Brazilian women in the history textbooks, used in public high school in Brazil. The books analyzed are part of collections examined and approved by the Ministry of Education (MEC), through the National Textbook Program (PNLD). All copies are part of the latest version of the program for the school subject of History, called PNLD 2015. It is understood that textbooks are social components, products of history, from the past, and breeders and producers of society's values in the historical moment in which they are formulated. Also, builders of a future. Thereby they have relevant functions - referential function, instrumental function, ideological function and documentary function (CHOPPIN, 2004). They are the instruments most commonly used in the classroom for teaching (PENTEADO, 2010), and are a source of study and updating for teachers (MONTEIRO, 2009). For these reasons, we are interested in researching their significance from the perspective of Gender theories. Analyzing how the Brazilian women - with a time frame focused on Brazilian contemporary history, from the nineteenth century - has been represented in these books, their visibility and invisibility. Analyzing for example, how they are addressed in primary and secondary texts, local in distribution of content where they appear and their reproduced images. Because they're vehicle of values, ideologies, of a culture (BITTENCOURT, 2011), the approach through Gender and History of Women is necessary to think of the role of education, specifically the discipline of history in building a more equal society for women in Brazil. The theoretical framework is interdisciplinary: composed by authors of Gender, analyzing their reproductions in and out of the classroom, Education and History. It can be seen that there was a recognition of the History of Women in these textbooks, but also there was a relegation to a separate domain. In the books analyzed, the story has a pattern: is white, is about men, is heteronormative and upper classes whatever the season. What flee these characteristics briefly enters the great historical narrative.

Keywords: Textbook of History, Gender, History, History of Women, Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução da ficha de avaliação do PNLD 2008.....	53
Figura 2 - Reprodução da ficha com o Bloco 4.....	57
Figura 3 - Critérios abrangendo gênero PNLD 2015.....	61
Figura 4 - Quadro de mulheres negras de Debret.....	66
Figura 5 - Mulheres representando a Monarquia e a República.....	74
Figura 6 - Maria Bonita e Lampião.....	77
Figura 7 - Imagem do filme Olga.....	81
Figura 8 - Fotos de mulheres com biquínis.....	83
Figura 9 - <i>Box</i> Movimento negro no Brasil: arte e resistência.....	85
Figura 10 - <i>Box</i> O Show Opinião e a resistência ao golpe de 1964.....	88
Figura 11 - <i>Box</i> A luta das mulheres.....	91
Figura 12 - O governo Dilma.....	96
Figura 13 - Imagem de D. Maria I e D. Pedro I.....	100
Figura 14 - Mulheres negras pilando café.....	102
Figura 15 - Babá com o menino Eugen Keller.....	104
Figura 16 - <i>Box</i> Abolicionistas.....	106
Figura 17 - Mulheres e meninas operárias.....	109
Figura 18 - Mulheres em fábrica têxtil.....	111
Figura 19 – <i>Box</i> Rompendo a submissão: A luta pela autonomia feminina.....	113
Figura 20 - <i>Box</i> Código eleitoral e o voto feminino.....	120
Figura 21 - <i>Box</i> Revistas femininas.....	122
Figura 22 - Operárias da Tecelagem Mariângela.....	128
Figura 23 - <i>Box</i> Mulheres anarquistas.....	130
Figura 24 - Reflexão sobre a PEC das domésticas.....	134
Figura 25 - Almerinda Farias Gama em destaque.....	137
Figura 26 - Mulheres se manifestam pelas Diretas Já no Congresso Nacional.....	140
Figura 27 - O Governo Dilma.....	143
Figura 28 - D. Leopoldina e D. Pedro I.....	147

Figura 29 - <i>Box</i> Maria Quitéria.....	150
Figura 30 - <i>Box</i> A população escrava.....	157
Figura 31 - <i>Box</i> As mulheres da Guerra do Paraguai.....	159
Figura 32 – <i>Box</i> Bertha Lutz e suas lutas.....	163
Figura 33 - <i>Box</i> Conquista feminina.....	167
Figura 34 - Exercício com figuras.....	179
Figura 35 - <i>Box</i> Mãos à obra.....	182
Figura 36 - As mulheres na política.....	186
Figura 37 - <i>Box</i> Olga Benário e Anita Leocádia Prestes.....	190
Figura 38 - <i>Box</i> Um outro olhar: Biologia.....	194
Figura 39 - O Governo Dilma.....	198
Figura 40 - Questão sobre Simone de Beauvoir (Enem, 2015).....	217
Figura 41 - Proposta de Redação (Enem, 2015).....	219
Figura 42 – Prova Formação Geral (Enade, 2015).....	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de obras e suas informações.....	43
Quadro 2 - Relação de coleções mais vendidas no PNLD 2015.....	43
Quadro 3 - Número de coleções de cada editora presente nos PNLD.....	46
Quadro 4 - Número de autores por categoria nos livros didáticos por PNLD.....	48
Quadro 5 - Comparação entre autores e autoras.....	48
Quadro 6 - Mulheres e o meio de autoria nos PNLD.....	48
Quadro 7 - Mulheres citadas na obra de Boulos.....	199
Quadro 8 - Mulheres citadas na obra de Gilberto Cotrim.....	203
Quadro 9 - Mulheres citadas na obra de Braick e Mota.....	205
Quadro 10 - Mulheres citadas na obra de Vainfas et. al.....	207
Quadro 11 - Mulheres citadas na obra de Regina Claro e Flávio de Campos.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MULHER, MULHERES E GÊNERO: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA.....	19
1.1 As mulheres entram na História/história.....	19
2 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ESTUDO.....	37
2.1 A História editada.....	42
2.2 Editoras	42
2.3 Autoras(es).....	47
2.4 Gênero/mulheres e o PNLD.....	50
3 ANÁLISE DAS COLEÇÕES.....	63
3.1 <i>História: sociedade & cidadania</i>	63
3.2 <i>História Global: Brasil e geral</i>	98
3.3 <i>História das cavernas ao terceiro milênio</i>	124
3.4 <i>História</i>	144
3.5 <i>Oficina de História</i>	175
3.6 Um estudo comparado	199
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

INTRODUÇÃO

A pesquisa e a escrita desta dissertação ocorreram nos anos de 2014 e 2015. Porém, sua história começou muito antes. Como Pierre Nora nos lembra, “o historiador dos dias de hoje está pronto, ao contrário de seus antecessores, a confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com o seu trabalho” (1989, p. 10). Sendo assim, “confesso” que este trabalho é fruto de experiências de uma vida, anteriores ao mundo acadêmico. Uma vida que, juntamente com a academia, me formou como pesquisadora. Foram muitas as vivências que me trouxeram à esta pesquisa e seria impossível escrever todas. No entanto, há memórias mais fortes que ligo, provavelmente de forma romantizada, à esta trajetória.

A memória mais distante ocorreu no meu primeiro ano do Ensino Médio, no Colégio Militar de Porto Alegre, em 2003. Eu estava com 15 anos de idade e já havia decidido que cursaria História na graduação. Por esta razão, sempre prestava mais atenção nas aulas da disciplina e também conversava com os professores desta. Na minha turma em particular, o Prof. Ms. Paulo foi o professor de História daquele ano. Sempre muito atencioso, escutava minhas indagações sobre a área. Acredito que fui um pouco insistente nos questionamentos sobre mulheres na História- confesso que a figura feminina sempre me fascinou. Provavelmente por esta razão, ele me trouxe um livro de presente. Tratava-se de “As mulheres na Antiguidade” (2000), um paradidático assinado por Renato Mocellin. Neste, a História das Mulheres era trazida nas diferentes civilizações do período. Livro que guardo com carinho até os dias atuais.

Este presente me trouxe felicidade e um sentimento muito embrionário de questionamento. A felicidade foi por saber que existia uma história que contava o que me fascinava, pois, até então, eu a desconhecia. O questionamento era algo como: Por que estas histórias estão num livro separado e não no livro que eu utilizo em aula? Já mais tarde, na graduação em História, cursada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), os questionamentos tomaram formas mais plurais. Foi onde eu percebi, por exemplo, que era possível ouvir 20 nomes masculinos numa mesma aula, mas nenhum feminino. Percebi, também, que na História as mulheres precisam ser rainhas ou figuras de muito destaque para serem lembradas. E que, além disso, sua sexualidade viria acompanhada de sua história na grande maioria das vezes. Cleópatra, a rainha devassa. Elizabeth I, a Rainha virgem. Joana D’Arc, a virgem (santa) guerreira.

Foi nesta mesma época que me aproximei do feminismo através da internet. Foram leituras e conversas, questionamentos e descobertas que começaram a sair do mundo virtual. Não tão em voga nestes anos quanto atualmente, eram idos de 2007 a 2011. Não havia grupos

de estudos ou discussões sobre feminismo na minha faculdade. Apenas uma ou outra colega que partilhava de alguns questionamentos. Após a graduação, decidi que precisava morar em outro país por um tempo para conhecer mais do mundo. Mudei-me para Montreal, Canadá, onde vivi por sete meses. Essa experiência me trouxe novas visões sobre ser mulher.

Foi em Montreal, ao fazer um curso de línguas, que uma professora fez um desabafo em sala e me marcou fortemente. Ela disse algo como “eu não poderia viver num país que não dá o direito de abortar as mulheres”. Montreal neste ano, 2011, estava repensando suas leis que garantiam este direito de interrupção da gravidez às mulheres e era possível acompanhar esta discussão nos mais variados meios. Porém, o que me marcou foi saber que eu vivia num país onde este e muitos outros direitos não eram garantidos às mulheres. Essa mesma professora trouxe várias questões sobre violência doméstica e sexual para as aulas, percebi que também não era fácil ser mulher no Canadá. Era fácil ser mulher em algum lugar? O feminismo começou a fazer parte cada vez mais forte da minha vida, eu precisava responder estas e muitas outras questões.

Já no Brasil, me inseri em grupos feministas, criei um grupo de estudo na PUCRS (em 2013), participei da criação de um coletivo feminista e ajudei a coordenar manifestações feministas na cidade de Porto Alegre. Percebi, então, que passei a viver numa realidade fora da realidade do resto da sociedade. A maioria das pessoas que me cercavam eram mulheres feministas, com visões muito próximas da minha. Eram mulheres que sabiam identificar opressões de gênero e suas violências físicas e simbólicas facilmente e que as denunciavam. Mas e as outras mulheres? Eu estava numa bolha. Era preciso ir além.

Nesta mesma época, trabalhava numa escola de idiomas, como professora. Lá, percebi que por conversar e responder alguns questionamentos das minhas alunas (e eram muitos) virei um ponto de referência quando o assunto era mulheres/feminismo/igualdade. Além disso, pude observar nas(os) alunas(os), que eram crianças e adolescentes, como estereótipos de gêneros estavam presentes e eram limitadores. Acredito que todas as experiências foram se somando, e, assim, eu vi na Educação uma possibilidade de transformação. Foi uma sensação de “eu posso fazer a diferença”. Esta mesma sensação ainda me guia, de forma já diferente. Acredito que gênero, como categoria de análise, precisa fazer parte da nossa Educação e da nossa História. Precisamos falar sobre gênero.

Pela importância dos livros didáticos (LD) comprados pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuídos para a rede pública, interessei-me em pesquisar como gênero – através das visibilidades e invisibilidades de mulheres – vem sendo tratado nestes livros da disciplina de História. São obras analisadas e selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático

(PNLD), que funciona desde o Decreto nº 91.542, de 19/09/1985. Por ser um programa do Estado com controle nacional é de grande relevância o seu papel na educação. Entendo que quando se fala em Estado, em livros didáticos, e, por consequência, em editoras, alunas(os) e Escola, não se pode esquecer que estes elementos fazem parte de uma sociedade. Foram e são frutos da sociedade, assim como, construtores.

Como componentes sociais, são também produtos da história, do passado, e reprodutores e produtores de valores da sociedade no momento histórico em que são formulados. Prontamente, “o livro didático precisa [...] ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade” (BITTENCOURT, 2011, p. 302). Porém, acredito que também podem significar mudanças, rupturas, com valores e sistemas antiquados. Todo este potencial, seja conservador e/ou renovador, está presente nos LD através de seus conteúdos e como estes são tratados.

Quando falamos em livros didáticos de História (LDH), soma-se a tudo isso o peso de ser nestes livros que a história é trazida às (os) alunas (os). São eles que, na maioria das vezes, são os responsáveis pela formação de uma memória histórica.

Todos os especialistas estão de acordo em que o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história. Por isso, este recebe uma ampla atenção inclusive por parte daqueles que se interessam pelo ensino de história na escola e pelo seu significado para a cultura política (RÜSEN, 2011, p. 109).

Optou-se por escolher livros destinados à rede pública, pois, possuem um peso ainda maior por se direcionarem a estudantes de classes de menor poder aquisitivo, que talvez não possuam uma condição financeira que os possibilitem buscar e ter experiências com a história, longe dos bancos escolares. Como, por exemplo, através de livros não didáticos, documentários, filmes ou internet. Seus pais e familiares, muitas vezes, não possuem uma formação escolar para ensinar história que não tenha sido as que vivenciaram. Não menos importante, mas com interpretações muito particulares. Logo, a construção de uma memória histórica, de como o ser humano surgiu e evoluiu até os dias atuais, é adquirida pelos livros didáticos de História. O que nele for contido (ou não) muito provavelmente será o que a(o) aluna(o) terá contato desta memória. Assim, palavras e silêncios fazem toda a diferença.

Decidiu-se por avaliar como as mulheres brasileiras vêm sendo representadas e abordadas nos LDH para compreender se a desigualdade de gênero na nossa sociedade também pode ter alguma relação com a construção de uma memória histórica. Apesar de as mulheres, nesta sociedade, constituírem uma minoria política, é importante apontar que esta mesma

sociedade é composta por mais mulheres do que homens – são 51% da população brasileira¹ – e que o ensino médio também é composto por mais mulheres do que homens – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 52,2% na taxa de frequência escolar líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos de idade².

Desigualdades de gênero que se cruzam com desigualdades de cor e classe social, visto que os preconceitos se transpassam e se somam. Uma mulher negra, além do machismo, também enfrenta o racismo, e se for de classe social baixa pode enfrentar preconceitos de classe. Um exemplo são os anos de estudos que mulheres possuem e o número de desemprego: Mulheres brancas possuem em média 9,7 anos de estudos e mulheres negras 7,8, contra 8,8 anos para homens brancos e 6,8 para homens negros³. Apesar disso, as mulheres negras possuem a maior média de desemprego, 12,5%, seguido por mulheres brancas, 9,2%, contra 6,6% para homens negros e 5,3% para homens brancos⁴. Quando falamos em salário:

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados. No mercado formal essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal o diferencial entre o rendimento de homens e mulheres é ainda maior: as mulheres no mercado informal recebem somente 63,2% do rendimento médio dos homens. (p. 21)⁵

Outro levantamento, de 2014, mostra que as diferenças de rendimento se mantêm e que o caminho para a igualdade é lento. Com idas e vindas. Sobre a renda média:

De acordo com a PNAD 2014, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens de 15 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho foi de R\$ 1 987,00 e o das mulheres, R\$ 1 480,00. Em termos proporcionais, as mulheres receberam em média 74,5% do rendimento de trabalho dos homens em 2014. Em 2013, essa proporção era de 73,5%.⁶

Também em 2014, uma pesquisa sobre as desigualdades entre homens e mulheres com comparação internacional foi lançada pelo *World Economic Forum*, intitulada: “The global gender gap report”⁷. Após quase uma década de estudos em 142 países – baseados em educação, acesso à saúde, poder econômico e participação política – o relatório aponta que em

¹ Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/brasil-tem-mais-mulheres>.

² Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>.

³ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_educacao.html

⁴ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_mercado_trabalho.html

⁵ Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07822.pdf>

⁶ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=294939>

⁷ Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/GGGR14/GGGR_CompleteReport_2014.pdf

uma média o Brasil se encontra no 71º lugar. Um dos dados que o relatório traz e que levanta perguntas pertinentes a esta análise, é que a diferença no acesso à educação foi superada. Porém, a participação econômica das mulheres e o empoderamento de mulheres, sua participação na política, ainda não. É preciso perguntar, então: que educação é essa que inclui em números, mas não trabalha para incluir sujeitos na sociedade? Estamos longe das práticas educativas para construir uma sociedade democrática de fato?

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres (FREIRE, 2000, p. 40).

O mesmo relatório aponta números que reiteram esses paralelos de gênero e dos LD de História, e dos LD em geral, para a sociedade. O Brasil ocupa o 6º lugar em escolaridade. No entanto, a sua posição cai para 81º no quesito participação econômica e oportunidade e para 74º em empoderamento político. Ao que parece somente a inclusão de mulheres na escola não é suficiente para mudar preconceitos de gênero, oportunidades e melhoria de vidas. Assim, pergunta-se novamente, após o apontamento dessas pesquisas, se os conteúdos dos LD de História podem estar trabalhando para a construção de uma democracia mais representativa.

Esses são apenas alguns exemplos de desigualdade, se poderiam citar muitos outros com números altíssimos – violência doméstica, crimes de feminicídio, lesbofobia, transfobia contra mulheres trans, etc. Enfim, a desigualdade de gênero no Brasil permeia praticamente todos os campos sociais e o intuito da pesquisa é observar se a Escola – neste caso através do ensino médio, de livros didáticos e da disciplina de História – está sendo mais ativamente um agente conservador ou de mudança para uma sociedade mais justa quando falamos de gênero. Para uma pesquisa mais completa, optou-se por avaliar mulheres no plural, sem cometer o erro de generalizar e esquecer as especificidades de cada grupo. Mulheres negras, indígenas e brancas serão pesquisadas levando em conta suas especificidades.

O ensino médio foi o escolhido, pois é o período em que a história é revisitada mais profundamente. É nesta fase que os livros didáticos expõem conteúdos de forma mais complexa e fazem ligações entre disciplinas que auxiliam a História, como a Sociologia e a Filosofia. Também é onde as histórias são integradas; se aprende a pensar num todo histórico, interligando a História Mundial e a História do Brasil, normalmente separadas no ensino fundamental. Por último, são as últimas informações formais sobre a história da humanidade para a maioria dos

alunos. Posteriormente só em casos muito particulares os alunos, já ex-alunos, irão retomar os estudos deste campo.

Sobre a metodologia, avaliar todas as obras das três versões de PNLD para a disciplina História seria inviável. Seriam 143 obras, com uma média de 300 páginas por obra, no período de dois anos de mestrado. Logo, daria como fruto uma pesquisa pobre qualitativamente. Assim, posto que o tema é centrado em nossa sociedade brasileira, se optou por fazer recortes temporal e histórico. Centra-se a análise do último PNLD, 2015, que será utilizado pela rede pública pelos próximos 3 anos. São analisados os capítulos de História do Brasil, a partir do século XIX. No entanto, a ênfase se dá no século XX e XXI, visto que são nestes que a participação feminina é mais presente. Com os movimentos feministas que surgiram em outros países e no nosso, no final do século XIX e começo do XX, a participação feminina foi cada vez mais crescente e possível – Nísia Floresta, Bertha Lutz, Almerinda Farias Gama, Patrícia Galvão (Pagu) são alguns exemplos. Também é neste período que a disciplina de História do Brasil e o livro didático de História surgem:

Diferentemente dos demais LDH, aqueles sobre o Brasil não poderiam ser meras traduções de textos europeus. Assim, a produção do LD de História do Brasil esteve vinculada à construção do conhecimento erudito elaborado por intelectuais nacionais.[...] O Estado brasileiro organizava-se e, portanto, precisava de um passado que legitimasse sua constituição (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 44).

Durante a pesquisa, se percebeu a importância das imagens contidas nestes LD sobre as mulheres. Optou-se por contar o número de imagens em que mulheres eram trazidas, comparando-as com as de homens ou as que apareciam ambos, e também as avaliando brevemente. Porém, se percebeu que este tópico por si só já renderia uma dissertação, visto sua grande complexidade. Assim, não se pretendeu fazer deste o centro desta dissertação. Esta análise tem por caráter ajudar a refletir nas (in)visibilidades. Concentra-se nos textos dos LD. Quais personagens históricas são retratadas, distinção entre menção a uma personagem e história da personagem, distinção entre mulheres (brancas, negras e indígenas) e suas representações. Obras, filmes, textos e mídias indicados também são avaliados.

1. MULHER, MULHERES E GÊNERO: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Gênero é um conceito utilizado como categoria de análise. Como, por exemplo, quando se utiliza classe, raça e/ou geração. Aparece em diversas áreas de estudo, não havendo, assim, uma única teoria de gênero. Além disso, há teorias convergentes e divergentes nos variados campos de pesquisa. Gênero passou a ser utilizado com o objetivo de compreender a construção das diferenças presentes nas sociedades baseadas nas percepções de masculino e feminino. Em como estas diferenças, normalmente vistas como antagônicas e que hierarquizam as relações sociais, davam origem às relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Foi e é utilizado principalmente dentro das ciências humanas e sociais. Seu uso data da década de 1960.

Na História, o uso da categoria gênero, como veremos, chegou mais tarde. Antes, porém, a historiografia foi sendo pressionada a incluir as mulheres em suas narrativas. Para uma compreensão melhor desta inclusão na História, se optou por abordar a temática dividindo-a em quatro eventos de inclusão. Um modo de fazer a história da História das Mulheres. Assim, também se pode compreender como gênero foi adotado como categoria de análise posteriormente e qual sua relação atual com a História das Mulheres. Esses quatro eventos são apontados por diversas historiadoras(es), como veremos adiante, como responsáveis por esta inserção.

Também os avanços nas áreas da História das Mulheres e gênero na historiografia foram emergindo, nos seus desdobramentos. Os eventos são: O movimento feminista, a feminização das universidades, Escola dos Annales e a mudança na noção de ciência. Salienta-se que não há uma linearidade limitadora entre eles, assim como não há a substituição de um pelo outro. Há eventos que vão aparecendo, se somando, existindo paralelamente, se modificando, convergindo e/ou divergindo. Neste capítulo, abordam-se alguns movimentos que inseriram as mulheres na história.

1.1 Mulheres entram na História/história

A repercussão do movimento feminista dentro do campo da História começou com as mulheres reivindicando sua participação na história da humanidade. Neste primeiro momento, é preciso trazer um pouco da história do feminismo para explicar como esta reivindicação

aconteceu. Salienta-se que a história do feminismo, a história da História das Mulheres e o movimento feminista são campos distintos, mas que se cruzam:

Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres (TILLY, 1994, p. 28).

A inclusão de mulheres na historiografia foi um processo lento, que somente na segunda metade do século XX ganhou força. Entretanto, foi influenciada primeiramente pelo movimento feminista chamado sufragismo - também conhecido como Primeira Onda Feminista - que reivindicou a participação feminina na vida política em vários países ocidentais. Essas mulheres sufragistas exigiram sua participação na sociedade de forma ativa, nos fins do século XIX e começo do século XX. Essencialmente, um movimento voltado à luta pelo direito ao voto e de serem votadas. Porém, outras mulheres lutaram por causas semelhantes anteriormente e foram influências neste movimento.

Na França, no período revolucionário, temos, por exemplo, a figura de Olympe de Gouge. Defensora da democracia e dos direitos das mulheres, foi autora da célebre *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de 1791. Livro em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que não contemplava às mulheres. Olympe de Gouge sintetizou seu pensamento na frase: "a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve igualmente ter o direito de subir à Tribuna". Pela ousadia de reivindicar a participação feminina na política foi guilhotinada, em 1793.

Mary Wollstonecraft foi outra figura relevante do período e grande influência. A inglesa foi defensora árdua dos direitos das mulheres, publicando o livro *A Vindication of the Rights of Woman*, em 1792. Defendia que as mulheres eram seres racionais como os homens, merecedoras dos mesmos direitos que os homens possuíam. Deveriam ter acesso à educação e à participação política. Eram merecedoras dos mesmos direitos que os homens possuíam. Esta obra é considerada a fundadora do feminismo ocidental, sendo citada até os dias atuais. Foi

traduzida para inúmeros países. No Brasil, Nísia Floresta⁸ adaptou e traduziu esta obra, que recebeu o nome de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832.

Nísia Floresta causou um grande impacto com este livro, a sociedade brasileira patriarcal não estava acostumada com mulheres questionando as estruturas sociais que as subjugavam. Nísia Floresta também escreveu o *Opúsculo Humanitário*, lançado em 1853. Neste livro, criticava a forma com que as escolas da época educavam as meninas. Era uma educação para servir ao marido e ser uma boa esposa, mãe e dona de casa. Também criticou o pouco número de escolas para meninas, a má-formação das mestras, a futilidade estimulada nas mulheres, entre outros. Suas obras possuíam um carácter positivista e liberal, frutos das convicções filosóficas da autora.

Nísia Floresta é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Porém, o movimento feminista organizado surgiu apenas com o sufragismo em nosso país. Tendência que também ocorreu em outros países do Ocidente. Por esta característica, o movimento recebe de muitas(os) autoras(es) o nome de Primeira onda Feminista:

a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX , quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (PINTO, 2010, p. 15)

No Brasil, o movimento foi liderado, principalmente, pela figura de Bertha Lutz⁹. Bióloga de formação entrou em contato com as ideias feministas na Europa e nos Estados Unidos durante seus estudos.

Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16)

⁸ Sobre ver: DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta - Vida e Obra*. Rio Grande do Norte: Editora Universitária (UFRN), 1995.

⁹ Sobre ver: LÔBO, Yolanda Lima. *Bertha Lutz*. Pernambuco: Editora Massangana, 2010.

A conquista do direito ao voto pelas mulheres abriu as portas para a participação política e social cada vez maior deste grupo nos diversos campos da sociedade. As mulheres conquistaram seus lugares dentro de órgãos públicos, desmistificando preconceitos, e cada vez mais foram adentrando campos tradicionalmente masculinos. O século XX foi o palco de inúmeras lutas e conquistas para as mulheres. No meio destas, estava a possibilidade de estudar. Ter acesso à mesma educação formal, tanto de níveis básico quanto superior, que os homens. O campo da História além de receber estas mulheres, sofreu mudanças pela presença destas.

A primeira metade do século XX, não registra grandes mudanças na historiografia no que diz respeito à inclusão das mulheres. A história tradicional, com sua escrita da história baseada nos grandes heróis e feitos, ainda era marcante. Segundo June E. Hahner (1981):

Uma razão importante para essa desatenção diz respeito à natureza da história tradicional assim como àquela que a escrevem. Os homens enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permanecem à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. (1981, p. 14).

Assim, à medida que a sociedade foi se modificando em relação às mulheres, a historiografia também sofreu mudanças. No ano de 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir lançou sua obra *O segundo sexo*. Se Mary Wollestronecraft é considerada a mãe do feminismo ocidental, pode-se dizer que Simone de Beauvoir é certamente a mãe do feminismo no século XX. Esta obra de Simone de Beauvoir é um marco, faz uma reflexão sobre mitos e fatos da condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política. No Brasil, sua obra foi traduzida somente em 1967.

Segundo Mary Del Priore (1998), *O segundo sexo* também denunciava que as mulheres não tinham história:

Beauvoir sabia que o território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Paisagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos. Assim, sendo, espaço comum de homens e mulheres, a família, acabou por tornar-se uma região particular, uma espécie de geografia insular. Sobre este solo de

história, as mulheres, de forma precária, tornaram-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso. (DEL PRIORE, 1998, p. 217)

A História começou a incluir mais mulheres, como objeto de estudo e como profissionais (historiadoras), principalmente depois dos anos de 1960. Mesma época em que a Segunda Onda Feminista toma conta de alguns países ocidentais, principalmente onde a historiografia estava passando por modificações. As mudanças introduzidas nos mais variados campos da sociedade também adentraram este campo das ciências humanas. Existe uma relação forte entre as lutas feministas e este campo de pesquisa, às vezes mais diretas e outras nem tanto. “Vale dizer que se esta produção não se caracteriza como feminista, nem significou um questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia, ela carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação” (RAGO, 1995, p. 81).

Com as possibilidades de poder adentrar os espaços de educação formal, as mulheres também foram se inserindo nas universidades. Era o começo da feminização das universidades¹⁰. “Dentro do crescimento global no ensino superior, o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26% em 1956, a 40%, 15 anos depois (BARROSO; MELLO, 1975, p.52). Apesar disso, as mulheres não adentraram todos os campos proporcionalmente. Houve a predominância em áreas consideradas “femininas”. Principalmente as áreas que se destinavam a formar professoras(es) para o magistério secundário: “A concentração atinge tal grau que, em 1971, nada menos que metade das universitárias estavam nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia” (IDEM, p. 53). Dentro destes cursos de Ciências Humanas, estava o curso de História.

No campo da História, essa inserção juntamente com as pautas feministas causou mudanças no fazer histórico. Elas falavam, então, da “Mulher” como sujeito histórico. Usava-se “Mulher”, em oposição a “Homem”, lido como universal. “O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino” (PEDRO, 2005, p. 81). Por estarem influenciadas pelo movimento feminista, as produções deste período no campo da História refletem essa prática:

¹⁰ Segundo o Censo da Educação Superior (2013), feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), atualmente as mulheres representam 55,5% das matrículas e 59,2% dos concluintes neste nível de ensino. Por esta razão, se fala de uma feminização das universidades.

Foi desta forma que também nos trabalhos acadêmicos, e entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi justamente “mulher”. Foi com esta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”. (PEDRO, 2005, p.83)

“Mulheres” passou a ser utilizado como categoria com o decorrer do tempo, pois “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’” (PEDRO, 2005, p. 82). No contexto de 1960 e também 1970, a abordagem do feminino na História estava a cargo da História das Mulheres. Campo que crescia na historiografia, mas que não possuía corrente historiográfica única. Michelle Perrot (2009) aponta três fatores que contribuíram para o aparecimento cada vez maior da História das Mulheres:

Três séries de fatores contribuíram para isso: 1) os científicos, principalmente a influência da Antropologia e da demografia histórica, que reintegram a família e o corpo na trama da História, enquanto a crise dos grandes paradigmas explicativos favorece a fragmentação da História – falemos de “esmigalhamento” – e a eclosão de uma grande diversidade de objetos, a consideração de novos atores – a criança, os jovens – e de novas intrigas – a vida privada, por exemplo; 2) os sociológicos: a presença crescente de mulheres na universidade como estudantes e em seguida como docentes, portadoras de interrogações novas; 3) os políticos: o movimento de libertação das mulheres, cuja primeira preocupação não era fazer a História, induziu a curiosidade, efeitos, até mesmo à vontade de operar uma ‘ruptura epistemológica’ nas Ciências Humanas e Sociais. (PERROT, 2009, p. 113)

Esta “crise dos grandes paradigmas explicativos” a qual Michelle Perrot fala, é a crise da macro-história, a busca de uma grande narrativa histórica. A autora francesa aborda principalmente o seu contexto europeu, onde a Escola dos Annales que despontava desde o final da década de 1920 no fazer história estava sofrendo mudanças. A terceira geração dos Annales, ou Nova História (Nouvelle Histoire), ficou conhecida por alargar o seu leque de estudos históricos. Eram as micro-histórias. As mulheres, assim como outros grupos, começaram a adentrar os Annales.

Os fundadores da Escola dos Anais – Marc Bloch e Lucien Febvre – e em seguida a segunda geração – Fernand Braudel, Ernest Labrousse – enfatizam o econômico e o social, instâncias assexuadas. A classe aparece então como uma categoria de análise das mutações sociais muito mais pertinente e dinâmica que a família, instância de reprodução, ligada à natureza, até mesmo à ordem moral. (PERROT, 2009, p. 112)

A Nova História foi ampliando cada vez mais suas abordagens quanto ao feminino na história da humanidade. Com temas “como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros” (RAGO, 1998, p. 13). Foi acrescentando muitos campos em seus estudos, desde novos, como a História das Mentalidades que se propunha a historicizar as formas de pensar e sentir, como abordou campos mais antigos, como a História Política. No que condiz às mulheres, Michelle Perrot e Georges Duby, dentro destes contextos, lançaram muitas obras sobre as mulheres. Sendo *A história das mulheres do Ocidente* (1994) uma das mais significativas. A característica mais marcante da Escola dos Annales, e que muito provavelmente contribuiu para a inclusão das mulheres, foi a sua interdisciplinaridade.

Retornando aos anos 1960 e 1970, estes foram anos de mudança numa larga escala para a historiografia. Além da França, muitos outros países foram modificando seu modo de fazer história. “Durante a década de 1960, cresceu na historiografia um movimento, crítico do racionalismo abstrato, que relativizou a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284). Ainda como aponta Silva Dias (1992), muitas foram as novas formas de se trabalhar com a escrita da história graças a inúmeros movimentos e autores. Escola de Frankfurt, historiadores das mentalidades, Foucault e Derrida são exemplos. Estas mudanças foram permitindo, com o tempo, que gênero fosse adentrando a História. Neste período, ocorriam as viradas, próprias do que posteriormente será identificado como pós-modernismo, seja para qualificar ou desqualificar o período.

Nestas mudanças, surgiram diferentes campos históricos:

A expansão dos campos históricos para além da tradicional história (da) política na qual se concentrava a historiografia metódica tradicional torna-se uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a história econômica, a história social, a geo-história. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiram de um lado a história antropológica e a história cultural, e de outro lado a história demográfica. (BARROS, 2013, p. 338)

Destacam-se dois, a História Social e a História Cultural pelas suas abordagens da História das Mulheres na historiografia. Na primeira:

Destacava-se o vulto assumido pela história social, na qual engajam correntes revisionistas marxistas, cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alcançadas à condição de objeto e sujeito da história. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

A História Social teve grande impacto em nosso país. A obra *A mulher na sociedade de classes* (1969), da socióloga Heleieth Saffioti, é um dos marcos fundadores. Saffioti analisa a condição feminina através da teoria do patriarcado, a opressão da mulher dentro da sociedade patriarcal e capitalista. Segundo Margareth Rago (1995), a história social pode ser dividida em dois momentos no Brasil. O primeiro, nos anos 1970, onde:

Desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Especialmente valorizadas foram as temáticas do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas de violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identifica-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante. (RAGO, 1995, p. 82)

Essas produções privilegiaram as questões do trabalho feminino, principalmente o fabril (MATOS, 2013). São exemplos, o livro *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulista* (1982), de Esmeralda Blanco, e a dissertação de mestrado *Fragmentos da mulher (dimensão da trabalhadora)* (1985), defendida na Unicamp por Eliana Lopes. Outra obra importante no período foi a da brasileira June E. Hahner, intitulada *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas, 1850-1937* (1981).

Já ao longo dos anos de 1980, num segundo momento, a História Social abriu mais o seu leque ao trabalhar com as mulheres:

Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida. (RAGO, 1995, p. 82)

Deste segundo momento da História Social, são exemplos: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), de Maria Odila da Silva Dias; *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* (1985), de Margareth Rago; *Condição feminina e formas de violência* (1989), de Rachel Soihet; *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul* (1986), tese de doutorado de Guacira Louro Lopes. Ainda neste campo, mas aproximando-se da história das mentalidades, Mary del Priore publica sua tese de doutorado: *No Sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil* (1990). Essa segunda fase das abordagens da História da Mulher no campo da História Social foi fortemente influenciada pelo historiador inglês Thompson (RAGO, 1995).

“Vale ressaltar que as análises thompsonianas, que acabam influenciando os estudos sobre as mulheres, nascem no bojo de uma discussão muito mais ampla, no repensar do próprio marxismo” (CUNHA, 2000, p. 150). Entretanto, as abordagens da História Social começaram a receber críticas. Uma delas, diz respeito ao caráter rígido dos seus sujeitos. Sobre as mulheres, tratava-se de um sujeito universal em “mulheres” que ora era onipotente e ora vítima. Como explica Rago (1995):

Se esta tendência historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos “vencidos”, produzindo seus “silêncios” ou vitimizand-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganham visibilidade fora da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroizações da história positivista. (RAGO, 1995, p. 85).

Algumas historiadoras da História Cultural também criticaram as abordagens feitas pela História Social. A História Cultural, como dito anteriormente, foi um dos campos de destaque ao incluir a História das Mulheres.

Outra luta pela independência, o feminismo, teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional. (BURKE, 2005, p. 65).

Joan Scott, que anteriormente se classificava como uma historiadora social, é um dos principais nomes a tecer estas críticas. Críticas que ela traz tanto à História Social quanto a outras abordagens. A autora mostra seu alinhamento com a História Cultural em *Histórias das*

mulheres (1998), capítulo do livro *A escrita da História*, organizado por Peter Burke. Dentre muitas considerações, Scott apresenta como as abordagens sobre as mulheres levaram a uma homogeneidade do sujeito histórico “mulheres” e a uma oposição, homens versus mulheres, nas narrativas históricas. Como consequência, houve um reconhecimento e uma separação deste campo de pesquisa das preocupações dominantes da disciplina. Joan Scott, também aborda esta separação em seu artigo *Gênero como categoria útil para análise histórica* (1995):

A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um, domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou” a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 1995, p. 74).

Apesar das críticas, e de algumas autoras discordarem da forma como a História Social abordou a História das Mulheres, são inegáveis as contribuições deste campo:

Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. A preocupação da corrente neomarxista com a inter-relação entre o micro e o contexto global permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais – elementos fundamentais na apreensão das vivências desses grupos, de suas formas de luta e de resistência. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285)

Na História Cultural, a História das mulheres ganhou novos contornos. Com seus métodos e abordagens, foi possível uma interdisciplinaridade com, por exemplo, a literatura, a antropologia, a psicanálise, que permitiram compreender outros aspectos do feminino e do masculino. Um exemplo, é abordagem de Roger Chartier sobre as representações¹¹: “Ao abordar a história das mulheres pelas representações, busca-se trazer para o cenário os discursos de construção das identidades e da interpretação masculina do mundo. Cabe então a nós, homens e mulheres, contribuir para desnaturalizar essa história” (TEDESCHI, 2008, p. 40).

Segundo Rago (1995), a história cultural se aproxima das formulações de Foucault, onde “a ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à considerações dos modos de

¹¹ Sobre ver: CHARTIER, Roger. *Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Em Cadernos Pagu. Fazendo história das mulheres. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 4, 1995.

subjetividade e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas” (RAGO, 1995, p. 86). Por estas características da História Cultural, talvez seja possível compreender porque gênero foi adotado mais facilmente neste campo. A História Cultural permite um afastamento do determinismo biológico que, supostamente, regia as relações desiguais entre homens e mulheres. Para, assim, mostrar que “o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas” (GONÇALVES, 2006, p. 74).

Com o andar da década de 1980, “gênero” começou cada vez mais a ser utilizado como categoria de análise, principalmente pelas correntes com tendências mais foucaultianas. É preciso apontar que esta categoria recebeu elogios e críticas, sendo adotada ou repudiada por historiadoras(es). Gênero foi utilizado por diferentes razões e de diferentes formas. Como explicou Scott (1990), houve contribuições e limites desta abordagem. Bitencourt (2013) resume o pensamento de Scott:

Scott salienta que gênero aparece como um novo tema, pois é usado para substituir a categoria “mulheres”. Desta forma, foi percebido como uma visão mais “neutra”, pois aparecia como dissociado da militância que o feminismo representava na época. O gênero também foi usado para designar as relações entre os sexos. Nesta abordagem descritiva, o gênero apareceu como um novo tema, um novo domínio de pesquisas históricas. (BITENCOURT, 2013, p. 180).

Um dos principais impasses que se deu foi justamente por “gênero” passar a ser adotado como o era a “História das Mulheres”, como um substituto supostamente neutro. Somavam-se a isso, discussões entre teóricas em torno de uma definição desta categoria nos meios feministas. Sendo assim, algumas historiadoras reclamavam que havia no termo um apagamento do sujeito histórico mulher/mulheres. Já outras, visualizaram nesta categoria novas possibilidades de abordar a História das Mulheres.

Porém, gênero não substitui a História das Mulheres, ele a complementa. Abre um leque maior de possibilidades:

Uma vez que gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias, como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança. (SCOTT, 1998, p. 87)

O impasse nesta questão, apesar de hoje ainda ser possível vislumbrar alguns ecos, parece ter sido resolvido. Michelle Perrot (2009) comenta sobre:

A maioria das historiadoras pensa que os dois pontos de vista não são exclusivos e defende uma História das mulheres visitada constantemente pela preocupação do gênero. Como estudar espaços femininos convento, tanque, pensão, lojas -, descrever práticas femininas – do enxoval à escrita da correspondência – sem recolocá-las numa sociedade governada pela diferença dos sexos? (PERROT, 2009, p. 114)

O artigo de Scott (1995), anteriormente citado, teve grande repercussão na historiografia. Nele, Scott também aponta os problemas das(os) historiadoras(es) feministas no plano teórico ao abordar gênero. Principalmente, pois “gênero não teve força de análise suficiente para questionar. Portanto, mudar os paradigmas historicamente existentes” (BITENCOURT, 2013, p. 180). Ela resume suas críticas às três formas teóricas utilizadas: uma tentativa inteiramente feminista (que ela chama de teóricas do patriarcado), uma de tradição marxista e uma pós-estruturalista (dividida em pós-estruturalismo francês e anglo-americano). Assim, após estas críticas a autora apresenta sua proposta teórica:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas preposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86)

Scott, ainda escreve: “Os/as historiadores/as precisam [...] examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p. 88). Apesar de receber críticas dentro do campo da pesquisa histórica, a historiadora Louise Tilly¹² é um exemplo, o artigo de Scott teve grande influência. A repercussão deste “gerou debates e uso da categoria se expandiu aprimorando as estratégias de investigação e contribuindo para que os estudos se ampliassem e diversificassem em termos temáticos e de abordagens” (MATOS, 2013, p. 8).

¹² As críticas de Tilly eram focadas na ênfase da linguagem dada por Scott e, por esta, ter criticado a História Social, alegando que quase não ultrapassou os limites da descrição.

Após Scott, muitos foram as(os) teóricas(os) de gênero dentro e fora da História, mas que influenciaram o campo. Ressaltando que teorias e teóricas(os) que nem sempre dialogam entre si. Linda Nicholson e Judith Butler são exemplos de teóricas que influenciaram a historiografia. Ambas, de diferentes formas, revisitam a ligação de “sexo” e “gênero”. Alertam, de diferentes maneiras, para a presença do determinismo biológico que separar os dois pode causar. Nicholson diz:

Não estou refutando a ideia de que todas as sociedades possuem alguma forma de distinção masculino/feminino. Todas as evidências disponíveis parecem indicar que elas possuem. Também não refuto a possibilidade de que todas as sociedades de alguma forma relacionem essa distinção com o corpo. O que acontece é que diferenças no sentido e na importância atribuídos ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferenças, por sua vez, afetam o sentido da distinção masculino/feminino. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios constitutivo da “identidade sexual” a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao “ser mulher”. Pensar o contrário nos leva ao erro. (2000, p. 15)

Butler, filósofa pós-estruturalista, conhecida pela Teoria Queer também influenciou o campo da historiografia. Por exemplo, alertando para o perigo de determinar uma base comum para a opressão feminina. Ressaltando que é importante a categoria “mulher” para reivindicações políticas, mas que esta não é fixa, possui muitos significados. É histórica. Essas, e outras, teóricas tiveram grande impacto ao se trabalhar com a História das Mulheres numa perspectiva de gênero. Pois, “insiste-se em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações” (RAGO, 1995).

Esta influência se deu tanto para as(os) historiadoras(es) que permaneceram mais focadas(os) na História das Mulheres com recortes mais marxistas quanto nas que adotaram a categoria de gênero, ou mesmo as que utilizam ambas. No Brasil, nos anos de 1990 e início dos 2000, gênero “gerou novas indagações, renovação temática e metodológica possibilitando a ampliação do significado histórico com a descoberta de temas, documentos/fontes, temporalidades e estratégias de pesquisa” (MATOS, 2013, p. 8). A História das Mulheres está inclusa em gênero. Assim, cada vez mais as antigas questões se dilataram nas possibilidades de abordagem e novos temas surgiram.

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. (PEDRO, 2005, p. 88)

Tanto no Brasil, como no mundo essa categoria foi e é utilizada para narrar a História das Mulheres. São exemplos, no Brasil: *A História das mulheres no Brasil* (1997), organizada por Mary del Priore, e a *Nova história das mulheres no Brasil* (2012), organizada por Joana Maria Pedro e Carla Pinsky. Gênero permite infinitos recortes na História. Na História das Mulheres, o grande trunfo da perspectiva das relações de gênero é que esta permite:

Entender a historicidade dessa diferença em todos os níveis de discurso, atividades, espaços, do privado e do público, político e doméstico, do social e da economia, é – ou deveria ser- a preocupação de uma História das Mulheres, resoluta e simultaneamente descritiva e problemática, social, cultural e política. (PERROT, 2009, p. 114)

Um campo que vem, desde o final da década de 1980, ganhando destaque pelas suas produções sobre a história das mulheres é o campo da História da Educação. A França, por exemplo, foi e é um expoente nestas produções no mundo, com grande influência da Nouvelle Histoire. São exemplos: *Histoire de l'éducation des femmes en France* (1883), de Paul Rousset, *L'éducation des femmes en Europe et en Amérique du Nord, de la Renaissance à 1848: Réalités et représentations* (1997), organizado por Guyonne Leduc, *La fabrique des filles: L'éducation des filles de Jules Ferry à la pilule* (2010), de Rebecca Rogers e Françoise Thébaud, dentre outros.

No Brasil, utilizando-se tanto de recortes da História Social – como a já citada tese de Guacira Louro Lopes, *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul* (1986) - ou da História Cultural – é exemplo, a tese de doutorado *Honrada e devota: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822* (1993), de Leila Agrantina -, e, mais atualmente, a perspectiva de gênero. São muitas as produções sobre a História da Educação Feminina no Brasil, desde a Colônia até os dias atuais.

O campo da História da Educação no Brasil vem mostrando como os discursos e modelos educacionais voltados para as meninas e mulheres permitiam, dentro dos contextos de

cada época, ora manter a submissão feminina e ora promover um certo grau de independência. Narrando a história da Educação Feminina no Brasil com recortes de classe, de gênero e de raça; são exemplos de pesquisas que fazem interseções com a categoria de análise gênero. São exemplos mais atuais o livro *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na revista educação física* (2003), de Silvana Vilodre Goellner, *Mulheres na sala de aula* (2000), de Guacira Louro Lopes, *Mulheres educadas na colônia* (2000), de Arilda Inês Ribeiro, *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX* (2010), de Mônica Jinzenji, dentre outros.

Além das possibilidades de se trabalhar com a História das Mulheres, gênero possibilitou, por exemplo, o aparecimento dos estudos sobre os homens, da História da Virilidade/Masculinidade. A coleção *História da Virilidade* (2013), dividida em três volumes, organizada por Georges Vigarello, é um exemplo dos frutos desta temática. Na obra, os autores fazem uma distinção entre virilidade e masculinidade que se mostra frutífera para compreender as desigualdades entre os gêneros. Inclusive as desigualdades entre os homens. No Brasil, seguindo estas novas abordagens sobre os homens, Mary del Priore e Marcia Amantino organizaram o livro da *História dos homens no Brasil* (2013). Neste, fala-se dos conceitos sobre a masculinidade no Brasil desde o período colonial.

Gênero também aprofundou questões entre mulheres e homens dentro de escalas maiores, como a História das Relações de Gênero, com estudos sobre como se relacionam o feminino e o masculino em diversas sociedades. O livro *História das relações de gênero* (2012), de Peter Stearns, é um exemplo. O autor foca seu estudo nas diferentes sociedades, do mundo ocidental e oriental. Em como as relações entre homens e mulheres eram apresentadas em algumas sociedades e estas se relacionavam com as outras sociedades diferentes:

O que acontece quando uma sociedade que enfatiza a obrigação de as mulheres acatarem a vontade dos homens encontra pessoas de outra sociedade que acredita que as mulheres são, por natureza, moralmente superiores aos homens? O que acontece quando a sociedade que reverencia a masculinidade e as façanhas masculinas, mas na qual a maior parte dos homens são comparativamente limitados, encontra pessoas de outra sociedade que equipara a masculinidade com grandeza?

De que maneira uma sociedade que enfatiza a importância de manter as mulheres em casa poderá lidar com influências culturais de outra sociedade que destaca estilos sensuais de vestuário e uma variedade de papéis profissionais? O que farão as pessoas numa sociedade em que atividades homossexuais são toleradas há muito tempo quando são pressionadas por representantes de outra sociedade que se sente superior por princípio e é abertamente hostil ao homossexualismo (sic)? (STEARNS, 2012, p. 15)

Também apareceram os estudos focados na história das homossexualidades, de homens e de mulheres. O livro de Kenneth James Dover, *A Homossexualidade na Grécia Antiga* (2007), pode ser citado como exemplo. O livro enfoca nas representações e nas manifestações homossexuais, principalmente masculinas, no período grego antigo. No Brasil, é exemplo neste campo da história das homossexualidades o livro de Lance Arney e Marisa Fernandes, *Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada* (2003). Este, abordando as bibliografias nas áreas de história e ciências sociais. A História das homossexualidades se aproxima aos questionamentos levantados pela História das Mulheres:

A invisibilidade das homossexualidades nos estudos históricos não se justifica pela ausência de fontes. Afinal, as fontes não são elas mesmas produto do processo interpretativo, inventivo da operação historiográfica, resultantes da seleção e classificação feitas pelos/as historiadores/as? Tampouco representam uma aversão dos/das historiadores/as às novas temáticas – há muito os “marginais”, os “vencidos”, os “excluídos”, os “silenciados” povoam os livros de história – ou mesmo ao tema da sexualidade.

Tal invisibilidade pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história: sobretudo, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico, ao eleger determinados temas – eleição política -, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias. (VERAS; PEDRO, 2014, p. 96)

Percebe-se, assim, que a História das Mulheres e gênero dentro das pesquisas históricas conquistaram diversos campos de pesquisa. Pode-se vislumbrar esta presença nos periódicos acadêmicos que abordam as temáticas. “Merecem destaque os periódicos acadêmicos que priorizam a temática: *Revistas Estudos Feministas*, *Espaço Feminino e Gênero*, *Cadernos Pagú* e *Labrys Estudos Feministas*, além de vários outros que dedicaram dossiês à questão (MATOS, 2013, p. 10). Além destes periódicos, há também produções que alcançam um público mais diversificado, nem sempre acadêmico, que mostram que as temáticas são também populares.

A Revista de História da Biblioteca Nacional é um exemplo. Só no ano de 2015, três volumes foram dedicados às temáticas. A edição nº 113, de fevereiro, intitulou-se *Feminismo: modos de pensar e modos de fazer*. Abordando desde uma história do feminismo até a atualidade do movimento e manifestações feministas. A edição nº 117, de junho, trouxe a presença feminina nos conflitos e guerras no país, em *Mulheres em conflitos*. Denunciando também o esquecimento das personagens femininas. Por último, a temática de gênero apareceu na edição nº 119, de agosto. Intitulada *Homossexualidades: Da perseguição à luta por*

igualdade, trouxe um histórico sobre a homossexualidade na história da humanidade e da luta destes grupos marginalizados por igualdade.

Além disso, desde os anos 2000 e começo da atual década, também cresceram em número os cursos e disciplinas que contém as temáticas de gênero - estando História das Mulheres inclusa - nos Programas de Graduação, Pós-Graduação e núcleos de pesquisa (MATOS, 2013). São exemplos atuais, possíveis de rastrear pelo título: a disciplina *História do Feminismo*, no curso de graduação em História da UFRGS, a disciplina *Laboratório de Ensino de História – Relações de Gênero e História*, na graduação em História da UFSC, a disciplina *Relações de poder e Gênero*, do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

Ao pesquisar o termo “História das Mulheres” na Plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), na sessão Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - selecionando os campos *Nome do grupo*, *Nome da linha de pesquisa* e *Palavra-chave da linha de pesquisa* -, é possível encontrar 22 grupos certificados que abordam a temática. A maioria sendo da área de História, mas há também Sociologia, Letras e Educação presentes. Já ao pesquisar “Relações de Gênero”, o número salta para 276 grupos certificados. Nas mais variadas áreas de pesquisa, incluindo História. Percebe-se, assim, que estes campos de pesquisas são uma realidade nas pesquisas acadêmicas atuais.

A Associação Nacional de História (ANPUH), possui, por exemplo, um Grupo de Trabalho de Gênero desde 2001. Em escala nacional e regional. Porém, apesar de ser um tema presente há algum tempo no campo da historiografia, gênero ainda enfrenta visões desconfiadas e descrença. Visões que eram, e ainda o são, destinadas à História das Mulheres. Realidade que não é particular do campo, mas presente nas Ciências Humanas e Sociais como um todo. Um exemplo deste descrédito quanto à História das Mulheres, visitada ou não por gênero, no campo da História pôde ser visto no último evento nacional da ANPUH, neste ano de 2015, na cidade de Florianópolis.

Como a autora esteve presente, cabe um relato mais pessoal. Uma memória. Primeiramente, houve a Conferência *O lugar das historiadoras: feminismos e relações de gênero*, de Joana Maria Pedro (UFSC), com mediação de Marluza Marques Harres (UNISINOS). Além de falar sobre a dificuldade de se trabalhar com a área de gênero/mulheres dentro da História, Joana também mostrou a dificuldade que historiadoras têm em serem reconhecidas como tal por seus pares. Sua fala de abertura começou apontando que houve dificuldades até mesmo em colocar no nome da conferência a palavra “historiadoras”, no

feminino. Apontou ainda que essa dificuldade aconteceu mesmo com o evento possuindo maior número de mulheres inscritas, eram 55% dos participantes.

Além desta conferência, houve um diálogo chamado *Os lugares das(os) historiadoras(es): feminismos e relações de gênero*, com Margareth Rago (Unicamp), Cristina Scheibe Wolff (UFSC) e Alcileide Cabral (UFRPE). Coordenado por Marlene de Fáveri (UDESC). Neste, Margareth Rago refez o caminho da História das Mulheres através das décadas até se chegar à categoria gênero. Alcileide Cabral falou sobre o movimento sufragista pré 1932 e Cristina Scheibe Wolff falou sobre gênero, emoção e agências nos discursos de resistência às ditaduras do Cone Sul. Em todas as falas houve momentos para lembrar que apesar de reconhecidas, as mulheres como objeto de pesquisa ou pesquisadoras (historiadoras) ainda não são aceitas. Gênero como categoria de análise perante outras, como classe, sofre descrédito. Evidenciaram-se as exclusões sofridas.

Encerra-se este capítulo, por fim, apontando que nesta pesquisa a História das Mulheres era foco principal, justamente por se propor a avaliar as (in)visibilidades das mulheres nos LD, mas esta foi adotada numa perspectiva de gênero. Seja na forma de avaliar os LD, nas teóricas ou nas teorias adotadas. Pensa-se que gênero e História das Mulheres se completam, tornando o fazer histórico sobre as mulheres mais profundo e capaz de transformações. Para uma análise mais profícua, após este capítulo segue-se para um breve estudo do livro didático e, então, para a análise do material.

2 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ESTUDO

Quando se fala sobre livros didáticos (LD), se fala também nos seus usos dentro de sala de aula, seja por parte das(os) alunas(os) ou das(os) professoras(es). São “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos” (BITTENCOURT, 2011, p. 299). É o “material disponível, e de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes até por ser o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõem.” (PENTEADO, 2010, p. 234). É também utilizado pelas(os) professoras(es) “como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização” (MONTEIRO, 2009, p.175).

Pode-se afirmar que os livros didáticos são, incontestavelmente, instrumentos privilegiados no cenário educacional brasileiro e internacional, pois são eles que, verdadeiramente, estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo (APPLE, 1995, p. 81).

Essa utilização disseminada dos LD aborda uma questão maior, sobre as suas funções. São elas:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática [...] constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades [...] 3. Função ideológica e cultural [...] o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade [...] 4. Função documental [...] um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Por estas razões:

Constitui também um suporte de conhecimentos escolares. Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais (BITTENCOURT, 2011, p. 301).

Por ser instrumento tão importante sempre foi controlado, passando por várias fases até chegar aos dias atuais onde o controle é feito de forma nacional. Desde seu conteúdo a sua distribuição, tudo passa atualmente pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa

Nacional do Livro Didático (PNLD). Porém, essa preocupação com materiais didáticos é antiga. O primeiro registro oficial é ainda no período do Brasil Império, em 1854, quando o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte foi instituído. Popularmente conhecido como a Reforma Couto Ferraz, registra as primeiras ordens:

Ao Conselho Diretor – composto por dois professores públicos e pelo reitor do Imperial Colégio de Pedro II, e presidido pelo Inspetor Geral – competia ‘examinar e comparar os métodos e sistemas práticos de ensino, rever e propor os compêndios, indicar da necessidade de se criarem novas escolas no município e aulas no Colégio de Pedro II’, além de ‘julgar as infrações disciplinares dos professores’¹³.

Assim:

Compêndios, cartilhas eram textos que precisavam de aprovação institucional para que pudessem circular nas escolas, o que acabava por direcionar as opções dos editores na seleção dos autores. Entende-se, portanto, a preferência por autores oriundos do Colégio Pedro II ou da Academia Militar. Além de assegurarem uma vendagem, dificilmente seus nomes seriam vetados pelos conselhos educacionais que avaliavam as obras (BITTENCOURT, 2004, p. 482).

Foi na década de 1930 que as preocupações com um LD nacional, produzido no Brasil e não trazido do estrangeiro, surgiram. Bittencourt (1993), fala de como os políticos liberais começaram a reivindicar através de um discurso nacionalista uma produção nacional de livros didáticos. Outro problema que os livros do estrangeiro enfrentavam era a secularização e massificação da educação no Brasil (RESNIK, 1992), não se destinavam mais à elite que era ensinada em idiomas europeus – o francês era o mais comum. Assim, o Estado começou a intervir para uma produção nacional que atendesse às novas necessidades. Relação que começou com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), Decreto nº 93, de 1937, e com a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), Decreto nº 1.006, de 1938.

Apesar desta preocupação, o mercado de livros didáticos era bem diferente. “No início da produção do LD nacional, houve numerosas e sucessivas edições, tendo, muitos livros, uma longa permanência na escola, chegando a permanecer mais de cinquenta anos na sala de aula” (MOREIRA, 2011, p. 31). Como demonstra Gatti (2004), as mudanças foram ocorrendo com o tempo até que:

Entre as décadas de 1970 e 1990 ocorreu a passagem do autor individual para a existência de uma equipe técnica responsável, sendo que também foi nesse período que o consumo de livros didáticos cresceu vertiginosamente, alcançando o primeiro

¹³ Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0007.html>. Acesso em 16/06/2014, às 17h51min.

lugar em vendagem no mercado.

Deste modo, entre as décadas de 1970 e 1990, passou-se de uma produção praticamente artesanal a uma produção em escala industrial, com a implementação de uma poderosa indústria editorial (p. 43-44).

O processo que resultou neste quadro atual do LD foi complexo e um dos principais acontecimentos que o gerou foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985. Em sua apresentação se lê:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico¹⁴.

O PNLD,

Faz a mediação entre as editoras e o público-alvo (docentes e discentes das escolas públicas) e, a partir de 1996, quando se instituiu o sistema de avaliação prévia dos livros, intervém diretamente na oferta de livros, estabelecendo-lhes os critérios pelos quais possam ser apresentados à escolha dos professores (MUNAKATA, 2012, p. 188).

O programa desde 1996 é responsável por analisar os conteúdos do LD e selecionar coleções que se adequem às suas exigências. Compõe um corpo de avaliadores – formado por professores universitários e professores da rede pública – e estes selecionam as coleções inscritas pelas editoras. Para essa inscrição das coleções de livros didáticos, de qualquer disciplina, abre-se um edital em que as editoras, respeitando o mesmo, podem inscrever seu material. Após a seleção pela equipe formada pelo PNLD, são disponibilizados os Guias dos Livros Didáticos aos professores, separado por nível de ensino e por disciplina. Estes guias apresentam de uma forma geral, itens de apresentação, resenhas das obras e uma ficha de avaliação (reprodução da original utilizada pelo corpo de avaliadores). Atualmente, o Guia é disponibilizado online, no site do MEC¹⁵.

Os títulos inscritos pelas editoras são avaliados pelo MEC, que elabora o Guia do Livro Didático, composto das resenhas de cada obra aprovada, que é disponibilizado às escolas [...] Cada escola escolhe democraticamente, dentre os livros constantes no referido Guia, aqueles que deseja utilizar, levando em consideração seu planejamento

¹⁴ http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=article

¹⁵ Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&catid=318%3Aplnd&id=12389%3Aguias-do-livro-didatico&option=com_content&view=article

pedagógico. Para garantir o atendimento a todos os alunos, são distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD.

O mercado de LD é concorrido e ser selecionado pelo PNLD significa para as editoras terem seus livros comprados pelo maior comprador de livros didáticos no país, o MEC. Como exemplo, os investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 2014 foram de R\$ 1.330.150.337,36, num total de 140.681,994 livros comprados de todas as disciplinas, sendo 87.622.022 somente para o ensino médio¹⁶. O Estado com o seu controle sob os LD criou assim, uma nova realidade para o mercado de livros brasileiro. Como Mello (2012) aponta, o segmento de livros didáticos foi responsável por 46% do faturamento do mercado editorial brasileiro no triênio anterior de 2009 a 2011. As editoras sabem que existe um grande potencial de venda que pode movimentar milhões. Após adentrar as coleções selecionadas, começa um verdadeiro trabalho de marketing e divulgação; com *websites onlines*¹⁷, entrega de materiais em escolas (livros, panfletos, *CD-roms*), visitas de editoras, etc. Atualmente, este é quadro do livro didático nacional:

O livro didático adquire uma face de produto, mercadoria, dentro de um jogo editorial de consumo, por um lado os autores com suas próprias direções teórico-pedagógicas, por outro, as editoras que buscam autores capazes de suprir as expectativas dos professores dentro das tendências pedagógicas em voga, ainda o governo que almeja selecionar um número expressivo de livros que não firmam suas políticas educacionais e por fim os próprios professores que possuem ideias construídas sobre o que esperam de um livro didático (MATOS, 2012, p. 174).

Por diversos motivos, como os apresentados, o LD se tornou objeto de múltiplos estudos. Pesquisas sobre o LD de diversas disciplinas vêm crescendo ao redor do mundo (CHOPPIN) e também no Brasil (GATTI) (MUNAKATA) (BITTENCOURT). Multiplicam-se, desde uma preocupação com a materialidade do LD a uma análise mais crítica de seu conteúdo:

Quanto aos conteúdos, uma análise histórica dos LDs de um determinado conteúdo ou disciplina possibilita a verificação de que os conteúdos vão se alterando, pois refletem a natureza dos conhecimentos disponíveis em cada momento, o nível de desenvolvimento em que se encontram esses conhecimentos e, também, as perspectivas da sociedade em relação a esses conhecimentos para a formação de novas gerações (MOREIRA, 2011, p. 42).

Essas análises de conteúdos passaram por algumas fases, eram:

¹⁶ Dados disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 04/10/2015, às 08:28.

¹⁷ Todas as coleções do PNLD 2015 para a disciplina de História possuem uma versão online para auxiliar o professor na escolha. Os endereços eletrônicos constam no Guia do Livro Didático.

[...] muito comuns análises dos conteúdos escolares em uma perspectiva ideológica. Aos poucos, as abordagens ideológicas foram sendo acrescidas de outros aspectos referentes aos conteúdos, como defasagens ou clivagens entre produção acadêmica e a escolar ou ausências ou estereótipos de grupos étnicos ou minorias da sociedade brasileira (BITTENCOURT, 2011, p. 304).

Porém, nos mesmos textos (GATTI) (MUNAKATA) (BITTENCOURT) – onde o estado da arte sobre as pesquisas é apresentado pelos três autores – se percebe que gênero envolve um número pequeno de pesquisas. É pouco utilizado como critério de análise de conteúdo dos LD. Uma das mais significativas pesquisas ocorreu no final da década de 80 – sendo o foco nos livros didáticos de diversas disciplinas. Como aponta Rosemberg, Moura e Silva (2009), esse estudo foi efetuado por encomenda em 1989 – tratava do período de 1973 a 1986 – e mostrou que:

Personagens femininos subrepresentados no texto e nas ilustrações (Pinto, 1981); merecendo menor destaque textual que os masculinos (Lins, 1983); pouco individualizados, sendo preferencialmente designados por função familiar (Pinto, 1981) e por apelidos, muitas vezes, pejorativos quando negros (Jesus, 1986); frequentemente associados a contextos domésticos (Lajolo, 1982; Rego, 1976; Ribeiro, 1981); seus comportamentos e atributos são predominantemente do tipo passivo, frágil, lábil (Eluf, 1979; Lajolo, 1982; Pinto, 1981; Lins, 1983); personagens femininas adultas mais frequentemente representadas como donas de casa, mães de família, sendo poucas as que exercem trabalhos fora de casa (Rego, 1976; Eluf, 1979; Faria, 1984; Noselle, 1979; Pinto, 1981; Lajolo, 1982; Lins, 1983); predomínio do lazer feminino doméstico e passivo (Eluf, 1979; Ribeiro, 1981; Lins, 1983). O perfil masculino seria o oposto do feminino, acrescido de qualidades e atividades intelectuais. (ROSEMBERG et al., 2009, p. 503)

Moura (2007) refez uma parte desta mesma pesquisa com livros didáticos da disciplina de língua portuguesa, e concluiu que “tais tendências não se alteraram com o passar dos anos [...] A inclusão da perspectiva de gênero na avaliação dos LD não foi suficiente para alterar padrões anteriores na configuração dos masculinos e femininos” (MOURA, 2007, p.153). No campo das pesquisas em livros didáticos de História o quadro é o mesmo, há poucas pesquisas. Como se pode ver no livro *Um inventário: O livro didático de História em pesquisas* (1980 a 2005), onde as autoras Kênia Hilda Moreira e Marilda da Silva apresentam um levantamento de todas as pesquisas em programas de pós-graduação no Brasil sobre LDH. Nesses 25 anos do período da pesquisa, as autoras citam apenas três pesquisas apresentadas sobre livros didáticos de história e gênero/mulheres¹⁸.

¹⁸ De 2001, “A representação da mulher nos livros didáticos de História” (PINTO). Em 2004, “Os manuais de história e a produção do discurso sobre as mulheres da Idade Média” (BERGER). Por último, em 2005, “Representações da História das mulheres no Brasil em livros didáticos de História” (FERREIRA).

São exemplos de pesquisas mais recentes: *A representação do gênero presente nos livros didáticos de História da RSE no Ensino Médio* (2013), de Luciana Gerundo Hornes e Adriana Kivanski de Senna, que trabalham com os LD da Rede Salesiana de Escolas e *A representação da Mulher nos livros didáticos de História no Ensino Fundamental* (2013), de Bruno Lima Morau, um trabalho de conclusão de curso em História sobre duas coleções didáticas utilizadas no ensino fundamental. Entretanto, a produção é pouca. No Simpósio Nacional de História (SNH), de 2015, houve 14 trabalhos apresentados sobre livros didáticos de História. Nenhum destes contemplavam mulheres/gênero em suas análises¹⁹. Apesar de poucos estudos, se espera que a área esteja em processo de desbravamento. Entende-se que a quantidade de estudos nessa temática pode ocasionar uma maior atenção para o tema e, assim, talvez, um impacto no modo como o conteúdo é trazido nos LD.

Pensando nestas questões, é importante analisar a representatividade e a invisibilidade de fatos e personagens históricos femininos, entendidas como peças importantes para as construções sociais desiguais entre os gêneros. Construções de uma memória história. Como apontam Myra e David Sadker: “Quando meninas não se veem nas páginas de livros didáticos, quando professores não sinalizam ou confrontam padrões, nossas filhas aprendem que ser mulher é ser um ser ausente no desenvolvimento da nação²⁰” (1994, p. 8). Estamos ensinando nossas meninas, e meninos, que as mulheres não participaram na construção das sociedades atuais? Que elas não são e, por consequência, não podem ser agentes históricos? Estamos mantendo, assim, preconceitos de séculos contra as mulheres e alimentando uma desigualdade social nos dias atuais? São apenas algumas questões a serem analisadas.

2.1 A História editada

São analisadas nesta dissertação as cinco coleções mais vendidas de livros didáticos de história selecionados no PNLD 2015, para o ensino médio. Estas são as coleções que mais foram requisitadas por professoras(es) e que, por esta razão, foram compradas e distribuídas pelo MEC nas escolas da rede pública de ensino. Além disso, devido ao recorte temporal escolhido – século XIX em diante, com ênfase no XX e XXI – serão analisados em sua maioria

¹⁹ Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>.

²⁰ No original: “When girls do not see themselves in the pages of textbooks, when teachers do not point out or confront the missions, our daughters learn that to be female is to be an absent partner in the development of our nation”. Tradução própria.

os volumes 2 e 3, destinados ao segundo e terceiro ano do ensino médio. Fazem parte da análise as respectivas obras, com as seguintes informações:

Quadro 1 - Relação de obras e suas informações

Edição/Ano	Título	Autor/s	Editora	Volume(s)	Pág.
1ª edição 2013	História: sociedade & cidadania	Alfredo Boulos Júnior	Editora FTD	1 2 3	288 288 288
2ª edição 2013	História Global: Brasil e geral	Gilberto Cotrim	Editora Saraiva	1 2 3	288 288 272
2ª edição 2013	História	Ronaldo Vainfas Sheila de Castro Faria Jorge Ferreira Georgina dos Santos	Editora Saraiva	1 2 3	288 288 288
3ª edição 2013	História das cavernas ao terceiro milênio	Patrícia Ramos Braick Myriam Becho Mota	Editora Moderna	1 2 3	248 248 272
1ª edição 2013	Oficina de História	Flávio de Campos Regina Claro	Editora Leya	1 2 3	288 272 280

Fonte: Quadro feito pela autora com base nos dados disponíveis no Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio.

Este dado sobre as cinco coleções mais vendidas foi rastreado através do documento *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas*, confeccionado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNE) e pelo PNLD. Na respectiva ordem:

Quadro 2 - Relação de coleções mais vendidas no PNLD 2015

Nº em vendas	Título	Quantidade por coleção
1º	História: sociedade & cidadania	1.385.765

2º	História Global: Brasil e geral	997.744
3º	História das cavernas ao terceiro milênio	821.104
4º	História	594.275
5º	Oficina de História	592.771

Fonte: Quadro feito pela autora com base nos dados disponíveis no documento *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas*.

Para uma compreensão melhor deste universo, se optou por analisar brevemente as editoras e autores envolvidos neste mercado de livros didáticos selecionados e comprados pelo PNLD. Deu-se ênfase às editoras que sempre estiveram presentes nas três versões do PNLD para a disciplina de História – de 2008, 2012 e 2015 – e também para a Editora Leya, que apesar de nova já consta entre as editoras com os LD mais vendidos.

2.2 Editoras

Observa-se uma grande rotatividade, com a saída e entrada de diferentes e novas editoras com o passar das três versões do PNLD para a disciplina de História. Apenas cinco editoras estão presentes nas três versões, com pelo menos uma coleção em cada. A Editora Ática é uma delas. Fundada em 1965, sua sede fica na cidade de São Paulo. A empresa integra atualmente o grupo SOMOS, antigo grupo Abril Educação. Através do seu endereço eletrônico²¹, é possível constatar que a editora possui um vasto catálogo de livros escolares, para todos os níveis da educação básica. No PNLD da disciplina de História, a Editora Ática aparece com quatro coleções em 2008, reduz para duas coleções em 2012 e acaba com apenas uma coleção em 2015. Estão presentes nas três edições a dupla de autores Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi, porém com coleções diferentes. No PNLD 2008 com *História*, já no PNLD 2012 com *História em movimento* e no PNLD 2015 com a segunda edição do mesmo livro de 2012.

Também faz parte deste grupo a Editora Moderna, fundada em 1968, também com sede em São Paulo. Atualmente a editora integra o Grupo Santillana, grupo espanhol presente em 22 países e que chegou ao Brasil em 2001. Através do seu endereço eletrônico²², também é possível

²¹ Disponível em: <http://www.atica.com.br/Paginas/default.aspx>. Acesso em 04/10/2015, às 11:45.

²² Disponível em: <http://www.moderna.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em 04/10/2015, às 11:50.

constatar que a editora possui coleções de livros didáticos para todos os níveis da educação básica. No PNLD de História e para o ensino médio, mantém seu número de duas coleções por PNLD, mas apenas as autoras Patrícia Ramos Braicke MyriamBecho Mota aparecem nas três ocasiões. É a única dupla presente com a mesma obra, com edições diferentes, nos três PNLD. Os outros autores e coleções de 2008 não se mantêm, mas são substituídos por uma nova coleção em 2012, com os autores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, com o título *Conexões com a História*, na sua segunda edição no PNLD 2015.

A Editora FTD, fundada em 1902, é uma das mais antigas editoras brasileiras e também faz parte deste grupo. É ligada à Rede Marista desde sua criação. Esta editora também possui um catálogo amplo de livros didáticos para todos os níveis da educação básica²³. Apesar de estar presente nestas três versões do PNLD, não possui nenhum autor ou coleção consecutivamente presentes nas três edições do PNLD, apenas em duas. Dois autores, uma dupla, estavam presentes em 2008 e 2012, Lizânias de Souza Lima e Antonio Pedro, mas com coleções diferentes. Em 2012 e 2015 a editora apresenta a coleção *Novo olhar História*, do trio Marco César Pelegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg. Esta coleção ganha uma segunda edição no PNLD 2015. Os outros autores e coleções são todos distintos.

Já a Editora Positivo, apesar de constar nestas três versões do PNLD para a disciplina de História do ensino médio, possui apenas uma coleção presente consecutivamente. No PNLD, de 2012 e 2015, intitulada *História: Cultura e Sociedade*, de Jean Carlos Moreno e Sandro Vieira Gomes. As outras coleções e autores não se repetem. A Editora Positivo foi fundada em 1972, e possui sua sede na cidade de Curitiba. Também possui um catálogo vasto para todos os níveis da educação básica²⁴. Faz parte do Grupo Positivo que atende ao mercado brasileiro e japonês.

A Editora Saraiva foi fundada em 1914, atualmente integra o grupo Saraiva S/A Livres Editores. Também é dona de um catálogo vasto de livros didáticos²⁵. Sua sede fica na cidade de São Paulo. É a única, entre as cinco editoras, que conseguiu aumentar o número de coleções aprovadas durante os três PNLD da disciplina de História do ensino médio. Também é a única editora que possui a mesma coleção, *História Geral: Brasil e Global*, de um autor solo, Gilberto Cotrim, nos três PNLD. A única alteração é que no PNLD 2008 esta coleção era apresentada em volume único e nos anos seguintes é dividida em três volumes. A coleção

²³ Disponível em: <http://www.ftd.com.br/>. Acesso em 05/10/2015, às 09:50.

²⁴ Disponível em: <http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/home.html>. Acesso em 05/10/2015, às 10:00.

²⁵ Disponível em: <http://www.editorasaraiva.com.br/didaticos/>. Acesso em 05/10/2015, às 10:10.

História, do quarteto Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria, também está na sua segunda edição em 2015. Os outros autores não se mantêm, mas esta parece ser – pelo número de coleções e autores que se mantêm – a editora com maior sucesso em se manter no programa.

A Editora Leya é uma das mais novas editoras presentes no PNLD, mas também é uma editora recente se comparada as outras aqui analisadas. Fundada em 2008, faz parte de um grupo editorial multinacional português que surgiu da junção de oito editoras. Participa apenas da última versão do PNLD, o de 2015. Apesar de ser nova, também possui um grande número de livros didáticos para a educação básica²⁶. No PNLD 2015, está presente com a Coleção *Oficina de História*, assinada pela dupla Regina Claro e Flávio de Campos. Esta dupla apesar de apresentar uma nova coleção com a Editora Leya no PNLD 2015, já estava presente no PNLD de 2012. Com a Coleção *A escrita da História*, lançada pela Edições Escala Educacional.

Somente no PNLD 2008 existem livros em versão volume único. São 14 livros e apenas 5 livros divididos em três volumes, um para cada ano do ensino médio, formando uma coleção. Esta tendência muda completamente nos anos posteriores. Desde o PNLD de 2008 não existem livros em volume único, apenas coleções com três volumes. O quadro abaixo mostra o número de LD/Coleções presentes de cada editora nas três edições do PNLD para a disciplina de história. Pode-se observar o grande número de editoras e a sua variação:

Quadro 3 - Número de coleções de cada editora presente nos PNLD

<i>Editora</i>	<i>PNLD 2008</i>	<i>PNLD 2012</i>	<i>PNLD 2015</i>
Escala	1		
Ática	4	2	1
IBEP	2		1
Moderna	2	2	2
FTD	1	3	2
Brasil	1		
Positivo	2	1	2
Atual	2		
Saraiva	1	3	3
Base	1		
Nova Geração	1		

²⁶ Disponível em: <http://www.leyaeducacao.com.br/>. Acesso em 06/10/2015, às 10:45.

CDE	1		
Escala Educacional		2	1
Do Brasil		1	1
Scipione		2	1
Módulo		1	
SM		1	1
Base Editorial		1	1
AJS			1
Companhia da Escola			1
Leya			1

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas três versões do PNLD, para a disciplina de História, ensino médio.

Ao visitar os endereços eletrônicos de todas essas editoras, foi possível perceber como o mercado do livro didático recebe muita atenção destas. Até mesmo a Editora Leya, uma editora recente, de 2008, possui em seus catálogos livros didáticos para as mais variadas disciplinas e níveis de ensino. É possível, através desta breve análise, perceber que este mercado de LD é um mercado muito importante para as editoras brasileiras, que movimentam muito dinheiro. Todas as editoras possuem em seus endereços eletrônicos algum tipo de divulgação de material didático logo na primeira página, algumas com a indicação de que suas coleções fazem parte dos PNLD para as mais variadas disciplinas.

2.3 Autoras(es)

Os livros, ou as coleções, variam entre autoras(es) em grupo, em duplas ou sozinhas(os) em todas as três edições. Observou-se um crescimento de duplas e uma diminuição de três ou mais autores por obra. No PNLD 2008 apenas sete autores escreveram livros sozinhos, enquanto houve seis duplas, quatro trios e dois quartetos. No PNLD 2012 foram cinco autores sozinhos, dez duplas, três trios e apenas um quarteto. No PNLD 2015 foram seis autoras(es) sozinhas(os) – pela primeira vez uma mulher é autora de uma coleção sozinha –, dez duplas, dois trios e um quarteto.

Quadro 4 - Número de autores por categoria nos livros didáticos por PNLD

Autores	PNLD 2008	PNLD 2012	PNLD 2015
Um autor	7	5	6
Dupla	6	10	10
Trio	4	3	2
Quarteto	2	1	1

Fonte: Quadro feito pela autora com base nas três versões do PNLD, para a disciplina de História, ensino médio.

No total a participação feminina esteve abaixo da dos autores homens:

Quadro 5 - Comparação entre autores e autoras

PNLD	Total de autores	Autoras mulheres	Autores homens
2008	39	14	25
2012	38	14	24
2015	36	14	22
Total	113	42	71

Fonte: Quadro feito pela autora com base nas três versões do PNLD, para a disciplina de História, ensino médio.

Além disso, como dito anteriormente, o LD de autoria feminina de única autora só aparece no último PNLD. Anteriormente, observa-se que as mulheres estavam inseridas em quartetos, trios ou formavam duplas:

Quadro 6 - Mulheres e o meio de autoria nos PNLD

Autora(s)	2008	2012	2015
Uma autora	0	0	1
Dupla	5	6	7
Trio	5	6	4
Quarteto	4	2	2

Fonte: Quadro feito pela autora com base nas três versões do PNLD, para a disciplina de História, ensino médio.

Vale salientar que no PNLD de 2008, apenas uma das seis duplas era composta somente de mulheres. Duas duplas são apenas de homens e as três restantes são mistas. Dentre os trios e quartetos, todos são mistos. Já os autores homens sozinhos somam sete. No PNLD de 2012, apenas uma dupla dentre dez é formada somente de mulheres, é a mesma dupla de 2008 (Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota). São cinco duplas formadas somente por homens e quatro mistas. Os trios e o quarteto são todos mistos. Já o PNLD de 2015 possui seis autoras(es) sozinhas(os) no total, sendo uma mulher. Nas dez duplas, apenas uma é composta somente de mulheres (as mesmas autoras anteriores), quatro são de homens e cinco mistas. Os trios e o quarteto seguem sendo todos mistos.

Esses números revelam que as mulheres como autoras de coleções selecionadas pelo PNLD, nas suas três versões, foram sempre minoria em número total, 42 dentre 113. Como duplas somente de mulheres, houve apenas uma e a mesma se manteve nas três edições. Já como autora única, somente em 2015 apareceu uma autora nesta categoria. Ou seja, as mulheres são minorias quando o trabalho de escrever o livro didático recai somente nelas. Estão mais presentes em duplas com homens, trios com homens e quartetos com homens, onde o trabalho é compartilhado com uma figura do sexo masculino. Pensa-se que não é por acaso, é uma realidade que reflete a sociedade patriarcal que, consciente e inconscientemente, não vê na figura feminina alguém capaz de exercer um trabalho intelectual de qualidade.

Dessa forma “é necessário pensarmos que tipo de saber foi construído ao longo da história, que se fez por meio de uma profunda exclusão, negando às mulheres a entrada nesses espaços de saber e de uma indiferença a qualquer produção e criação dessas mulheres” (MENEZES, 2002, p. 14). Um tocante neste quesito de autoras que é preciso expor é que a participação feminina não necessariamente aumenta as chances de uma história menos androcêntrica.

Existe um preconceito muito difundido que consiste em acreditar que a visão androcêntrica do mundo é a que possuem os homens, mas isto, não é verdade; na realidade, é esta a visão que possui a maioria dos seres humanos, homens e mulheres, nela educados e que não puderam ou não quiseram esquivar-se (MORENO, 1986, p. 25).

Quando se aponta os números de autoras e autores é somente para pensarmos que o crivo de seleção dos mesmos, tanto pelas editoras quanto pelo PNLD, pode estar reproduzindo um preconceito de gênero. Muito além de uma simples seleção de profissionais de qualidade:

O “domínio” e a “excelência” podem ambos explicitar julgamentos de capacidade e desculpas implícitas para tendências viciosas; na verdade, os julgamentos de capacidade estão com frequência entrelaçados com avaliações de uma identidade social do indivíduo que são irrelevantes à competência profissional. (SCOTT, 1995, p. 71)

O sexismo presente na sociedade brasileira pode estar presente também no meio que seleciona os LD. Nem sempre de forma consciente, assim como nem sempre o é nos outros meios e relações sociais.

2.4 Gênero/mulheres e o PNLD

A inclusão de História das Mulheres ou gênero na historiografia - como mostrado no capítulo 1- passou por vários momentos e abordagens dentro da área. Estando presente de alguma forma na historiografia desde os idos da década de 1960. Porém, se questiona: Houve um reflexo destas pesquisas nos livros didáticos de História? História das Mulheres ou Gênero, ou outras denominações, fazem parte destes livros didáticos? Para tentar entender essa ligação, se existe ou não e como funciona, se avaliou o Guia do Livro Didático de História para o Ensino Médio (PNLD) da disciplina de História. Nas suas três versões.

Como dito anteriormente, existem os guias sobre o livro didático de História para o ensino médio nos anos de 2008, 2012 e 2015. O Guia de 2008 utiliza a nomenclatura de PNLEM (Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio), diferentemente dos guias de 2012 e 2015 que utilizam PNLD. Também possuem nomes diferentes: *História: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008*, *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História* e *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio*. Apesar disso, todos se destinam ao mesmo público e possuem a mesma função; repassar ao professor as obras que foram aprovadas, explicando os princípios e critérios de avaliação e ainda informando os pontos positivos e as limitações de cada obra. Para isso possuem apresentação, resenhas das obras, uma ficha de avaliação (reprodução da original que foi utilizada pelo corpo de avaliadores) e respectivos subtópicos.

Nos guias é explicado aos professores que os livros didáticos foram avaliados por um conjunto de profissionais competentes, formados por professores de diversas universidades e também professores de escolas do ensino médio (com experiência em sala de aula). Tudo para garantir que o livro didático atenda às necessidades dos professores dentro e fora de sala de aula, para facilitar seu trabalho. Os guias contêm várias informações, mas para esta pesquisa é

relevante avaliar como História das Mulheres e/ou gênero vem sendo inserido e utilizado nestes guias para saber se a historiografia dos LD está acompanhando as inclusões que ocorreram na academia. Pensa-se que analisar os critérios de avaliação e eliminação das obras e alguns exemplos de como História das Mulheres e/ou gênero aparece nas resenhas de coleções pode ajudar nesta investigação.

Na versão de 2008, *História: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008*, os critérios para a avaliação e seleção das obras são trazidos em *Princípios e critério comuns à avaliação de obras didáticas para o ensino médio*. Não há critérios específicos para disciplina de História. Ao analisar o texto se entende que existem várias passagens que abordam gênero indiretamente, mas poucas que são diretas. Neste tópico, são explicados aos professores os critérios gerais de análise dos livros didáticos, divididos em vários subtópicos, e também seu respaldo estabelecido pelo Artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB: Lei no 9.394/96), sobre a etapa do Ensino Médio. Dentre os *Critérios comuns* e que são relevantes:

As obras didáticas não podem, seja sob a forma de texto ou ilustração: veicular preconceitos de qualquer espécie, ignorar as discussões atuais das teorias e práticas pedagógicas, repetir estereótipos, conter informações e conceitos errados ou análises equivocadas, ou ainda, contrariar a legislação vigente. [...] Devem, ao contrário, favorecer o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando a alunos e professores o acesso a conhecimentos adequados e relevantes para o crescimento pessoal, intelectual e social dos atores envolvidos no processo educativo. (Guia PNLEM, 2008, p. 12)

Após dois subtópicos, entramos em *Preceitos éticos*. O texto diz que:

É de fundamental importância que as obras didáticas contribuam significativamente para a construção da ética necessária ao convívio social e ao exercício da cidadania; considerem a diversidade humana com equidade, respeito e interesse; respeitem a parcela juvenil do alunado a que se dirigem. (Guia PNLEM, 2008, p. 14)

Apesar de não estar explícito, pensa-se que gênero pode ser abordado. Mais adiante, existem dois critérios de eliminação relevantes por seu caráter reforçador de equidade, respeito e interesse, são eles: “Privilegiar um determinado grupo, camada social ou região do País” (Guia PNLEM, 2008, p. 14) e “Veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero, orientação sexual, linguagem ou qualquer outra forma de discriminação”

(IDEM, p. 15). Este último traz de forma explícita o preconceito de gênero. Em *Crerios de qualificação*, gênero aparece:

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, espera-se que a obra didática aborde criticamente as questões de sexo e gênero, de relações étnico-raciais e de classes sociais, denunciando toda forma de violência na sociedade e promovendo positivamente as minorias sociais (Guia PNLEM, 2008, p.15).

Porém, dentre as 19 resenhas de livros didáticos que foram aprovados, gênero aparece em três. Em *História das cavernas ao terceiro milênio*, de Patrícia do Carmo R. Braick e Myriam Becho Mota. Onde em *Análise da Obra*, ao que concerne à metodologia da História, se pode ler em sua resenha:

Verifica-se a atualidade da obra, na medida em que incorpora algumas temáticas renovadas, como a questão de gênero e temas relacionados aos fundamentalismos atuais, que têm implicado conflitos étnicos e religiosos. Deve-se também ressaltar a presença de conteúdos a respeito da História da África. Contudo, ao se propor a dar conta de um conteúdo muito vasto, com grande quantidade de informações, a obra incorre em algumas simplificações explicativas. (Guia PNLEM, 2008, p.58).

Mais adiante ainda sobre a mesma obra, é informado que, “ao analisar as formas históricas de relações sociais, a obra abre espaço para a incorporação dos objetos atuais da historiografia, como a vida cotidiana, a História das mulheres e a História das práticas alimentares (Guia PNLEM, 2008, p. 58)”. É relevante informar que estas autoras, como dito anteriormente, estão presentes no PNLD 2015 e fazem parte das cinco coleções mais vendidas que são analisadas nesta dissertação. A obra seguinte do Guia 2008, que contém gênero na sua resenha, é *História do mundo ocidental*, de Lizânias de Souza Lima, Yone de Carvalho e Antonio Pedro. Nesta avaliação, ao descrever seus conceitos, há uma crítica à obra por não abordar questões de gênero: “A análise do poder e da política permanece nas esferas político-institucionais, não sendo incorporadas as renovações no campo da História política no que diz respeito, por exemplo, à análise do poder na vida privada, no cotidiano e nas relações de gênero (IDEM, p. 64)”.

A última obra onde gênero faz parte da resenha é intitulada *Nova história integrada*, de Luiz E. O. Fernandes e João Paulo M. H. Ferreira. Aqui, gênero aparece no livro do professor, onde: “Destaca-se a efetivação de uma renovação historiográfica que incorporou novos temas, fontes e abordagens, como História econômica, relações de gênero, racismo, “História vista de baixo”, História da cultura, das religiões etc.” (Guia PNLEM, 2008, p.106). Após isso, gênero

aparece somente no anexo, onde está uma reprodução da ficha de avaliação que foi utilizada para selecionar os livros pelo corpo de avaliadores. Com a pergunta eliminatória: “É isento de preconceitos ou de discriminações (de origem, cor, condição sócio-econômica, etnia, gênero, linguagem)?” (IDEM, p. 131). Após, o avaliador é convidado a apontar os preconceitos e/ou discriminações e argumentar sobre eles.

Figura 1 - Reprodução da ficha de avaliação do PNLD 2008

D. CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
1	<p>É isento de preconceitos ou de discriminações (de origem, cor, condição sócio-econômica, etnia, gênero, linguagem)? (Exclusão)</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Apontar os preconceitos e/ou discriminações. Argumentar.</p>
2	<p>Há ausência de propaganda ou de doutrinação religiosa? (Exclusão)</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Apontar os preconceitos e/ou discriminações. Argumentar.</p>

CATÁLOGO DO PROGRAMA

Fonte: História: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008, p. 131.

Porém, não é possível saber se houve algum LD, e quantos livros seriam, excluídos do processo de seleção por tratarem de forma errônea gênero - como, por exemplo, contendo sexismo e estereótipos de gênero -, pois este dado não é fornecido. Sendo assim, não é possível verificar se gênero foi ativamente utilizado como uma categoria de exclusão para uma análise mais completa. Entretanto, a baixa menção a inclusão de gênero nas resenhas, sendo apenas três, mostra que provavelmente foi um critério que não recebeu muita atenção.

O *Guia PNLD 2012 para livros didáticos de história* é mais completo que a sua versão anterior. A parte de *Avaliação dos livros didáticos de história* possui dentre seus critérios de avaliação dois subtópicos, um destinado aos critérios gerais (todas as áreas) e outro específico para a disciplina de História. Novamente estão presentes as diretrizes da LDB (Lei nº 9394/96), destinadas ao ensino médio. Bem como um histórico do PNLD, mais completo. Neste guia, gênero também aparece de forma indireta e direta. Em *Critérios eliminatórios comuns a todas as áreas*, há como obras a serem excluídas as que “veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos” (Guia PNLD, 2012, p. 11).

Já em *Critérios eliminatórios para o componente curricular de história*, temos pela primeira vez dezoito critérios que devem ser observados na área de História. Há dois critérios que dialogam mais diretamente com a inclusão de gênero na historiografia. São eles: “estimula

o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade social, com respeito e interesse” (Guia PNLD, 2012, p.15) e “está isenta de estereótipos, caricaturas e/ou simplificações explicativas que comprometam a noção de sujeito histórico e/ou induzam à formação de preconceitos de qualquer natureza” (IDEM, p.15). Porém, nestes critérios de exclusão mais específicos, não há menção direta a gênero.

Reforço que neste guia há componentes que o anterior não disponibilizava. É de importância mostrar que em *Panorama do conjunto das coleções* há uma preocupação em mostrar que as obras selecionadas não só apresentam conteúdos de qualidade, mas que também se preocupam em formar alunos mais capazes de lidar com a diversidade atual:

Uma parte das coleções incorpora questões como a promoção da imagem da mulher e a temática de gênero, porém ainda são raras aquelas que tratam historicamente da homossexualidade, na perspectiva de colaborar para a construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária. (PNLD, 2012, p. 20)

Dentre as, também, dezenove resenhas das obras aprovadas, gênero aparece em sete. Utiliza-se como exemplo as que aparecem com maior reflexão sobre o tema. Em: *Conexões com a história*, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira:

É no tratamento de alguns temas nos textos complementares e nas atividades que se observa o esforço de incorporação da renovação historiográfica, abordando-se conteúdos desenvolvidos nas últimas décadas, principalmente, no tocante a aspectos como cotidiano, questões de gênero, representações, religião, arte, ciência, técnica e cultura. (PNLD, 2012, p. 43)

Nas obras seguintes, gênero aparece constantemente quando se fala em estimular a cidadania. Em *História*, de Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria, a crítica é positiva ao estimular a cidadania, pois:

Destacam-se atividades e imagens que, em geral, permitem um trabalho de desconstrução de preconceitos étnicos e de gênero. Enfatiza-se o papel da mulher em diferentes sociedades, tema desenvolvido principalmente em boxes que estimulam as discussões sobre questões de gênero (Guia PNLD, 2012, p. 59).

Estes quatro autores também estão entre os cinco mais vendidos no PNLD 2015 e, sendo assim, têm sua obra avaliada nesta dissertação. Em *História em debate*, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, se lê:

Em relação às perspectivas na construção da cidadania, nos textos, nas imagens e nas atividades, trabalha-se com temas relacionados à diversidade étnica, ao respeito às diferenças culturais e à pluralidade econômico-social, de gênero e religiosa.[...] Temas como uso e posse da terra, movimentos sociais rurais e urbanos, direitos e lutas **das** mulheres, tecnologia, informação e poder, conflitos imperialistas, autoritarismo e lutas de resistência, dentre outros, fomentam a interpretação de processos históricos experienciados em cada tempo e lugar, os quais, por sua vez, favorecem a compreensão do “estar” no mundo e estimulam atitudes cidadãs (Guia PNLD, 2012, p. 64).

Já *História geral e Brasil*, de José Geraldo Vinci de Moraes, o conteúdo é mais informativo e retoma a preocupação com a construção de uma cidadania. O tema é abordado no Manual do Professor (MP):

Alguns textos e atividades complementares apresentados no MP tratam de aspectos históricos relativos à divisão sexual do trabalho, chamando a atenção para a história das mulheres e para as desigualdades de gênero. Ressalta-se que temas relativos à homossexualidade são brevemente tratados na coleção. [...] Ao apresentar temas que aludem, numa perspectiva histórica, à construção de desigualdades e de preconceitos variados, contribui-se para a promoção de ações relativas à tolerância, ao respeito e à solidariedade, inerentes à noção de cidadania (PNLD, 2012, p. 79-80).

Em *História geral e do Brasil*, de Cláudio Roberto Vicentino e Gianpaolo Franco Dorigo, é possível ver uma crítica mais negativa na sua resenha:

Aborda-se a questão de gênero, ainda que não se enfatize a atuação da mulher em múltiplas atividades. A promoção da imagem positiva da mulher, assim como da atitude responsável e cooperativa perante o meio ambiente, encontra-se principalmente no terceiro volume da coleção, em textos reproduzidos nos boxes e nas atividades, porém está ausente do texto principal (IDEM, p. 85)

Na obra *Caminhos do homem*, de Flávio Berutti, a crítica é um misto de positiva e negativa:

A participação das mulheres em variadas dimensões do processo histórico e a temática de gênero são ressaltadas, além do combate à homofobia, abordado em certos capítulos. Nos períodos mais contemporâneos, sujeitos históricos como as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes recebem menor destaque. (PNLD, 2012, p. 125)

Novamente gênero aparece na reprodução da ficha de avaliação que foi entregue aos avaliadores. Esta ficha, maior e mais completa que a anterior, apresenta gênero no *Bloco 4*

destinado à *observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social*. Importante salientar que nesta ficha, ao contrário da anterior de 2008, existem os graus ótimo, bom, regular, insuficiente e ausente para que os professores avaliem as obras. Gênero aparece para ser avaliado em três critérios.

No critério 40: “Está isenta de estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos” (PNLD, 2012, p. 134). No 44: “Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade econômico-social, cultural, étnico-racial, de gênero, religiosa, com respeito e interesse, tanto nos textos quanto nas imagens e propostas de atividades” (IDEM). E por fim, no 45:

Contribui para o desenvolvimento de ações positivas à cidadania:

- Promove positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes

trabalhos, profissões e espaços de poder.

- Aborda a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia.

- Concorre para a formação de uma atitude cidadã responsável e cooperativa perante a sociedade e o meio ambiente. (PNLD, 2012, p. 134)

Figura 2 - Reprodução da ficha com o Bloco 4

Bloco 4 – Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social

N.	CRITÉRIOS	SIM				NÃO
		O	B	R	I	A
Princípios éticos e construção da cidadania						
40.	Está isenta de estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos. Argunte e exemplifique					
41.	Está isenta de doutrinação religiosa e/ou política que desrespeite o caráter laico e autônomo do ensino público. Argunte e exemplifique					
42.	Está isenta de utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais. Argunte e exemplifique					
43.	Estimula os alunos a compreenderem a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades, atitudes e preceitos éticos, com vista à construção da cidadania. (Verifique se essa preocupação permeia a obra, não estando restrita apenas às atividades e aos capítulos isolados) Argunte e exemplifique					
44.	Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade econômico-social, cultural, étnico-racial, de gênero, religiosa, com respeito e interesse, tanto nos textos quanto nas imagens e propostas de atividades. Argunte e exemplifique					
45.	Contribui para o desenvolvimento de ações positivas à cidadania: - Promove positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder. - Aborda a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia. - Concorre para a formação de uma atitude cidadã responsável e cooperativa perante a sociedade e o meio ambiente. Argunte e justifique					

Fonte: *Guia PNLD 2012 para livros didáticos de história*, p. 132.

Percebe-se que nestas duas versões do Guia do Livro Didático para a disciplina de História, de 2008 e 2012, “gênero” e/ou “história das mulheres” vem fazendo parte dos critérios de avaliação. Apesar disso, não está muito claro se este critério excluiu alguma obra, pois não

há esta informação nos guias. Além disso, não foi possível avaliar estas obras citadas nestas duas versões dos guias para saber como mulheres estão sendo (in)visibilizadas. Porém, na versão de 2015, *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio estão*, estão contidos os LD utilizados nesta dissertação. Sendo assim, após as análises das obras se faz um paralelo entre o que consta no Guia 2015 e o que se pode constatar nos LD, para elucidar melhor esta questão. Também por esta razão, nesta sessão não trago as avaliações das obras, apenas como gênero é apresentado no PNLD 2015. As avaliações estão mais adiante, ao fim do capítulo 3.

Nesta versão de 2015, gênero também aparece com outras denominações, como “História de Gênero”, “Identidades de Gênero” e “Relações de Gênero”. Diferente das versões anteriores, onde o foco era em “gênero” e “história das mulheres”. Porém, também se podem achar estas duas variantes no texto. Entende-se que a ampliação destas denominações é um sinal de atualização entre o Guia 2015, seus avaliadores, e o campo dos estudos de gênero. Logo no início do Guia 2015, já se encontram referências ao assunto. Em *O PNLD e a História no Ensino Médio*, ao se abordar brevemente os LD de História se lê:

Os livros didáticos também estimulam modificações de práticas de ensino quando enfatizam a superação do preconceito étnico, racial, regional e de gênero, explicitam a proposta teórica e metodológica para o professor e aproximam o universo da sala de aula do exterior da escola, introduzindo novas temáticas e abordagens historiográficas, como a recente história do tempo presente. (Guia PNLD, 2015, p.10)

Apesar disso, gênero (ou outra denominação utilizada) não aparece nos *Critério de Avaliação* de forma direta. Esta sessão aparece mais organizada que nas outras versões e destina-se a apresentar uma síntese dos critérios utilizados para selecionar as coleções. Não constam mais 18 critérios longos, mas seis bem organizados:

PARA O LIVRO DO ALUNO

- Utilizar a produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, elaborada nos últimos anos, considerando-a efetivamente como ponto de reflexão e de discussão no conjunto da abordagem.
- Orientar os alunos a pensarem historicamente, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreenderem as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo.
- Estimular os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, com vista à construção da cidadania.

- Contribuir para o aprofundamento dos conceitos estruturantes da disciplina, tais como história, fonte, historiografia, memória, acontecimento, sequência, duração, sucessão, periodização, fato, processo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, trabalho, cultura, identidade, semelhança, diferença, contradição, permanência, mudança, evidência, causalidade, multicausalidade, ficção, narrativa.
- Desenvolver abordagens qualificadas sobre a História da África, história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas.
- Incorporar possibilidades efetivas de trabalho interdisciplinar e de integração da reflexão histórica com outros componentes curriculares das ciências humanas e também com outras áreas do conhecimento. (Guia PNLD, 2015, p. 12)

Apesar de não estar explícito, entende-se que gênero pode estar em muitas possibilidades destes critérios. Como, por exemplo, em “Estimular os alunos para a historicidade das experiências sociais” ou “Estimular os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, com vista à construção da cidadania” (IDEM). Porém, esta não explicitação sobre as questões de gênero nos critérios de avaliação mostra que este não é um ponto relevante para selecionar, ou não, as coleções de livros didáticos de História. Fato que estava presente nas outras edições do Guia. Um contraste é, por exemplo, a explicitação de “História da África, da história e cultura afro-brasileira e das nações indígenas” (IDEM) como critério. Não esquecendo que esta última explicitação tem relação direta com a Lei 11.645, de março de 2008, que instituiu a obrigatoriedade desta temática.

O mesmo Guia 2015 ainda traz a informação de que “História de Gênero” foi acrescentada no último triênio nos LD, tornando mais confusa a questão. Gênero estava presente nas outras edições do Guia, desde 2008, como mostrado. Estariam os autores do Guia 2015 se referindo a uma exigência maior quanto à inclusão desta temática nos LD? Essa informação aparece em *O Ensino Médio e a aprendizagem histórica*, onde se pode ler:

Devemos ensinar todo o conteúdo?

Democracia na Grécia Antiga, História de Gênero, Iluminismo, História da África, Império Carolíngio, relações de trabalho no século XIX, nova ordem mundial são recortes usuais dos livros didáticos de História. E eles aumentam a cada ano. Governo Dilma, Primavera árabe e “Jornadas de Junho”, por exemplo, foram acrescentados no último triênio, abastecendo a interminável lista de estruturas ou acontecimentos. Mas, será mesmo necessário apresentar todo o conhecimento sobre o processo histórico registrado pelos historiadores aos alunos do Ensino Médio? (PNLD, 2015, p.15)

Neste mesmo tópico, cabe ressaltar que os autores respondem a perguntas acima. Estes indicam que cabe aos professores a decisão do que abordar baseados em seus contextos e

necessidades:

A essa altura, você já pode ter percebido que a mesma liberdade concedida aos escritores de livros didáticos deve ser estendida aos profissionais da educação básica. Na verdade, não se trata apenas do gozo da liberdade. É mais que isso. Devemos e podemos inverter o foco. Não é tanto o que o livro oferece, e sim, o que a comunidade escolar e a situação didática exigem que seja importante. (Guia PNLD, 2015, p.16)

O restante do texto trata, então, de outras questões sobre o PNLD 2015 e, posteriormente, adentra as resenhas das coleções. São resenhas breves, com média de quatro páginas por coleção. Nestas, há sempre as categorias: *Visão geral*, *Descrição*, *Sumário sintético*, *Análise* e *Em sala de aula*. São desde descrições físicas das obras, propostas pedagógicas, análise do conteúdo a usos possíveis dentro de sala de aula pelas(os) professoras(es). Na última sessão do Guia 2015, há *Conteúdos da ficha de avaliação pedagógica dos livros impressos*. Um pouco diferente das edições anteriores, onde havia a reprodução das fichas utilizadas pelas(os) avaliadoras(es).

Nesta sessão, em *Componente curricular História*, se pode ler como critérios pertinentes a pesquisa: “Apresentação de diferentes experiências históricas das sociedades que levem à compreensão das situações reais da vida cotidiana do aluno e do seu tempo; e que orientem o aluno a pensar historicamente” (Guia PNLD, 2015, p. 130) e “Ausência de compreensão do conhecimento histórico como verdade absoluta, de estereótipos e caricaturas, ou de simplificações explicativas” (IDEM, p. 131). Novamente, pode-se encaixar gênero nestes critérios de seleção de forma indireta. Não há nestes, menção a gênero, História das Mulheres e derivados.

Mais adiante, em *Formação Cidadã*, se leem as únicas menções diretas dentro todos os critérios. Nos critérios de número 30 e 33. Ao se falar dos critérios para promover o *Respeito aos princípios éticos*, se lê: “Isenção de estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos” (Guia PNLD, 2015, p. 134). Já em *Ações positivas à cidadania e ao convívio social*, deve haver a construção de ações positivas quanto:

a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa, igualitária e não homofóbica; [...] - a imagem de afrodescendentes, de descendentes das etnias indígenas brasileiras, da mulher em diferentes trabalhos,

profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade. (Guia PNLD, 2015, p. 134).

Figura 3 - Critérios abrangendo gênero no PNLD 2015

29	<i>Cumprimento da lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (história e cultura afro-brasileira), e cumprimento da lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 (História e cultura afro-brasileira e indígena). Aponte em quais volumes e capítulos esses conteúdos são trabalhados e comente a abordagem desenvolvida.</i>
Respeito aos princípios éticos	
30	<i>Isenção de estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos.</i>
31	<i>Isenção de doutrinação religiosa e/ou política, que desrespeite o caráter laico e autônomo do ensino público, bem como de utilização do material escolar como veículo de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.</i>
Ações positivas à cidadania e ao convívio social	
32	<i>Abordagem das experiências sociais trabalhando conceitos, habilidades e atitudes na construção da cidadania:</i> - de forma contextualizada; - condizentes com os objetivos do ensino; - condizentes com a produção do conhecimento histórico.
33	<i>Contribui para o desenvolvimento de ações positivas à cidadania abordando:</i> - a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária; - a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa, igualitária e não homofóbica; - a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes; - a imagem de afrodescendentes, de descendentes das etnias indígenas brasileiras, da mulher em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade.

Fonte: *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio, p. 134.*

Percebe-se que gênero está presente de alguma forma, direta ou indiretamente, nas três versões do Guia do PNLD para a disciplina de História, ensino médio. Sendo assim, entende-se que este também estava presente nos critérios de análise. Apesar de que, ressalta-se, não é possível saber se foi um critério utilizado para eliminar alguma coleção submetida. Aponta-se ainda, que através das críticas negativas presentes nas resenhas, é possível perceber que há uma margem de tolerância para a não abordagem e/ou má abordagem da questão nas obras.

Gênero e determinações que o abrangem não estão citados diretamente nos critérios de seleção para a disciplina em si, mas estão presentes nas preocupações de uma formação mais cidadã das(os) alunas(os). É uma preocupação recorrente nos três guias. No geral, percebe-se que há um reconhecimento da importância desta inclusão tanto na história quanto na parte mais pedagógica. Porém, sua relação com a historiografia dos LD não fica clara, justamente pela falta de menção ao tema nos critérios de seleção e exclusão. Talvez por não haver uma lei que obrigue esta inclusão nos LD, a abordagem desta temática não receba tanta atenção quanto outras. Infelizmente. Após esta abordagem sobre os Guias dos livros didáticos de História, em suas três versões, segue-se para a análise das coleções selecionadas.

3. ANÁLISE DAS COLEÇÕES

A análise dos livros didáticos de História levou em consideração todos os textos que eram apresentados— seja o texto principal, linha do tempo, caixas anexas, exercícios e etc. Respeitando o recorte temporal escolhido, século XIX, XX e XXI, e focando a análise nos capítulos que apresentavam como conteúdo a História do Brasil. O processo de exame das obras consistiu na leitura dos livros didáticos - dos volumes e partes que apresentavam os recortes temporal e histórico -, no fichamento do material, na análise de cada obra e material separado e, por último, uma análise comparada das obras. Também se optou pela criação de algumas estruturas de análise do texto e das imagens, para facilitar a crítica e o entendimento.

Classificou-se em “citação direta”, quando a personagem era trazida ao texto para falar de sua vida diretamente, contar um fato histórico de seu feito, um episódio de sua vida ou quando seu nome era citado num contexto histórico que se abordava. “Citação indireta” foi utilizada para o oposto, quando a personagem é trazida simplesmente para complementar a história de vida de um homem. Esta é base para as citações, mas ao usá-la se pretendeu ter uma ferramenta de análise que permitisse uma compreensão mais ampla e não limitadora. Assim, alguns casos de citações se enquadram nas duas classificações. Exemplos destas situações ambíguas são os nomes de mulheres trazidos ao se falar de algum período histórico, mas que, apesar de trazer dados sobre a vida desta mulher, estão no texto complementando a história de um homem.

Também foram analisadas as citações que apresentam informações da realidade feminina como um todo em um período histórico. Como, por exemplo, trechos em que se fala do voto feminino, da educação feminina ou da presença feminina em fábricas do começo do século XX. As Relações de Gênero – relações de poder entre homens e mulheres, mais especificamente –, como, por exemplo, o impedimento ao sufrágio por parte dos homens para com as mulheres. Para analisar as imagens – muitas vezes reproduções de quadros, fotos e charges – foram criadas as categorias: “imagens somente com homens”, “somente com mulheres” e “mistas”. Entretanto, quando as imagens apresentavam multidões onde não era possível distinguir figuras femininas de masculinas, se optou por enquadrá-las em mistas. Após estas considerações, se analisa as obras separadamente.

3.1 História: sociedade & cidadania

Esta coleção foi a mais vendida de todas as 19 coleções de História compradas pelo PNLD 2015. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em seu documento *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular*²⁷, foram 1.385.765 exemplares comprados. Infelizmente, não há dados disponíveis do valor gasto unicamente com a compra desta coleção. Porém, se pode acessar o valor total que a Editora FTD, editora desta coleção, adquiriu com o PNLD 2015 para o ensino médio e o valor unitário de cada livro (exemplar). O documento *PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora – Ensino Fundamental e Médio*²⁸, registra que cada exemplar tem como valor R\$6,97. Não há explicações se todos os livros didáticos, independentes de suas especificidades (série, número de páginas, uso de cores, etc), possuem o mesmo valor. Assim, se pode apenas sondar o valor que a Coleção *História: sociedade & cidadania* proporcionou à Editora FTD. Com a multiplicação do valor unitário, R\$6,97, pelo número de exemplares vendidos, 1.385.765, se tem o valor total de R\$9.658.782,05.

A autoria desta coleção é de Alfredo Boulos Júnior e está dividida em três volumes. Antes de analisar a obra, houve a preocupação de conhecer o autor. Na contracapa de todos os três volumes, se pode ler informações fornecidas sobre a formação do autor e seu percurso acadêmico:

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de obras didáticas e paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo. (BOULOS, 2013, contracapa).

Para compreender melhor seu caminho, optou-se por utilizar a Plataforma Eletrônica do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para obter mais dados. Porém, o currículo Lattes do autor²⁹ não é atualizado desde 17/09/2004. Infelizmente, a pouca informação que consta, e que é de relevância para esta pesquisa, é de que o autor possui livros didáticos publicados desde 1998, todos pela Editora FTD. São LD destinados a todos os níveis

²⁷ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 09/09/2015, às 14:42.

²⁸ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 09/09/2015, às 14:56.

²⁹ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703011P0>. Acesso em 15/08/2015, às 10:45.

do ensino de História, desde os primeiros anos do ensino fundamental até o último ano do ensino médio. Apesar disso, Boulos é um autor novo no PNLD de História para o ensino médio. Este é o seu primeiro ano. O autor também possui uma coleção destinada ao ensino privado para este nível de ensino, intitulada: *História, Sociedade & Cidadania*. Apesar de ter o mesmo nome dado à coleção do PNLD 2015, este é um LD em formato de volume único.

Esta coleção, do PNLD 2015, aborda em seus três volumes a história da humanidade desde a Pré-História até os dias atuais. Cada volume destina-se a um ano do ensino médio, respectivamente. O Volume 1 não entrou na análise desta dissertação, pois não se encaixa nos recortes temporal e histórico propostos. Já o Volume 2, possui 5 capítulos analisados, todos da Unidade IV. Vão, em sequência, do Capítulo 12 ao Capítulo 16. Os títulos e, por sua vez, os temas abordados são: *Emancipação política do Brasil, O reinado de Dom Pedro I: uma cidadania limitada, Regências: a unidade ameaçada, Modernização, mão de obra e guerra no Segundo Reinado e Abolição e República*. Segue-se, então, a análise.

O primeiro capítulo, *Emancipação política do Brasil*, traz apenas mulheres da Família Real Portuguesa. Apesar de não serem brasileiras, foram mulheres que atuaram de alguma forma na História do Brasil. Portanto, as citações destas mulheres fazem parte da análise. D. Maria I, com quatro citações, e D. Leopoldina, com uma citação, são as únicas a aparecerem, sempre com citações indiretas. Como, por exemplo, D. Maria I: “Por esses motivos, o príncipe Dom João, que assumira a regência em 1792, em razão da doença de sua mãe, Dona Maria I, a Louca, sua família e cerca de 15 mil pessoas embarcaram para o Brasil, sob a proteção da marinha inglesa” (BOULOS, 2013, V.2, p. 206).

As imagens são ao todo sete mistas e nenhuma somente de mulheres. Há quatro somente de homens. Apesar disso, entende-se que há obras reproduzidas que podem contribuir um pouco para o entendimento das(os) alunas(os) sobre a realidade da mulher negra. Quando se fala da Conjuração Baiana, há o quadro *Enterro de uma mulher negra*, de J. B. Debret:

Figura 4 - Quadro de mulheres negras de Debret

A Conjuração Baiana

Enquanto os principais envolvidos na Conjuração Mineira eram homens de negócio e intelectuais de origem europeia, os rebeldes baianos eram em sua maior parte mestiços e/ou negros e pobres. Como muitos deles exerciam o ofício de alfaiate, a Conjuração Baiana (1798) ficou conhecida também como **Revolta dos Alfaiates**.

Na época, a cidade de Salvador e suas mercancias possuíam um comércio movimentado e cerca de 500 engenhos e lavagens em plena atividade. Mas a riqueza achava-se concentrada e contrastava com a enorme pobreza da maioria dos seus cerca de 60 mil habitantes. Alimentos, como carne, sal e azeite, subiam de preço constantemente.

Roupas, calçados e ferramentas eram produtos caros e, além disso, raros, pois a **rainha de Portugal** tinha proibido a instalação de manufaturas no Brasil. Os impostos abusivos também contribuíam para aumentar a insatisfação social.

Nesse contexto opressivo, em 12 de agosto de 1798 um grupo de rebeldes baianos afixou em locais públicos cartazes anônimos conclamando o "magnífico povo baiano" a participar de uma revolução contra a metrópole.

Nos seus manuscritos, os rebeldes defendiam:

- a proclamação, na Bahia, de uma república semelhante à da França em que todos – brancos, negros ou mestiços – tivessem liberdade e igualdade de tratamento;
- o fim do preconceito contra negros;
- a abertura do porto de Salvador para o livre-comércio;
- a diminuição dos impostos e o aumento dos soldos e da oferta de alimentos (a falta de carne e farinha de mandioca afetava duramente os mais pobres).

Assim que os cartazes dos rebeldes ganharam as ruas, o governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, ordenou o início das investigações e a prisão de dezenas de rebeldes: alfaiates, soldados, escravos de ganho, além de indivíduos de estratos sociais mais elevados, como o cirurgião Cipriano Barata e o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, em cuja casa funcionava a loja maçônica Cavaleiros da Luz. Estes dois últimos, chamados nos inquéritos de "pessoas de consideração", foram inocentados; os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador.

Dica: reportagem sobre a Revolta dos Alfaiates.

Parte 1. [Duração: 21 minutos]. Acesso: <<http://ler.vci/bbdma>>.

Parte 2. [Duração: 12 minutos]. Acesso: <<http://ler.vci/4xfpik>>.

Enterro de uma mulher negra, obra de J. B. Debret. O artista representou diversos aspectos do dia a dia dos afrodescendentes. Repare que as

vendedoras à esquerda comparecem ao enterro carregando seus tabuleiros e com trajas típicos de seus povos de origem.



Porém, não há no texto principal qualquer informação sobre a realidade vivida por estas mulheres negras do período, ainda sob a escravidão. Podem-se obter apenas alguns dados na descrição da imagem, que traz mais informação sobre o pintor da obra do que sobre essas mulheres. Ao lado da figura, em cor roxa:

Enterro de uma mulher negra, obra de J. B. Debret. O artista representou diversos aspectos do dia a dia dos afrodescendentes. Repare que as vendedoras à esquerda comparecem ao enterro carregando seus tabuleiros e com trajes típicos de seus povos de origem (BOULOS, 2013, V.2, p. 205).

Na sessão de exercícios deste capítulo, em *O texto como fonte*, há novamente o uso de uma imagem de Debret em que mulheres negras são representadas. Trata-se de *Os refrescos no Largo do Palácio*, de 1835. Há maiores informações, porém, o texto não é do autor do LD. É um trecho de Valéria Lima, com a obra *Uma viagem com Debret*. Esta página é focada nas obras de Debret e não nas mulheres negras. Apenas se descreve a imagem, com: “a figura da escrava que oferece água e doces impõe-se diante dos sedentos brancos sentados no parapeito do cais” (Valéria Lima apud BOULOS, 2013, V.2, p.214). Na sequência do texto, não há nas perguntas feitas pelo autor qualquer referência a estas mulheres.

No capítulo seguinte, Capítulo 13, *O reinado de Dom Pedro I: uma cidadania limitada*, há igualmente mulheres da Família Real. Estas são, novamente, as únicas a serem citadas; indiretamente. A maior informação que temos de uma dessas mulheres no texto principal, trata de D. Maria da Glória. Diz: “[...] Dom Pedro I herdou o trono português, mas logo renunciou a ele em favor de sua filha, Maria da Glória. No entanto, Dom Miguel, o irmão de Dom Pedro I, desfechou um golpe de Estado e ocupou o trono que caberia à sobrinha [...]” (BOULOS, 2013, V.2, p. 223).

Ainda neste capítulo, chama atenção o *box* em suas últimas páginas, intitulado *Integrando com Biologia*, que ocupa a página 226 e 227. Trata-se da reprodução de uma reportagem de Paola Bello, para a revista *Veja*, de 19 de fevereiro de 2013³⁰. O título é: *Exumação inédita de Dom Pedro I e suas mulheres permite confrontar registros históricos*. Como não se pretende analisar o texto da autora, mas sim o uso deste pelo autor do LD, levanta-se a crítica de duas questões. A primeira: O problema da seleção deste texto. Para isso, é preciso

³⁰ Pode ser lida na íntegra aqui: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/exumacao-de-familia-imperial-traz-revelacoes-para-historia-do-brasil/>. Acessado em 17/08/2015, às 13:00.

reproduzir um trecho do texto original de Paola Bello para apontar o problema. Trata-se desta parte:

A expectativa era encontrar uma fratura em um dos fêmures da imperatriz. - isso porque a histografia registra que sua morte está relacionada a complicações na recuperação de uma fratura ocorrida depois de ela ter sido empurrada escada abaixo por D. Pedro I. "Com base em fontes primárias, vimos que a morte dela não foi consequência de uma agressão de Dom Pedro I. Não podemos falar que ela nunca tenha sido agredida, mas podemos garantir que nunca houve ato que levasse a alguma fratura, menos ainda que a pudesse levar à morte. (Apud BOULOS, 2013, V.2, p. 227)

Entra-se, então, na segunda questão: As perguntas formuladas a partir do texto no contexto da sociedade brasileira atual. Nessas perguntas, há a ausência de qualquer problematização ou abordagem mais crítica sobre a possível violência doméstica sofrida pela Imperatriz. Também não se traz o dado de que a Imperatriz estava grávida quando esta agressão teria ocorrido. O que se vê é uma naturalização da violência contra as mulheres, já que o tema é tratado sem qualquer atenção. Como com a pergunta de letra e: “Quais foram as principais descobertas realizadas pela pesquisadora?” (BOULOS, 2013, V.2, p. 227). A resposta inclui o fato de D. Pedro I não ter causado a morte da Imperatriz jogando-a da escada.

Não se pretende sugerir que o texto não deveria estar no LD, o que se pretende é apontar que um texto assim deve trazer uma reflexão que aborde a violência de gênero. O que as alunas e alunos, ao lerem esta página, entenderão desta abordagem sem qualquer crítica a um homem ter sido acusado de jogar a esposa da escada e ter causado sua morte? Que percepção de violência contra a mulher é oferecida? Já que não há fratura, e, portanto, morte, não é preciso problematizar? Perpetua-se o ditado popular brasileiro “em briga de marido e mulher não se mete a colher”? São perguntas que se levantam baseadas em alguns índices da sociedade brasileira.

No Brasil - segundo o *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*³¹, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) – o número de homicídios cometidos contra as mulheres colocam o país na quinta posição entre 83 países. Segundo o comunicado à imprensa deste estudo:

³¹Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php

No Brasil, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS que avaliaram um grupo de 83 países.³²

No estudo, também se apresenta o crescimento no número de vítimas:

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década.

Apesar da dificuldade de calcular o número de feminicídios dentro destes homicídios, visto que a Lei é deste ano de 2015, é possível ter uma estimativa. Segundo o *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*, esta estimativa é presumível através do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM):

- Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima.
- Isso representa perto de 7 feminicídios diários nesse ano, cujo autor foi um familiar.
- 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano. Nesse caso, as mortes diárias foram 4. (*Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*, 2015, p.70)

O problema da violência doméstica e do feminicídio causados dentro da família no Brasil alcançou números altos e, por isso, duas leis foram criadas para tentar diminuir os casos. A primeira, foi a Lei Maria da Penha³³, que entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Esta Lei aumenta o rigor com que os crimes de violência doméstica são julgados. Porém, infelizmente, esta Lei não consta em nenhum momento neste LD. A outra lei, mais recente, é a

³² Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapa2015_mulheres_imprensa.pdf. Acesso em 28/11/2015, às 08:48.

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 01/10/2015, às 17:00.

Lei do Feminicídio³⁴, que entrou em vigor em 9 de março de 2015. Esta, prevê o aumento da pena nos casos de homicídio contra a mulher por razões de gênero.

Um texto contendo tal violência no LD, sem qualquer pergunta que questione e/ou que aponte o ato de violência contra uma mulher como errado, pode ser entendido pelas/os estudantes como algo que não merece atenção. O que não é apontado, é tido como natural. D. Pedro I foi absolvido de seu crime neste LD, mas qual a mensagem levada disso por alunas e alunos? Entende-se que este seja um risco alto a correr. Além disso, a Imperatriz não apareceu ativamente em outros capítulos, nem mesmo em boxes. O que se levará de conhecimento sobre esta mulher, além de que ela sofria violência doméstica na mão de seu marido?

Para finalizar a análise deste capítulo, há no texto principal uma única menção às mulheres. No tópico *A Constituição do Império*, se pode ler: “Na Constituição não havia referência às mulheres: elas estavam excluídas dos direitos políticos pelas normas sociais” (BOULOS, 2013, V.2, p. 220). Sobre as imagens, há uma imagem somente de mulheres. Na mesma sessão trazida acima, no box *Integrando com biologia*, onde há a reprodução de um quadro de D. Leopoldina e D. Amélia. Há também seis imagens mistas e sete somente de homens.

O Capítulo 14, *Regências: a unidade ameaçada*, é ainda mais omissivo. Não há qualquer personagem feminina citada direta ou indiretamente. Mesmo quando se fala na Revolução Farroupilha – momento em que a figura de Anita Garibaldi³⁵ é normalmente trazida junto a de Giuseppe Garibaldi. Não há imagens somente de mulheres, mas há sete somente de homens. São cinco mistas. No Capítulo 15, *Modernização, mão de obra e guerra no Segundo Reinado*, a situação se repete. Não há qualquer personagem feminina citada. Nas imagens, há uma imagem somente de mulheres. Trata-se do quadro *La paraguaya*, de Juan Manuel Blanes, trazido no contexto da Guerra do Paraguai ao se falar da dizimação do povo paraguaio. Há também 11 imagens somente de homens e 12 mistas.

Pela omissão que se faz de qualquer figura feminina nestes capítulos, entende-se que pode haver a compreensão por parte das/os estudantes de que nenhuma mulher participou de qualquer revolta contra a Corte no período e nem do conflito da Guerra do Paraguai. São

³⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 01/10/2015, às 17:03.

³⁵ Heroína de Guerra, também chamada de heroína de dois mundos.

esquecidas mulheres como Anita Garibaldi, Florisbela³⁶, Maria Curupaiti³⁷, Jovita Alvez Feitosa³⁸, Ana Néri³⁹ e tantas outras. Mulheres que romperam tradições de submissão e que participaram ativamente de eventos e conflitos históricos. Perde-se a oportunidade de evocar estes nomes e trazer essas personagens para a vida de meninas e meninos. Esquece-se de que representatividade importa⁴⁰.

No capítulo 16, *Abolição e República*, há uma citação sobre a condição das mulheres negras. Ao se falar do Quilombo do Jabaquara, em Santos (SP), se lê: “Esse quilombo, surgidos nos últimos anos do período imperial, chegou a reunir cerca de 10 mil quilombolas, entre homens, mulheres e crianças” (BOULOS, 2013, V.2, p. 269). Porém, as mulheres não são lembradas ou citadas diretamente como participantes dos grupos e movimentos abolicionistas nas quatro páginas destinadas a este tópico. Fala-se do movimento abolicionista durante o século XIX e nenhuma mulher negra está presente, mas três homens negros estão: Luís Gama, Joaquim Nabuco e André Rebouças. Incluir na história esses nomes é um avanço, não se questiona isso, mas não se pode cair no mesmo costume que a historiografia tem apresentado: uma história composta somente por homens.

Apesar do consenso historiográfico de que o movimento abolicionista fora construído por ícones como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, João Clapp e outros, o protagonismo feminino foi de grande relevância na luta pelo fim da escravidão, atuando em parceria com os abolicionistas históricos ou de forma independente. (SILVA e BARRETO, 2014, p. 52)

Existem mulheres negras famosas, como, por exemplo, Chiquinha Gonzaga, que participaram de movimentos abolicionistas. Assim como, houve mulheres que pegaram em armas ao lado de homens negros para lutar por sua liberdade e que não são tão conhecidas, tanto neste século XIX quanto em anteriores. Nomes como Dandara⁴¹, Mariana Crioula⁴², Tia

³⁶ Heroína da Guerra do Paraguai.

³⁷ Heroína da Guerra do Paraguai.

³⁸ Heroína da Guerra do Paraguai.

³⁹ Heroína e precursora da enfermagem na Guerra do Paraguai.

⁴⁰ Esta frase é alusão à frase em inglês de Whoopi Goldberg (atriz), sobre representatividade: “Well, when I was nine years old, Star Trek came on, I looked at it and I went screaming through the house, ‘Come here, mum, everybody, come quick, come quick, there’s a black lady on television and she ain’t no maid!’ I knew right then and there I could be anything I wanted to be.” Disponível em: http://www.startrek.com/database_article/goldberg-whoopi. Acesso em 19/08/15, às 09:48.

⁴¹ Guerreira negra do período colonial. Lutou ao lado de Zumbi dos Palmares (seu companheiro).

⁴² Quilombola. Lutou ao lado de Manuel Congo (seu companheiro).

Simoa⁴³ e Luísa Mahin⁴⁴ poderiam ser citados. No entanto, a única vez que as mulheres negras participam da história neste período é quando se fala de leis abolicionistas, na Lei do Ventre Livre. Quase como objetos, sua situação é trazida.

Este esquecimento da mulher negra só melhora nas últimas páginas do tópico, ao se falar sobre a escassez de oportunidades de trabalho para a população negra do país após a abolição. Quando se pode ler: “Restava à mulher negra garantir a sobrevivência da família cozinhando, lavando e passando para particulares” (BOULOS, 2013, V.2, p. 271). Entretanto, não há maiores detalhes deste trabalho. Pensa-se que a relação entre mulheres brancas e negras, relação de poder de uma sob a outra, poderia ter sido abordado. Após, na página seguinte, Tia Ciata é citada diretamente. Ao se falar do nascimento do samba, explica-se que foi em sua casa que o primeiro samba foi gravado. Além disso, há um trecho de uma entrevista com esta personagem histórica.

Porém, não há informações sobre a vida desta mulher. Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, foi mais do que apenas a dona da casa onde se considera que o samba nasceu. Tia Ciata também foi líder comunitária, incentivadora do samba e figura conhecida no Rio de Janeiro (SCHUMACHER, 2000). Adiante, ainda nesta página, para ilustrar a temática do samba, há uma imagem de mulheres negras dançando no carnaval carioca de 1930. Nesta coleção, parece sempre mais fácil deixar as mulheres participarem ativamente em fatos históricos de cunho mais cultural.

Elogia-se o autor por citar diretamente Tia Ciata, mas considera-se a inclusão de mulheres negras muito baixa - a própria personagem poderia ter tido a sua história melhor explorada. Entende-se que o total esquecimento destas personagens em capítulos anteriores poderia ter sido redimido nesta oportunidade de se falar das lutas abolicionistas, mas não ocorreu. Ainda sobre este período histórico, se pode encontrar, em *Atividades*, a reprodução de um exercício do Enem-MEC onde há a foto de um casal de origem africana. Pede-se para avaliar as roupas do casal e identificar o aspecto histórico da escravidão no Brasil no século XIX a partir delas. Entende-se que pelo conteúdo deste capítulo, conseguir acertar esta questão será tarefa difícil. Não há informações no texto principal, ou *boxes*, que dê base para tal.

Ainda no mesmo capítulo, há uma única citação da princesa Isabel. Personagem que costuma aparecer com maior destaque pela assinatura da Lei Áurea. Porém, neste LD apenas

⁴³ Articulou a greve dos jangadeiros, no Ceará.

⁴⁴ Ex-escrava e líder de rebelião.

se pode ler: “Sob forte pressão popular, o governo imperial, exercido na época pela princesa Isabel, assinou a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil [...]” (BOULOS, 2013, V.2, p. 271). Mais adiante, fala-se da Constituição e cidadania na jovem República. Pode-se ler, sobre a restrição do direito ao voto: “As mulheres não tinham o direito ao voto” (BOULOS, 2013, V.2, p. 277). Não há mais dados sobre essa restrição.

É neste contexto histórico, de República jovem, que uma imagem somente de mulheres é trazida. Trata-se da capa da Revista *Fon-Fon!*⁴⁵, de 1909. Está no *box A imagem como fonte*, na última página do capítulo. São duas mulheres, uma representa a República e a outra a Monarquia:

⁴⁵ A Revista *Fon-fon* surgiu no Rio de Janeiro em 1907 e ficou em circulação até 1958. Para mais informações acessar: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101430/memoria22.pdf>

Figura 5 - Mulheres representando a Monarquia e a República

A IMAGEM COMO FONTE

A imagem escolhida se chama **15 de Novembro** e foi capa da revista **Fon-Fon!**, em novembro de 1909. Seu autor é o artista fluminense Calixto Cordeiro, mais conhecido como **K. Lixto**. Observe-a com atenção.

a) A monarquia foi representada como uma senhora idosa, de saia rodada, xale sobre a cabeça e lenço na cabeça. Suas roupas estão em desacordo com a moda da época; sua coroa está gasta e meio torta.

b) A República, por sua vez, foi representada como uma mulher relativamente jovem, alta, esbelta. Seu vestido longo e chapéu grande estão de acordo com a moda da época. Sua postura e sua expressão são de alguém que não está disposto a ouvir.

c) Como sugere a fala das duas personagens, muitos brasileiros se desiludiram com o novo regime. A proclamação da República despertou esperanças de profundas transformações sociais. No entanto, o 15 de Novembro não mudou a situação da maioria; a República do progresso se mostrou ocidentista.



15 DE NOVEMBRO
A MONARCHIA – NÃO É POR FALLAR MAL, MAS COM FRANQUEZA...
EU ESPERAVA OUTRA COUSA.
A REPUBLICA – EU TAMBEM!

- Como o artista representou a monarquia?
- Como a República foi representada?
- Lendo o diálogo entre as duas personagens, o que se pode saber sobre a reação da maioria dos brasileiros à República recém-proclamada?
- No ano em que K. Lixto produziu essa charge, o país era regido pela Constituição de 1891. Essa Constituição atendeu às expectativas da maioria dos brasileiros em relação ao voto?

Para a Constituição de 1891, o voto deixava de ser censitário; entretanto, as mulheres, os analfabetos, os soldados e os membros do clero regular continuavam impedidos de votar. Portanto, a maioria da população continuava excluída do direito à cidadania.

Assim, acaba o Volume 2 desta coleção. Ao que diz respeito aos capítulos analisados neste volume, não se percebe muito esforço em trazer a História das Mulheres Brasileiras. Nem mesmo nos *boxes*. Chama-se atenção para o fato de que, quando citadas, a grande maioria dos nomes, com exceção de Tia Ciata, são mulheres brancas e da Família Real. Estas, constantemente trazidas em citações indiretas. Segue-se, então, para a análise do terceiro volume da coleção.

A análise neste Volume 3 abrange os Capítulo 3, *Primeira República: dominação e resistência*, Capítulo 6, *A Era Vargas*, Capítulo 10, *De Dutra a Jango: uma experiência democrática*, Capítulo 11, *O Regime Militar*, Capítulo 13, *O Brasil na nova ordem mundial*. No Capítulo 3, a primeira citação encontra-se na descrição de uma foto de operários e operárias da Fábrica Cotonifício Rodolfo Crespi, em São Paulo: “Note a presença significativa de mulheres e crianças” (BOULOS, 2013, V. 3, p. 57). Apesar disso, não há no texto principal ou em qualquer *box* maiores informações. Só se fala brevemente sobre o tema algumas páginas depois, na página 69. Nesta, se lê: “Como o salário do homem era insuficiente para manter a família, mulheres, jovens e crianças também trabalhavam para completar a renda” (IDEM, p. 69). Três parágrafos depois, mais uma informação: “a luta pela jornada de 8 horas (que deveria ter início em 1º de maio do ano seguinte), a regulamentação do trabalho feminino e a abolição das multas aplicadas aos operários” (IDEM).

Na página seguinte, temos mais um dado: “Os grevistas passaram a exigir jornada de 8 horas, aumentos salariais, pagamento pontual, fim do trabalho noturno para mulheres, redução dos aluguéis” (IDEM, p. 70). Há, assim, três informações sobre as mulheres operárias sem uma maior explicação da realidade vivida por elas. Também não se evocam nomes de mulheres que tenham participado das greves. Quem eram estas mulheres? De que classe eram? No que trabalhavam? Quantas horas trabalhavam? Como eram tratadas? Quanto recebiam? Participavam ativamente das greves? Lutavam por seus direitos? São questões que não se abordam.

A única vez que se pode entender melhor sobre a histórias das operárias deste período é na sessão de *Atividades*. Na questão 3, temos um trecho do livro *O movimento operário na Primeira República*, de Claudio Henrique de Moraes Batalha. Onde se lê:

No município de São Paulo, segundo os dados do censo populacional de 1920, as mulheres representavam 29% do total de trabalhadores empregados em todos os ramos da indústria, mas no setor têxtil essa participação saltava para 58%. Já no Rio

de Janeiro, então Distrito Federal, a participação das mulheres entre os trabalhadores na indústria era ligeiramente inferior à de São Paulo, 27%, mas no setor têxtil era de [...] 39% (Apud BOULOS, 2013, V. 3, p. 71).

Estas informações são parte importante da história dessas mulheres e seriam de grande valor no texto principal. Mostram que não eram poucas as mulheres que trabalhavam fora do lar. Levanta-se ainda a questão do tipo de fábrica que predominavam em número de operárias. Por que tecelagem? Qual a relação de poder entre os gêneros presente nesta característica? Mas não há mais informações disponíveis para maiores reflexões. Essa atividade não é parte do texto principal e, por isso, depende ainda mais da figura da(o) professora(o) para serem lidas e exploradas. Se as atividades deste capítulo não forem abordadas, muito provavelmente não se conhecerá esta história das mulheres operárias na Primeira República.

A mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores. Poucas referências encontramos quanto às trabalhadoras. Lutavam juntamente com os homens, embora suas conquistas fossem sempre menores. Muitos foram os movimentos em que elas se destacaram. (TELES, 1999, p. 42)


Voltando ao texto principal deste capítulo, Maria Bonita é trazida em duas citações diretas. Apenas numa dessas citações, na descrição de uma imagem sua acompanhada de Lampião, se tem maiores informações sobre sua vida: “Lampião e Maria Bonita. Com o ingresso de Maria Bonita no bando, quebrou-se um costume antigo dos bandos de cangaceiros: o de serem formados só de homens” (BOULOS, 2013, V. 3, p. 65).

Figura 6 - Maria Bonita e Lampião

“barradas”, nome que os sertanejos davam aos seus povoados.

Depois de resistir a várias expedições enviadas pelas autoridades, os sertanejos partiram para o ataque: invadiram e conquistaram cidades, bloquearam a ferrovia São Paulo-Rio Grande e incendiaram a serraria da Lumber. Depois atacaram Curitiba e incendiaram a fazenda do coronel Albuquerque, o maior inimigo dos sertanejos; invadiram ainda o cartório local e incendiaram títulos de propriedade, muitos dos quais forjados pelos coronéis que mantinham a justiça local.

O governo federal, presidido por Hermes da Fonseca, decidiu, então, enviar para o Contestado 6 mil soldados, camêfones, metralhadoras e aviação militar, enfim, o armamento mais moderno da época. As forças de repressão contavam também com 960 policiais das forças do Paraná e de Santa Catarina e 300 vaqueanos (jagunços a serviço dos coronéis da região). Os redutos dos “irmãos do Contestado” foram, então, arrasados e incendiados; os que se entregavam eram executados e queimados no mato. As autoridades da jovem República diziam agir em nome do progresso e da civilização!

Em 1916, com o fim da Guerra do Contestado, foi celebrado um acordo que fixou os limites oficiais dos estados do Paraná e de Santa Catarina. 

Cangaceiros e cangaço


Bandos armados, obedientes a um chefe e que vivem de assaltos e saques sempre existiram. Mas os termos **cangaceiros** e **cangaço** só foram usados num espaço delimitado: as áreas de caatinga que constituem o chamado **Polígono das Secas**, no interior do Nordeste.

O cangaço, forma de banditismo peculiar que se desenvolveu no Nordeste brasileiro, variou no tempo.

Do século XVIII ao final do século XIX predominou o **cangaço dependente**, assim chamado porque os bandos de homens armados viviam sob a proteção

de um fazendeiro ou chefe político ao qual serviam e em cujas terras moravam. Esses cangaceiros e/ou jagunços atuavam como segurança pessoal do fazendeiro, faziam guerra aos índios ou posseiros para tomar terras e instalar fazendas de gado. Nas palavras da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, eles “pertenciam” a quem lhes pagava.

Já entre os anos de 1896 e 1940 desenvolveu-se no Nordeste outra modalidade de cangaço que, por suas características, foi chamada de **cangaço independente**: bandos armados que agiam por conta própria, sobrevivendo de assaltos e saques, sem domicílio fixo, em luta constante com a polícia (os volantes). Os líderes mais importantes dessa modalidade de cangaço foram Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião. Lampião foi o mais conhecido deles por sua ousadia na luta contra a polícia, pela organização e duração de seu bando, por sua capacidade de fazer alianças e por ter atuado em uma extensa área do Nordeste brasileiro.

 **Dica: documentário com depoimentos de sobreviventes da Guerra do Contestado. Dividido em duas partes. [Duração total: 18 minutos].**
Parte 1. Acesso: <http://ler.vc/hmrz9o>.
Parte 2. Acesso: <http://ler.vc/zceq3>.

Lampião e Maria Bonita. Com o ingresso de Maria Bonita no bando, quebrou-se um costume antigo dos bandos de cangaceiros: o de serem formados só de homens. Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (1898-1938), chefiou o mais famoso bando de cangaceiros do Nordeste. Foi chamado, por isso, de Rei do Cangaço.



Sociedade do Cangaço, Aracaju

Na página seguinte há outra menção à Maria Bonita, junto com os mortos e decapitados do grupo de Lampião. A personagem não é muito explorada, apesar de aparecer em destaque na imagem junto com Lampião. Porém, não há mais informações sobre Maria Bonita ou sobre a existência de outras mulheres cangaceiras.

No mesmo dia em que Maria entrou para o bando de cangaceiros, uma irmã de seu marido, que se chamava Mariquinha, resolveu acompanhar Labareda, chefe de um dos subgrupos de Lampião. No grupo, Maria era tratada por Dona Maria, Maria de Lampião ou Maria do Capitão. Durante os oito anos de vida em comum com o cangaceiro, teve quatro gestações, sobrevivendo apenas uma menina, que nasceu em 8 de setembro de 1932, no sertão de Sergipe, e recebeu o nome de Expedita. Nesse tempo ela foi ferida uma única vez, em Serrinha do Catimbau, em Pernambuco. (SCHUMACHER, 2001, p. 431)

Quando Lampião quebrou este costume de bandos de cangaceiros só de homens, houve outras mulheres como Maria Bonita. Poderia ter sido evocada a figura de Sérgia Ribeiro da Silva, conhecida como Dadá. Cangaceira que viveu na mesma época de Maria Bonita e Lampião. Dadá foi a primeira e única mulher dos grupos cangaceiros a portar um fuzil. “Era admirada pelos companheiros com tal intensidade que um chefe de grupo disse certa vez: ‘Dadá vale mais do que muito cangaceiro’” (SCHUMACHER, 2001, p. 2002). Também foram cangaceiras: Enedina Nascimento e Lúcia Figueiredo Vieira de Barros, entre outras.

Além dessas citações de Maria Bonita, há também a citação direta de Anita Malfatti. No *box Integrando com Língua Portuguesa*. Ao se falar do Movimento modernista, Anita é a única mulher citada. Está acompanhada por cinco nomes masculinos. Tarsila do Amaral, Pagu (Patrícia Galvão), Zita Aita, dentre outras, são esquecidas. Não há imagens somente de mulheres, mas há 10 somente de homens e 11 mistas. Após este Capítulo 3, seguem-se capítulos sobre outros temas que não são relacionados à História do Brasil.

Retorna-se a análise no Capítulo 6, Unidade II, *A Era Vargas*. Este período histórico coincide com uma conquista importante das mulheres, o direito ao voto. Fruto do Movimento Sufragista Brasileiro, considerada a Primeira Onda Feminista no Brasil e consequência de uma primeira onda feminista em escala mundial. Assim, mulheres de várias nações formaram grupos organizados politicamente e pressionaram políticos para obter o direito ao voto. No Brasil, a líder deste movimento foi Bertha Lutz. Foram conquistas feitas aos poucos. A primeira se deu na cidade de Minas Gerais, em 1912, quando Nilda Iris Vaz Borges foi eleita a primeira vereadora do país.

Porém, o autor parece desconhecer essa história ou não a julga importante a ponto de ser mencionada no LD. O Movimento Sufragista Brasileiro não é citado, não há qualquer vestígio de sua existência. A única informação que se tem é um dos resultados dessa luta sufragista, e vem ao se falar de Vargas:

Ainda que vitorioso, o governo Vargas buscou o entendimento: nomeou o paulista Armando de Salles Oliveira como interventor em São Paulo e acelerou a constitucionalização do país, aprovando o Código Eleitoral de 1932, que concedia o direito de voto às mulheres. A primeira deputada brasileira foi a médica paulista Carlota de Queiroz, eleita para a Assembleia Constituinte de 1933” (BOULOS, 2013, V. 3, p. 119)

Entende-se que se retirou o caráter de luta de um movimento social composto por uma minoria política e se passou uma informação incompleta. Carlota de Queiroz foi a primeira deputada federal do Brasil, e não a primeira deputada. Também se esqueceu uma figura importante ao não se abordar o Movimento Sufragista, a de Alzira Soriano. Ela concorreu e foi eleita com 60% dos votos, tomando posse em 1º de janeiro de 1929, como prefeita de Lajes, no Rio Grande do Norte. Desafiou a sociedade da época e se tornou a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade:

A campanha transcorreu com conflitos, como se previra. Os adversários não pouparam ofensas pessoais a Alzira. Alguns apregoavam, às claras e sem rodeios, que mulher pública é prostituta; outros procuravam seus familiares para dizer que não ficava bem uma senhora de família entrar para a política. A despeito da oposição cerrada e das ofensas pessoais, a candidatura de Alzira foi um enorme sucesso: obteve 60% dos votos válidos do município. O adversário, sentindo-se humilhado por perder para uma mulher, deixou a cidade e até o estado. (SCHUMACHER, 2000, p.46)

Após esta citação sobre o Código Eleitoral no LD, há uma citação indireta de Olga Benário. Olga não é de origem brasileira, e sim alemã, mas participou de nossa história. Militante comunista desde os quinze anos de idade, no Partido Comunista Alemão, foi presa e tempos depois solta. Para fugir da perseguição em seu país foi para a União Soviética. Acabou por se envolver com o Partido Comunista Brasileiro, em 1934. Foi quando conheceu Luís Carlos Prestes, com quem teve uma filha algum tempo depois. Também foi presa no Brasil, no período Vargas, e deportada para a Alemanha. Apesar de sua história como revolucionária, não há nenhuma outra informação a não ser de que foi esposa de Carlos Prestes. O ponto mais

positivo em sua citação é que ocorre no texto principal e se traz, ao lado do texto, a imagem do filme *Olga: muitas paixões numa só vida*. Talvez desperte a curiosidade das alunas e alunos.

Figura 7 - Imagem do filme *Olga*

Jovem ostentando a bandeira do integralismo.

Em 1932, os integralistas, liderados pelo escritor e jornalista Plínio Salgado (1895-1975), fundaram em São Paulo a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, uma organização política tendo por lema "Deus, Pátria e Família" e por símbolo o sigma maiúsculo (Σ), décima oitava letra do alfabeto grego, utilizada na Matemática para indicar somatório.

Alguns teóricos do integralismo, como o dirigente da AIB, Gustavo Barroso, eram radicalmente antissemitas e culpavam os judeus pelo atraso do Brasil.

Os integralistas eram em geral funcionários públicos ou membros do clero, do empresariado e, em menor escala, do alto escalão das Forças Armadas. Segundo estimativas ponderadas, a AIB chegou a possuir por volta de 100 mil filiados e mais de mil núcleos espalhados pelo país.

O aliancismo

Em oposição à Ação Integralista Brasileira, foi fundada, em 1935, a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, uma frente popular liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, que tinha como presidente de honra o ex-capitão Luís Carlos Prestes, homem de confiança do PC soviético no Brasil. Os principais pontos do programa da ANL eram o não pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a liberdade de expressão e pensamento; o atendimento às exigências dos trabalhadores.

O levante comunista de 1935

Em 5 de julho de 1935, data de aniversário dos levantes tenentistas, Luís Carlos Prestes lançou um manifesto incitando a população a derrubar o governo Vargas. Este reagiu colocando a ANL na ilegalidade e ordenando o fechamento de suas sedes em todo o Brasil. Os aliancistas partiram, então, para o confronto. Em novembro de 1935, batalhões de Natal, Recife e Rio de Janeiro pegaram em armas contra o governo. Na época, este levante comunista foi chamado de *Intentona*, palavra empregada no sentido de "intento louco, plano insensato". A repressão aos rebeldes foi dura e resultou em várias mortes de militares.

Durante a repressão, o governo decretou estado de sítio e prendeu milhares de opositoristas: militares, jornalistas, funcionários públicos, professores e escritores, a exemplo do alagoano Graciliano Ramos, além de comunistas vindos do exterior para participar do levante de 1935, como a alemã Olga Benário (que se tornaria esposa de Prestes).

A luta contra o comunismo colaborou para unir os oficiais das Forças Armadas em torno do golpe que vinha sendo preparado por Vargas.

Dica: vídeo com imagens do movimento integralista e de suas manifestações. [Duração: 7 minutos].

Acesse: <<http://ler.vc/ripu8j>>.

Dica: documentário abordando a trajetória de Prestes, desde os anos de 1920 até os dias atuais. [Duração: 104 minutos].

Acesse: <<http://ler.vc/skj5lk>>.

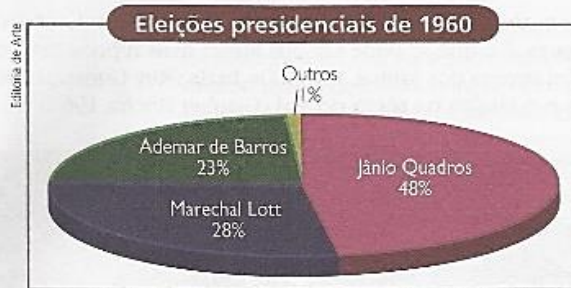
Fac-símile da capa do DVD do filme *Olga*, de 2004.

CAPÍTULO 6 A ERA VARGAS 121

A imagem do DVD *Olga: muitas paixões numa só vida* é a única imagem somente de mulheres trazida neste capítulo. Este, conta com 15 imagens somente de homens e apenas 3 mistas. Esse aumento nas imagens somente de homens é uma tendência também nos próximos capítulos, como veremos. É importante apontar que a sociedade brasileira passou por processos que permitiram cada vez mais a participação feminina na sociedade do século XX. Assim, figuras femininas são mais facilmente relatadas em nossa história, principalmente após a conquista do direito ao voto. Entende-se que não há um desconhecimento destas mulheres, mas uma seleção de currículo que não as considera parte da história a ser ensinada.

Entra-se na análise do Capítulo 10, Unidade 3, *De Dutra a Jango? Uma experiência democrática*. O único nome citado é o de Ângela Maria, uma citação indireta no *box Bossa-nova, cinema novo e futebol*. Não há qualquer informação sobre a cantora, apenas seu nome. No mesmo box, sete homens que participaram deste contexto histórico são citados, alguns duas vezes. Podia-se ter citado, como exemplos, Nara Leão, Bebel Gilberto, Maysa, Miúcha e outras. A abordagem da realidade social que as mulheres recebem neste capítulo é duvidosa. Elas são trazidas quando se fala do governo de Jânio Quadros e, apesar de não estarem no texto principal, se pode ler uma informação que lhes diz respeito e que serviu para trazer duas imagens:

Figura 8 - Fotos de mulheres com biquínis



Fonte: TSE.

Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de 1960, com 48% dos votos; a vice-presidência, no entanto, coube a João Goulart (PTB-PSD), adversário político de Jânio. É que, na época, era possível votar no candidato de uma chapa para presidente e no de outra para vice. O governo brasileiro passava às mãos da dupla conhecida na época como Jan-Jan (Jânio-Jango). A UDN, por sua vez, conquistou o governo de estados politicamente influentes, como a Guanabara (atual Rio de Janeiro), com Carlos Lacerda, e Minas Gerais, com Magalhães Pinto.

O governo Jânio Quadros

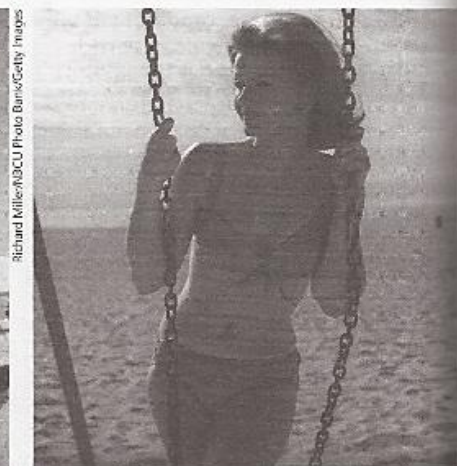
Desde o início de seu governo, Jânio se mostrou autoritário, adotando a **política dos bilhetinhos**: em pequenos pedaços de papel dava ordens aos seus ministros e a funcionários, transfor-

mando-os em meros executores de sua vontade pessoal. Dizia que, com isso, estava combatendo a ineficiência no setor público. Seu autoritarismo se manifestava também na relação tensa que mantinha com o Congresso, a quem se referia como "um clube de ociosos".

Enquanto algumas questões decisivas esperavam por solução, Jânio ocupava-se com questões menores, incompatíveis com o cargo de presidente da República: por meio de decretos proibiu as brigas de galo em todo o território nacional, o funcionamento dos jôqueis-clubes nos dias úteis, o uso de lança-perfume nos bailes carnavalescos e o uso do biquíni nas praias.

A ação moralizadora de Jânio Quadros estendeu-se também à administração pública, com medidas como o controle do "ponto", o impedimento do uso de carros oficiais nos fins de semana, a fiscalização das provas dos concursos públicos e o fim das nomeações em troca de fidelidade político-partidária. Essa devassa na administração pública desmantelava o clientelismo urbano e atingia muitas pessoas nomeadas ou favorecidas pela aliança PSD-PTB, partidos com maioria no Congresso, o que prejudicou ainda mais o relacionamento de Jânio Quadros com o Congresso e contribuiu para seu isolamento político.

O maiô de duas peças (biquíni) havia substituído o maiô de uma peça só, uma novidade na época. Porém, Jânio, com seu perfil autoritário e moralista, proibiu o uso do biquíni nas praias, por considerá-lo ofensivo aos "bons costumes".

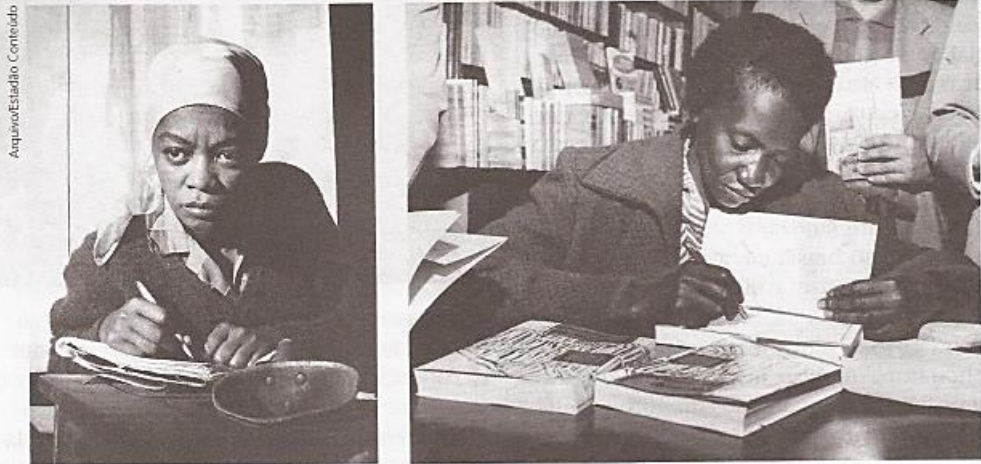


Quando se fala dos decretos de Jânio Quadros, se pode ler que o presidente proibiu “o uso do biquíni nas praias” (BOULOS, 2013, V.3, p. 196). Apesar do breve comentário, há duas fotos de mulheres desconhecidas utilizando roupas de banho. Lê-se na descrição das imagens: “O maiô de duas peças (biquíni) havia substituído o maiô de uma peça só, uma novidade na época. Porém, Jânio, com seu perfil autoritário e moralista, proibiu o uso do biquíni nas praias, por considera-lo ofensivo aos ‘bons-costumes’” (IDEM).

Questiona-se a relevância histórica deste fato comparado aos outros temas não abordados nas páginas anteriores. Não houve espaço para o movimento sufragista, mas houve para se falar do biquíni. Com duas fotos e no texto principal. No mesmo capítulo temos mais uma situação contrastante, no *box O texto como fonte*. O título e tema abordado é o *Movimento negro no Brasil: arte e resistência*, ocupando duas páginas finais. Na última página deste *box*, penúltima do capítulo, há duas fotos de mulheres negras que participaram deste movimento. Trata-se da atriz Ruth de Souza e da escritora Maria Carolina de Jesus. Apesar de estarem presentes nas fotos, não constam no texto do *box*, somente na descrição de suas imagens:

Figura 9 - Box Movimento negro no Brasil: arte e resistência

Nos anos seguintes, a comunidade negra continuou lutando para aumentar a sua participação na vida nacional. Em 1954, foi organizada, em São Paulo, a Associação Cultural do Negro (ACN), que desenvolvia atividades culturais, esportivas e recreativas. Em 1964, no entanto, os militares tomaram o poder no Brasil e passaram a reprimir todo e qualquer movimento popular, dificultando assim a atuação do movimento negro.



À esquerda, a atriz Ruth de Souza atuando na peça *Quarto de despejo* (1961).
À direita, Maria Carolina de Jesus, autora da peça, autografando a sua obra.

A partir dos anos 1970, no contexto das manifestações pela volta da democracia no Brasil, a luta da comunidade negra foi reavivada e se misturou à do trabalhador. Em uma manifestação ocorrida em 7 de julho de 1978, vários grupos negros reuniram-se nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra a morte sob torturas do trabalhador negro Róbson Silveira da Luz e a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, no Clube de Regatas Tietê, em São Paulo.

Durante esse ato público ocorreu a unificação das várias organizações negras, nascendo assim o Movimento Negro Unificado, o MNU, que teve importante papel na história do Brasil, contribuindo de maneira decisiva para as conquistas mais recentes dos afro-brasileiros, como, por exemplo, a Lei 10.639/2003, que obriga o estudo da História e da Cultura da África e dos afro-brasileiros nas escolas de ensinos Fundamental e Médio.

1. O que levou Abdias do Nascimento e seus companheiros a fundarem o Teatro Experimental do Negro? 1. Abdias do Nascimento e seus companheiros objetivavam conscientizar o público da existência do racismo no Brasil e, ao mesmo tempo, dar oportunidade a atrizes e atores negros que, como ele próprio, não conseguiram espaço para atuar no teatro profissional.
2. Uma das reivindicações do Comitê Democrático Afro-Brasileiro era a punição às empresas que faziam seleção baseada na cor. O que isso sugere sobre a sociedade brasileira da década de 1940? 2. Sugere que nos anos de 1940 a seleção baseada na cor era uma prática corrente nas empresas instaladas no território nacional. [Comentar que essa prática estendeu-se às décadas seguintes e, por isso, o fim da seleção baseada na cor continuou sendo uma das principais bandeiras da luta do Movimento Negro.]
3. **EM DUPLA** Que recurso o poeta Solano Trindade usa em sua poesia para chamar a atenção do leitor para a questão da fome? 3. Ele se coloca como um observador que estivesse dentro de um trem descrevendo o que vê através da janela. A poesia tem um ritmo que lembra o de um trem em marcha – os lugares mudam, mas em todos eles há gente com fome, repeta o poeta.
4. Que relação se pode estabelecer entre o MNU e a Lei 10.639/2003? 4. A Lei 10.639/2003 atendeu a uma antiga reivindicação do MNU: a inserção da História e da Cultura da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares.

Essa lei resultou da luta do Movimento Negro, somada à de outros sujeitos históricos – professores, intelectuais, etc. –, cujos objetivos são modificar currículos de base eurocêntrica e aprofundar o estudo da história da África e dos afrodescendentes nas escolas de ensinos Fundamental e Médio.

Maria Carolina de Jesus possui uma trajetória de vida inusitada. De origem pobre, descendentes de escravos, teve seu diário transformado em livro. “*Quarto de despejo* foi traduzido para 13 idiomas, em mais de 40 países” (SCHUMACHER, 2000, p. 167). Em 2012, sua história foi tema de um livro: *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata*, de Germana Pereira Sousa. Porém, a única informação que temos sobre ela é: “À esquerda, a atriz Ruth de Souza atuando na peça *Quarto de despejo* (1961). À direita, Maria Carolina de Jesus, autora da peça, autografando a sua obra” (BOULOS, 2013, V.3, p. 204).

A atriz Ruth de Souza foi uma das primeiras atrizes negras no teatro, televisão e cinema no Brasil. Rompeu preconceitos dentro do mundo artístico, como, por exemplo, quando foi a primeira Desdêmona, personagem de Shakespeare, negra (JESUS, 2004). Porém, sua trajetória também não foi explorada. Oportunidades perdidas. Nas imagens, graças às duas moças de biquínis e as duas fotos no *box*, de Ruth de Souza e Maria Carolina de Jesus, este capítulo contabilizou mais imagens somente de mulheres do que todos os anteriores. Foram cinco ao todo, sendo uma a reprodução de um cartaz em defesa de João Goulart. Imagens somente de homens foram 14 e seis mistas.

No Capítulo 11, *O Regime militar*, percebe-se uma manutenção da realidade dos outros capítulos. Mulheres, ou um pouco de suas histórias, aparecem principalmente em *boxes*. A única mulher brasileira citada no texto principal é Ivete Vargas⁴⁶. Ao se abordar *A batalha pela democracia*, no contexto de abertura política, se pode ler sobre a fundação dos partidos políticos. Sobre Ivete Vargas: “[...] o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas [...]” (BOULOS, 2013, V.3, p. 217). Todas as outras citações de mulheres estão em *boxes*.

No *box Para saber mais*, sobre *O Show Opinião e a resistência ao Golpe de 1964*, Nara Leão e Maria Bethânia são citadas diretamente. O Show Opinião foi produzido logo após o Golpe de 1964, considerado um dos primeiros protestos do período. Foi “importante por ter produzido a ponte entre a crítica politizada do início da década de 1960 e o samba de raiz, mas também por ter sido um dos primeiros gritos artísticos de protesto contra o regime militar” (ALBIN, 2003, p. 256). Poucas informações sobre as cantoras aparecem, mas são estes os

⁴⁶ Sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Elegeu-se pela primeira vez aos 23 anos, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o período de Ditadura Militar, retornou a cena política e conquistou o direito a legenda do PTB.

únicos nomes de mulheres na luta pela democracia no período de Ditadura Militar. Assim como, o único dado sobre esta participação feminina no período.

Figura 10 - Box O Show Opinião e a resistência ao golpe de 1964

Com os cortes no gasto público e o aumento da arrecadação, a inflação caiu e foram criadas condições para que a economia voltasse a crescer. No entanto, os sacrifícios impostos à sociedade, especialmente aos assalariados, foram enormes, o que ajuda a explicar por que, em 1965, nas eleições para governador, a oposição venceu em vários estados. O governo reagiu baixando o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que permitia ao presidente da República governar por meio de decretos-leis e **extinguiu todos os partidos políticos**; formaram-se então dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), para dar apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para fazer oposição.

Em 1966, o governo de Castelo Branco endureceu ainda mais baixando o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que estabelecia eleições indiretas para governadores dos estados; esses, por sua vez, nomeariam os prefeitos das capitais. Com esses três primeiros atos, o presidente da República, os governadores e os prefeitos passavam a ser eleitos indiretamente, fato que mutilava a cidadania no Brasil, pois se negava aos cidadãos o direito de escolher seus governantes. Com o fechamento dos canais de representação política muitos buscavam participar da política por meio de manifestações artísticas; assistiu-se assim a uma superpolitização da cultura.

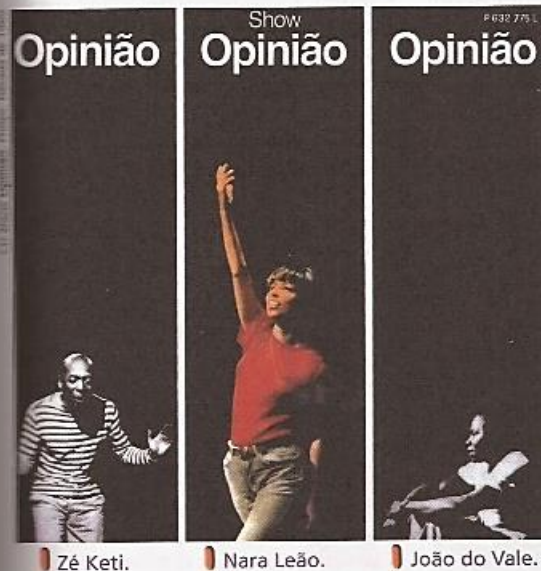
PARA SABER MAIS

O Show Opinião e a resistência ao golpe de 1964

A primeira grande manifestação de protesto dos artistas nacionais ao regime militar foi o lendário **Show Opinião**, que estreou no Teatro de Arena, com a casa lotada, no final de 1964.

Dirigido por Augusto Boal e escrito por Oduvaldo Viana Filho, Armando Costa e Paulo Pontes, o espetáculo **Opinião**, formado por Zé Ketí, Nara Leão e João do Vale, mesclava teatro, música e poesia e representava um esforço de intelectuais e artistas populares para denunciar a pobreza e a injustiça social no Brasil. Um dos pontos altos do espetáculo era a canção Carcará, de autoria de João do Vale e José Cândido, que remete ao drama da fome no sertão. Para interpretá-la, a cantora Nara Leão convidou a baiana Maria Bethânia, que impactou o público com a sua voz rouca e dramática e fez sua estreia triunfal no cenário artístico brasileiro. Nascia, assim, em 1964, a “canção de protesto” que nos anos seguintes se constituiria em uma das principais formas de resistência ao regime militar.

O **Opinião** e outros espetáculos que mesclavam teatro e música, como **Arena conta Zumbi** e **Morte e vida Severina**, realizados entre 1964 e 1966, transformaram os palcos brasileiros em um espaço de valorização do popular na cultura brasileira e de resistência à ditadura militar.



Zé Ketí.

Nara Leão.

João do Vale.

O autor esquece que:

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. (TELES, 1999, p. 56-57)

Evidencia-se, ainda mais, a exclusão de mulheres nos conflitos apresentados nesta coleção. A necessidade de integrá-las na História do Brasil é uma luta para serem reconhecidas como protagonistas e seres ativos. Visa-se mais que incluir nomes femininos no passado, o que se busca é construir uma ligação com o presente. A história não é fato isolado, é vivida constantemente. Um bom exemplo desta necessidade, e de quão atual este tema é para a historiografia, pôde ser vista em junho de 2015. Na, já mencionada, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, na edição intitulada *Mulheres em conflitos*. A justificativa para a escolha deste tema merece reprodução – expressa na *Carta do Editor*, por Rodrigo Elias -, principalmente pela sua ligação com momentos atuais da história e o passado:

Sobre um cavalo, um homem empunha uma espada. Em um campo de batalha, um general observa seus comandados. Contra invencíveis forças do Estado, um guerrilheiro se lança em missão suicida. As narrativas sobre os mais graves momentos da história estão repletas de protagonistas masculinos, supostamente os únicos dignos de figurar nos lugares mais visíveis da vida pública.

Esta memória, evidentemente, é incompleta. Se a documentação que versa sobre os eventos mais agudos da história nacional destaca o papel dos homens, os silêncios e as lacunas sobre as diversas formas de participação feminina são um forte indício de que a realidade que ocorre fora das páginas registradas (em geral, por homens) é, no mínimo, 50% mais complexa. Trata-se de uma realidade tão pungente que, apesar da tentativa do patriarcado, escapa para dentro da documentação – como comprovam as trajetórias de Maria Quitéria, Maria Felipa, Maria Bonita, Maria José Nahas, algumas mulheres presentes no dossiê preparado pela historiadora Agnes Alencar.

Na noite do último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, fui surpreendido por um ensurdecedor barulho de panelas sendo batidas na minha vizinhança, em um bairro da zona nobre do Rio de Janeiro. Era a reação a um pronunciamento televisivo da presidente da República. O protesto, legítimo como qualquer protesto deve ser, vinha acompanhado de gritos, majoritariamente masculinos, de “vaca” e “piranha”. Quase duzentos anos depois de Joana Angélica ter sido massacrada na Bahia por se interpor em um conflito político “de homens”, a sociedade brasileira ainda admite, inclusive dentro do Parlamento, que mulheres em função pública sejam estigmatizadas pelo fato de serem mulheres.

O aprendizado político, enquanto aprendizado para a vida, requer a percepção de que a participação no espaço público é um direito das mulheres. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. (ELIAS, Rodrigo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 10, Nº 117, Junho de 2015, p. 5)

Ressalta-se que, a inclusão de mulheres no texto principal das coleções de LD de história não é importante somente pela busca da representação mais verossímil da história. É uma busca por outra realidade no futuro. Uma realidade que, além de construir uma sociedade mais igualitária com o tempo, permita empoderar mulheres para isso. Entende-se que “muitas vezes, especialmente no caso de grupos oprimidos, silenciados e discriminados, a referência a um passado comum permite construir sentimentos de autoestima e maior confiança em si mesmo(a) ou no grupo⁴⁷” (JELIN, 2002, p. 20).

O individual se liga ao contexto social para reproduzir e criar novas realidades, pois “as memórias individuais são sempre enquadradas socialmente. Estes quadros carregam a representação geral da sociedade, suas necessidades e valores. Incluem também a visão de mundo, animada por valores, de uma sociedade ou grupo⁴⁸” (JELIN, 2002, p. 20). As injúrias de cunho sexista contra a presidenta – tomando de exemplo a escrita de Elias, acima -, são fruto de uma visão social que temos das mulheres no Brasil. Visão que livros didáticos de história podem ajudar a modificar.

Essa questão da inclusão vai mais além, pois se trata também do que entendemos como inclusão da História das Mulheres. No mesmo capítulo, no *box O texto como fonte*, intitulado *A luta das mulheres*, temos um exemplo.

⁴⁷ No original: “A menudo, especialmente en el caso de grupos oprimidos, silenciados y discriminados, la referencia a un pasado común permite construir sentimientos de autovaloración y mayor confianza en uno/a mismo/a y en el grupo”. Tradução própria.

⁴⁸ No original: “Las memorias individuales están siempre enmarcadas socialmente. Estos marcos son portadores de la representación general de la sociedad, de sus necesidades y valores. Incluyen también la visión del mundo, animada por valores, de una sociedad o grupo”. Tradução própria.

Figura 11 - Box A luta das mulheres

1. O movimento feminista opunha-se à crença de que a mulher seria naturalmente inferior ao homem e, com base nisso, pleiteava que as mulheres tivessem salários e direitos iguais aos dos homens. 2. Resposta pessoal. [Contextualizar o debate e apresentá-lo em uma perspectiva temporal são procedimentos próprios do historiador e que podem auxiliar os alunos a argumentar em defesa de seu ponto de vista.] 3. Resposta pessoal. [São muitas as mulheres brasileiras dignas de respeito e admiração por sua atuação na área social ou política. Um exemplo de combatividade é o da professora Ana Maria Gurgel, do Rio Grande do Norte, que veio a público denunciar as condições de trabalho precárias que os professores da rede pública estão submetidos no Brasil.] 4. Crítica pessoal. [O machismo pode ser definido como atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos e oportunidades para o homem e a mulher.]

O TEXTO COMO FONTE

A luta das mulheres

No século XX as mulheres intensificaram a luta por seus direitos. Um fato novo veio a acelerar a história: a liberação ao público da pílula anticoncepcional, que marcou o início de uma verdadeira revolução sexual. A pílula, que passou a ser vendida em qualquer farmácia, permitia à mulher decidir se queria ou não engravidar e possibilitava a ela uma vida sexual mais intensa. As mulheres passaram a falar abertamente sobre virgindade, sexo antes do casamento e outros assuntos considerados até então tabus. Debatiam e denunciavam também a crença de que a mulher seria incapaz para a vida intelectual e de que seria naturalmente inferior ao homem.

Na época, escritoras como Betty Friedan e Simone de Beauvoir incentivaram as mulheres a lutar. Simone de Beauvoir, autora de vários livros, dizia que a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente, que é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Para mudar essa situação, a mulher deveria se libertar da educação repressora e buscar o caminho da autorrealização.

As mulheres dos anos 1960 engajaram-se também na luta política. Em várias partes do mundo promoviam debates, cursos, publicações e levavam manifestantes às ruas para exigir salários e direitos iguais aos dos homens, a aprovação do divórcio, o direito a certo número de vagas no funcionalismo público e nas universidades.

Nas últimas décadas, e depois de muita luta, as mulheres alcançaram posições de destaque nas empresas, na política, nas Forças Armadas, nos esportes, nas comunicações e na Justiça; apesar disso, elas continuam sendo vítimas de discriminação, violência e práticas machistas no mundo todo.



Evening Standard/Johnson Agency/Getty Images



Imagem: iStockphoto.com/Corbis Outlines

À esquerda, moças de minissaia, moda lançada nos anos 1960 e que contribuiu para a construção de uma nova imagem da mulher (menos tímida e mais confiante).
À direita, jovens de minissaia em Beijing, China, 2012. Como se vê, a minissaia voltou à moda.

224 UNIDADE III MOVIMENTOS SOCIAIS: PASSADO E PRESENTE

A crítica para este texto específico questiona se a inclusão de determinados momentos históricos, em que há maior participação ou protagonismo feminino, serve para incluir as mulheres na história ou fazer justamente o oposto, colocando-as em espaços históricos isolados. Um determinado assunto ressalta a participação feminina, mas é deslocado como momento ímpar da história. Assim, temos quase uma realidade paralela onde se permite, dentro dos limites, a participação feminina na história. Uma inclusão que exclui.

No começo do texto, se lê: “No século XX as mulheres intensificaram a luta por seus direitos” (BOULOS, 2013, V.3, p. 224). Porém, essa história no século XX só começa com a Revolução Sexual e a invenção da pílula anticoncepcional, na década de 1960. Como dito anteriormente, movimentos como o sufragismo feminino no mundo e no Brasil, que ocorrem antes, são completamente esquecidos. Cita-se, então, Simone de Beauvoir e Betty Friedman, autoras francesa e americana. Assim, deixam-se de lado nomes de brasileiras. Uma abordagem incompleta. No terceiro parágrafo, fala-se do engajamento político de mulheres em várias partes do mundo nos anos de 1960:

As mulheres dos anos 1960 engajaram-se também na luta política. Em várias partes do mundo promoviam debates, cursos, publicações e lavavam manifestantes às ruas para exigir salários e direitos iguais aos dos homens, a aprovação do divórcio, o direito a certo número de vagas no funcionalismo público e nas universidades. (IDEM)

De forma ampla, sem exemplos de locais, momentos e/ou mulheres envolvidas nessa luta. Período, este, que foi abordado justamente neste capítulo ao se falar do Regime militar. No qual, o autor não citou nenhuma mulher no texto principal sobre a luta contra a Ditadura militar. Dando espaço para as mulheres somente num *box*, num contexto mais artístico de engajamento político. Não seria este um momento de mulheres nos anos 1960? Não estavam as mulheres lutando no Brasil pela democracia? Sobre esta participação, existe, por exemplo, o livro *Luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. Publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2010, de acesso gratuito⁴⁹.

Para fechar o *box*, o autor traz sua visão da realidade atual das mulheres. Novamente, sem nenhum dado, exemplo ou nome. A aluna ou o aluno, se lerem este *box*, não terão qualquer

⁴⁹ Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sedh_mulheres_ditadura.pdf. Acesso em 01/10/2015, às 18:35.

informação mais complexa. A impressão ao ler este parágrafo é de que o texto foi anexado ao volume para cumprir alguma exigência, mas que não houve uma pesquisa mais elaborada do que se falava.

Nas últimas décadas, e depois de muita luta, as mulheres alcançaram posições de destaque nas empresas, na política, nas Forças Armadas, nos esportes, nas comunicações e na Justiça; apesar disso, elas continuam sendo vítimas de discriminação, violência e práticas machistas no mundo todo. (BOULOS, 2013, V.3, p. 224)

É relevante e positivo que se aborde temas atuais sobre as mulheres, não se critica isso. Aponta-se para a forma como o tema é abordado, que neste caso se entende que poderia ser mais bem feita. É uma oportunidade única nesta coleção, visto que é a única página destinada a trazer “A luta das mulheres”. Porém, o que vemos é um texto básico, com dados sem aprofundamento e exemplos que possam facilitar a compreensão do momento histórico que o autor explica. Possivelmente, a tentativa seria mais feliz se ao invés de confinar esta história num *box* – como um momento ímpar e deslocado da História -, a colocasse no texto principal nas possibilidades que o período histórico permite.

Além deste pequeno texto de quatro parágrafos, a outra metade do *box* é ocupada com duas fotografias. Trata-se de duas fotos de mulheres de minissaias, se pode ler nas legendas:

À esquerda, moças de minissaia, moda lançada nos anos 1960 e que contribuiu para a construção de uma nova imagem da mulher (menos tímida e mais confiante).

À direita, jovens de minissaia em Beijing, China, 2012. Como se vê, a minissaia voltou à moda. (BOULOS, 2013, V.3, p.224)

Demarca-se um território, há uma estrutura de poder que deixa o espaço ser ocupado desde que dentro de determinados limites. Já que o espaço nesta folha falava da luta das mulheres e, de certa forma, de seus esforços para quebrar as barreiras de gênero, poderia haver exemplos melhores do que a luta por usar minissaias e a associação desta prática com a construção de uma nova imagem de mulher? Pensa-se que sim. Também se ressalta que, tanto nas fotos que o LD traz de mulheres de biquínis quanto nessas de mulheres de minissaias, todas estão dentro dos padrões de beleza vigentes.

Neste *box*, já que o contexto é mais global do que nacional, poderia se trazer o caso, por exemplo, de Stephanie Kwolek⁵⁰ e sua invenção. Trata-se da fibra Kevlar, material descoberto pela cientista, em 1966 (dentro do recorte temporal do autor). Este material é utilizado amplamente pela indústria atual, inclusive para revestir alguns aparelhos de celular moderno, os *smartphones*. Uma mulher que desafiou convenções da época, num campo de trabalho predominante masculino e que até hoje tem dificuldades em integrar mulheres⁵¹. Somente um dos vários exemplos que poderiam ter sido dados como contribuição “para a construção de uma nova imagem da mulher” (IDEM). Já se a abordagem fosse nacional, o livro citado anteriormente, *Luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, traz 45 nomes de mulheres que lutaram e morreram pela democracia.

Essas mulheres também se encaixariam na construção de uma nova imagem da mulher. Porém, os exemplos deste capítulo, e de outros passados, não se preocupa em citar nomes, fatos e participações mais palpáveis para informar as(os) alunas(os). Tampouco se quebram paradigmas de gênero. Não há mulheres na história, a não ser quando a menção aos seus nomes é inevitável – é o caso da presidenta Dilma, no capítulo que segue na análise. Mesmo nos *boxes* ao qual são confinadas, a forma de participação histórica é pouco contada e representada. Este *box*, *A luta das mulheres*, ao fim de um capítulo, da forma que é apresentado, atesta o que se pode ler no livro *Luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*:

Se nos impuséssemos o exercício de mapear os dez nomes que mais aparecem nos livros de história, dificilmente aparecerá um de mulher entre eles. Com a honrosa exceção da princesa Isabel, que aparece sistematicamente como “libertadora” e nunca como “governante”, o Brasil parece ter tido sua história parida exclusivamente por homens. O relato oficial sobre a nossa trajetória como nação é estritamente masculino; nos retratos oficiais, nossos heróis têm, quase sempre, barba e bigode. (Merlino & Ojeda, 2010, p. 15)

Para concluir a análise deste capítulo, contabilizaram-se três imagens somente de mulheres. Anteriormente citadas, mulheres desconhecidas usando minissaias e o cartaz de Nara

⁵⁰ Cientista, química, norte-americana.

⁵¹ Um exemplo para tentar ultrapassar esta dificuldade foi o projeto “Programa Mulher e Ciência”, lançado em 2005, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/mulher-e-ciencia>. Acesso em 23/08/2015, às 14:35.

Leão no Show Opinião. Reforça-se que todas essas imagens estão em *boxes*. Além disso, há 10 imagens mistas e 14 imagens somente com homens. Mantém-se, assim, o padrão da coleção.

Ao fim deste capítulo se encerra a Unidade III, por essa razão há uma sessão chamada *Debatendo e concluindo*, nas páginas finais. São duas páginas sobre o tema *Movimentos Sociais: Passado e Presente*. Pode-se ler no primeiro parágrafo:

Nesta unidade estudamos os movimentos sociais dos anos 1960 e de 1970, tais como o Movimento de Resistência Pacífica, o Movimento de Libertação Nacional, o Movimento Socialista, o Movimento Operário, o Movimento de Mulheres, o Movimento Estudantil. (BOULOS, 2013, V. 3, p. 226)

Entende-se, então, que o autor considera o *box* sobre *A luta das mulheres*, como o “Movimento de Mulheres” (IDEM). Logo, não se compreende ao certo o que o autor entende por Movimento de Mulheres. O último capítulo analisado neste volume é o Capítulo 13, *O Brasil na nova ordem mundial*. Neste, há mais citações diretas graças à presidenta Dilma e outras mulheres que participaram do quadro político mais atual. Também aparecem Estela Paloma, executiva, citada na descrição de uma imagem que pertence ao *box Debatendo Privatizações*. Há citação direta da História do Movimento Feminista no Brasil, apesar de constar somente o nome, “Movimento Feminista” (BOULOS, 2013, V.3, p. 271), ao se falar dos grupos de oposição a Fernando Henrique Cardoso. Esta citação é importante, pois apesar de curta está no texto principal e se coloca um movimento de protagonistas mulheres como ativo no cenário político junto com outros movimentos sociais.

Também se cita diretamente a senadora Heloísa Helena: “Uma dessas lideranças, a senadora Heloísa Helena, candidatou-se à presidência da República, em 2006, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)” (BOULOS, 2013, V.3, p. 273). Quanto à Dilma Rousseff, há algumas citações diretas nas páginas 275 e 276. Como: “Pela primeira vez na história, uma mulher assumia a presidência do Brasil” (IDEM, p. 275). Há no texto principal o tópico *O governo Dilma*, que traz várias informações sobre os seus feitos na presidência. Há também uma foto da presidenta, acompanhada de Guido Mantega na página nesta página.

Figura 12 - O governo Dilma

A atuação diplomática do governo Lula deu maior visibilidade internacional ao Brasil. Na foto, militares brasileiros, os "capacetes azuis", atuam como força de paz das Nações Unidas no Haiti, em 2010.



O governo Dilma

Minha Casa Minha Vida

É um programa do governo federal com o objetivo de ajudar os mais pobres a conseguirem a casa própria. Inicialmente o programa previa a construção de 1 milhão de casas até o final de 2010. A segunda fase do programa, já no governo Dilma, pretendia atingir a construção de 2 milhões de casas até o final de 2014.

Dilma Rousseff venceu as eleições prometendo dar continuidade aos programas do governo Lula, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o PAC.

Quando ela assumiu a presidência da República, a conjuntura mundial era desfavorável: externamente, a crise econômica que atingira os Estados Unidos e a União Europeia elevava enormemente o desemprego, sobretudo entre jovens, em países como Espanha e Itália; internamente, problemas de infraestrutura impediam a economia brasileira de continuar crescendo de modo sustentável.

Para fazer frente à crise externa e vencer os obstáculos à recuperação da economia brasileira, o governo Dilma adotou uma série de importantes medidas na primeira metade de seu governo:

- intensificou os investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento que, em 2011, entrou na sua segunda etapa, tornando-se conhecido como PAC-2;
- ampliou e diversificou seus parceiros comerciais. Enquanto diminuía as exportações brasileiras para os EUA e a União Europeia, cresciam as destinadas à China e ao Mercosul;
- iniciou um programa de concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, em meados de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e os "custos de produção e circulação";
- promoveu constantes quedas da taxa de juros Selic, que, em março de 2013, atingiu seu mínimo histórico (7,25%).



A presidenta Dilma Rousseff e seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, reunidos com representantes da indústria nacional, a fim de anunciar medidas de enfrentamento da crise internacional, em agosto de 2011.

O autor termina a coleção com uma espécie de reflexão da nossa sociedade atual. Elogia-se o autor pelos *Seis grandes desafios a serem vencidos*, tópico que encerra o Volume 3. Neste, que ocupa duas páginas, são apresentados seis desafios que o autor considera que o país tem pela frente e que esperam uma solução. Dentre eles, está *Desigualdades entre homens e mulheres e entre negros e brancos*. Apesar de não cruzar as desigualdades de gênero e de raça, é positiva a abordagem sobre diferença salarial. Lê-se:

No Brasil, as mulheres constituem mais da metade da população e estudam mais que os homens, mas têm menos oportunidades de emprego e ganham menos do que eles trabalhando nas mesmas funções. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), no ano de 2001, as mulheres recebiam o equivalente a 69% do rendimento dos homens; em 2011 passaram a receber 73,3%. (BOULOS, 2013, V.3, p. 273)

Percebe-se uma diferença entre o modo de trazer este problema e as abordagens anteriores sobre mulheres. Aqui o autor traz dados com respaldo em uma pesquisa. Mostra que é uma realidade baseada em números, mais palpável e real. Além disso, está no texto principal e não em *boxes*. Outra citação relevante encontra-se em *Atividades*, num exercício destinado a ser realizado em grupo. Na pergunta,

8. (Vivência em Grupo) O movimento de mulheres negras teve e continua tendo um papel importante na construção da cidadania no Brasil. Pesquisem na internet sobre ONGs que trabalham em defesa das mulheres negras acessando seus sites. A partir daí, selecionem uma ONG e agendem uma entrevista com os responsáveis por essa organização.

Objetivos:

- a) Conhecer e debater sobre gênero e raça;
- b) Refletir sobre as lutas das mulheres negras, seus projetos, conquistas e desafios.

(BOULOS, 2013, V.3, p. 280)

Apesar de este exercício ser uma inclusão importante para a história das mulheres negras, não há muita garantia de que será realizado. Principalmente devido a sua complexidade e necessidade de meios eletrônicos para a pesquisa. Também não há qualquer registro do Movimento de Mulheres Negras durante o volume, o que dificulta por não proporcionar qualquer conhecimento prévio que seja o ponto de partida para a pesquisa. As únicas mulheres negras brasileiras que foram trazidas neste volume contavam apenas com descrições de duas

imagens para contar sua história e de seu movimento, o que, logicamente, não foi possível fazer de forma complexa.

Pensa-se que, após a análise com seus devidos recortes, há tentativas de incluir mulheres na história. Porém, como grupo separado da História do Brasil. Recebem *boxes* e são citadas no texto principal quando é quase inevitável não fazê-lo. Poucos nomes aparecem, sendo citações mais genéricas. Se finalizou a leitura destes volumes, 2 e 3, com a viva impressão de que a abordagem da temática mulheres estava inclusa para cumprir uma exigência e de que houve pouca pesquisa no campo.

3.2 História Global: Brasil e geral

Essa Coleção é assinada pelo autor Gilberto Cotrim e foi, segundo os dados fornecidos pelo Portal do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), a segunda coleção de LD de História mais vendida para o nível do Ensino Médio. Ao todo, foram 997.744 exemplares comprados. Através do mesmo documento citado anteriormente - *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular* – sabe-se que a Editora Saraiva, editora desta Coleção, vendeu seus livros didáticos pelo valor de R\$8,43 cada exemplar. Sendo assim, acredita-se que a Coleção do autor Cotrim teve renda de R\$8410981,92.

Sobre o autor, na contracapa dos três volumes também se pode saber um pouco de sua trajetória acadêmica. Consta:

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP)

Licenciado em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

Mestre em Educação, Arte e História Cultural pela Universidade Mackenzie

Professor de História na rede particular de ensino

Advogado (COTRIM, 2013).

Infelizmente, o autor não possui cadastro na Plataforma Lattes para que o estudo pudesse se aprofundar mais na sua trajetória acadêmica. Somente através do website da Editora

Saraiva⁵², foi possível tomar conhecimento de que o autor também escreve livros didáticos para a disciplina de Filosofia e na área de Direito. A análise desta coleção começa no Volume 2, Unidade 4, sobre Brasil Império. A Unidade 4 é composta de 5 capítulos, todos analisados. Do Capítulo 18 ao 22, com os títulos: *Independência do Brasil, Primeiro Reinado (1822-1831), Período Regencial (1831-1840), Segundo Reinado (1840-1889) e O fim do Império*.

A análise começa no Capítulo 18. Neste, apenas D. Maria I é citada como personagem histórico feminino durante todo o capítulo. São, ao todo, três citações. Duas citações indiretas, onde é trazida para falar de D. João, e uma direta. Nesta última, sobre a Conjuração Mineira, se lê: “Os participantes da Conjuração Mineira foram presos, julgados e condenados. Onze deles receberam sentença de morte, mas a rainha de Portugal, D. Maria I, modificou a pena para degredo perpétuo em colônias portuguesas na África” (COTRIM, 2013, V.2, p. 17). Há apenas uma imagem com mulheres, mas se trata de uma foto atual do interior do Museu Nacional de Belas-Artes, do Rio de Janeiro. O mesmo Capítulo traz três imagens somente de homens – D. Pedro I aparece em duas - e duas imagens mistas.

No Capítulo 19, *Primeiro Reinado (1822-1831)*, outra mulher da Família Real, D. Maria da Glória, é citada e a presença feminina nas figuras aumenta, com mais figuras mistas. D. Maria da Glória é citada quatro vezes. As citações são mais indiretas do que diretas, com poucas informações sobre D. Maria da Glória. Estão sempre presentes para se falar de seu pai, D. Pedro I. Duas citações estão em descrições de imagens, onde ela aparece ao lado de seu pai.

⁵² Disponível em: <http://www.editorasaraiva.com.br/autor/gilberto-cotrim/>. Acesso em: 03/08/2015, às 14:52.

Figura 13 - Imagem de D. Maria I e D. Pedro I

PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO

AS LUTAS POLÍTICAS PELO CONTROLE DO PODER

A independência brasileira tomou, desde o início, a forma de um "arranjo político" entre as elites, conforme enfatizou pioneiramente, em 1933, o historiador Caio Prado Jr. O antigo poder da metrópole foi transferido para o novo governo, chefiado por D. Pedro I, sendo absorvido pelos grupos dominantes da ex-colônia. A participação popular nesse processo foi, portanto, pouco expressiva. Isso ficou claro desde a formação da primeira Assembleia Constituinte.

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DE 1823

Em junho de 1822, quando D. Pedro ainda governava o Brasil como príncipe regente, foram convocadas eleições para uma Assembleia a fim de elaborar uma Constituição para o Brasil.

A maioria dos membros da Assembleia Constituinte representava e defendia os interesses dos grandes proprietários rurais, que haviam tido grande influência no processo de independência do Brasil.

O projeto de Constituição elaborado pelos deputados da Assembleia Constituinte, reunida no Rio de Janeiro, ficou pronto em 1823. Entre alguns aspectos marcantes de seu texto, estavam:

- **Oposição aos portugueses (comerciantes e militares) que ainda ameaçavam a independência brasileira e desejavam a recolonização do país** – o projeto proibia, por exemplo, os estrangeiros de ocupar cargos públicos de representação nacional (deputado, senador);
- **Limitação dos poderes do imperador** – o projeto valorizava e ampliava os poderes do Legislativo, ao mesmo tempo em que estabelecia, por exemplo, que o imperador não tinha poderes para dissolver o Parlamento e que as Forças Armadas deviam submeter-se às ordens do Legislativo, e não às de D. Pedro I;
- **O poder político dos grandes proprietários rurais** – a maioria da população não tinha o direito de votar nem de ser votada. O projeto estabelecia que o eleitor precisava ter renda mínima anual

equivalente a 150 alqueires de mandioca. Para ser eleito, o representante tinha de possuir renda elevada em alqueires. Por isso, o projeto ficou conhecido, popularmente, como **Constituição da Mandioca**. Ricos que não possuíssem terras não podiam ser eleitos deputados nem senadores. Era o caso de muitos comerciantes portugueses, que, embora tivessem dinheiro, não tinham renda proveniente de propriedade rural.

Dissolução da Assembleia

D. Pedro I recusou o projeto de Constituição, que limitava seus poderes. Com o apoio das tropas imperiais, decretou a dissolução da Assembleia, em 12 de novembro de 1823. Os deputados que reagiram ao ato de força do imperador foram presos e expulsos do país, entre eles José Bonifácio e seus irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco.



Alegoria às Constituições do Brasil (1824) e de Portugal (1826). Litografia sobre papel de Domingo Antonio de Sequeira. Ao lado de D. Pedro I está sua primogênita, D. Maria da Glória, tornada rainha de Portugal em 1826, quando seu pai abdicou do trono.

Pode-se ler, em letras miúdas na descrição da imagem, a citação que mais contém informações sobre sua vida: “Ao lado de D. Pedro I está sua filha primogênita, D. Maria da Glória, tornada rainha de Portugal em 1826, quando seu pai abdicou do trono” (COTRIM, 2013, p. 229).

Após, D. Maria da Glória é trazida para falar da *Sucessão dinástica em Portugal* e sobre a *Abdicação de Pedro I*: “[...] ele renunciou ao trono português, em favor de sua filha Maria da Glória. Como ela era menor de idade, o trono ficou sob a regência do irmão de D. Pedro I, D. Miguel” (IDEM, p. 235). Estas são as únicas citações diretas sobre esta personagem. Há, também, uma informação sobre as mulheres da época, ao se falar do *Sistema eleitoral* da Constituição de 1824. Pode-se ler que esse sistema “excluiu da vida política do país a grande maioria dos homens e a totalidade das mulheres, dos escravos e dos indígenas” (IDEM, p. 230). Além disso, não há qualquer imagem somente de mulheres, mas elas aparecem em cinco imagens mistas. Existe uma imagem somente de homens.

No Capítulo 20, *Período Regencial (1831-1840)*, não existem personagens femininas citadas, nem de forma indireta. Porém, há uma informação, inclusão, que o autor traz sobre as mulheres deste período. Pode-se ler, ao se falar da Cabanagem:

Ficou conhecida por esse nome porque dela participou uma multidão de cabanos - homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que trabalhavam principalmente na extração de produtos da floresta e viviam em casas semelhantes a cabanas, à beira dos rios. (COTRIM, 2013, V.2, p. 245)

Considera-se positivo mostrar que as mulheres estavam presentes nesta revolta, principalmente pelos eventos históricos deste período da História do Brasil excluírem esta participação. A presença de mulheres em conflitos armados é sempre negada. Porém, nas outras revoltas provinciais essa menção, mesmo que de forma genérica, não ocorre. As imagens são em sua maioria somente de homens, com quatro imagens, nenhuma somente de mulheres e apenas uma mista.

No Capítulo 21, *Segundo Reinado (1840-1889)*, também não há personagens femininos citados. Felizmente, as imagens mistas estão em maior número, são cinco de sete, e há também uma imagem somente de mulheres. Trata-se de uma litografia que mostra mulheres negras, em contexto de escravidão, pilando café:

Figura 14 - Mulheres negras pilando café

EM QUESTÃO ESCRAVOS AFRICANOS NO RIO DE JANEIRO

Até a extinção do tráfico negreiro, o número de escravos existentes em todo o país correspondia a cerca de 33% da população. No Rio de Janeiro, entretanto, os cativos representavam de 40% a 50% do total de habitantes durante o século XIX. O texto do historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro expressa a visão do autor sobre essa situação.

Considerando que a população do município praticamente dobrou nos anos 1821-1849, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o final do Império Romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes. No entanto, ao contrário do que sucedia na Antiguidade, o escravismo moderno, e particularmente o brasileiro, baseava-se na pilhagem de indivíduos de uma só região (...). Em outras palavras, no moderno escravismo do continente americano a oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade.

Tamanho volume de escravos dá à corte as características de uma cidade (...) meio africana. (...)

Entranhado no Estado centralizado, difundido em todo o território, na corte e nas províncias mais prósperas como nas mais remotas, o escravismo brasileiro ameaçava a estabilidade da monarquia e fazia o país perigar. E a elite imperial sabia disso: (...) o Brasil será — até 1850 — o único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 24-25, 28-29.

1. Como, em seu texto, o historiador Luiz Felipe de Alencastro caracteriza o escravismo brasileiro, em comparação com o escravismo antigo (grego, romano etc.)?
2. Por que, para o autor, o escravismo brasileiro “ameaçava a estabilidade da monarquia e fazia o país perigar”?

LEI DE TERRAS (1850)


No mesmo ano em que, pela Lei Eusébio de Queirós, foi extinto o comércio de escravos africanos para o Brasil, também foi aprovada a Lei de Terras. Essa lei estabelecia que, apesar da imensidão do território, o meio normal de adquirir a propriedade da terra era a compra e não mais a posse (ocupação) da área.

A nova norma instalava-se precisamente nessa fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando as populações que iam conquistando a liberdade mais necessitavam de terras para se instalar e trabalhar, a fim de conseguir seu sustento.

Sobre a nova lei, comentou o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997):

Se alguém pretendia ser proprietário, tinha de comprar suas terras do Estado ou do particular que as tivesse por título hábil. É certo que a lei estabelecia uma exceção: a chamada usucapião. Se alguém pudesse provar, diante de autoridade competente, que ocupou continuamente, por 10 ou 20 anos, um pedaço de terra, talvez conseguisse que o cartório o registrasse como sua propriedade. Mas (...) quase ninguém do povo adqui-

*ria propriedade por essa via. Em consequência, as boas terras do país permaneceram concentradas nas mãos dos antigos proprietários, que puderam fazer de seus filhos e netos outros tantos fazendeiros latifundiários.*³



BIBLIOTECA MUNICIPAL VILHENA DE VILHENA, SÃO PAULO

Fotografia litografada de autoria de Victor Frond mostrando mulheres pilando café, século XIX. O pilão, instrumento para triturar, é de origem africana.

3 RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. In: Revista Civilização Brasileira, n. 1, jul, 1978, p.15-16.

Capítulo 21 Segundo Reinado (1840-1889) **259**

Porém, não há qualquer menção à sua realidade de mulheres escravizadas no texto ou na descrição da imagem. Nas outras imagens mistas, pode-se ver um grande número de mulheres negras e imigrantes deste período. Novamente, sem informações sobre a realidade delas. No último capítulo deste Volume 2, Capítulo 22, intitulado *O fim do Império*, constam citações diretas e alguns dados sobre a realidade das mulheres neste período, mas não há um aprofundamento na forma de abordá-los. Logo no começo do capítulo, há uma foto com uma mulher negra e um menino:

Figura 15 - Babá com o menino Eugen Keller



Babá com o menino Eugen Keller. Fotografia de Alberto Henschel, Pernambuco, 1874. Era muito comum escravas negras cuidarem de crianças de famílias aristocratas.

Incidentes

O embaixador inglês William Christie também esteve envolvido em dois incidentes que detonaram o episódio, propriamente dito, da chamada Questão Christie:

- Em 1861, o furto não esclarecido da carga do navio inglês Príncipe de Gales, que havia naufragado próximo à costa do Rio Grande do Sul. Provavelmente, pessoas que viviam próximo à praia, onde parte da carga apareceu, se apoderaram dela.
- Em 1862, a prisão de três oficiais da marinha inglesa que estavam andando em trajés civis pelas ruas do Rio de Janeiro, embriagados, provocando desordem.

William Christie exigiu do governo brasileiro uma elevada indenização (3200 libras) pela carga do navio e a punição dos policiais que haviam prendido os oficiais ingleses. Como suas exigências não foram atendidas, Christie interveio junto ao governo do seu país para que a marinha inglesa aprisionasse navios mercantes brasileiros.

Rompimento

A agressão inglesa revoltou parte da população do Rio de Janeiro. Muitos ameaçaram invadir a casa do embaixador Christie, bem como os estabelecimentos comerciais de ingleses que viviam no Brasil.

Em face das possíveis consequências da questão Brasil-Inglaterra, ela foi submetida ao **arbitramento internacional** do rei da Bélgica, Leopoldo I.

Antecipadamente, D. Pedro II resolveu pagar a indenização referente à carga do navio inglês. Assim, o arbitramento ficou restrito às demais exigências de Christie e à violência inglesa ao aprisionar navios brasileiros. O rei belga pronunciou-se favoravelmente ao Brasil, cabendo à Inglaterra desculpar-se por violar o território brasileiro. O governo inglês, no entanto, recusou-se a fazê-lo, levando o imperador brasileiro a determinar o rompimento das relações diplomáticas do país com a Inglaterra, em 1863.

Essas relações foram reatadas apenas em 1865, quando o governo inglês, por meio de seu ministro Edward Thornton, apresentou desculpas oficiais a D. Pedro II. O desfecho da Questão Christie reafirmou a soberania nacional brasileira, reconhecida formalmente pela principal potência da época: a Inglaterra.

■ QUESTÃO PLATINA

Desde a época colonial, o Brasil tinha interesses na região platina, expressos, por exemplo, nos tratados de fronteiras estabelecidos entre o governo português e o governo espanhol e na Guerra Cisplatina. Durante o Segundo Reinado, as preocupações da diplomacia brasileira concentravam-se nos seguintes objetivos básicos:

- garantir o direito de navegação pelo rio da Prata, formado pela junção dos rios Paraná e Uruguai (o único acesso por água para a província do Mato Grosso, na época);
- impedir que vaqueiros uruguaios atravessassem as fronteiras brasileiras e atacassem as fazendas gaúchas;
- impedir que a Argentina anexasse o Uruguai.

Esses objetivos levaram o governo do Brasil a participar de duas guerras: contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e da Argentina, respectivamente) e, posteriormente, contra Aguirre (presidente do Uruguai).

Arbitramento internacional: quando dois países tinham alguma discórdia importante, era comum uma autoridade de outro país ser chamada pelas partes em conflito para resolver a questão. Seu julgamento era considerado definitivo e devia ser aceito pelas partes envolvidas.

Pode-se ler na descrição da imagem: “Babá com menino Eugen Keller. Fotografia de Alberto Henchel, Pernambuco, 1874. Era muito comum escravas negras cuidarem de crianças de famílias aristocratas” (COTRIM, 2013, V.2, p. 266). Apesar disso, não há inclusão nos textos sobre as mulheres negras, muito menos se fala do seu trabalho dentro das famílias aristocratas.

Entende-se que como a foto retratava uma ocupação destinada a estas mulheres negras escravizadas, se poderia falar mais do que estas mulheres viviam. De suas “ocupações sociais típicas entre as mulheres negras: escravas do eito e domésticas, amas de leite, quituteiras, escravas prostitutas, escravas de ganho, para mencionar as atividades mais usualmente exercidas pelas africanas” (SCHUMACHER, 2001, p.12). Para autora Sandra Graham:

[...] o âmbito do trabalho doméstico inclui, em um extremo, as mucamas, as amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. A meio caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que as distinguia não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem-estar da família, refletindo no contato diário que cada um tinha com os membros desta, mas também o grau de supervisão. [...] (GRAHAM, 1992, p.18)

O autor não explora as possibilidades trazidas com a imagem no texto, o contexto social de exploração dessas mulheres negras. A imagem e a descrição da imagem acabaram por ficar soltos na página, sem uma devida contextualização com o resto. Ainda neste capítulo, mais adiante, há citações diretas de duas mulheres; Chiquinha Gonzaga e Princesa Isabel. A primeira, aparece no texto principal e num *box*, ambos sobre as campanhas abolicionistas. No texto principal temos apenas seu nome, mas este é o único nome feminino ao se falar da *Campanha Abolicionista (1870-1888)*:

Essa campanha conquistou o apoio de vários setores da sociedade brasileira: parlamentares, imprensa, militares, artistas e intelectuais, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Raul Pompeia, Luís Gama, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e Castro Alves. (COTRIM, 2013, V.2, p. 272)

Mais abaixo, no *box Saiba mais sobre Abolicionistas*, Chiquinha é trazida com citação direta que fala mais de sua trajetória neste contexto. Ela divide o *box* com Luís Gama, ambos com fotos reproduzidas:

Figura 16 - Box Abolicionistas

RESISTÊNCIA NEGRA

Conforme temos estudado, as populações escravas nunca se conformaram com a exploração que sofriam. Por meio de diversas lutas que visavam acabar com a escravidão ou, pelo menos, reduzir sua carga de opressão, os africanos e seus descendentes participaram de rebeliões, motins e da formação de quilombos em diversas regiões do país, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Devido à resistência negra, a expansão do escravismo no século XIX não ocorreu de forma tranquila, isto é, de acordo com os planos dos grupos sociais escravistas. *Além de não estar sempre unidas (...) de enfrentar periodicamente a contestação do povo livre do campo e da cidade, (...) as elites brasileiras e os escravistas de modo geral tiveram de enfrentar a resistência dos cativos em cada lugar onde a escravidão floresceu.*⁸

CAMPANHA ABOLICIONISTA

Após a Guerra do Paraguai, à resistência negra que sempre havia existido no país somou-se a campanha abolicionista (1870-1888), isto é, a campanha pela libertação dos escravos. Essa campanha conquistou o apoio de vários setores da sociedade brasileira: parlamentares, imprensa, militares, artistas e intelectuais, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Raul Pompeia, Luís Gama, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e Castro Alves.

Para alguns historiadores, a conjuntura econômica internacional também favoreceu a luta pela libertação dos escravos no Brasil. Conforme vimos, o fim da escravidão atendia aos interesses dos industriais europeus, pois ampliava o mercado consumidor de seus produtos, tendo os ingleses entre seus principais defensores.

SAIBA MAIS + ABOLICIONISTAS

Luís Gama, André Rebouças e Chiquinha Gonzaga foram alguns dos mais importantes integrantes da campanha abolicionista.

Luís Gama (1830-1882) era um ex-escravo, que se tornou jornalista e advogado da causa da abolição. Fundou, em 1869, o jornal *Radical paulistano*.

André Rebouças (1838-1898) era especialista em engenharia ferroviária e hidráulica, realizando diversas obras no Rio de Janeiro. Participou da Confederação Abolicionista e criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

Chiquinha Gonzaga (1847-1935) foi pianista, regente e compositora. Organizou e participou de festivais artísticos destinados a arrecadar fundos para a Confederação Libertadora, que comprava liberdade para os escravos.



Retratos dos abolicionistas Chiquinha Gonzaga (fotografia de 1847) e Luís Gama (sem data).

⁸ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasilense, 1986. p. 215.

Sobre Chiquinha: “Chiquinha Gonzaga (1847-1935) foi pianista, regente e compositora. Organizou e participou de festivais artísticos destinados a arrecadar fundos para a Confederação Libertadora, que comprava liberdade para os escravos” (COTRIM, 2013, V.2, p.272). Apesar de ser positiva a inclusão de Chiquinha, faltou contar que a própria era de descendência negra (SCHUMACHER, 2001). Esse fato poderia ajudar a incluir mulheres negras, e suas descendentes, de uma forma mais diversificada.

A Princesa Isabel é citada diretamente no texto principal e num *box*. Ambos abordando a temática da abolição, mas sem muitas informações sobre a personagem. Pode-se ler: “Foi somente em 13 de maio de 1888 que a escravidão foi extinta no Brasil, com a promulgação da Lei Áurea pela princesa Isabel. Ela era a regente do Império na época, substituindo seu pai, D. Pedro II, que estava na Europa em tratamento de saúde” (COTRIM, 2013, V.2, p. 273). Após, no *box Em questão*, sobre *Os sentidos do 13 de maio*, ao se falar do sentido primordial da data: “É comemorada como doação de liberdade da monarquia, representada pela princesa Isabel, a ‘Redentora’” (IDEM, p. 274).

Além dessas mulheres, na última sessão do capítulo, após as atividades, em *Para saber mais*, há a indicação do filme *Carlota Joaquina: princesa do Brasil de Carla Camurati*. Porém, em nenhum momento Carlota Joaquina foi trazida no texto principal ou em *boxes*. Sobre as imagens, há uma imagem somente de mulheres - trata-se da foto de Chiquinha Gonzaga, anteriormente citada -, quatro somente de homens e três mistas. Este volume se encerra, de forma geral, com poucas mulheres incluídas e poucas informações sobre como as mulheres no Brasil Império viviam.

No Volume 3 desta coleção, são analisadas as Unidades 2 e 4. As outras unidades não se encaixam na temática de História do Brasil, apesar de estarem no recorte temporal do século XIX aos dias atuais. A Unidade 2 possui quatro capítulos analisados, do Capítulo 5 ao 8, e a Unidade 4 possui três, do Capítulo 13 ao 15. Os capítulos da Unidade 2 são: *A instituição da República, Sociedade e economia na Primeira República, Revoltas na Primeira República e Era Vargas (1930-1945)*. Já os capítulos da Unidade 4 são: *Período democrático (1946-1964), Governo militares e Período democrático atual*.

A abertura da Unidade 2 tem um quadro da Tarsila do Amaral que ocupa duas páginas, 70 e 71. Trata-se da obra *Estação de ferro central do Brasil*. Apesar disso, o Capítulo 5 não rompe com o padrão da coleção de pouca inclusão de personagens femininos em seus capítulos. Não há nomes citados, apesar de haver uma situação que merece atenção. Na descrição do

quadro *A Pátria*, de Pedro Bruno, se pode ler: “A esposa de Benjamim Constant, positivista republicano, foi representada costurando a nova bandeira do Brasil” (COTRIM, 2013, V.3, p. 73). Fala-se de Maria Joaquina Bittencourt Costa, mas no espaço que poderia ser utilizado para citar seu nome há apenas a referência a seu marido. Sua identidade é resumida em “esposa de Benjamim Constant”.

No restante do Capítulo 5, sobre as mulheres há apenas a informação de que estas não podiam votar. Quando se fala do direito ao voto na Constituição da primeira república: “As mulheres também não podiam votar” (IDEM, p. 75). Mais ao fim desta página: “As conquistas foram graduais, ao longo do século XX: o voto tornou-se secreto e, aos poucos, as mulheres, os religiosos e os analfabetos, assim como os jovens maiores de 16 anos, adquiriram o direito de votar” (IDEM). São poucas as imagens deste capítulo. Não há imagens somente com mulheres, há apenas uma mista e uma somente com homens.

O Capítulo 6, *Sociedade e Economia na Primeira República*, também traz um quadro de Tarsila do Amaral. *Operários*, na abertura do capítulo. Além disso, o nome de Tarsila consta na primeira pergunta que segue o quadro. Lê-se: “Observe a imagem. Em sua opinião, o que caracteriza essa obra de Tarsila do Amaral como representação da sociedade brasileira?” (IDEM, p. 81). Porém, a artista plástica não tem nenhuma informação além desta, de ser a autora do quadro em questão. Entretanto, este capítulo incluiu mais mulheres que os anteriormente analisados. Há a inclusão tanto de nomes de personagens históricas quanto de informações sobre a realidade social de mulheres no período.

Sobre a *Vida Política*, tema que abre o Capítulo 6, se pode ler:

A Constituição Republicana (1891) acabou com a exigência de renda para os eleitores (que vigorava no Império) e instituiu o voto aberto masculino para maiores de 21 anos. Entretanto, ficavam sem direito a voto os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os padres e os soldados.

Se fizermos um balanço geral, podemos dizer que tanto no Império quanto na Primeira República as mulheres e os pobres ficaram excluídos das eleições. (COTRIM, 2013, V.3, p. 81)

Além deste dado, há a menção à realidade das operárias nas fábricas do início do século XX. No tópico *Movimento Operário*, em *Trabalho nas fábricas*, fala-se da violência sexual sofrida por meninas e mulheres operárias.

Figura 17 - Mulheres e meninas operárias

Números do crescimento

Em 1889, havia no Brasil pouco mais de 600 fábricas, nas quais trabalhavam 54 mil operários. Em 1930, já existiam no país cerca de 13 mil indústrias, que empregavam 275 mil operários. Havia ainda 233 usinas de açúcar, nas quais trabalhavam 18 mil operários, e 231 salinas, que empregavam cerca de 5 mil trabalhadores.

Concentrando 31% das indústrias, o principal centro da industrialização brasileira era o estado de São Paulo, onde viviam os mais importantes produtores de café do país e onde havia um grande número de ex-escravos (e seus descendentes) e imigrantes que viviam do trabalho na agricultura. Muitos desses trabalhadores deixaram o campo e, em busca de novas oportunidades, acabaram constituindo a mão de obra do setor industrial. Também se destacaram pela concentração industrial: Rio Grande do Sul (13,3%), Rio de Janeiro (11,5%) e Minas Gerais (9,3%).

A indústria nacional desenvolveu-se procurando substituir os produtos importados até então, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando caíram as exportações europeias. Dedicou-se principalmente à fabricação de tecidos de algodão, calçados, materiais de construção e móveis e à produção de alimentos. Em 1928, a renda do setor industrial superou, pela primeira vez, a da agricultura.

MOVIMENTO OPERÁRIO

Com a industrialização progressiva da economia e a oferta de emprego a um número crescente de operários, produziu-se uma mudança importante na organização política e econômica

da sociedade brasileira. Antes desse período, grande parte da força político-econômica situava-se no setor rural. O avanço industrial deu ao setor urbano maior importância e visibilidade. Em consequência, operários e grupos médios urbanos passaram a exigir cada vez mais o direito de participar das decisões políticas e econômicas do país, como foi o caso do movimento operário.

Trabalho nas fábricas

As condições de trabalho do operariado brasileiro nos anos da Primeira República eram bastante desfavoráveis. Não havia uma legislação específica que limitasse, por exemplo, a extensão da jornada de trabalho. Assim, em geral, trabalhava-se de segunda a sábado, até 15 horas por dia (às vezes, também aos domingos). Não havia salário mínimo, direito a férias, pagamento por horas extras. O trabalhador, quando demitido, não tinha direito a aviso prévio nem a indenização. Os operários ganhavam pouquíssimo, o que obrigava toda a família a trabalhar, incluindo as crianças.

As instalações das fábricas geralmente eram ruins, com pouco espaço e ambientes mal iluminados, quentes e sem ventilação. Não havia cuidado com a higiene nem com a segurança dos locais de trabalho. Assim, eram frequentes entre os operários os acidentes de trabalho e as doenças. As crianças eram as principais vítimas.

Meninos e meninas também sofriam, com frequência, castigos físicos, e as mulheres eram afetadas pela violência sexual. *Os trabalhadores menores, de 7 a 14 anos, eram as principais vítimas dos mestres [chefes de operários] e contramestres [encarregados do comando de equipes de trabalho], que os castigavam com espancamentos, sopapos, pontapés e puxões de orelha. Contra isso, criou-se, em 1917, um comitê popular de agitação contra a exploração de menores operários. Os mestres e contramestres também seduziam as mulheres operárias em troca de máquinas mais produtivas ou de melhores salários. Caso não cedessem a essas propostas, elas eram perseguidas com multa, descontos ou máquinas enguiçadas.*⁵



⁵Trabalhadores infantis no interior da Fábrica Santana, propriedade da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, São Paulo (SP). Fotografia de maio de 1931 mostrando um pouco das condições de trabalho dos menores na produção de sacos para café e açúcar.

⁵RIBEIRO, Maria Alice Ross. Fábrica e cidade. In: *Revista Trabalhadores*. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989. p. 13.

Apesar do texto não ser do autor - é uma citação do texto *Fábrica e Cidade*, de Maria Alice Rosa Ribeiro (1989) -, é positivo a inclusão do mesmo no corpo do texto principal:

Meninos e meninas também sofriam, com frequência, castigos físicos, e as mulheres eram afetadas pela violência sexual. [...] Os mestres e contramestres também seduziam as mulheres operárias em troca de máquinas mais produtivas ou de melhores salários. Caso não cedessem a essas propostas, elas eram perseguidas com multa, descontos ou máquinas enguiçadas (RIBEIRO Apud COTRIM, 2013, V.3, p. 92)

Mais adiante, na página seguinte, há uma foto com operárias da fábrica de Tecelagem Mariangela, das Indústrias Reunidas, de 1920. A foto ocupa boa parte da página. Assim, além do autor incluir mulheres operárias e abordar uma questão pertinente vivida por estas, da violência sexual, há também uma imagem que ajuda a compreender essas mulheres na história do período:

Figura 18 - Mulheres em fábrica têxtil

SAIBA + MAIS ANARQUISMO

É comum usarmos as palavras anarquismo e anarquia com o significado de confusão, bagunça, desordem, baderna. Mas esse não é o sentido político do termo anarquismo. Na origem etimológica, anarquia vem do grego e significa "ausência de poder".

O pensamento político anarquista considera o poder — isto é, o domínio de uma pessoa sobre outra — um mal em si. Os anarquistas rejeitavam, portanto, toda forma de opressão social sobre o indivíduo, defendendo a existência de uma sociedade que funcionaria pela cooperação e pela solidariedade entre as pessoas. Evidentemente, eram contrários à exploração dos empregados pelos patrões.

O anarquismo foi trazido para o Brasil por imigrantes europeus, especialmente italianos e espanhóis, que seguiam as ideias do italiano Enrico Malatesta (1853-1932) e do russo Pedro Kropotkin (1842-1921).


1. De acordo com o texto, qual é a concepção fundamental do anarquismo e qual é sua relação com o movimento operário?

Organização operária

Os inúmeros acidentes, os baixos salários e as longas jornadas sem descanso foram provocando a mobilização dos operários, que começaram a se unir para realizar protestos e reivindicações. Surgiram, então, várias formas de organização operária, entre elas os sindicatos, que assumiram a luta pela conquista de direitos trabalhistas e sociais.

Dentre as correntes políticas que influenciaram ideologicamente o movimento operário, destacou-se, de início, o anarquismo. Mas houve também outras tendências, como:

- o **sindicalismo revolucionário** – uma corrente anarco-socialista que defendia a greve como principal instrumento de luta dos operários na busca de conquistas mais amplas;
- a **corrente católica** – procurava, entre outras ações, afastar os trabalhadores das influências anarquista e socialista.



Operárias da Tecelagem Mariangela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, São Paulo (SP), nos anos 1920.

Capítulo 6 Sociedade e economia na Primeira República 93

Fonte: COTRIM, 2013, V.3, p. 93. Livro do Professor.

No mesmo capítulo, nas páginas que antecedem as atividades, há um *box* reservado à História das Mulheres que ocupa uma página inteira. O *box Em Questão*, tem como título *Rompendo a submissão: A luta pela autonomia feminina*. Apesar de ser muito positiva a sua existência, chama-se atenção para o fato de que se trata de *box* e não do texto principal:

Figura 19 - Box Rompendo a submissão: A luta pela autonomia feminina

EM QUESTÃO | ROMPENDO A SUBMISSÃO: A LUTA PELA AUTONOMIA FEMININA

No período colonial, grande parte das mulheres de “boa família” vivia submissa aos homens e trancada em casa. Durante o império, um maior número de mulheres passou a ser visto pelas ruas, embora fosse comum encontrá-las na companhia vigilante do pai ou do marido. Na República, entretanto, a mulher foi dando passos decisivos para romper o círculo fechado que a oprimia.

A força de trabalho da mulher passou a ser intensamente requisitada em nossas primeiras fábricas, tomando-se maioria em muitos setores, como o têxtil e o de alimentos. Apesar de exploradas, as mulheres operárias contribuíram na luta pela autonomia feminina. Mesmo recebendo salário inferior ao dos homens, igualavam-se a eles ao sair dos lares para trabalhar nas fábricas e completar o reduzido orçamento familiar. Elas mostravam que podiam executar outros trabalhos além das tradicionais profissões de enfermeira e professora.

De acordo com a historiadora Margareth Rago,

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

Um dos fatores que contribuíram para abalar o mito da inferioridade feminina foi o surgimento do cinema no Brasil, em 1907. Por meio de diversos filmes, as mulheres foram estimuladas a tomar contato com um mundo fora dos limites do lar. Descobriram um modelo dinâmico de mulher, reflexo de uma sociedade moderna e industrializada. Belas e encantadoras, muitas personagens femininas de Hollywood eram psicologicamente fortes, determinadas e participativas.

O advento da República e suas mudanças institucionais fizeram nascer, também, a esperança na aprovação do voto feminino pelos deputados. Em 1920, Berta Lutz fundou a **Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher** para lutar pela igualdade de salários e pelo sufrágio feminino.

No entanto, as mulheres só conquistaram o direito ao voto em meados da década de 1930.

1. Como se define a participação feminina na sociedade brasileira nas primeiras décadas da República?
2. Comparativamente aos dias atuais, na sua opinião, essa situação passou por mudanças significativas?



Na fotografia, a militante política Laura Brandão discursa em cornício de 1º de maio de 1919, em São Paulo (SP).

A abordagem que o autor escolhe fazer merece atenção em vários pontos. Seu ponto de partida é um apanhado geral da condição feminina nos períodos anteriores ao do recorte deste capítulo (o Republicano). Fala de forma muito generalizada das mulheres no período colonial e do Império. Não há recorte de classe social ou de raça, passando-se a impressão de que todas as mulheres estavam “trancadas em casa” (COTRIM, 2013, V.3, p. 94) ou de que só começaram a trabalhar quando “a força de trabalho da mulher passou a ser intensamente requisitada em nossas primeiras fábricas” (IDEM). Apagam-se, assim, histórias de mulheres negras – que foram tão escravizadas quanto os homens negros nestes períodos – e de mulheres pobres - que mesmo brancas sempre trabalharam de alguma forma para ajudar no sustento de casa.

Entende-se que somente uma página é pouco para abordar períodos tão vastos com recortes de classe e raça, mas esta é a única página que o autor destinou à História das Mulheres. Assim, é necessária uma crítica atenta. Após este apanhado geral – sobre mulheres brancas e de classes mais abastadas, deve-se apontar – o autor utiliza um texto da historiadora Margareth Rago, *Trabalhos femininos e sexualidade* (1997), para falar das operárias e sua situação nas fábricas. Este texto ajuda no entendimento das relações entre homens e mulheres dentro das fábricas, pois fornece uma explicação mais focada nas relações de gêneros que essas mulheres enfrentaram. Ou seja, de como foram tratadas pelos homens por sua condição de mulher.

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens- como “naturalmente masculino”. (RAGO Apud COTRIM, 2013, V.3, p. 94)

Abaixo do texto de Rago, há uma foto de Laura Brandão, mas nenhuma informação sobre ela. A citação direta sobre Laura consta apenas na descrição da foto: “Na fotografia, a militante política Laura Brandão discursa em comício de 1º de maio de 1919, em São Paulo (SP)” (COTRIM, 2013, V.3, p. 94). A figura de Laura Brandão poderia ter sido mais bem explorada, principalmente após se falar das operárias no texto acima e, também, pela temática do *box*. Laura foi ativista política e poetisa. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) e,

mais tarde, uma das fundadoras do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, junto com outras mulheres comunistas e anarquistas.

O Comitê das Mulheres Trabalhadoras tinha como principal objetivo fazer a divulgação das ideias do partido, sobretudo à porta de fábricas e oficinas, geralmente localizadas nos bairros operários e subúrbios pobres. Suas integrantes proferiam discursos voltados aos trabalhadores, especialmente as mulheres, convidando-as a participarem da organização e da luta política. Destacavam-se como grandes oradoras a própria Maria Lopes, Isaura Nepomuceno e Laura Brandão. (SHUMAHER, 2001, p.196)

Pensa-se que uma exploração melhor desta personagem poderia ter sido feita também no texto principal. Porém, nem mesmo neste *box* é possível conhecer um pouco mais de seu ativismo político. O autor segue o texto com um tópico bem diferente:

Um dos fatores que contribuíram para abalar o mito da inferioridade feminina foi o surgimento do cinema no Brasil, em 1907. Por meio de diversos filmes, as mulheres foram estimuladas a tomar contato com um mundo fora dos limites do lar. Descobriram um modelo dinâmico de mulher, reflexo de uma sociedade moderna e industrializada. Belas e encantadoras, muitas personagens femininas de Hollywood eram psicologicamente fortes, determinadas e participativas. (COTRIM, 2013, V.3, p. 94)

Atribui aos filmes estrangeiros que começaram a surgir no Brasil, pós 1907, um “meio de ter contato com um mundo fora do lar” (COTRIM, 2013, V.3, p. 94). Fala, então, que por meio destes: “Descobriram um modelo dinâmico de mulher, reflexo de uma sociedade moderna e industrializada” (IDEM). Entende-se, que além de apagar as histórias de mulheres “psicologicamente fortes, determinadas e participativas” (IDEM) brasileiras de períodos anteriores, como Nísia Floresta⁵³, a princesa Isabel e Anita Garibaldi, e do próprio período, como Laura Brandão, o autor imprimiu em sua fala vários pontos que merecem críticas negativas. O primeiro é o caráter colonialista, que aponta como modelos a serem seguidos as mulheres norte-americanas de Hollywood. Outro ponto são os adjetivos utilizados. “Belas e encantadoras” (IDEM) aparecem como algo engrandecedor e superior, qualidades que devem vir com este novo ideal feminino, que acompanha os “psicologicamente fortes, determinadas e participativas” (IDEM).

⁵³ Sobre ver: DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta - Vida e Obra*. Editora Universitária. UFRN, 1995.

Esses mesmos filmes foram alvo de estudos por mulheres, que mostraram que ao contrário de serem emancipadores, eram na verdade ferramentas de manutenção da submissão feminina. Filmes que, como o autor parece reproduzir, utilizavam-se de ideais femininos de beleza e personalidades para manter mulheres sob opressão de gênero. É o caso do estudo de Andra S. Walsh, intitulado *Women's films* (1984). Sobre esses estereótipos femininos vinculados nos filmes, também escreve Michelle Perrot:

Estes filmes fazem da intimidade o seu principal teatro, e dos protagonistas familiares, seus atores favoritos. Mães levadas ao drama pela despreocupação de seus maridos ou filhos, mulheres dilaceradas entre seu trabalho e suas exigências privadas, esposas vítimas da dúvida sobre seus companheiros, todas encarnadas por Bette Davis, Joan Crawford ou Katherine Hepburn, são as heroínas destes filmes domésticos, muito conformistas em seu *happy end* marcado pelo restabelecimento da felicidade na ordem. As mulheres, são ali, na maior parte do tempo, “heroínas positivas” [...] A única subversão deste “feminismo doméstico” reside no lugar atribuído às mulheres como motor da ação. Para as espectadoras, assim como para as leitoras, há um princípio de identificação cujo sucesso sugere um grande conformismo em matéria de papéis sexuais. (PERROT, 2005, p. 443-444)

Não se nega a influência de filmes norte-americanos em nossa cultura ou na vida das mulheres brasileiras. Porém, a atribuição deste autor a estes filmes como fatores que fizeram as mulheres se emanciparem, saírem dos lares e perseguirem novos ideais de mulheres que rompiam com a submissão é, no mínimo, carente de mais estudos. Talvez por desconhecer pesquisas na temática de gênero que analisaram estes filmes e seus modelos de mulheres. Felizmente, o autor continua o texto dando maior enfoque às mulheres brasileiras e suas lutas políticas do período. Se pode ler:

O advento da República e suas mudanças institucionais fizeram nascer, também, a esperança na aprovação do voto feminino pelos deputados. Em 1920, Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher para lutar pela igualdade de salários e pelo sufrágio feminino. No entanto, as mulheres só conquistaram o direito ao voto em meados da década de 1930. (COTRIM, 2013, V.3, p. 94)

Seguem-se então duas perguntas: “1. Como se define a participação feminino na sociedade brasileira nas primeiras décadas da República? 2. Comparativamente aos dias atuais, na sua opinião, essa situação passou por mudanças significativas?” (IDEM). Apesar de serem perguntas que estimulam uma criticidade, aponta-se que a única fonte para respondê-las é basicamente o texto desta página. A primeira pergunta, talvez a mais complicada de se responder, não possui informações trazidas além de alguns relatos sobre as operárias, filmes

hollywoodianos e uma organização pelo sufrágio feminino. Todos os assuntos vistos neste *box* são pouquíssimo explorados. Será possível construir um conhecimento histórico sobre a realidade das mulheres brasileiras do passado para poder, então, responder a pergunta de número dois? Acredita-se que não. Talvez de uma forma muito generalizada e pouco crítica, apenas.

Este capítulo chega ao fim, com seis imagens mistas e oito somente de homens. Não há imagens somente de mulheres, mas elas se destacam em algumas. É o caso da fotografia das operárias na fábrica de tecelagem e da fotografia de Laura Brandão discursando, no *box*. Observa-se, de uma forma geral, que houve maior inclusão de mulheres neste capítulo. Principalmente ao se falar da condição de trabalho das mulheres operárias. Apesar de se apontar algumas falhas e a pouca pesquisa no assunto, assim como o pouco espaço para o tópico, é uma inclusão positiva. Principalmente pelos textos escolhidos, das historiadoras Ribeiro e Rago.

No Capítulo 7, *Revoltas na Primeira República*, há poucos dados sobre a participação feminina na temática do capítulo (revoltas). Logo no início, ao se falar da *Vida em Canudos*, pode-se ler: “[...] sertanejos sem-terra, vaqueiros, ex-escravos, pequenos proprietários pobres, homens e mulheres perseguidos pelos coronéis ou pela polícia” (COTRIM, 2013, V.3, p.101). Mais adiante, quando o tópico é sobre a *Revolta da vacina*, a participação feminina é feita de forma parecida: “Para alguns, a aplicação de injeções em mulheres era imoral” (IDEM, p. 106). A única citação de uma mulher envolvida nas revoltas é a de Maria Bonita ao se falar de Lampião: “Ele e sua mulher, Maria Bonita (que vivia com o bando), se tornariam os personagens mais famosos do cangaço” (COTRIM, 2013, V.3, p.104).

No fim deste capítulo, há citações diretas de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral ao se falar da Semana da Arte Moderna, de 1922. Há também a reprodução de um quadro de Anita, na descrição da imagem se lê: “Sua polêmica mostra individual em São Paulo, em 1917, é considerada precursora da Semana da Arte Moderna” (COTRIM, 2013, V.3, p.111). Entretanto, não há esse dado no texto. Nas imagens, há somente uma de mulheres, trata-se do quadro de Anita que representa uma mulher. São quatro mistas e cinco somente de homens.

O Capítulo 8, *Era Vargas (1930-1945)*, possui mais mulheres citadas e informações gerais sobre a realidade destas. Ao se falar sobre os conflitos envolvendo o Movimento Constitucionalista, se lê no texto principal: “Diversas mulheres também participaram do movimento, na maior parte das vezes atendendo feridos nas batalhas e preparando material bélico” (COTRIM, 2013, V.3, p.119). Além disso, o capítulo possui um *box Saiba Mais, Código*

eleitoral e voto feminino. Neste, são citadas Carlota Pereira de Queirós, Bertha Lutz e Leolinda de Figueiredo, mulheres que lutaram no movimento sufragista brasileiro pelo direito ao voto.

Apesar de possuir um *box* destinado a contar este momento histórico, a escrita do texto não deixa claro o papel das mulheres nesta conquista. Lê-se: “Além de criar a Justiça Eleitoral e introduzir o voto secreto – medidas importantes para coibir os abusos eleitorais da Primeira República -, o Código estabelecia o voto feminino. Pela primeira vez, as mulheres poderiam votar no Brasil” (COTRIM, 2013, V.3, p.122). O texto do autor retira o caráter de luta deste momento, dando a impressão de que o direito ao voto foi estendido sem impasses. Só se pode conhecer um pouco melhor essa conquista pelo texto que segue no *box*. *Participação política feminina* (2013), da Fundação Getúlio Vargas. Neste é que os nomes de Bertha Lutz e Leolinda de Figueiredo são citados, assim como mais detalhes sobre Carlota Pereira de Queirós.

O texto da Fundação Getúlio Vargas também comenta sobre Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Esta Federação poderia, por exemplo, ter sido explorada pelo autor para abordar o tópico que se pretendia de uma forma mais participativa e protagonizada pelas mulheres. O autor citou esta entidade anteriormente, no Capítulo 6, mas também não falou sobre ela. A FBPF foi uma unidade chave para se conseguir o direito ao voto. Fundada em 1918, sob o nome de Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por Bertha Lutz:

As primeiras ações empreendidas pelas feministas estavam voltadas para a conquista do direito ao voto, e para isso, aproveitavam todo o espaço disponível para divulgar a causa que abraçavam: escreviam cartas à imprensa, a autoridades, concediam entrevistas e pressionavam os parlamentares quando alguma matéria de seu interesse tramitava no Congresso Nacional. (SCHUMAHER, 2000, p. 255)

Mais tarde, a Liga adotou o nome de Liga pelo Progresso Feminino. Com a adesão de outros estados à proposta pelo grupo, formou-se a Federação das Ligas pelo Progresso Feminino. Somente em 1922 se adotou o nome de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com a intenção de possuir maior visibilidade a causa. No mesmo ano, em dezembro de 1922, a FBPF realizou o I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro. Os anos que se seguiram foram de muita luta, sempre pressionando figuras políticas pela causa. O deputado Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, foi um dos políticos com os quais a FBPF se articulou. As mulheres da FBPF fizeram uma intensa campanha para que o deputado ganhasse as eleições para presidente do estado do Rio Grande do Norte.

Eleito presidente do Estado, articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto feminino. Coube ao seu antecessor, ainda em exercício do mandato, José Augusto Bezerra de Medeiros, sancionar a lei. Foi a porta aberta para uma avalanche de mulheres que acorreram à Justiça do estado para garantir o seu direito de votar e de serem votadas. (SCHUMAHER, 2000, p. 257)

Apesar desta conquista inicial, ainda demorariam alguns anos para a conquista do voto em escala nacional. Anos de luta intensa. A FBPF estava sempre presente nos órgãos públicos para pressionar os políticos, fazer campanhas e aproveitar os espaços midiáticos pela causa do voto feminino. Em 1931, realizou o II Congresso Internacional Feminista, também na cidade do Rio de Janeiro:

As conclusões do congresso foram encaminhadas a Vargas que se comprometeu a empenhar-se pela concessão do voto feminino. Em fevereiro de 1932, foi publicado o novo Código Eleitoral, de cuja comissão de redação Bertha participou, finalmente estendendo o direito de voto às mulheres. (SCHUMAHER, 2000, p. 259)

Este é só um exemplo do que poderia ter sido utilizado, a temática possui outras possibilidades de abordagens. O que se deseja mostrar é que o autor poderia ter aproveitado a temática com uma proposta melhor no *box*, sem retirar o caráter de luta por trás desta conquista. Entretanto, elogia-se o autor pela escolha de utilizar o texto da Fundação Getúlio Vargas. Salienta-se, apenas, que esta abordagem um pouco mais profunda está num *box*, não no texto principal. Neste último, se lê apenas “Voto feminino - o direito de voto foi estendido para as mulheres” (COTRIM, 2013, V.3, p.122).

Figura 20 - Box Código eleitoral e voto feminino

SAIBA MAIS CÓDIGO ELEITORAL E VOTO FEMININO

Procurando moralizar o sistema eleitoral no país — como vimos, uma das principais bandeiras do tenentismo e do movimento de 1930 —, o governo provisório já havia decretado, em fevereiro de 1932, uma lei que instituía o primeiro Código Eleitoral brasileiro.

Além de criar a Justiça Eleitoral e introduzir o voto secreto — medidas importantes para coibir os abusos eleitorais da Primeira República —, o Código estabelecia o voto feminino. Pela primeira vez, as mulheres poderiam votar no Brasil.

Isso ocorreu nas eleições para a Assembleia Constituinte, que se realizaram em maio de 1933. Os deputados eleitos trabalharam durante cerca de um ano no texto da nova Constituição do Brasil. Entre eles estava a médica paulistana Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), a primeira deputada federal do Brasil:

Muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, como Berta Lutz e Leolinda de Figueiredo Dalto, mas apenas Carlota Pereira de Queirós conseguiu se eleger por São Paulo. No Distrito Federal Almerinda Farias Gama participou como delegada sindical da eleição de representantes classistas. No discurso que pronunciou na Assembleia em 13 de março de 1934, a deputada Carlota Pereira de Queirós enfatizou a colaboração imprescindível da mulher no processo de reconstitucionalização do país.

Em 1933, Berta Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, publicara *A nacionalidade da mulher casada*, obra em que defendia os direitos jurídicos da mulher. Foi convidada pela deputada Carlota Pereira de Queirós para elaborar em conjunto um trabalho para a Constituinte de 1934. Nele eram defendidas a eleição da mulher e a reforma do ensino de acordo com as demandas da nova sociedade urbano-industrial. Vários artigos da Constituição de 1934 iriam de fato beneficiar a mulher, entre eles os que estabeleciam a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez.

Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. *Anos de Incerteza (1930 - 1937)/Participação política feminina*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934/ParticipacaoFeminina>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

1. De acordo com o texto, quais foram as novidades das eleições realizadas em maio de 1933?

COMPREENDENDO

1. Comente as medidas tomadas por Getúlio Vargas ao assumir o poder, em 1930.
2. Identifique quais eram os grupos sociais que lideraram o movimento de 1932 contra Getúlio. Que interesses tinham os revoltosos? O que alegavam?
3. Explique o que foi o MMDC e quais foram os resultados da Revolução Constitucionalista.

GOVERNO CONSTITUCIONAL A INTENSA AGITAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Com a promulgação da segunda Constituição republicana do Brasil, em 16 de julho de 1934, teve início o período constitucional da Era Vargas.

■ CONSTITUIÇÃO DE 1934

Dentre as principais disposições contidas na Constituição de 1934 — algumas delas já instituídas por leis anteriores —, destacavam-se:

- **voto secreto** – a eleição dos candidatos aos poderes Executivo e Legislativo seria feita por meio do voto secreto;
- **voto feminino** – o direito de voto foi estendido para as mulheres. Continuaram sem esse direito analfabetos, mendigos, militares até o posto de sargento e pessoas judicialmente declaradas sem direitos políticos;
- **Justiça Eleitoral** – uma Justiça Eleitoral independente zelaria pelas eleições;

Após este *box*, Dalva de Oliveira é citada rapidamente como cantora do samba *Salve 19 de abril!*, em homenagem a Vargas. Só consta seu nome, no texto principal. Na última sessão do capítulo, em *Para saber mais*, em *Nos filmes*, há a indicação do filme *Eternamente Pagu* (1987) e *Olga* (2004). Porém, estas mulheres não constam no LD até o momento. Assim, espera-se das(os) alunas(os) que somente através das descrições dos filmes seja possível contextualizá-las na História do Brasil. Nas imagens, são quatro mistas e oito somente de homens. Não há imagens somente de mulheres. Após este capítulo, encerra-se a Unidade 2 do livro. A análise retorna na Unidade 4, visto que a Unidade 3 não apresenta capítulos sobre a História do Brasil.

No Capítulo 13, *Período democrático (1946-1964)*, a presença de mulheres ocorre somente em uma página. Ao se falar sobre a *Programação das emissoras*, há a citação direta dos nomes de Linda e Dircinha Batista, Marlene, Emilinha Borba e Ângela Maria. São as cantoras-estrelas do período. Somente seus nomes são citados, não há mais informações. Abaixo deste texto, há o *box Documento*, com o tema *Revistas Femininas*. Este merece destaque pela forma positiva de sua abordagem, utilizando as revistas femininas do período para debater os estereótipos de gênero que as mulheres nas décadas de 1940, 50 e 60 enfrentavam.

Figura 21 - Box Revistas femininas

Programação das emissoras

A programação das emissoras de rádio era diversificada: preces, programas humorísticos e musicais, novelas, noticiários etc. O destaque eram os programas de auditório com cantores-estrelas, como as irmãs Linda e Dirce Batista, Marlene, Emilinha Borba, Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Nora Ney e Jorge Goulart.

As músicas mais populares dessa época eram as marchinhas e o samba-canção. A maioria dos

cantores participava ativamente do carnaval e empenhava-se para que seus sambas e marchinhas fizessem sucesso. Mas outros gêneros musicais também eram apreciados, como o chorinho, a valsa, o frevo e o baião.

A bossa-nova começou a ser conhecida nessa época. As escolas de samba, impulsionadas pela televisão, seriam transformadas em espetáculo de massa.

DOCUMENTO REVISTAS FEMININAS

Nos anos 1950, boa parte das revistas femininas projetava um modelo de mulher bem diferente do atual.

A mulher ideal é carinhosa em casa e austera na rua. Como é preciso manter o casamento, a esposa que desconfia da infidelidade do marido precisa redobrar seu carinho e as provas de afeto. Absurdo? Para muitas leitoras que acompanhavam as revistas voltadas para o público feminino nas décadas de 1940, 50 e início dos anos 60, esses conselhos eram frequentes — o que não significa que esses padrões de conduta fossem seguidos por todas as mulheres.

“O conceito de felicidade mudou”, observa a historiadora Carla Silvia Beozzo Bassanezi.(...) Há 30 ou 40 anos a realização de muitas mulheres dependia de um casamento bem-sucedido. Atualmente, sua maior preocupação é com a realização pessoal, profissional, intelectual, afetiva e sexual.

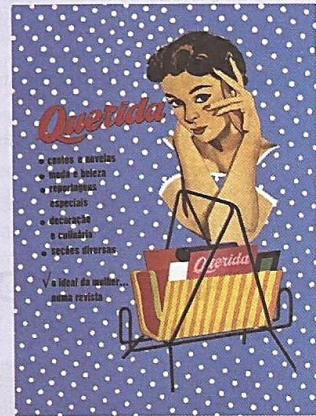
Veja alguns exemplos de “conselhos” divulgados pelas revistas femininas desse período:

- Não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas. (*Jornal das Moças*, 1957)
- A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos. (*Jornal das Moças*, 1959)
- A esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa. (*Jornal das Moças*, 1955)
- Se o seu marido fuma, não arrume brigas pelo simples fato de caírem cinzas no tapete. Tenha cinzeiros espalhados por toda a casa. (*Jornal das Moças*, 1957)
- Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu. (*Revista Querida*, 1954)
- O lugar da mulher é no lar, o trabalho fora de casa masculiniza. (*Revista Querida*, 1955).

LEAL, Gláucia. In: *O Estado de S. Paulo*, 27 dez. 1993.

1. Segundo o texto:

- a) o que se conclui sobre o conceito de felicidade que se projetava para a mulher, mais de 40 anos atrás? O que permite essa conclusão? Dê exemplos.
- b) que fatores, atualmente, podem ser relacionados à busca da felicidade pela mulher? Em sua opinião, o que causou essa mudança?



Peça de divulgação feita para publicação em outras revistas (1954).



Propaganda no *Jornal das moças* (1946), que circulou no Brasil entre 1914 e 1965.

Apesar de o texto não ser do autor, trata-se de um texto de Glaucia Leal (1993), para o jornal Estado de São Paulo, as perguntas que o seguem promovem uma reflexão crítica e histórica sobre o que é abordado. Entretanto, na última pergunta é preciso mais conhecimentos históricos sobre o tema para responder. Lê-se: “que fatores, atualmente, podem ser relacionados à busca da felicidade pela mulher? Em sua opinião, o que causou essa mudança?” (COTRIM, 2013, V.3, p.215). Esta indagação requer conhecimentos prévios sobre a realidade das mulheres brasileiras para, então, poder comparar com os dias atuais. Uma linha de pensamento que possibilite uma visão cronológica. Porém, as(os) alunas(os) não possuem muitas informações sobre a História das Mulheres nesta LD.

Graças às duas imagens neste *box* - uma divulgação da Revista Querida, de 1954, e um anúncio do Centro Singer de Corte e Costura no Jornal das Moças (1946) -, o capítulo possui duas imagens somente de mulheres. Elogia-se a inclusão destas, pois possibilitam uma melhor visualização dos estereótipos de gênero abordados no *box*. Além destas duas imagens do *box*, o capítulo possui mais nove. Sendo duas imagens mistas e sete somente de homens.

O Capítulo 14, *Governos Militares*, não possui tanta presença de mulheres. Apenas Ivete Vargas e Dilma Rousseff são citadas. Ao se falar da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): “recriado por uma sobrinha de Getúlio Vargas (Ivete Vargas), após disputa na Justiça com Leonel Brizola pelo nome da legenda” (COTRIM, 2013, V.3, p.237). Dilma Rousseff aparece somente na última sessão do capítulo, em *Oficina de História*, destinada às atividades. Trata-se de um texto sobre a instalação da Comissão da Verdade, no ano de 2012, pela presidenta. Nas imagens, também não há muita representação de mulheres. Estas só aparecem nas quatro imagens mistas, de multidões. Existem outras quatro somente de homens.

O Capítulo 15, *Período democrático atual*, é o último desta coleção. Neste, apenas Dilma Rousseff aparece. No tópico destinado a falar de seu governo, *Governo Dilma*. O texto é focado nos desafios de gestão do governo, trazendo poucas informações sobre a presidenta. Apenas se lê: “Dilma, que foi ministra na equipe do governo Lula, venceu as eleições e tomou posse em janeiro de 2011. Tornou-se a primeira mulher do Brasil, em 121 anos de vida republicana, a assumir o cargo de presidenta da República” (COTRIM, 2013, V.3, p.260). Ao lado do texto, há a imagem de Dilma e na descrição desta se pode saber um pouco mais sobre ela: “A presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a abrir a Assembleia Geral da ONU, em Nova York (EUA)” (IDEM). Graças à imagem de Dilma, o capítulo possui uma imagem somente de mulher. São seis mistas e quatro somente de homens.

Encerra-se a análise destes volumes 2 e 3, com seus devidos recortes. Percebe-se nesta, uma maior participação de mulheres na narração da História do Brasil. Apesar de nem sempre serem figuras bem exploradas, há uma tentativa maior de inseri-las. Também é possível conhecer alguns momentos da realidade vivida por mulheres, como, por exemplo, ao se falar das mulheres que trabalhavam nas fábricas. Um dos pontos positivos destes volumes é o *box* de revistas femininas, por trazer discussões sobre estereótipos de gênero. Entretanto, se precisa apontar, que as mulheres negras pouco aparecem.

3.3 História das cavernas ao terceiro milênio

A terceira coleção mais vendida do PNLD 2015, *História: das cavernas ao terceiro milênio*, é assinada por duas autoras, Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota – a única dupla composta somente de mulheres que está presente nas três versões do PNLD para a disciplina de História, no Ensino Médio. Segundo o FNDE, em *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular*, esta Coleção vendeu 821.104 exemplares. Pelo documento *PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora – Ensino Fundamental e Médio*, cada unidade da Editora Moderna, editora desta Coleção, foi vendida por R\$7,70. Sendo assim, acredita-se que a Coleção *História: das cavernas ao terceiro milênio* tenha rendido à Editora Moderna o valor de R\$ 6.322.500,8.

As autoras desta Coleção de LD possuem um pouco do seu percurso acadêmico trazido na contracapa dos três volumes. Sobre Patrícia Ramos Braick:

Mestre em História [área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas] pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG. (BRAICK; MOTA, 2013, V. 1, 2, 3, contracapa)

Sobre Myriam Becho Mota:

Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG.

Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA.

Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG. (IDEM)

Ao consultar a Plataforma Lattes para obter mais informações, constatou-se que a autora Patrícia Ramos Braick não possui nenhum dado em seu currículo Lattes. Há apenas um cadastro na plataforma, com a última atualização datada em 07/07/2006⁵⁴. Somente através de pesquisa no endereço eletrônico da Editora Moderna⁵⁵, pode-se conhecer mais a autora. Patrícia Ramos Braick possui diversos livros didáticos de História publicados, para o ensino fundamental e médio. Alguns destes LD sem a participação de Myriam Becho Mota, é o caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já Myriam Becho Mota possui um cadastro com mais informações na Plataforma Lattes, apesar de a última atualização datar de 10/03/2009⁵⁶. A autora nos informa através do texto gerado que:

Possui mestrado em Relações Internacionais - Ohio University (2001). Atualmente doutoranda em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em Culturas Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia, ciência política, história contemporânea e história da América.

Como as informações dadas por Myriam Becho Mota em seu currículo Lattes e as informações que constam na contracapa da Coleção não estão de acordo - visto que a data de atualização da Plataforma Lattes e do lançamento da Coleção superaria o período de doutoramento -, não é possível confirmar se autora concluiu seu doutorado. Já no endereço eletrônico da Editora Moderna⁵⁷, consta a autoria de LD de História para o ensino fundamental e médio, todos em parceria com Patrícia Ramos Braick.

Esta coleção *História: Das cavernas ao terceiro milênio*, possui três volumes para os respectivos três anos do ensino médio. Cada volume possui um subtítulo: Volume 1, *Das origens da Humanidade à expansão marítima europeia*, Volume 2, *Da conquista da América ao século XIX*, e Volume 3, *Do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais*. Pelo recorte feito nesta análise, apenas o segundo e terceiro volume seriam analisados. Entretanto, a

⁵⁴Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4437246118895031>. Acesso em 20/09/2015, às 20:24.

⁵⁵Disponível em: <http://www.moderna.com.br/main.jsp?lumPageId=4028818B2E3AAEB2012E496984F969F0&hidFiltroDigitado=Patr%C3%ADcia%20Ramos%20Braick#>. Acesso em 20/09/2015, às 20:27.

⁵⁶Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1183653675958757>. Acesso em 20/09/2015, às 20:30.

⁵⁷Disponível em: <http://www.moderna.com.br/main.jsp?lumPageId=4028818B2E3AAEB2012E496984F969F0&hidFiltroDigitado=Myriam%20Becho%20Mota>. Acesso em 20/09/2015, às 20:45.

pesquisadora desta dissertação não conseguiu encontrar, e muito menos adquirir, o segundo volume da coleção. Sendo assim, somente o Volume 3 é analisado. Como o foco desta análise é justamente o período que é abordado pelas autoras neste volume, século XX e XXI, se aponta que a análise pôde ser feita sem perdas qualitativas.

O Volume 3, *Do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais*, possui cinco capítulos analisados. São eles: Capítulo 2, *O Brasil na Primeira República*, Capítulo 6, *A Era Vargas*, Capítulo 9, *Governos populistas na América Latina*, Capítulo 10, *Ditaduras militares na América Latina*, e Capítulo 12, *Brasil: da redemocratização aos dias atuais*. O Capítulo 9 e 10 não são inteiramente sobre História do Brasil, possuem um recorte focado na América Latina. Sendo assim, analisam-se somente as partes dentro destes que contém História do Brasil.

O primeiro capítulo analisado deste Volume 3 é o Capítulo 2, *O Brasil na Primeira República*. Neste, Maria Bonita, Anita Malfatti, Zina Aíta e Tarsila do Amaral são citadas. Além disso, também há informações sobre a realidade das mulheres no período. Maria Bonita aparece ao se falar de *Os movimentos sociais na República Oligárquica*, em *O cangaço*. Numa citação quase indireta, se lê: “Lampião, sua companheira, Maria Bonita, e outros cangaceiros morreram numa emboscada em 1938” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 31). Não há maiores informações sobre a personagem, nem mesmo que esta foi a primeira mulher a participar de um grupo de cangaceiros, informação que normalmente aparece nos LD ao se falar de Maria Bonita.

Anita Malfatti, Zina Aíta e Tarsila do Amaral aparecem juntas, na mesma página, no tópico *A Semana da Arte Moderna*. Anita e Zina aparecem no texto principal, nos exemplos de artistas do movimento modernista, juntamente com outros 12 artistas homens. Não há informações sobre as artistas, apenas seus nomes são trazidos. Há, junto com o texto, o quadro *Morro da favela*, de Tarsila do Amaral. Por esta razão, Tarsila é citada na descrição do quadro, mas não há dados sobre a artista plástica. Percebe-se que as autoras exploram muito pouco essas quatro personagens, mas há nos textos do mesmo capítulo informações mais gerais sobre mulheres.

No tópico sobre *A primeira Constituição republicana*, pode-se ler no texto principal: “Apesar de a Constituição não apresentar nenhuma restrição ao voto feminino, a maioria dos constituintes foi contra a aprovação de uma emenda específica que garantisse esse direito às mulheres; logo, se manteve a tradição, e as mulheres ficaram excluídas das eleições” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 23). Apesar de positiva a forma como as autoras narram, mostrando que à essas mulheres não foram permitidas a participação política, o tema poderia ser mais

explicado. De que tradição se está falando? Pensa-se que é a tradição patriarcal que imperou, e impera, no Brasil, nas esferas públicas e privadas. Esse tema do espaço político unicamente masculino, que as autoras abordaram, poderia instruir mais sobre as relações de gênero que mantiveram as mulheres fora do campo político até 1932, quando conquistaram o direito ao voto e a serem votadas.

As autoras também trazem um pouco sobre a realidade das mulheres que trabalhavam nas fábricas, no início do século XX. Em *O desenvolvimento industrial*, pode-se ler: “Mulheres e crianças formavam um segmento importante da mão de obra empregada nas fábricas e em geral recebiam salários mais baixos para tarefas similares às aquelas exercidas pelos homens adultos” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 27). Nesta página há a reprodução de uma foto de mulheres trabalhando na fábrica de tecelagem Mariângela. Assim, além de incluírem as operárias nesta história do desenvolvimento industrial, as autoras também tornam esta realidade mais visível.

Figura 22 - Operárias da Tecelagem Mariângela

O desenvolvimento industrial

Em decorrência da própria estrutura econômica do país, predominantemente agrícola desde os tempos coloniais, nas primeiras quatro décadas da Primeira República a indústria brasileira esteve relegada ao segundo plano. Entretanto, a acumulação de capitais acabou contribuindo para a expansão da atividade industrial em algumas cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) e estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina). Foram basicamente iniciativas localizadas, por vezes complementares à agricultura, que não representaram uma industrialização efetiva. O dinheiro necessário às instalações industriais provinha de investidores brasileiros, principalmente cafeicultores, imigrantes enriquecidos e do capital financeiro internacional. À medida que aumentava o número de empresas, cresciam a oferta de trabalho, a população urbana, o comércio e a prestação de serviços.

Os estabelecimentos industriais estavam concentrados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Pode-se afirmar que, em São Paulo, o capital industrial nasceu do capital cafeeiro: as crises periódicas de superprodução de café abriram caminho para o deslocamento de capitais para novas áreas de investimentos, entre elas o setor industrial. Já no Rio de Janeiro ocorreu a transformação do capital mercantil em capital industrial. Foi o caso da indústria têxtil, que se originou, em grande parte, do comércio de tecidos.

O tamanho das fábricas variava: desde pequenas oficinas até indústrias que reuniam centenas de operários. Os investimentos concentravam-se em indústrias de bens de consumo – setores têxtil, de alimentos, bebidas, calçados, chapéus e fumo –, que tinham custos iniciais relativamente pequenos e não demandavam tecnologia sofisticada.

Mulheres e crianças formavam um segmento importante da mão de obra empregada nas fábricas e em geral recebiam salários mais baixos para tarefas similares àquelas exercidas pelos homens adultos.

As condições de trabalho eram muito precárias: a jornada variava entre 10 e 12 horas diárias e os operários eram constantemente punidos com multas ou agressões físicas. Não havia legislação trabalhista que garantisse aos trabalhadores descanso semanal, férias ou licenças remuneradas.



Operárias da Tecelagem Mariângela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, em São Paulo.
Foto da década de 1920.

Mais adiante, na página que aborda *O movimento operário*, as autoras falam da luta por direito destas mulheres operárias. No texto principal, se lê que a “regulamentação do trabalho feminino e infantil” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 34) estava nas pautas defendidas pelas (os) operárias (os). Mas é em um *box* ao fim da página, intitulado *Mulheres anarquistas*, que conhecemos mais sobre essas mulheres e sua luta. O texto trazido não é das autoras, trata-se de trechos do livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* (1985), de Margareth Rago. A escolha de reproduzir estes trechos é relevante para a inclusão da História das Mulheres no período, elogia-se as autoras por isso. Pode-se, através deste *box*, conhecer as lutas e denúncias destas mulheres anarquistas. Tema que normalmente não é trazido nos LD de História.

Figura 23 - Box Mulheres anarquistas



Passeata de trabalhadores em greve descendo a Ladeira do Carmo a caminho do bairro do Brás, na cidade de São Paulo, 1917. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O movimento operário

A Constituição de 1891 deu pouca atenção às questões sociais. Por isso, as relações de trabalho nas cidades eram definidas pela emergente burguesia industrial, mercantil e financeira. Com o objetivo de reivindicar melhores salários, redução da jornada de trabalho, assistência ao trabalhador doente ou acidentado e regulamentação do trabalho feminino e infantil, os trabalhadores criaram as ligas operárias e as sociedades de resistência. Mais tarde, organizaram sindicatos, primeiro por ofício e depois por atividade econômica, que atuavam por meio de greves e manifestações.

O **anarquismo** foi a mais importante corrente do movimento operário no Brasil do início da república. Além de criarem ligas de resistência e sindicatos, os militantes anarquistas organizavam greves por conquistas econômicas imediatas e pelo fortalecimento da solidariedade entre os trabalhadores. Por meio das greves, importante instrumento de resistência, se reivindicava o reconhecimento dos direitos trabalhistas e sindicais, além da criação de uma legislação previdenciária.

A maior mobilização do proletariado brasileiro no período ocorreu com a greve geral de julho de 1917, iniciada na cidade de São Paulo e com repercussões no restante do país. Dela participaram operários da indústria têxtil e alimentícia, gráficos e ferroviários. Em São Paulo os grevistas entraram em choque com as forças policiais, resultando na morte do operário anarquista José Martinez, de origem espanhola, cujo enterro paralisou a cidade.

O movimento terminou com um acordo de aumento salarial e a promessa do atendimento de outras reivindicações dos trabalhadores. As paralisações organizadas pelos anarquistas estenderam-se até 1919, em São Paulo e em outros estados.

Na década de 1920, a influência do anarquismo no movimento operário brasileiro entrou em refluxo. A vitória da Revolução de Outubro na Rússia e o nascimento do primeiro Estado socialista da história impulsionaram a formação de partidos comunistas em todo o mundo. No Brasil, em 1922, foi fundado o **Partido Comunista do Brasil (PCB)**, que logo ganhou influência no operariado e conquistou filiados em todo o país.

O Partido Socialista Brasileiro foi fundado em 1902 com um programa marxista. Nas suas lutas no Brasil, os socialistas daquela época defendiam a melhoria dos salários dos trabalhadores e a necessidade de promover mudanças sociais.

Mulheres anarquistas

“Partindo de vozes femininas no interior dos anarquistas, [...] emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana. [...]

Não é ocasional, portanto, que encontremos nos jornais libertários artigos que, ao criticarem a situação social da mulher no sistema capitalista, apontem a instrução como uma arma privilegiada de libertação. [...] [propõe-se] que a mulher operária não lute apenas por seus direitos no interior do espaço da fábrica [...] obtendo uma jornada de trabalho mais curta e salários mais elevados, mas que procure instruir-se para poder defender-se melhor frente à exploração do capital. A educação da mulher trabalhadora aparece como ins-

trumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado, na medida em que ela se conscientize de seus direitos pessoais. [...]

Aliás, a questão da libertação feminina não se limita à operária. De modo geral, o discurso anarquista procura revelar a condição de sujeição e de humilhação que sofrem as mulheres de todas as classes sociais, numa sociedade dominada pelo poder masculino. [...] Assim como a mulher trabalhadora, a burguesa é oprimida, teve sua vida decidida desde a infância, aprendeu a reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente, a 'fingir dotes que não possui'.”

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 97-98.

Além de abordar as lutas por direitos trabalhistas iguais aos homens, pode-se ler que estas mulheres anarquistas davam muito valor à educação como ferramenta de libertação. A luta por direitos ia mais longe para essas mulheres, extrapolando os limites das fábricas e denunciando outras esferas de poder:

[...] [propõe-se] que a mulher operária não lute apenas por seus direitos no interior do espaço da fábrica [...] obtendo um jornada de trabalho mais curta e salários mais elevados, mas que procure instruir-se para poder defender-se melhor frente à exploração do capital. A educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado, na medida em que ela se conscientize de seus direitos pessoais. (RAGO Apud BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 34)

Entretanto, neste capítulo não se fala de que poder as mulheres sofriam da Igreja e do Estado, e muito pouco se fala do poder sofrido pelas classes dominantes. Mesmo que se alegue que as mulheres estavam inseridas ao se falar das relações de poder entre as classes, apesar de não citadas, as mulheres precisam de um recorte de gênero visto que não vivenciam as relações de poder da mesma forma que os homens. Apenas se aproxima deste tópico no capítulo, ao se falar das operárias nas fábricas, mas de forma muito simples. Com isto, quem ler o *box* saberá que estes poderes existiam sob às mulheres, mas dificilmente saberá as suas formas de exercê-lo. No último parágrafo, também se lê que as anarquistas denunciavam a relação de poder desigual que há entre homens e mulheres na sociedade:

De modo geral, o discurso anarquista procura revelar a condição de sujeição e de humilhação que sofrem as mulheres de todas as classes sociais, numa sociedade dominada pelo poder masculino. [...] Assim, como mulher trabalhadora, a burguesa é oprimida, teve sua vida decidida desde a infância, aprendeu a reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente, a ‘fingir dotes que não possui’. (RAGO Apud BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 34)

Igualmente, pouco deste tema é abordado no capítulo. Aponta-se para o fato de que, apesar de incluir as mulheres anarquistas e/ou operárias, elas não estão no texto principal dentro dos acontecimentos dos períodos. Além de estarem num *box*, não há nomes destas personagens citados no capítulo. Nomes como Elvira Boni de Lacerda⁵⁸, Ernestina Lesina⁵⁹ e Maria Lacerda

⁵⁸ Anarquista, ativista política e líder grevista.

⁵⁹ Anarquista e ativista política.

de Moura⁶⁰ poderiam ter sido citados na mesma página do *box*. Elvira Boni de Lacerda, por exemplo, foi “líder da greve das costureiras de 1919 no Rio de Janeiro” (SCHUMACHER, 2000, p. 229). Ernestina “teve importante papel na fundação do jornal operário *Anima e Vita*, surgido em São Paulo no princípio do século XX. Foi conferencista e oradora em manifestações proletárias, propagando as ideias de emancipação da mulher e da classe operária” (SCHUMACHER, 2000, p. 240). Já Maria Lacerda de Moura:

[...] publica em 1918 *Em torno da educação*, obra que expressa o seu otimismo na instrução das mulheres como instrumento transformador de suas vidas. No ano seguinte, lança *Renovação*, livro em que apesar de não mais defender com tanto entusiasmo a educação como possibilidade salvadora, dá continuidade ao tema sobre a condição feminina e trata da exclusão do povo no processo sociopolítico.

[...]

Com sua peculiar inteligência e grande coragem, Maria Lacerda desafiou todas as formas de poder enfrentando a opressão da Igreja, do Estado, das leis, da escola e da família. Manteve a integridade de conduta, vivendo de acordo com suas ideias. Escritora engajada política e socialmente, alcançou com sua obra leitores em toda a América Latina. (IDEM, p. 462-463)

Estas, e muitas outras, mulheres não aparecem. Em *Atividades*, ao fim do capítulo, há uma questão sobre o *box*:

5. Releia o texto *Mulheres anarquistas*, da página 34, e responda às questões.

- a) Além das reivindicações trabalhistas, quais outras questões faziam parte da luta da mulher?
- b) Na sua opinião, o que a autora quer dizer quando se refere à “luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado?”

(BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 40)

As questões estão além do que o *box* pode instruir. Soma-se a isso, que não há muito conteúdo sobre os temas no restante do capítulo. Essas perguntas serão respondidas de forma que haja um entendimento, reflexão e aprendizado? Acredita-se que não. A segunda questão, letra *b*, pede que a(o) aluna(o) a responda sem nenhuma base anteriormente vista. Como apontado antes, não há explicações ou maiores informações sobre estas relações de poder desfavoráveis às mulheres travadas numa perspectiva de classe, com a Igreja e com o Estado.

⁶⁰ Anarquista, escritora e pioneira do feminismo.

Sendo assim, somente se a(o) aluna(o) consultarem outros materiais, o que não é pedido na questão, será possível obter uma resposta.

As imagens deste Capítulo 2 são ao todo 20. Duas somente de mulheres, trata-se da reprodução da revista *Fon-fon!* com mulheres representando a Monarquia e a República, e o quadro *A república*, de Manoel Rodrigues. Além destas, há 12 imagens mistas e seis somente de homens. Não há mulheres em destaque nas imagens mistas, tratam-se mais de multidões. A única exceção, em que aparecem em destaque, é a foto das operárias na fábrica de tecelagem (reproduzida anteriormente).

O Capítulo 6, *A Era Vargas*, possui mais mulheres em suas páginas. Logo na abertura do capítulo, há uma problematização sobre a Emenda Constitucional n.º72⁶¹, conhecida como a *PEC das domésticas*. Há uma charge sobre a Emenda e um texto, juntamente com quatro questões que visam estimular a conversa sobre o tema em aula. O texto, *Sete décadas de luta* (2013), de Deborah Duprat⁶², fala da luta por direitos trabalhistas pelas trabalhadoras domésticas. Entende-se que este tema é relevante para às mulheres. Segundo o Relatório anual socioeconômico da mulher (RASEAM)⁶³, “de um total de mais de 6 milhões de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho doméstico, mais de 92% eram mulheres” (2015, p. 17).

⁶¹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em 21/09/2015, às 10:40.

⁶²Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/05/1272528-deborah-duprat-sete-decadas-de-luta.shtml>. Acesso em 21/09/2015, às 10:50.

⁶³Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em 21/09/2015, às 10:45.

Figura 24 - Reflexão sobre a PEC das domésticas

Capítulo

6

A Era Vargas

Professor, a charge e o texto apresentados nesta abertura dizem respeito à aprovação da Emenda Constitucional n. 72, promulgada em 2013, também conhecida como PEC das domésticas. A emenda garante ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos (profissionais responsáveis pela limpeza da residência, jardineiros, motoristas, cuidadores, babás etc.), que passam a ter os mesmos direitos das demais categorias profissionais. Dados colhidos pelo IBGE em 2011 apontam para a existência de cerca de 6,5 milhões de empregados domésticos no Brasil, dos quais cerca de 92% são mulheres, daí o nome PEC das domésticas. A aprovação da emenda envolve duas diferentes percepções por parte da sociedade: de um lado a preocupação de patrões em não conseguir manter seus funcionários ante os aumentos dos encargos; e de outro lado a ideia de conquista de direitos iguais entre os trabalhadores do país. Mas como e quando foram conquistados os direitos trabalhistas? Qual é o papel do governo federal neste tipo de regulamentação? E qual é a posição dos diversos setores da população nessas situações? Esses são alguns dos aspectos que estudaremos neste capítulo.

AMARILDO

EU TENHO DUAS NOTÍCIAS PARA LHE DAR:

UMA BOA E UMA RUIZIM!...



Charge de Amarildo sobre a Emenda Constitucional n. 72, promulgada em 2013, também conhecida como PEC das domésticas, 2013.

Direitos trabalhistas

“E, nesse processo profundo de emancipação, emerge uma Constituição que carrega dentro de si a percepção genuinamente utópica de uma comunidade livre e igualitária de indivíduos independentes.

No entanto, de forma paradoxal e cruel, mostrou-se desejosa da submissão de uma categoria de sujeitos: as trabalhadoras domésticas. Dos 34 direitos garantidos às demais categorias profissionais, apenas 9 lhes foram reservados [...].

Esse enclave acabou por comprometer, em larga medida, a promessa constitucional. Foram criados dois mundos simultâneos e incompatíveis, nos quais passaram a conviver emancipação/sujeição [...].

Foram necessárias sete décadas de luta, mas o Parlamento enfim ouviu suas vozes.

Ganham as trabalhadoras domésticas e ganhamos todos nós, livres dessa ironia devastadora de ter, numa Constituição fortemente comprometida com a liberdade, a igualdade e a solidariedade, um dispositivo de conteúdo tão mesquinho.

Essa importante decisão do Congresso Nacional vem somar-se ao [...] reconhecimento de direitos e fortalecer lutas que, ainda hoje, se desenrolam na ordem da existência cotidiana e no interior do campo jurídico.”

DUPRAT, Deborahi. Sete décadas de luta. Folha de S.Paulo, 3 maio 2013.

Conversando sobre

1. Qual ironia está presente na charge dessa abertura?
2. Na sua opinião, existe alguma relação entre o texto e a imagem? Justifique.
3. Quais são as críticas apontadas no texto?
4. Qual seria o significado da frase “Foram necessárias sete décadas de luta, mas o Parlamento enfim ouviu suas vozes”?

90

CAPÍTULO 6 A Era Vargas

Apesar de ser uma classe trabalhadora composta quase que unicamente de mulheres, elas ultrapassam os 90%, não há no texto ou no capítulo uma problematização sobre o assunto. A charge ainda traz duas mulheres, uma sendo a patroa e a outra a empregada doméstica. Porém, não se percebe uma normatização desta realidade, sem estímulos para pensar de onde esta relação vem e como se mantém em nossa sociedade. Além disso, à questão de gênero poderia ser adicionada a questão de raça. Segundo o mesmo Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 63,4% das empregadas domésticas são negras no nosso país. Essas empregadas negras recebem em média 86% dos rendimentos médios das empregadas domésticas brancas (RASEAM, 2015). De forma geral, a escolha do texto, da charge e as questões postas fazem refletir sobre o direito desta classe trabalhadora. Porém, não se pensou numa reflexão mais profunda.

No tópico *A Constituição de 1934*, se pode ler sobre o direito ao voto conquistado pelas mulheres. Porém, o texto não traz a história desta conquista. Apenas que a Constituição teve mudanças, “incluindo as mulheres que exerciam função pública remunerada” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 93). Num caráter passivo. Após, fala-se das metas educacionais. Dentre estas, se lê que o Estado determinou “a diferenciação do ensino para meninos e meninas, pois, para o governo, eles desempenhavam papéis diferentes na sociedade” (IDEM). Não há, entretanto, maiores informações sobre estes papéis e o a relação de poder entre os gêneros que os fazia diferentes perante o Estado.

Contudo, há na página a reprodução de uma foto em que Almerinda Farias Gama⁶⁴ aparece em destaque. Lê-se na descrição da imagem: “Almerinda Farias Gama foi a única mulher a votar na eleição dos deputados classistas, que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 93). Almerinda foi “uma das primeiras mulheres negras na política no Brasil” (SCHUMACHER, 2000, p. 43). Entende-se que sua inclusão no capítulo é relevante, principalmente porque os nomes de mulheres negras na política não são comumente lembrados nos LD.

Empolgada com a política, Almerinda candidatou-se pelo Distrito Federal nas eleições regulares para a Câmara Federal e o Senado, no pleito de 14 de outubro de 1934. Como representante dos trabalhadores, seu panfleto assim a apresentava: “Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus.” Almerinda não conseguiu se eleger, mas marcou com sua tenacidade um lugar

⁶⁴ Advogada, feminista e líder sindical.

na história da construção da cidadania feminina, abrindo espaço para a mulher negra participar do cenário político nacional. (SCHUMACHER, 2000, p. 44)

Apesar da inclusão na foto, apenas se lê sobre Almerinda na descrição da imagem. A personagem não tem sua história contada em nenhum momento. Seria uma chance de incluir mais mulheres, principalmente de incluir mulheres negras, na História do Brasil. Isso não ocorre. Ao ler esta página, a(o) aluna(o) terá a impressão de que o direito ao voto foi concedido pelos governantes, sem nenhum tipo de luta organizada por mulheres envolvida no processo. Retira-se o caráter ativo de muitas mulheres que pressionaram governos e figuras políticas para conseguir o direito ao voto e de ser votada.

Figura 25 - Almerinda Farias Gama em destaque


Almerinda Farias Gama foi a única mulher a votar na eleição dos deputados classistas, que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte. Foto de 1933. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, Rio de Janeiro.

A Constituição de 1934

Em relação à família, a Constituição previa a proteção do casamento, a avaliação dos casos de desquite pelo Estado e o reconhecimento oficial das cerimônias de casamento realizadas pela Igreja Católica.

As eleições de 1933 obedeceram aos dispositivos do novo Código Eleitoral, elaborado no ano anterior. Na legislação estavam incorporadas tradicionais reivindicações das camadas médias urbanas, como o voto direto, secreto e facultativo a todos os brasileiros maiores de 18 anos (incluindo as mulheres que exerciam função pública remunerada), com exceção dos analfabetos, mendigos, soldados e padres. Também foi criada a Justiça Eleitoral com o objetivo de organizar e combater a fraude nas eleições. Tais medidas representaram um grande avanço no sistema político.

Os constituintes provinham de dois grupos distintos: os deputados eleitos pela representação dos estados e os deputados eleitos pelos sindicatos profissionais, chamados deputados classistas. Em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição, contando com 187 artigos. A nova Carta Magna mesclava características jurídicas liberais, autoritárias e corporativas. Entre alguns pontos destacavam-se: a manutenção da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a preservação do federalismo e do sistema presidencialista de governo; a inclusão dos capítulos dedicados ao trabalho, à educação, à saúde pública e à família.

Ficou estabelecido, ainda, que a primeira eleição presidencial seria feita de forma indireta, pelos membros da Assembleia Constituinte. Desse modo, Getúlio Vargas foi eleito em 17 de julho de 1934, com ampla maioria de votos. Quatro dias depois, foi empossado como presidente constitucional. Seu mandato iria até 1938 e seu sucessor seria escolhido por eleição direta.

No campo econômico, o governo instituiu uma política de incentivo às atividades industriais. Para tanto, abriu linhas de crédito para a instalação de novos estabelecimentos e estimulou a criação de conselhos, companhias e fundações para debater o tema da industrialização e da produção industrial.

Para impulsionar e aperfeiçoar as técnicas de produção e ampliar a variedade de produtos agrícolas da pauta de exportação, o governo criou organismos especializados, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (1931) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934).

Em relação às metas educacionais, o Estado estabeleceu o ensino primário público, gratuito e de frequência obrigatória; determinou o reconhecimento oficial e a fiscalização de instituições de ensino secundário e superior; e defendeu o ensino religioso nas escolas privadas e públicas, bem como a diferenciação do ensino para meninos e meninas, pois, para o governo, eles desempenhavam papéis diferentes na sociedade.

Mas a grande novidade da nova Constituição era a preocupação com a ordem social, explicitada nas conquistas trabalhistas.

CAPÍTULO 6 A Era Vargas 93

Na página seguinte, em *A legislação sindical e o Estado Corporativista*, se lê: “O trabalho da mulher e da criança recebeu regulamentação especial. As mulheres grávidas conquistaram a garantia no emprego e a licença-maternidade. Além disso, após a volta ao trabalho, elas deveriam ter períodos destinados à amamentação” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 94). Apesar de falar sobre os direitos conquistados, não se fala sobre quem os conquistou. Mulheres como Valentina Biosca⁶⁵ são esquecidas.

Valentina denunciou especialmente a situação das operárias da indústria têxtil, principal empregadora de mão de obra feminina e infantil. Relatou as péssimas condições de higiene do ambiente de trabalho, além dos abusos de toda sorte, desde os de horários até os sexuais. Criticou também a política discriminatória dos salários, que prejudicava as mulheres, segundo ela, mão de obra mais dócil à exploração dos empregadores. A situação mais grave, dizia, estava no trabalho por encomenda. Este era um arranjo muito usual entre as mulheres, que executavam as tarefas em sua própria casa sem qualquer vínculo empregatício, não gozando, portanto, da mínima proteção, além de receberem menor remuneração. (SCHUMACHER, 2000, p. 595)

Novamente, há um caráter passivo das mulheres nas suas lutas e conquistas. Mais adiante no capítulo, em *A cultura na Era Vargas*, Carmen Miranda e Clarice Lispector são citadas. Sobre Clarice, apenas se lê que é autora de *Perto do coração selvagem* (1943). Já Carmen Miranda possui duas citações nesta página. Na primeira, apenas seu nome é trazido. Depois, se lê: “Dorival Caymmi passou a ser reconhecido nacionalmente com a música *O que é que a baiana tem?* graças à interpretação da cantora Carmen Miranda, grande responsável pela divulgação da MPB nos Estados Unidos” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 99). Apesar da pouca informação sobre a personagem, há adiante, em *Atividades*, na sessão *Investigando*, uma questão sobre Carmen Miranda:

6. Neste capítulo você estudou sobre o nacionalismo como base das políticas do governo Vargas e o papel do rádio na divulgação da música popular brasileira, elemento de construção da identidade nacional. Em grupo, realizem uma pesquisa sobre a cantora e atriz luso-brasileira Carmen Miranda, que aborde:

- a) a biografia da artista;
- b) sua produção artística na música e no cinema;
- c) a relação entre a massificação do rádio e a fama da artista;
- d) os valores da identidade nacional vinculados por sua imagem e suas músicas.

⁶⁵ Feminista e ativista política.

Em seguida, organizem o material coletado em um painel com textos e imagens e apresentem os resultados para os colegas. (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 104)

Embora a pouca informação no texto principal, a pergunta possui um caráter de investigação. É uma questão voltada para a pesquisa da personagem e sua conexão com a construção da identidade brasileira. Apesar de estar em *Atividades*, havendo um risco de não ser trabalhada, é positiva a forma como as autoras abordam a personagem de Carmem Miranda. Ela está incluída na história, há uma ligação entre o seu nome e o seu feito em nosso país.

Nas imagens, há apenas duas somente de mulheres. Trata-se da charge que abre o capítulo, sobre o *PEC das domésticas*, e da reprodução de um cartaz da propaganda paulista do movimento constitucionalista. Nas imagens mistas, as mulheres se fazem um pouco mais presentes. Pode-se visualizar melhor a presença feminina em momentos históricos, nas multidões, e há a foto em que Almerinda Farias Gama, reproduzida anteriormente, aparece em destaque. São ao todo 10 imagens mistas. Imagens somente de homens somam quatro.

O próximo capítulo analisado é o Capítulo 10, que trata das *Ditaduras militares na América Latina*. Neste, apenas as partes destinadas à Ditadura Militar no Brasil são analisadas. Embora este capítulo fale de todo o processo de Ditadura, do Golpe à abertura política, as mulheres aparecem apenas no final, em *O lento processo de abertura política*. Dentro deste tópico, precisamente em *Eu quero votar para presidente!*, há menção de mulheres no cenário de luta pela abertura política. Infelizmente, apenas na descrição da imagem que segue o assunto. Pode-se ler: “Mulheres se manifestam pelas Diretas Já no Congresso Nacional. Brasília (DF), 1984” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3,p.183). Esta é a única menção a presença feminina, seja por nome ou de forma mais geral, às mulheres que lutaram contra a Ditadura.

Figura 26 - Mulheres se manifestam pelas Diretas Já no Congresso Nacional

O processo de abertura política não era aplaudido por toda a sociedade. A direita, ligada ao aparelho de repressão e inconformada com os últimos acontecimentos, decidiu partir para o terrorismo. Um dos atentados mais sérios ocorreu no Riocentro, no dia 30 de abril de 1981. Durante um evento que comemorava o Dia do Trabalho, uma bomba explodiu dentro de um carro no estacionamento, causando a morte de um sargento e ferindo gravemente um capitão. Declarou-se que as vítimas foram alvo de uma armação perpetrada pelos grupos de esquerda. O resultado do inquérito, porém, não convenceu a sociedade. Em maio de 2013, investigações da Comissão Nacional da Verdade reforçaram a ideia de que o atentado foi uma manobra dos militares, que queriam impedir a redemocratização do país.

Anistia para quem? Em 1979, Geisel foi sucedido pelo general **João Baptista de Oliveira Figueiredo**. Quando Figueiredo tomou posse, o regime já falava publicamente em realizar uma abertura política "lenta e gradual".

No primeiro ano de seu governo, Figueiredo editou a **Lei da Anistia**, que perdoava, simultaneamente, os opositoristas que haviam combatido a ditadura e todos aqueles que haviam agido em defesa do regime militar, até mesmo os torturadores. Com a anistia, os exilados políticos começaram a voltar ao Brasil e os presos políticos foram libertados.

A Lei da Anistia, como ficou conhecida a lei nº 6.683, foi promulgada pelo presidente João Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Ainda hoje há intensas discussões sobre o fato de ela também perdoar os crimes de tortura e assassinato praticados por agentes do Estado. Como o Brasil é signatário de documentos internacionais que classificam os crimes de tortura como imprescritíveis, vários ativistas e entidades de defesa dos direitos humanos argumentam que a tese da anistia contribuiu para disseminar a cultura do esquecimento e da impunidade.

No governo Figueiredo, também ocorreu uma reforma partidária que aboliu o bipartidarismo e promoveu o surgimento de novos partidos. A Arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também surgiram ou foram reorganizados partidos que se associavam, de alguma forma, ao mundo do trabalho: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que buscavam recuperar a força política e a tradição do varguismo, e o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido nas lutas sindicais no ABC paulista.

Eu quero votar para presidente!

Nas eleições gerais de 1982, os brasileiros escolheram, por meio do voto direto, os membros do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e das Câmaras dos Vereadores, prefeitos na maior parte das cidades e, pela primeira vez em vinte anos, os governadores e vice-governadores nos estados. Os partidos da oposição venceram as eleições para governador nos maiores colégios eleitorais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A abertura política, porém, não atingiu as eleições presidenciais, que continuaram a ser realizadas de forma indireta.

Em março de 1983, políticos e movimentos sociais iniciaram uma campanha pela volta das eleições presidenciais diretas, conhecida como **Diretas Já**. O movimento reuniu milhões de pessoas em comícios por todo o Brasil. Foi a maior mobilização popular da história do nosso país. No entanto, o governo, que tinha maioria na Câmara dos Deputados não aprovou a emenda constitucional, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas e livres para a presidência do país.

Assim, a eleição para a escolha do sucessor de João Figueiredo, prevista para o início de 1985, ainda seria realizada no Colégio Eleitoral.



No último tópico relacionado à Ditadura Militar no Brasil, em *A produção cultural durante a ditadura*, Nara Leão, Elis Regina e Gal Costa são citadas. Nara Leão aparece ao se falar do Show Opinião, o teatro de resistência: “[...] o musical Opinião, que reuniu compositores populares, como João do Vale e Zé Kéti, e cantores influenciados pela bossa nova, como Nara Leão” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 184). Pela pouca inclusão de mulheres neste capítulo, pensa-se que a figura de Nara Leão poderia ter sido mais bem trabalhada. Ela foi uma figura pública, conhecida através do meio artístico da época, que desde o início da Ditadura manifestou forte opinião contra os militares no poder:

A partir de uma entrevista concedida ao diário de Notícias, em maio de 1966, Nara Leão passou a ser personagem principal das páginas políticas dos jornais brasileiros. Na entrevista, além de pedir a retirada dos militares do poder, punindo-os com a cassação dos seus direitos políticos, defendeu nada menos do que a extinção das forças armadas. “uma vez que os militares podem entender de canhão ou metralhadora e nada pescam de política”, disse ela, a Presidência da República deveria ser entregue “a um civil, que nacionalizaria as empresas, possibilitaria a formação de técnicos, o melhor nível da vida do operariado e o desenvolvimento econômico do país”, Justificou o fim das forças armadas, dizendo que “não servem para nada, como foi constatado na última “revolução”, quando o deslocamento das tropas foi prejudicado por alguns pneus furados. Numa guerrilha moderna, o nosso exército não serviria pra nada”. Afirmou que o exército gasta “muito dinheiro quando o Brasil precisa de mais escolas, professores, técnicos e hospitais” (CABRAL.2001, p.99)

Nara Leão passou a ser perseguida pelo militares e com medo, se mudou para Paris. Retornou ao Brasil mais tarde, em 1972 (SCHUMAHER, 2000). Adiante no tópico, Elis Regina e Gal Costa são citadas diretamente, mas não há nenhuma informação sobre elas junto com seus nomes. Apesar disso, há uma imagem de Elis Regina junto ao texto, em *A televisão e os festivais de canção*. Graças a esta foto de Elis Regina, o capítulo conta com uma imagem somente de mulheres. São nove imagens mistas e cinco somente de homens.

No Capítulo 12, *Brasil: da redemocratização aos dias atuais*, todo o capítulo é analisado. Zélia Cardoso de Mello, Carla Camurati, e seu filme sobre Carlota Joaquina, e Dilma são citadas diretamente. Fala-se também das políticas afirmativas, onde gênero e mulheres aparecem. Zélia Cardoso aparece ao se falar do Governo Collor: “No dia seguinte ao da posse, ocorrida em 15 de março de 1990, um novo pacote foi lançado pela então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 220). Apesar de breve, a citação está relacionada ao seu cargo político. Carla Camurati é citada no *box O Cinema da Retomada*, como cineasta do sucesso de público *Carlota Joaquina: princesa do Brasil*. Dentre outros exemplos sobre o cinema nacional do período, é positiva a sua inclusão.

Dilma aparece somente na página dedicada a falar sobre o seu governo, em *A eleição de Dilma Rousseff e os novos desafios*. Junto com informações sobre seu governo, se pode ler uma curta biografia:

Militante revolucionária durante o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice presidente o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.

No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 5 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir o cargo mais alto do país” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 228)

Figura 27 - O Governo Dilma



DILMA ROUSSEFF/AGÊNCIA ESTADO

Solenidade de posse da presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, Brasília (DF), 2011.

Os integrantes da Comissão da Verdade, escolhidos pela presidente Dilma, são o ex-procurador geral da república Cláudio Fonteles, o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dippi, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, o advogado José Paulo Cavalcante Filho, a psicanalista Maria Rita Kehl, o diplomata e professor Paulo Sérgio Pinheiro e a advogada e professora Rosa Maria Cardoso da Cunha.

A eleição de Dilma Rousseff e os novos desafios

Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico, aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador. Milhões de pessoas deixaram de viver abaixo da linha da pobreza e passaram a ter acesso a serviços e bens que sua condição anterior não permitia.

Diante deste sucesso econômico, e com elevadas taxas de popularidade (80% de aprovação no final do mandato), o presidente Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Militante revolucionária durante o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.

No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 55 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir o cargo mais alto do país. Assumiu a presidência da república em janeiro de 2011, estabelecendo algumas diretrizes para seu governo, como a de continuar com o processo de crescimento econômico do Brasil, mantendo a estabilidade econômica e trabalhando pela erradicação da pobreza no país.

Porém, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades, entre elas as polêmicas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, alvo de críticas de ambientalistas, representantes de movimentos sociais e até da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Além disso, Dilma também teve de lidar com denúncias de corrupção envolvendo ministros de seu governo. Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão e vários funcionários deixaram suas funções. Políticos da oposição também se envolveram em escândalos de corrupção, como o senador Demóstenes Torres e o governador goiano Marconi Perillo, supostamente envolvidos com o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o "Carlinhos Cachoeira".

Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2012, de uma comissão encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. A **Comissão Nacional da Verdade**, como foi chamada, é formada por sete pessoas, nomeadas pela presidente, e terá como foco principal os casos de tortura e desaparecimentos de militantes políticos ocorridos durante a ditadura militar.



Indígenas Munduruku protestam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília (DF), 2013. Os índios chamam a atenção para a violação dos direitos indígenas e pedem a suspensão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.

Ao se falar sobre *As políticas afirmativas no Brasil*, as autoras primeiro explicam o que esta denominação significa:

As ações afirmativas são políticas públicas e privadas criadas para combater a discriminação de raça, gênero, idade etc. acumuladas ao longo do tempo e corrigir os efeitos pertinentes dessas práticas discriminatórias no presente. Portanto, elas visam promover a diversidade, a representatividade e a valorização de grupos minoritários e a inclusão socioeconômica de todos os cidadãos. (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 230)

É de grande relevância para todas as minorias políticas a inclusão de tal tema nos LD, mas aponta-se que para compreender a origem e os mecanismos de poder que mantêm esses grupos às margens da sociedade é necessário abordar sua história. Atendo-me ao recorte desta análise, aponta-se que a História das Mulheres e as relações de gênero (centrada na relação homens e mulheres), não foram aprofundadas nesta coleção para permitir um entendimento das discriminações “acumuladas ao longo do tempo” (IDEM).

Adiante no texto, as autoras dizem sobre as políticas para mulheres: “As mulheres, por sua vez, são contempladas, por exemplo, no que diz respeito à criação de cotas partidárias, da Lei Maria da Penha (2006) e de Delegacias de Polícia para a Mulher” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 230). Não há dados, informações e explicações sobre os exemplos trazidos. Também não se fala do porque da existência destes, parte importante para se compreender as relações de poder na nossa sociedade atual e que também estão presentes na escola. Como a violência contra meninas e mulheres. Em *Atividades*, na sessão *Investigando* - caso este exercício seja abordado -, há a possibilidade de maiores pesquisas sobre o tema de ações afirmativas, incluindo as ações afirmativas para as mulheres.

Termina-se a análise desta coleção. As mulheres pouco apareceram em suas páginas, tendo pouquíssimos nomes de personagens citados. Pouca informação geral sobre as mulheres, suas relações de poder com o masculino e sua presença em nossa história. Pensa-se que as(os) alunas(os) que utilizarem esta coleção, terão dificuldade de encontrar mulheres brasileiras que sirvam de exemplo da participação feminina na construção do país.

3.4 História

A Coleção *História*, é assinada por duas autoras e dois autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Segundo o FNDE, no seu documento *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular*, a coleção ficou em quarto lugar em vendas de livros didáticos de história para o ensino médio. Foram 594.275 exemplares vendidos. Pelo cálculo que é possível realizar, pelo documento *PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora – Ensino Fundamental e Médio*, a Editora Saraiva vendeu cada exemplar por R\$8,43. Sendo assim, acredita-se que esta coleção rendeu R\$5.009.738,25.

Todos os autores e autoras desta coleção possuem currículo na Plataforma Lattes recentemente atualizados (no segundo semestre de 2015), exceto pelo currículo de Sheila de Castro (última atualização em 05/10/2012). Graças aos textos informados pelos autores se pode conhecer melhor suas trajetórias acadêmicas. Ronaldo Vainfas informa:

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestre pela mesma Universidade em História do Brasil (1983), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1988). Professor da UFF desde 1978, sendo, desde 1994, Professor Titular de História Moderna, aposentado em 2015. Pesquisador do CNPq desde 1990, sendo atualmente I-A. Membro da Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, com projetos aprovados no PRONEX (2003, 2006, 2009). Cientista do Nosso Estado da FAPERJ em 2004, 2006, 2009 e 2014. Pesquisador de história ibero-americana e luso-brasileira entre os séculos XVI e XVIII, principalmente nos seguintes temas: inquisição, jesuítas, religiosidades, sexualidades, escravidão, colonização.⁶⁶

Georgina dos Santos:

Georgina Silva dos Santos graduou-se em História na UFF em 1990. No ano seguinte, ingressou no curso de pós-graduação da mesma instituição, obtendo o grau de mestre, em 1995, com o estudo *A Senhora do Paço - o papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)*. Doutorou-se em História pela Universidade de São Paulo, em 2002, com a tese *Ofício e Sangue - a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, publicada, em 2005, pela Editora Colibri de Lisboa. Ganhou o Prêmio Primeiros Projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) com sua investigação sobre os oficiais mecânicos de Lisboa durante o Antigo Regime. Integra o Departamento de História da UFF desde 1993, no qual lecionou História Medieval durante dez anos. É autora de artigos sobre o imaginário político português nas épocas Medieval e Moderna; a arte de sangrar no Portugal Moderno; as irmandades de ofício na Lisboa quinhentista e outros temas relacionados à história sociocultural lusa. Atualmente, ministra disciplinas de História Moderna na UFF e dedica-se ao estudo do criptojudasmo nos conventos portugueses durante o século XVII.⁶⁷

Jorge Ferreira:

Possui graduação (1982) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1989) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo

⁶⁶ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2893624319383287>. Acesso em 11/09/2015, às 15:31.

⁶⁷ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4824295831660435>. Acesso em 11/09/2015, às 15:37.

(1996). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e tem bolsa de produtividade em pesquisa 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É pesquisador da FAPERJ no Programa Cientistas do Nosso Estado. Tem experiência na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e História Cultural.⁶⁸

Apesar do currículo de Sheila de Castro não estar atualizado, é possível obter mais informações. A autora informa que:

Professora Titular em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1980), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1986) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994). Temas principais: escravidão, alforria, família, cultura material e cotidiano, no Brasil Colonial e Imperial.⁶⁹

Percebe-se, assim, que todos os autores possuem alto nível de formação acadêmica e experiências em sala de aula de universidades. Neste volume, a análise começa no capítulo cinco, *O Brasil transforma-se em um Império*. Apesar de não serem mulheres brasileiras, segue-se o padrão de se analisar suas representações dadas as relevâncias para nossa história e também por se encaixarem na delimitação temporal. D. Maria I, D. Carlota Joaquina e D. Leopoldina são as personagens femininas que aparecem neste capítulo. D. Maria I é citada de forma indireta, principalmente para falar de seu filho, D. João. Como, por exemplo, em: “Além da abertura política dos portos às nações amigas, outras medidas importantes foram tomadas pelo governo de D. João, como a suspensão da proibição de manufaturas estabelecida por D. Maria I, em 1785.” (VAINFAS *et al.*, História 2, 2013, p. 77). Além disso, só é dito algo mais próximo de uma citação direta em: “D. João exercia a regência de Portugal desde 1792, pois sua mãe, D. Maria I, abalada pela perda de um filho e do marido em um curto período de tempo, estava impossibilitada de reinar” (IDEM, p. 74).

D. Leopoldina aparece num misto de citações diretas e indiretas. Indireta, como, por exemplo, em: “Com a intenção de se ampliar as relações externas portuguesas, providenciou-se o casamento do príncipe D. Pedro com a princesa da Áustria, D. Leopoldina, irmã da segunda esposa de Napoleão Bonaparte” (IDEM, p. 77). E, direta nesta mesma página, na descrição de uma imagem:

⁶⁸ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4838146606344520>. Acesso em 11/09/2015, às 15:49.

⁶⁹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8266246924327353>. Acesso em 11/09/2015, às 15:40.

Figura 28 - D. Leopoldina e D. Pedro I

1821

D. João VI regressa a Lisboa, deixando D. Pedro no Brasil, como príncipe regente.

1822

O Brasil transforma-se em um império

Em 3 de junho, D. Pedro convoca eleições provinciais para eleger deputados para uma Assembleia Constituinte no Brasil.
Em 7 de agosto assina decreto tornando inimigas as tropas entradas por Portugal. Em 7 de setembro ocorre o chamado "Grito do Ipiranga", marco formal da independência.

Sobre o Congresso de Viena, ver capítulo 2.

Novos rumos

Com a derrota definitiva de Napoleão, em 1815, o governo de D. João restabeleceu relações diplomáticas com a França e os demais reinos até então ocupados pelos exércitos napoleônicos.

Com a intenção de ampliar as relações externas portuguesas, providenciou-se o casamento do príncipe D. Pedro com a princesa da Áustria, D. Leopoldina, irmã da segunda esposa de Napoleão Bonaparte. Outra medida importante foi a elevação da colônia à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, por sugestão do ministro francês Talleyrand. Com isso, o Rio de Janeiro passou a ser reconhecido como sede da monarquia lusa, de modo a garantir a participação portuguesa no Congresso de Viena. Esse ato demonstra que D. João pretendia manter definitivamente a Corte no Rio de Janeiro.

3


O período joanino

Comentar com os alunos que eram proibidas no Brasil as escolas de nível superior, tipografias e a imprensa.

Além da abertura dos portos às nações amigas, outras medidas importantes foram tomadas pelo governo de D. João, como a suspensão da proibição de manufaturas estabelecida por D. Maria I, em 1785.

No governo "joanino", criou-se o Banco do Brasil, fundou-se o Jardim Botânico, organizou-se a Academia Militar, a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Real (futuro Biblioteca Nacional), com cerca de 60 mil obras vindas de Portugal. Instalou-se também o primeiro curso superior do Brasil: a Escola de Cirurgia da Bahia. Várias instituições foram transferidas de Lisboa para o Rio de Janeiro. Liberou-se a tipografia, antes proibida, permitindo que se criassem jornais e se editassem livros. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a ser editado no Brasil, em setembro de 1808. Depois dele, apareceram outros, como o *Jornal do Comércio*, publicado até os dias de hoje.

Por influência do conde da Barca, adepto da aproximação com a França, um grupo de artistas foi convidado para vir ao Brasil divulgar os aspectos louváveis da cultura francesa, tida na época como o ideal de civilização.



D. Pedro e D. Leopoldina, imperadores do Brasil. Casaram-se por procuração, em 1817, sem nunca se terem visto. D. Leopoldina chegou ao Brasil junto com a "missão francesa", formada por naturalistas, desenhistas e pintores. Sua irmã, Maria Luíza, era a segunda esposa de Napoleão Bonaparte. Mantiveram correspondência constante, e grande parte das cartas indicava o amor que Leopoldina tinha pelo marido e o sofrimento que ele lhe causava com seus casos amorosos. Dois de seus filhos morreram ainda crianças; ficaram duas filhas e Pedro, futuro D. Pedro II, Imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, de cerca de 1818.

77

Ao lado de uma imagem trazendo D. Pedro e D. Leopoldina se pode ter dados sobre sua vida sem serem tão focados em seu marido ou numa figura masculina:

D. Pedro e D. Leopoldina, imperadores do Brasil. Casaram-se por procuração, em 1817, sem nunca se terem visto. D. Leopoldina chegou ao Brasil junto com a ‘missão francesa’, formada por naturalistas, desenhistas e pintores. Sua irmã, Maria Luiza, era a segunda esposa de Napoleão Bonaparte. Mantiveram correspondência constante, e grande parte das cartas indicava o amor que Leopoldina tinha pelo marido e o sofrimento que ele lhe causava com seus casos amorosos. Dois de seus filhos morreram ainda crianças; ficaram duas filhas e Pedro, futuro D. Pedro II, Imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, de cerca de 1818 (IDEM, p. 77).

Essa abordagem dos autores sobre D. Leopoldina é recorrente nos LD de história:

A contribuição científica e cultural durante os anos em que ela viveu no Brasil foi apagada dos livros e do ensino. A figura de Leopoldina sequer é conhecida entre as/os alunas/os, que confiam apenas aos grandes homens, os avanços científicos, intelectuais e artísticos da época. Em cima da imagem de mulher intelectual foi construída outra representação; a de um D. Leopoldina feia, cercada de filhos e infeliz devido às constantes traições do marido D. Pedro I, com Domitila de Castro, a Marquesa de Santos. (SOARES e SANTOS, 2015, p. 78)

Ainda neste capítulo, da mesma maneira é trazida uma informação sobre a educação feminina, novamente num *box*, na descrição de uma imagem e não no texto principal. Na reprodução do *Jornal do Comércio*, de 1851, se lê: “Nas casas dos proprietários mais abastados, fossem rurais ou urbanas, não podia faltar o piano, importado da Inglaterra ou da França. Representava sinal de prestígio e educação as mulheres saberem tocar e cantar lendo partituras” (IDEM, p. 76). Logo depois, no texto principal, se fala sobre a Educação Brasileira e suas primeiras escolas e universidades. Mas não há aqui qualquer menção de quem podia ou não estudar nestas escolas e muito menos sobre a educação feminina.

Este campo da educação feminina, neste período histórico retratado pelo LD, poderia ter ganhado com a inclusão de Nísia Floresta para demonstrar a realidade da época nesse tocante. Nísia Floresta foi escritora, educadora, feminista e tradutora (SHUMAHHER, 2000). Teve artigos publicados no *Espelho das Brasileiras*, jornal dedicado às mulheres pernambucanas, desde 1930. Como já dito, traduziu livremente a obra de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of woman*, que recebeu o nome de *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Nísia Floresta também abriu no Rio de Janeiro um colégio para meninas, em 1938. O colégio existiu por 17 anos e foi lá que ela colocou suas ideias pouco ortodoxas sobre a educação feminina em prática:

Nísia respondeu à diversidade dos métodos pedagógicos adotados e ao caráter explicitamente comercial da maioria das escolas cariocas, oferecendo um projeto educativo voltado para meninas, que combinava o tradicional ensino de trabalhos manuais com sólidos conhecimentos do português e de línguas estrangeiras, além de noções de geografia (SCHUMACHER, 2000, p. 451).

Em *Opúsculo Humanitário*, livro composto com artigos sobre a educação feminina, de 1852, pode-se ler trechos como: “O Brasil tinha já fornecido grande cópia de homens ilustrados pelos conhecimentos adquiridos em diferentes universidades da Europa, e a maior parte das brasileiras (mesmo as das primeiras cidades) não logravam a vantagem de aprender a ler”⁷⁰. E também:

Dizia-se geralmente que ensinar-lhes a ler e escrever era proporcionar-lhes os meios de entreterem correspondências amorosas, e repetia-se, sempre, que a costura e trabalhos domésticos eram as únicas ocupações próprias da mulher. Este preconceito estava de tal sorte arraigado no espírito de nossos antepassados, que qualquer pai que ousava vencê-lo e proporcionar às filhas lições que não as daqueles misteres, era para logo censurado de querer arrancar o sexo ao estado de ignorância que lhe convinha (IDEM).

Entretanto, Nísia Floresta não é trazida. No mesmo capítulo, D. Carlota Joaquina aparece de forma indireta, no *box Conversa de Historiador*. É apenas uma menção de que era a esposa de D. João VI. No último tópico do capítulo, *Fique de olho!* – destinado a trazer livros, filmes e materiais disponíveis na internet sobre algo abordado no capítulo –, há a indicação do filme *Carlota Joaquina – Princesa do Brasil*, de Carla Camurati (1995). Esta é a única menção a Carlota Joaquina nos textos. Sobre as imagens, não há imagens somente de mulheres, mas duas personagens aparecem acompanhadas de seus maridos. É o caso de D. Leopoldina e D. Carlota Joaquina. Existem três imagens somente de homens e quatro mistas (duas acima apontas).

Os capítulos que se seguem não entram no recorte da temática de História do Brasil, retoma-se a análise no Capítulo 9, intitulado *A construção do Império: a tentação absolutista*. É um capítulo que merece uma análise mais detalhada pelo número de mulheres citadas. Porém, não tanto pela forma que aparecem. Neste capítulo, são mencionadas as personagens: Maria Quitéria, D. Leopoldina, D. Maria da Glória, D. Carlota Joaquina, D. Domitila de Castro, D. Amélia de Leuchtenberg, Maria Benedita Bonfim, Noemi Thierry, Maria del Carmen García, Clémence Saisset e Ana Augusta. Ainda que a maioria das citações seja indireta, há problemáticas relevantes. Maria Quitéria aparece no *box Outra dimensão: Personagem*:

⁷⁰ Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/obr.html>

Figura 29 - Box Maria Quitéria

Em 3 de maio, início dos trabalhos da Assembleia Constituinte.
Em 2 de julho, as tropas portuguesas derrotadas deixam definitivamente a Bahia.
Em 26 de julho, o Maranhão é saqueado; em 11 de agosto, o Pará. A Cisplatina é anexada em novembro. Em 12 de novembro, a Assembleia Constituinte é dissolvida.

1823

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM

Maria Quitéria

Disfarçada de homem, alistou-se para lutar contra os portugueses nas guerras de independência na Bahia. Apesar de desmascarada, continuou a lutar como soldado. Usava uma saia sobre o uniforme, como mostra a figura. Foi promovida a cadete durante a guerra e recebeu a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro do

imperador D. Pedro I, que também lhe concedeu um soldo (salário) vitalício. Como não podia servir como militar de carreira após a guerra, por ser mulher, voltou à casa do pai, que lhe perdoou a pedido do imperador; casou-se e teve uma filha. Morreu em 1853. Em 1996, foi proclamada Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

■ Que transformação na composição do exército brasileiro, e na sociedade em geral, pode explicar o fato de Maria Quitéria ter se tomado patrona de um quadro do Exército brasileiro?

Maria Quitéria, a Joana d'Arc brasileira, óleo sobre tela do italiano Domenico Failutti, 1920.

Domenico Failutti/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ/Museu Castropedra

2 Organizando o poder: a primeira Constituição do Brasil

Enquanto as lutas ocorriam, ganhava intensidade um novo conflito, que tinha como cenário a Assembleia Constituinte, convocada para elaborar a carta magna do novo país.

A Assembleia era composta de quase uma centena de deputados provinciais, que representavam a elite ilustrada e intelectual do império em construção. Mais da metade era formada em Coimbra, e muitos tinham atuado no governo de D. João.

Tão logo iniciaram os trabalhos na Assembleia, em 3 de maio de 1823, dois grupos se configuraram: de um lado, o chamado Partido Brasileiro, que propunha uma monarquia constitucional em que o imperador devia se submeter às leis; de outro, o Partido Português, que defendia o fortalecimento do poder do imperador. Não eram partidos políticos propriamente ditos, mas correntes de opinião.

Outra grande disputa entre os dois grupos ocorria em relação ao governo das províncias. Os "brasileiros" pretendiam que fosse eleita localmente uma junta governativa, dando maior autonomia às províncias. Já os "portugueses" desejavam que o imperador indicasse um presidente que poderia ser removido quando julgasse necessário; ou seja, defendiam a centralização do poder na figura imperial.

D. Pedro e seus partidários defendiam a restrição do poder de decisão das províncias com o argumento de que havia o risco de algumas imprimirem um movimento de independência do recém-criado Império do Brasil, alimentando o que consideravam uma anarquia. Os "brasileiros", por sua vez, viam com desconfiança a centralização do poder, suspeitando de uma continuidade do despotismo português. Os grupos políticos apenas concordavam quanto à manutenção da escravidão e à unidade territorial.

148

Abaixo de sua figura, se lê: “Maria Quitéria, a Joana D’Arc brasileira” (IDEM, p. 148). A história contada mostra num único parágrafo como Maria Quitéria, primeiramente disfarçada de homem, adentrou o exército e lutou contra os portugueses na Guerra de independência da Bahia. Entende-se que o questionamento que o quadro coloca é positivo: “Que transformações na composição do exército brasileiro, e na sociedade em geral, pode explicar o fato de Maria Quitéria ter se tornado patrona de um quadro do Exército brasileiro?” (IDEM). Porém, Maria Quitéria não lutou sozinha, havia outras mulheres ao seu lado e não há menção a elas:

[...] recebeu a honra de 1º cadete e, em abril do mesmo ano, foi mais uma vez reconhecida por sua coragem, pois na barra do Paraguaçu, ao lado de outras mulheres, com as águas na altura dos seios, avançou em direção a uma barca portuguesa, impedindo o desembarque dos adversários (SCHUMACHER, 2000, p. 407).

Fez-se, assim, de uma prática que acontecia de forma mais comum uma exceção através da exaltação de uma única personagem. Mulheres sempre estiveram presentes em guerras, mas suas participações neste reduto de masculinidade quase não aparecem. Esta forma de tratamento ocorre mais adiante na coleção, no Capítulo 14, como veremos. Ainda no Capítulo 9, faz-se necessário a análise do *box Outra dimensão: Personagem*, ao final do capítulo, que ocupa uma página inteira sob o título *A Marquesa de Santos*. Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, é uma das personagens femininas mais pesquisadas no Brasil e recentemente sua história ganhou novas revisitações com os livros *A carne e o sangue* (2012), de Mary del Priore, e *Domitila: a verdadeira História da Marquesa de Santos* (2013), de Paulo Rezzutti.

No *box* do LD, há uma figura da Marquesa e cinco parágrafos sobre sua vida, sempre relacionados a D. Pedro I. Entretanto, há também um parágrafo dedicado aos seus outros casos extraconjugais:

O imperador teve outros relacionamentos conhecidos, que também geraram filhos, alguns durante o relacionamento com a Marquesa: com Maria Benedita Bonfim (irmã de Domitila de Castro), a francesa Noemi Thierry, a uruguaia Maria Del Carmen García, a francesa Clémence Saisset e a monja portuguesa Ana Augusta (IDEM, p. 156).

Para terminar o *box*, há questões para os alunos responderem: “Relações extraconjugais eram comuns entre membros da nobreza, e nem mesmo eram secretas. A que se pode atribuir essa liberdade? Podemos considerar que a família de Domitila apoiou seu relacionamento extraconjugal?” (IDEM). Entende-se que há uma exaltação da figura de D. Pedro I como conquistador e possuidor de muitas mulheres, prática comum no imaginário brasileiro. Porém, chama-se atenção para o fato de que esta “prática”, apesar da linguagem tentar ser neutra, é

vinculada somente aos personagens masculinos. D. Carlota Joaquina, por exemplo, teve casos extraconjugais famosos e não há menção dos mesmos.

No Capítulo 10, *Regências e revoltas no Brasil*, há somente duas mulheres citadas. D. Leopoldina aparece de forma indireta, na descrição de uma imagem de D. Pedro II, onde consta que D. Leopoldina era sua mãe. Além dela, Anita Garibaldi aparece no tópico do texto destinado a Guerra dos Farrapos. Em *Repressão e negociação*, se lê: “Durante os conflitos, novos nomes se incorporaram e se destacaram entre os Farroupilhas, como o estancieiro David Canabarro, Giuseppe Garibaldi e sua mulher, Anita Garibaldi” (Vainfas et al., V.2, 2013, p. 169). Apesar de a categoria de “mulher” de Giuseppe Garibaldi vir antes de seu nome, é positivo incluir Anita Garibaldi na Guerra dos Farrapos. Porém, esta é a única menção ao seu nome e não há qualquer outro dado sobre ela - ao contrário do que acontece com nomes masculinos.

Estas são as únicas mulheres citadas no capítulo, mas existem outras duas informações relacionadas às mulheres. Ao falar sobre o episódio da Balaiada, os autores escrevem: “Logo a seguir, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, pequeno agricultor e fabricante de cestos, teve seus filhos recrutados e, muito pior, as filhas estupradas por um oficial das tropas provinciais” (IDEM, p. 164). Não há qualquer problematização ou maiores detalhes dessas mulheres violentadas. Na verdade, o fato só é trazido para se falar de como Manuel Ferreira se tornou um dos líderes mais populares da Balaiada. As mulheres violentadas sexualmente fazem parte da história deste homem, não recebem qualquer atenção nem mesmo para se contar o desfecho da violência sofrida.

Insiste-se que o tema da violência sexual deva ser abordado de forma mais crítica nos LD. Entende-se que a não problematização do assunto, quando este aparece ou em qualquer momento do LD, passa as(os) alunas(os) que leem uma ideia de aceitação social da violência sexual. O Brasil, possui números alarmantes de estupros e as principais vítimas são meninas. Segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2014, intitulado *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*⁷¹:

Verificamos que 89% das vítimas são do sexo feminino, possuem em geral baixa escolaridade, sendo que as crianças e adolescentes representam mais de 70% das vítimas. Em 50% dos incidentes totais envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores (IPEA, 2014, p. 27)

⁷¹Disponível

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf. Acesso em 23/09/2015, às 21:18.

Mais adiante, no *box Conversa de Historiador*, sobre *As revoltas escravas*, é possível ler, numa passagem rápida: “As escravarias eram compostas de homens e mulheres de variadas origens étnicas, motivo que dificultava a criação de identidades culturais” (Vainfas et al., V.2, 2013, p. 166). Esta é a única passagem onde mulheres negras são trazidas. Mesmo o capítulo abordando *Revoltas escravas*, como Carrancas e Revolta do Malês, e trazendo nomes de líderes negros, como Preto Cosme e Manuel Congo, não há qualquer nome de mulheres negras na condição de escravas ou libertas, africanas ou nascidas em terras brasileiras que tenham participado nessas revoltas ou informações mais gerais sobre suas condições de vida.

O Capítulo 10 termina sem nenhuma imagem somente de mulheres dentre 12 imagens. Possui sete somente de homens e cinco mistas. Todas as mistas são imagens que apresentam multidões e não há mulheres em destaque. Além disso, na sessão *Fique de olho!*, em *As luzes do cinema*, há a recomendação da minissérie *A casa das sete mulheres* (2003). Não há nomes ou dados sobre a minissérie, apenas “Minissérie produzida pela Rede Globo com reconstituição da Guerra dos Farrapos” (IDEM, p. 176). Série que foi baseada no livro de mesmo nome, de Letícia Wierzchowski (2002). Um romance histórico que conta a história das mulheres da família do líder farroupilha Bento Gonçalves em meio a Guerra dos Farrapos.

No Capítulo 12, *O Brasil na crise da escravidão*, percebe-se o mesmo padrão do Capítulo 10, nomes de mulheres negras esquecidos e poucas informações sobre sua realidade no contexto da época. Apesar de haver uma discussão sobre as identidades negras. Pensa-se que uma passagem no tópico *Identidades negra*, que aborda a questão da identidade dos negros e negras escravizados, nascidos na África e no Brasil, merece atenção. Lê-se:

[...] muitos nasciam de relações entre homens livres e mulheres escravas (escravos, porque a escravidão da criança dependia da condição da mãe e não da do pai) e muitas vezes acabavam, como a mãe, libertados por seus senhores. Por isso, a quantidade da população mestiça e liberta no Brasil era muito grande. (Vainfas et al., V.2, 2013, p. 198)

Esse trecho traz muita história nas suas entrelinhas e pouca problematização. Não se pode esquecer que estes filhos e filhas que nasciam de “relações entre homens livres e mulheres escravas” (IDEM), eram muitas vezes fruto de abusos sexuais cometidos por senhores, homens brancos da casa grande, contra mulheres negras escravizadas da senzala. Existe uma tendência de romantização da miscigenação no Brasil que esconde a violência sexual que mulheres sofreram no passado, principalmente as mulheres negras:

A miscigenação se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina. Portugal, à época da conquista, tinha cerca de 1 milhão de habitantes, insuficientes para colonizar o vasto império que conquistara, sobretudo as partes menos habitadas, como o Brasil. Não havia mulheres para acompanhar os homens. Miscigenar era uma necessidade individual e política. A miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das escravas africanas, o estupro era a regra. (CARVALHO, 2001, p. 20-21)

Outro lado da miscigenação que é esquecido é o da prostituição forçada de mulheres negras. Muitas mulheres negras, além do abuso sexual sofrido, também eram obrigadas a se prostituírem para aumentar o lucro de seus senhores. O dinheiro era repassado para estes (DEL PRIORE, 2000); (FREYRE, 1986); (SILVA, 2002). Fazem-se estas observações, pois se acredita que o tema deva ser abordado nos LD de História. Mulheres negras, e também indígenas, da nossa sociedade brasileira atual ainda sofrem com estes preconceitos fomentados nos períodos anteriores da história do Brasil.

Índias e negras foram escravizadas na época colonial, e essa condição se estendeu até o final do século XIX. Depois desse período, o panorama seguiu marcado pela exploração econômica e sexual das mulheres negras, com sua imagem frequentemente associada a padrões de comportamento sexual mais permissivo, personificado, no caso das mulheres negras, no estereótipo da “mulata”. (HERINGER e SILVA, 2011, p. 269)

Este estereótipo foi profundamente difundido após a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande Senzala*:

Os argumentos de Freyre sobre a figura da mulher negra passou para o imaginário popular com ares de comprovação científica. Seguem largamente utilizados pela literatura e na música popular, entre outros, realçando a figura da mulher negra como a mulata sensual, capaz de trazer sonhos e prazeres aos homens brasileiros, brancos em especial (IDEM, p. 272).

Assim, como as duas autoras apontam acima, é preciso expor as novas gerações a uma nova forma de enxergar o Brasil:

É necessário que as novas gerações sejam expostas a uma nova forma de ver o Brasil [...] Se formos capazes de fazer esta mudança cultural e histórica, seremos capazes, como nação, de desnaturalizar papéis sociais tradicionalmente associados às mulheres, sejam estas indígenas, negras ou brancas, e poderemos fazer do Brasil um país que seja efetivamente de todos/as. (IDEM, p. 295)

Acredita-se que os LD de História possam ajudar com esta tarefa as novas gerações. Por esta razão, por exemplo, a Lei 10.639/03, que instituiu o ensino obrigatório de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, foi aprovada em 2003 e modificou os conteúdos dos LD. Aponta-se que as mulheres negras ainda são esquecidas mesmo após a implementação desta Lei, inclusive na inclusão das temáticas afro-americanas nos LD; um recorte de gênero nesta inclusão ainda é preciso. Incluir mais da história das mulheres negras no Brasil ajudaria na desconstrução de estereótipos e proporcionaria a estas mulheres mais igualdade social.

Além desta questão, este Capítulo 12 cita também a princesa Isabel na parte destinada à Linha do Tempo. Lê-se: “1888: Abolição da escravidão no Brasil, pela Princesa Isabel, que regia o trono na ausência de seu pai, D Pedro II” (Vainfas et al., V.2, p. 201). Nas imagens, não há qualquer imagem somente de mulheres, mas há duas somente de homens. Há quatro imagens mistas. Em *Fique de olho!*, novamente em *As luzes do cinema*, há a indicação de um filme protagonizado por figuras femininas. Trata-se de *A paixão de Jacobina*. Lê-se: “O filme relata a história de Jacobina Mentz Maurer, que, ao lado de seu esposo, foi líder de um movimento messiânico, que resultou no trágico episódio da Revolta dos Muckers” (IDEM, p. 206). Apesar do conteúdo, a Revolta dos Muckers⁷², não ser abordado no LD, o filme consta nas indicações ao fim do capítulo.

O Capítulo 13, *O Brasil é o Vale – Cafeicultura no século XIX*, é ainda mais omissivo em inserir nomes femininos e/ou História das Mulheres no Brasil. Não há nomes de personagens históricas citados e nem dados sobre mulheres. Além disso, entende-se que houve momentos em que um recorte de gênero na História era necessário. Como no *box Conversa de Historiador*, sobre *Indígenas do Brasil*, onde se faz um panorama geral de como os indígenas foram tratados e vistos no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX. Apesar de não se falar especificamente das mulheres indígenas – o que, acredita-se, seria de enorme valor visto que a lógica se insere na mesma apresentada quando se falou das mulheres negras; desconstrução para uma igualdade -, elogia-se os autores, pois se pode ler críticas pertinentes ao tema. Porém, enfatiza-se que um recorte de gênero na questão poderia ter sido feito.

⁷² A Revolta dos Muckers ocorreu na cidade de São Leopoldo, RS, nos anos de 1873 e 1874. Foi um conflito de caráter religioso entre as autoridades locais e o casal Muckers, líderes de uma seita religiosa. Sobre ver: PETRY, Leopoldo. *Episódio do Ferrabraz: Os Muckers*. São Leopoldo: Ed. Rotermond. 1957.

Em *Fique de olho!, As luzes do cinema*, se repete o padrão. Recomenda-se o filme *A escrava Isaura* (1976). Porém, nem mesmo na descrição do filme se pode saber mais sobre a personagem literária, apenas se lê: “Adaptação televisiva do romance de Bernardo Guimarães. Mostra o cotidiano das fazendas escravistas na segunda metade do século XIX” (Vainfas et al., V.2, 2013, p. 220). O romance que foi escrito em plena luta abolicionista, mas traz como personagem principal uma escrava branca. Não há qualquer informação que possibilite um conhecimento da história da obra e nem uma crítica a mesma. Pela falta de informações, talvez fique confuso distinguir personagem histórico (os anteriores apresentados nessa sessão) da personagem fictícia de Isaura.

As imagens deste capítulo para avaliação são poucas, apenas seis imagens contendo pessoas. As outras imagens são mapas e paisagens. Todas são imagens mistas, sendo multidões e grupos mistos de homens e mulheres. O Capítulo 14, *O Brasil do Império à República*, destoa dos anteriores. Há a inclusão de personagens históricos femininos e da participação feminina na Guerra do Paraguai. Porém, a maioria da inclusão se encontra em *boxes* e não no texto principal. Apenas a princesa Isabel aparece citada no texto principal deste capítulo.

A figura da Princesa Isabel é tratada no corpo do texto com citações que se aproximam mais de citações indiretas, como:

Em maio de 1888, D Pedro II se encontrava fora do Brasil, e sua filha, a princesa Isabel, ocupava a regência. Na tarde de 13 de maio, ela desceu do palácio imperial, em Petrópolis, para o Paço da cidade, onde assinou a lei que extinguiu a escravidão no Brasil, celebrizada como Lei Áurea (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 228).

Porém, num *box* intitulado *Outra dimensão: Cotidiano*, sobre a população escrava, temos mais informações sobre a figura da princesa:

Figura 30 - Box A população escrava

O Brasil do Império à República

Censo geral de população do Brasil. Início da Questão Religiosa. 1872

Fundação do Partido Republicano Paulista. 1873

OUTRA DIMENSÃO: COTIDIANO

A população escrava

Durante toda a vigência do tráfico atlântico de escravos, chegaram ao Brasil cerca de 4,5 milhões de cativos, o que representava mais ou menos 40% de todo o tráfico atlântico. Para Cuba foram 30%. Os Estados Unidos receberam somente cerca de 5% dos africanos. É surpreendente, assim, que nos últimos anos da escravidão os EUA tivessem mais escravos que o Brasil: cerca de 4 milhões (concentrados nos estados do sul norte-americano), em 1861, contra cerca de 1,5 milhão no Brasil (concentrados no sudeste), em 1872.

As diferenças se explicam. No caso dos Estados Unidos, no sul escravista se estimulava a formação de famílias escravas e, conseqüentemente, a procriação, porque o tráfico tinha sido abolido em 1807. Assim, a quantidade de homens e mulheres escravos se tornou, com o tempo, cada vez mais equilibrada. Além disso, poucos estados aceitavam a alforria e, após a abolição do tráfico, no início do século XIX, praticamente nenhum permitiu que escravos conquistassem a liberdade. Dessa forma, a população escrava aumentou consideravelmente.

No Brasil, a situação era bem diferente. A maior parte dos

escravos era nascida na África, e a quantidade de homens traficados era muito maior do que a de mulheres. Esse desequilíbrio dificultava a formação de famílias e a reprodução da população escrava. Como não houve estímulo específico para a formação de famílias escravas, era necessário recorrer ao tráfico atlântico para manter ou ampliar o número de escravos. A alforria foi prática comum e corriqueira no Brasil, mesmo depois da abolição do tráfico atlântico, em 1850. Eram escravos os que nasciam de ventre escravo, ou seja, de mulheres escravas. Se a mulher fosse alforriada, o filho era livre, mesmo se o pai fosse escravo. Como no Brasil a alforria era concedida principalmente às mulheres, deu-se a diminuição do número de escravos no seio da população.

Assim, a abolição do tráfico e a manutenção da prática da alforria a mulheres foram os principais motivos da redução da quantidade de escravos na população do Brasil.



Libertos depositam camélias em volta do retrato da princesa Isabel, que aderiu abertamente ao abolicionismo, ousando, inclusive, aparecer em público com uma camélia (símbolo do abolicionismo radical) adornando seu vestido. Ela própria acobertava escravos fugidos no palácio de Petrópolis. Realizou, nessa cidade, "batalhas de flores", que tinham como objetivo conseguir fundos para a libertação de escravos. A própria princesa percorria a cidade em carro aberto e enfeitado com flores, seguida de abolicionistas batendo tambor e parando de casa em casa para conseguir donativos. Imagem de Angelo Agostini, publicada na Revista Ilustrada em 1888.

Fundação B. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

229

Informações que complementaram dados importantes para se entender melhor o processo que levou à Lei Áurea e a figura desta mulher no mesmo, mas que está em fonte tamanho 10, na descrição de uma imagem. Entende-se que ao suprir estas informações do corpo do texto principal se acaba por reduzir o papel da princesa no abolicionismo, relegando à ela a simples assinatura de um documento, como se dada somente para cumprir ordens do pai. Lê-se:

Libertos depositam camélias em volta do retrato da princesa Isabel, que aderiu abertamente ao abolicionismo, ousando, inclusive, aparecerem público com uma camélia (símbolo do abolicionismo radical) adornando seu vestido. Ela própria acobertava escravos fugidos no palácio de Petrópolis. Realizou, nessa cidade, “batalhas de flores”, que tinham como objetivo a libertação dos escravos. A própria princesa percorria a cidade em carro aberto e enfeitado com flores, seguida de abolicionistas batendo tambor e parando de casa em casa para conseguir donativos (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 229).

Além da princesa, outros nomes são trazidos num *box*. Em *Outra dimensão: Personagens*, sobre as mulheres da Guerra do Paraguai:

Figura 31 - Box As mulheres da Guerra do Paraguai

<p>Lei de extinção do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. Criação da Guarda Nacional.</p> <p>1851</p>	<p>Abolição definitiva do tráfico atlântico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz.</p> <p>1850</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------

Em 1868, acabou ocorrendo a queda de Humaitá e, em 1^a de janeiro de 1869, Assunção foi ocupada, quando as tropas aliadas já estavam sob o comando de Caxias. Mesmo assim, Solano López manteve a guerra, com táticas de guerrilha, até a derrota final em Cerro-Corá, em março de 1870, quando foi morto.

A guerra foi um desastre para o Paraguai. Embora tenha se mantido como Estado independente, o país perdeu quase 40% de seu território para o Brasil e para a Argentina, sua economia foi arruinada e suas fortificações fluviais e armamentos foram completamente destruídos.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGENS

As mulheres da Guerra do Paraguai

Muitas mulheres acompanharam as tropas nas batalhas da Guerra do Paraguai. Conhecidas como vivandeiras, participaram algumas vezes por opção, para acompanhar maridos, filhos ou parentes, outras por necessidade; representaram uma presença anônima nos combates e pouco referida pelos historiadores. Em geral, cuidavam do abastecimento, preparando ou vendendo comida, da lavagem das roupas, do enterro dos mortos e do tratamento dos feridos e doentes. Algumas acabaram por se destacar, como a gaúcha Florisbela, que se envolveu na luta e ajudou nos hospitais, e a pernambucana Maria Curupaiti, mulher de um cabo de esquadra, que lutava ao lado dos homens vestida de soldado. Mais ousada foi Jovita Alvez Feitosa, conhecida como "sargenta Jovita", que, aos 17 anos de idade, vestida de homem, apresentou-se como "voluntário da pátria". Seu caso acabou veiculado nos periódicos do Império.

Amplio destaque foi dado a Ana Néri, baiana, viúva do capitão de fragata Isidoro Antônio Néri, que decidiu acompanhar três filhos e um sobrinho convocados para a Guerra. Serviu como enfermeira em hospitais de Corrientes, Salto, Humaitá, Curupaiti e Assunção. Talvez por sua posição social, ficou conhecida como a "mãe dos brasileiros", foi condecorada por D. Pedro II e tornou-se patrona da escola oficial de enfermagem fundada por Carlos Chagas, batizada de Escola de Enfermeiras Dona Ana Néri, em 1926.

Do lado paraguaio, muitas mulheres participaram das campanhas militares e ajudaram voluntariamente. Outras, as "residentas", eram obrigadas a participar dos esforços de guerra, cuidando das tarefas domésticas, do transporte de material bélico e ajudando na construção das defesas militares. Consta que várias delas pegaram realmente em armas. Havia ainda as "destinadas", mulheres da elite confinadas pelo governo paraguaio por terem seus maridos ou filhos acusados de traição ou conspiração. A divulgação dos maus-tratos a elas impingidos ajudou a criar a imagem do presidente Solano López como um ditador bárbaro.

A versão dos historiadores e da literatura paraguaia sobre a Guerra atribuiu às "residentas" a tarefa de reconstrução do Paraguai após o fim do conflito, muitas vezes com feições de heroínas. Hoje se considera essa interpretação romântica, idealizada. O fato é que muitas agiram com coragem e bravura e que o Paraguai, incluindo suas mulheres, foi o que mais perdeu com a guerra.



Mulheres se inscrevem como voluntárias para a Guerra do Paraguai, em gravura publicada no periódico Semana Ilustrada, do Rio de Janeiro, em 1865.

Revista Semana Ilustrada, 3/9/1865

Neste, aparecem Florisbela, Maria Curupaiti, Jovita Alvez Feitosa, Ana Néri e “grupos de mulheres”. Citações diretas rápidas, focadas nas funções destas na guerra. Não há maiores informações sobre estes nomes citados. Perde-se a oportunidade de explorar melhor esta temática através de personagens históricas e suas vidas. Como por exemplo, Florisbela que “armava-se com a carabina do primeiro homem que caía ferido e sustentava o combate até o final da luta. Além disso, auxiliava nos hospitais de sangue” (SCHUMACHER, 2000, p. 241). Lutou junto com Maria Curupaiti:

Seu marido morreu no assalto a Curuzu, mas Maria Francisca continuou combatendo junto às tropas brasileiras. Na batalha de Curupaiti foi atingida pela espada de um paraguaio e, só no hospital ficaram sabendo que o bravo soldado, baixo e franzino, era uma mulher. Daí por diante, passou a ser chamada de Maria Curupaiti, respeitada pelos colegas de farda (SCHUMACHER, 2000, p. 376).

Apesar de os autores abordarem o tema, um diferencial da coleção, critica-se o espaço reservado a estas mulheres e sua participação no evento. Estão num *box*. Além disso, não há qualquer menção desta participação feminina na Guerra do Paraguai no texto principal do LD. Na verdade, há uma linguagem excludente que nos diz justamente o oposto. No tópico *O Brasil na guerra*, sobre a Guerra do Paraguai, se lê: “O esforço de guerra foi imenso, mobilizando entre 150 e 200 mil homens (Vainfas et al., V. 2, 2013, p. 225). Se o *box As mulheres na Guerra do Paraguai* não for lido, muito provavelmente essa participação será esquecida. Fato este recorrente na História do Brasil:

Mães, esposas, prostitutas, viúvas, enfermeiras, soldadas, andarilhas, vivandeiras, prisioneiras, escravas. As mulheres desempenharam os mais diferentes papéis durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). [...] Com raras exceções, essas figuras femininas foram esquecidas pela história. Suas vidas dissolveram-se na vida dos homens, os guerreiros armados e seus grandes comandantes, que ocupam o centro da cena. Às mulheres restam as entrelinhas, um espaço casual nas narrativas das grandes batalhas. (DOURADO, 2015, p. 22)

A autora ainda chama atenção para o lado pouco mostrado da Guerra do Paraguai e do sofrimento das mulheres envolvidas:

Contando com poucos recursos, fugindo a pé por trilhas ou embarcando em canoas, mulheres foram capturadas e aprisionadas pela tropa paraguaia, que percorria as

fazendas saqueando, violentando, levando o gado e tudo o mais que tivesse algum valor. (IDEM)

Elogia-se os autores pela inclusão desta participação feminina e o texto do box, mas é necessário haver uma crítica pela sua inclusão não tão inclusiva. Principalmente por esta ser o padrão da coleção. O último dado sobre a História das Mulheres também aparece num *box*. Em *Reflexões*, sobre *Positivismo no Brasil*, se lê:

Comte também exaltava a família e o poder da mulher na educação dos filhos. Nesse sentido, os operários deveriam ser incorporados à sociedade, com benefícios sociais. Isso permitiria que as mulheres, isentas do trabalho extenuante das fábricas, cuidassem exclusivamente da família. (Vainfas et al., 2013, V.2, p. 237)

Nas imagens, há apenas uma somente de mulheres. Trata-se da imagem no *box* sobre a participação feminina na Guerra do Paraguai. Além disso, o número de imagens mistas com destaque para figuras femininas aumenta neste capítulo devido à temática de Proclamação da República. São três imagens onde a mulher, criança e adulta, simboliza a República brasileira que nascia. Na sessão *Fique de olho!*, em *As luzes do cinema*, a presença feminina é marcada pela indicação do filme *Sinhá Moça* (1953). Também não há informações sobre a personagem fictícia. Apenas: “Reconstitui as rebeldias escravas e o movimento abolicionista nos últimos anos da escravidão” (IDEM, p. 239)

Os outros capítulos desta coleção não abordam a temática de História do Brasil. Inicia-se a análise do Volume 3 da Coleção *História*. Neste Volume, são cinco capítulos analisados, distribuídos nas três unidades do LD. O Capítulo 1, *Brasil: a Primeira República*, o Capítulo 7, *Brasil: a República nacional-estatista*, Capítulo 12, *O Brasil e a República democrática*, Capítulo 13, *Brasil: a República dos generais*, e Capítulo 15, *O Brasil da democracia*.

O Capítulo 1, *Brasil: a Primeira República*, retoma um pouco do conteúdo anteriormente visto sobre a Proclamação da República. Por esta razão, novamente há imagens de mulheres simbolizando a República no LD. No *box Conversa de Historiador*, com o tema *Símbolos da República*, os autores informam, pela primeira vez, sobre essa representação. Trata-se de um texto do historiador José Murilo de Carvalho, *A formação das almas* (1990):

O último caso refere-se ao fracasso na criação de um símbolo republicano: a imagem da mulher como símbolo republicano. Recorrendo ao caso francês em que a República é representada por um símbolo feminino, Marianne, os republicanos brasileiros tentaram fazer o mesmo no Brasil. (...) tratou-se de um símbolo importado que, sem referência histórica, não foi reconhecido pela sociedade brasileira. (CARVALHO Apud Vainfas et al., 2013, V.3, p. 14)

Na página seguinte, em *O modelo político*, a questão do direito ao voto é trazida. Pode-se obter a seguinte informação sobre o voto feminino: “[...] os analfabetos, os homens menores de 25 anos de idade, as mulheres, os soldados e os religiosos, que representavam a grande maioria da população, estavam excluídos do direito de votar” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 15). Também há um *box* destinado à História das Mulheres Brasileiras e o seu sufrágio neste capítulo. Em *Outra dimensão: Personagem*, a personagem histórica em destaque é *Bertha Lutz e suas lutas*. Assim, a temática que traz a luta pelo direito ao voto das mulheres é abordada.

Figura 32 – Box Bertha Lutz e suas lutas

Inauguração da avenida Central, no Rio de Janeiro. Em novembro ocorre a Revolta da Vacina.

1904

Comício de Teclisto inaugura a política de valorização do café. Primeiro Congresso Operário Brasileiro.

1906

▶ OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM

Bertha Lutz e suas lutas

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu na cidade de São Paulo, em 1894. Filha do cientista brasileiro Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, Bertha estudou na França, formando-se em Biologia na Sorbonne. Retornou ao Brasil em 1918 e, por concurso público, ingressou como bióloga no Museu Nacional. Na época, tratou-se de um fato extraordinário, pois Bertha foi a segunda mulher a ingressar em um posto no serviço público por concurso.

Quando viveu na Europa, ela entrou em contato com o movimento sufragista feminino da Inglaterra e a luta das mulheres daquele país pelo direito de votar. No Brasil, aderiu à causa sufragista e lutou pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Com outras ativistas, fundou em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Reconhecida como liderança, ela foi indicada como representante das mulheres brasileiras na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, que ocorreu nos Estados Unidos em 1922, quando foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.

Ao retornar ao Brasil, Bertha Lutz fundou a Federação para o Progresso Feminino, dando início à luta para que as mulheres brasileiras tivessem acesso aos direitos políticos, sobretudo o direito ao voto. Durante o Congresso de Educação, sua proposta de garantir o acesso das meninas ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi vitoriosa.

Bertha Lutz atuou em diversos congressos nacionais e internacionais, sempre lutando pelos direitos das mulheres. Na Organização Internacional do Trabalho, defendeu a legislação social referente

ao trabalho feminino. Fundou a União Universitária Feminina, a União das Funcionárias Públicas e a Liga Eleitoral Independente. Incansável, em 1933 terminou o curso de Direito, mas sua grande vitória ocorreu no ano anterior. Em 1932, o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto garantindo os direitos políticos às mulheres, trazendo êxito às lutas de Bertha Lutz e das sufragistas.

Nas eleições de 1933, que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte, ela se candidatou pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, mas não conseguiu votos suficientes para se eleger. Nas eleições seguintes, em 1934, alcançou a primeira suplência de deputado federal, vaga que assumiu em 1936, com a morte do titular.

Na Câmara de Deputados, continuou sua luta pelos direitos sociais das mulheres, como igualdade salarial, licença-maternidade de três meses e redução da jornada de trabalho. Sua luta também se estendeu aos direitos civis das mulheres, com o fim da tutela do marido sobre sua mulher e a independência feminina no trabalho e no estudo.

O golpe do Estado Novo, em 1937, encerrou sua carreira política. Passou a se dedicar à sua profissão no Museu Nacional, aposentando-se em 1964. Em 1975, integrou a delegação brasileira no Congresso Internacional da Mulher, patrocinado pela ONU. Faleceu no ano seguinte.

Bertha Lutz foi uma das mais importantes defensoras dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres brasileiras.

República dos coronéis

Esse sistema político é identificado pelos historiadores como **coronelismo** e resultou da Constituição de 1891 que, entre outras modificações, instituiu a eleição para presidente dos estados (hoje denominado governador de estado), que, durante o Império, era nomeado pelo poder central. Com a República, o poder era alcançado por meio de votos, controlados pelos coronéis nos municípios com o uso de violência e fraude eleitoral.

Os coronéis dependiam do governante estadual para nomear parentes e protegidos aos cargos públicos (juízes, delegados, professoras, dentre outros) ou para liberar verbas para obras nos municípios. Criava-se, assim, uma ampla rede de alianças e favores unindo os coronéis dos municípios e o presidente do estado.

Entende-se que o texto é completo. Pode-se conhecer sua vida e sua ligação com o movimento sufragista brasileiro. Interessante notar que os autores não falam em movimento feminista, mesmo este o sendo. Apenas se lê “Movimento feminino” (Vainfas et al., 2013, V.3, p.16). Este é um padrão na Coleção, os autores só utilizam o termo feminista após os anos 1960. Entende-se, assim, que os autores apenas reconhecem como movimento feminista a dita Segunda Onda Feminista. Além disso, há uma omissão deste movimento sufragista ao longo do texto principal. Bertha Lutz, ou qualquer outra sufragista, poderia ter sido citada no texto principal dentro do contexto abordado, mas não o foi. Os autores parecem reconhecer sua importância e luta, mas apenas destinam o *box* para tal. Novamente, a História das Mulheres Brasileiras é incluída de forma excludente.

No mesmo capítulo, mais adiante, se pode ler em *A Revolta da Vacina*: “Conforme costumes da época, homens não admitiam que, na ausência, suas residências fossem invadidas por estranhos que tocassem no corpo de suas mulheres e filhas para aplicar vacinas. A maioria das mulheres partilhava desses mesmos valores” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 23). Pergunta-se: De que valores estamos falando? Dos valores patriarcais da sociedade brasileira da época. Valores que pautavam as relações de gênero, que mantinham corpos femininos – e ainda mantém – sob domínio do patriarca da família; na figura de marido ou pai. Porém, as possibilidades de abordar esta característica da nossa sociedade, que é ainda muito presente, não são aproveitadas. São simplesmente trechos, como este, dentro do texto principal. Não há abordagens críticas sobre o assunto, como, por exemplo, é feita sobre o Imperialismo e outras formas de dominação.

Ainda neste capítulo, os autores e autoras abordam as *Revoltas do povo*. Ao falarem sobre Canudos e o Contestado, utilizam uma linguagem mais inclusiva. Pode-se ler “homens e mulheres” (IDEM, p. 26 e 27) no texto principal sobre as populações envolvidas nas duas revoltas. Há também uma foto de Canudos, onde se lê: “Mulheres e crianças se entregaram ao Exército em outubro de 1897; homens continuaram a resistir no arraial de Canudos” (IDEM, p. 26). Esta inclusão, porém, não aparece mais adiante ao se falar sobre *Os trabalhadores e suas lutas*. Sobre as operárias da época, apenas se lê:

Um homem adulto trabalhava, em média, 12 horas por dia. Algumas categorias profissionais trabalhavam sete dias por semana. Os salários eram miseráveis, sendo que a mulher operária ganhava bem menos do que o homem, e a criança recebia menos ainda do que a mulher. (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 28)

As mulheres que participaram ativamente dos movimentos operários e suas greves são esquecidas, assim como, não há qualquer outro dado sobre a situação destas nas fábricas. Também se aborda *O Partido Comunista* e nenhuma figura feminina aparece citada. Já na temática *O movimento modernista*, apenas Anita Malfatti é citada no texto principal, juntamente com 11 personagens masculinos do movimento. Logo abaixo, Tarsila de Amaral aparece na descrição de uma imagem, trata-se do seu quadro *Abaporu*. Este é utilizado para falar do Movimento Antropofágico e não de Tarsila do Amaral ou de sua participação no movimento. Assim, as mulheres modernistas são esquecidas e as que aparecem, Anita e Tarsila, pouco exploradas.

Chiquinha Gonzaga é citada diretamente na sequência, em *No Rio de Janeiro*. Há uma abordagem mais atenta sobre Chiquinha. Pode-se compreender sua participação e legado deixado. No texto principal deste tópico, se pode ler:

A maestrina Chiquinha Gonzaga foi autora da marcha-rancho carnavalesca *Ô abre-alas!*. Com ela, a distância entre a cultura popular e a cultura das elites se reduziu. Para alguns estudiosos, essa foi a característica do modernismo: a interseção entre o erudito e o popular. Chiquinha Gonzaga tocava um instrumento popular, o violão, e o sambista Sinhô tocava nas gafieiras um instrumento erudito, o piano. (Vainfas et al., 2013. V.3, p. 32)

Também há uma foto sua ao lado do tópico, com uma breve biografia na descrição. Lê-se:

Nascida em 1847, Francisca Edwiges Neves Gonzaga, conhecida como Chiquinha Gonzaga, formou-se em música clássica, tornando-se pianista, compositora e maestrina. Foi autora de choros, valsas, marchas, serenatas, polcas e peças teatrais. Participou da campanha pelo fim da escravidão e pela Instauração da República. Mulher independente, enfrentou grande preconceito. Faleceu em 1935. (IDEM)

Apesar do “grande preconceito” (IDEM) enfrentado por ela ser de origem patriarcal - e em nenhum momento o texto abordar esta questão das Relações de Gênero -, pensa-se que a personagem foi bem explorada. Não foi somente um nome citado, dentre outros tantos masculinos, sem história. É possível conhecer seus feitos para a sociedade brasileira e se interessar pela personagem a ponto de ler sua pequena biografia ao lado. Numa História que ainda silencia os feitos e participações femininas, abordagens como esta ajudam a desmistificar

a ideia de que não fomos e somos agentes históricos na História do Brasil. A abordagem dentro do contexto, e não num *box*, mostra que é possível encaixar a História das Mulheres no texto principal. Infelizmente, este não segue sendo o padrão da coleção.

Ao final do capítulo, temos novamente um filme citado que traz uma personagem feminina, neste caso histórica. Em *Fique de olho!, As luzes do cinema*, o filme *Eternamente Pagu* (1988) é recomendado. Apesar de Pagu não ter sido citada no capítulo em nenhum momento, se pode conhecer um pouco mais da personagem na descrição do filme: “Muito jovem, Patrícia Galvão, a Pagu, participava da vida intelectual em São Paulo em fins da década de 1920. Aproxima-se de Oswald de Andrade e entra para o Partido Comunista. Mais tarde foi presa durante o Governo Vargas e expulsa do PCB” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 37). Há também, na mesma sessão *Fique de olho!*, em *Na tela do computador*, há a indicação de um texto sobre a vida de Chiquinha Gonzaga. Porém, ao tentar localizar o endereço eletrônico recebe-se o aviso de que o conteúdo não está mais disponível.

Graças a foto de Chiquinha Gonzaga e a imagem da República como mulher, o capítulo possui duas imagens somente de mulheres. Também há um grande número de imagens mistas, sendo a maioria de multidões, totalizando nove. Já as imagens somente com homens são a maioria, 11. Apesar de o Capítulo 4, *Crises do entreguerras*, não abordar o recorte de História do Brasil, analisa-se uma página deste capítulo. A página 70:

Figura 33 - Box Conquista feminina

Na México, golpe militar deou a Monarquía presidencial.
Venustiano Carranza lança o Plano Guadalupe.

1913

Início da Primeira Guerra Mundial.
Venustiano Carranza derrota ditadura de Huerta.

1914

Ao contrário do que se esperava, a lei resultou em corrupção policial e política, bem como na expansão do crime organizado, com o aumento da violência.

Apesar de inúmeros problemas internos, os Estados Unidos assumiram papel de primeira grandeza no cenário mundial. Com uma economia em grande expansão, tornaram-se os banqueiros do mundo ao lado dos britânicos. O dólar passou a ser a referência monetária internacional, ao lado da libra esterlina. Assim, as oscilações da economia norte-americana passaram a ser o termômetro do dinamismo do mercado internacional, o que explica ter carregado consigo as principais economias do mundo quando sua crise estourou em 1929.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM

Conquista feminina


A conjuntura trazida pela guerra favoreceu a implantação do voto feminino em vários países ocidentais, questão que surgiu no século XIX, mas cuja aceitação foi impedida pelo conservadorismo da própria sociedade. A guerra mudou o cenário, sobretudo pela grande entrada de mulheres no mercado de trabalho, durante e depois do conflito. Isso as colocou em

outra posição na sociedade, fortalecendo suas reivindicações por direitos políticos.

A Nova Zelândia foi o país pioneiro a aprovar o voto feminino nacional em 1893, seguida pela Austrália, em 1902. Porém, nas principais potências industriais, as mulheres continuavam excluídas.

Na Inglaterra, onde houve intensa mobilização, a manifestante Emily Davison chegou a se jogar à frente do cavalo do rei George V, durante uma prova hípica (em junho de 1913), em sinal de protesto. Morreu e foi enterrada em meio a grandes manifestações.

Somente em 1918 o Parlamento britânico aprovou o direito ao voto para as mulheres com mais de 30 anos. Nos Estados Unidos, a instituição do voto feminino ocorreu em 1919. Já as francesas teriam de esperar até o fim da Segunda Guerra Mundial para ter o direito de votar. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de voto em 1933.



Na imagem, reprodução do evento em que Emily Davison, sufragista britânica, atirou-se em frente ao cavalo do rei George V durante uma prova de hipismo.

■ No Brasil, as mulheres alcançaram seus direitos políticos em 1933, quando participaram das eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. No pleito, a primeira mulher eleita para cargo legislativo foi Carlota Pereira de Queiroz. Procure informações sobre quem foi a primeira parlamentar brasileira.

70

Toma-se esta decisão, pois a pergunta ao fim do box *Outra dimensão: Personagem*, sobre a *Conquista Feminina*, traz uma abordagem sobre as mulheres brasileiras e suas conquistas. Após analisar a luta das mulheres pelo direito ao voto no mundo – a luta sufragista ocorreu concomitantemente em vários lugares do mundo –, os autores e autoras escrevem na última linha do texto do box: “No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de voto em 1933” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 70). Na verdade, as mulheres conquistaram este direito em 1932, com a aprovação do Código Eleitoral. O que ocorreu em 1933 foi a eleição de uma mulher, Carlota Pereira de Queiroz, para a Assembleia Nacional Constituinte.

Apesar de Carlota Pereira de Queiroz não ter sido a primeira mulher eleita a um cargo público no Brasil - Alzira Soriano já havia sido eleita prefeita da cidade de Lages, no Rio Grande do Norte, em 1929 -, foi a primeira eleita em caráter nacional, após a aprovação da inclusão de mulheres ao direito de votar e serem votadas em todo o território nacional. Porém, o que chama a atenção não é este pequeno erro de datas, mas sim a pergunta que segue ao fim do box. Lê-se:

No Brasil, as mulheres alcançaram seus direitos políticos em 1933, quando participaram das eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. No pleito, a primeira mulher eleita para o cargo legislativo foi Carlota Pereira de Queiroz. Procure informações sobre quem foi a primeira parlamentar brasileira. (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 70)

Esta parece mal formulada, visto que as mulheres brasileiras não “alcançaram seus direitos políticos em 1933” (IDEM, p.70), apenas os direitos de participarem das eleições ativamente. Após 1933, as mulheres seguiram tendo seus direitos políticos cerceados. Um exemplo desta exclusão, foi a necessidade de criação de uma lei como a Lei nº 9.100/1995⁷³, que garantiu a participação mínima feminina no cenário político mais atual. Instituiu que 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres. Mais recente ainda, a Lei nº 12.034⁷⁴ foi aprovada em 2009. Instituiu novas disposições na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), privilegiando a promoção e propagação da participação feminina na política. Sendo assim, o texto conduz a um erro. Os

⁷³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em 23/09/2015, às 13:12.

⁷⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm. Acesso em 23/09/2015, às 13:15.

direitos políticos femininos não foram conquistados em 1933, pois as mulheres brasileiras ainda lutam para participarem do cenário político atual.

Também se critica os autores e autoras por designarem uma tarefa, “Procure informações sobre quem foi a primeira parlamentar brasileira” (IDEM, p. 70), sem terem abordado o conteúdo no livro didático. Mesmo dentro do capítulo que abordava o tema, Capítulo 1, não há menção a personagem de Carlota Pereira de Queiroz. Assim, entende-se que os autores e autoras deste texto não prezam por levar este conhecimento às alunas e alunos. Delegam à estas e estes o trabalho de aprender esta parte da nossa história. Quais serão os meios utilizados para adquirir este conhecimento histórico? Serão confiáveis? Não se sabe. Assim, se soma ao risco que se corre da tarefa não ser cumprida, visto que está num *box*, o de ser cumprida de forma superficial.

Após esta página, retorna-se à análise dentro do recorte. No Capítulo 7, *Brasil: a República nacional-estatista*. Neste capítulo, Olga Benário, Anita Prestes e Rachel de Queiroz são citadas diretamente no texto principal. Olga também é citada na *Linha do tempo*, sessão que fica no topo das páginas. Nesta, se lê que, em 1936: “Olga Benário é deportada para a Alemanha e presa em um campo de concentração nazista” (Vainfas et al., 2013, V.3, p.112). No texto principal, em *A insurreição comunista de 1935*, se pode conhecer melhor a participação de Olga na História do Brasil. Ela aparece em dois parágrafos, sempre ligada à figura de Luís Carlos Prestes. Primeiro, se lê que: “[...] Prestes recebeu apoio em dinheiro e de assessores, como a comunista alemã Olga Benário, que o acompanhou em sua viagem ao Brasil. Essa parceria política tornou-se também amorosa” (IDEM, p. 116). Mais abaixo:

O governo iniciou forte repressão, em especial contra os comunistas e as organizações de esquerda, na qual muitos integrantes acabaram presos. Luís Carlos Prestes foi preso, junto com Olga Benário – que, mesmo grávida, foi extraditada meses depois para a Alemanha e morreu em um campo de concentração nazista. Sua filha, Anita Prestes, foi salva pela avó paterna, que liderou uma pressão internacional pela libertação da criança. (IDEM, p. 116)

Apesar de Maria Leocádia Felizardo Prestes - mãe de Prestes e “avó paterna” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 116) de Anita Prestes - não ter seu nome citado, considera-se positiva esta pequena história de Olga Benário, de Luís Carlos Prestes e de Anita Prestes estar incluída no texto principal do LD. Pode-se, assim, saber o que aconteceu com estas duas personagens no contexto e fatos da época. História pouco presente nos LD de História. Além de Olga e Anita,

somente Rachel de Queiroz é citada diretamente. Em *Política Cultural*, sobre o crescimento da produção cultural da década de 1930, se lê que: “Vários autores tornaram-se referência na literatura brasileira, como Rachel de Queirós⁷⁵, Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 122).

As autoras e autores ainda citam outros nomes de artistas e intelectuais da época e suas contribuições no período, como músicos, escritores, cineastas e maestros. Porém, somente Rachel de Queiroz é citada como intelectual e artista mulher dentre 19 nomes. São 18 nomes de personagens masculinos. Uma representação injusta do cenário cultural da época. Também não há qualquer outro dado além da citação de seu nome, o que não acontece com outros personagens masculinos que possuem sua obra citada e até mesmo alguns feitos – é o caso de Nelson Rodrigues, Ary Barroso e Humberto Mauro. Entende-se que a personagem de Rachel de Queiroz poderia ter sido melhor explorada. Pois,

Não sem razão, Rachel de Queiroz é considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX. Desde os seus primeiros escritos, publicados sob o pseudônimo de Rita de Queluz, acumulou inúmeras vitórias. Deixou sete romances, todos aclamados pela crítica, inúmeras traduções de autores clássicos, peças de teatro, livros infanto-juvenis e memorialistas. Teve sua obra adaptada para o cinema e para a televisão com grande sucesso (o que, até certo ponto, contribuiu para aumentar a popularidade), e foi ainda a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras. (OLIVEIRA, FREIRE E CHAVES, 2012, p.205)

Além de Rachel de Queiroz, não havia outras mulheres participando ativamente como artista e intelectual nesta década de 1930? As mulheres do movimento modernista, por exemplo, poderiam ter sido citadas. Também outras mulheres que se encaixam neste recorte de intelectuais e artistas poderiam ter sido lembradas, como: Cecília Meireles, Alice Afra de Carvalho⁷⁶, Araci Cortes⁷⁷ e Lucília Guimarães Villa-Lobos, dentre outras. A última, Lucília Guimarães Villa-Lobos, não aparece no LD. Porém, seu marido, Heitor Villa-Lobos, é citado nesta página. Lucília é pouco reconhecida na nossa História, mas trabalhou junto com seu marido e foi um renomada compositora. Desconhece-se que:

Organizou e dirigiu o Coral padre José Maurício na Escola Normal Orsina da Fonseca, que foi premiado pelo Ministério de Educação e Cultura. Em 1935, organizou o coro

⁷⁵ Os autores e autoras optaram por esta grafia do nome de Rachel de Queiroz.

⁷⁶ Intelectual, filósofa e poetisa.

⁷⁷ Cantora e atriz.

Apiacás, com crianças necessitadas do bairro do Santo Cristo, no Rio de Janeiro. Sua estreia se realizou, com êxito, na Rádio Tupi, no Natal do mesmo ano, tendo se apresentado por todo o Brasil, gravando até mesmo para o exterior. Lucília criou o conjunto Vozes do Brasil, formado por 15 professores de canto. Com Villa-Lobos, foi a precursora do ensino de música e de canto orfeônico nas escolas públicas. Como poetisa, escreveu muitas letras para cânticos integrados ao repertório dos orfeões escolares, além de arranjos das cantigas folclórica, de roda e sertanejas. Uma de suas principais obras é o “Hino ao Sol”, regida várias vezes por Villa-Lobos, e apresentada em Praga no ano de 1936, em tcheco. Escreveu ainda “Despertar”, “Bendita é nossa terra”, “Meu sertão”, entre outras. (SCHUMACHER, 2000, p. 394)

A personagem de Rachel de Queiroz é novamente citada no *box Conexões*, que se encontra dentro da sessão *Roteiro de Estudos*, ao fim do Capítulo 7. Este *box* tem como tema *História e literatura Brasileira*. Apesar de uma outra oportunidade de incluir mais nomes femininos, os autores e autoras apenas citam novamente Rachel de Queiroz dentre outros nomes masculinos – Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Essa dificuldade de incluir nomes femininos na Literatura Brasileira é um campo que vem sendo explorado por pesquisadoras(es). Livros como *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, de Nelly Novaes Coelho, de 2002, resgatam essas mulheres. Assim como, existem pesquisas disponíveis. É o caso da tese *Fardos e fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*, de Michele Asmar Fanini, de 2009⁷⁸, apresentada na USP. Sendo assim, se compreende esta dificuldade de inclusão, mas se aponta que uma pesquisa sobre o tema resolveria o problema.

Além dessas três personagens citadas diretamente, o capítulo traz alguns dados sobre a condição social das mulheres na época. Pode-se ler que o trabalho feminino foi regulamentado, mas sem dados sobre a luta das mulheres operárias para isso fosse possível. Também se lê que o novo Código Eleitoral estendeu o voto às mulheres, mas sem nenhuma menção a luta das sufragistas. A participação de mulheres na Ação Integralista Brasileira (AIB) e na Aliança Nacional Libertadora (ANL) também aparecem. No primeiro movimento, se lê “com participação de mulheres e crianças” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 114). No segundo: “do qual participavam organizações femininas” (IDEM, p. 115).

O Capítulo 7 também não possui grande representatividade e inclusão de mulheres nas imagens. São 14 imagens ao total, sendo cinco mistas. Nenhuma imagem somente de mulheres, mas há nove somente de homens. Na última sessão, *Fique de olho!*, em *As luzes do cinema*, o filme *Olga* (2004) aparece. Lê-se na sua descrição: “Retrata a vida de Olga Benário, seu

⁷⁸ Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../MICHELE_ASMAR_FANINI.pdf. Acesso em 27/09/20105, às 19:26.

envolvimento com o líder comunista Luís Carlos Prestes e sua deportação para a Alemanha nazista” (IDEM, p. 125). Apesar da descrição do filme não agregar nenhum conhecimento novo sobre Olga, acredita-se que, pelo fato de sua história ter sido incluída no texto principal do capítulo, exista uma chance maior de despertar o interesse e ser assistido.

O próximo capítulo analisado é o Capítulo 12, *O Brasil e a República democrática*. Apesar da temática deste capítulo envolver um período agitado da política brasileira, as mulheres só aparecem em contexto cultural. Dentro de dois *boxes* *Outra dimensão: Cultura*. No primeiro, intitulado *O sucesso da Rádio Nacional e Cinema e o estilo chanchada* (este *box* possui uma divisão interna em dois tópicos), se lê:

A Rádio Nacional chegou a ter 96 cantoras e cantores com contrato de exclusividade. O sucesso era tanto que surgiram os fãs-clubes dos artistas, conhecidos pelas rivalidades mútuas, como a famosa rixa entre as cantoras Marlene e Emilinha Borba. (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 203)

Outra personagem citada é Dercy Gonçalves⁷⁹, na descrição da foto que acompanha o *box* e que se refere às chanchadas. Seu nome é citado, pois se fala da chanchada *Cala a boca, Etelevina*, de 1959, em que ela interpreta a personagem principal. No outro *box* *Outra dimensão: Cultura*, mais adiante, intitulado *A busca de novos caminhos*, se fala do contexto cultural das décadas de 1950 e 1960, no Brasil. São 15 nomes trazidos, entre músicos, atores, cineastas, escritores e compositores. Dentre estes, apenas Elizeth Cardoso⁸⁰ é citada. Em: “O movimento de renovação da música brasileira ocorreu em 1958, quando a cantora Elizeth Cardoso lançou um disco com a música “Chega de saudade”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes” (IDEM, p. 213).

O *box* abrange movimentos culturais como a Bossa Nova, as peças de protesto do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, os jovens atores do Partido Comunista, as inovações na literatura e no cinema brasileiro dessas décadas. Porém, os autores e autoras parecem desconhecer as mulheres que participaram destes eventos. Mesmo nomes que são conhecidos - como as cantoras que participaram da Bossa Nova, Bebel Gilberto, Maysa, Miúcha e Nara Leão - são esquecidos. Existe pouca representação feminina neste capítulo nos textos e também nas

⁷⁹ Atriz comediante e cantora.

⁸⁰ Cantora.

imagens. Das 12 imagens, 10 sendo fotografias, não há imagens somente de mulheres. São oito mistas, em sua maioria multidões, e quatro somente de homens.

No Capítulo 13, *Brasil: a República dos generais*, há novamente pouca presença de mulheres nas páginas. Sobre a realidade feminina há apenas dois momentos. O primeiro, a descrição de uma imagem, no tópico *A ditadura disfarçada*. Lê-se: “Em agosto de 1964, mulheres compareceram à sede do jornal Correio da Manhã à procura dos nomes de seus maridos e filhos em um lista de presos pelo regime militar” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 218). O segundo, no texto principal, *Começa a abertura*, se pode ler:

Diversos setores sociais ainda se organizaram na campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para todos os punidos pela ditadura militar. As mulheres participaram intensamente do movimento. Muitas eram esposas e mães de presos e exilados políticos. (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 229)

Percebe-se que os autores e autoras vinculam a presença das mulheres neste período como figuras de mães e esposas. As militantes, guerrilheiras e/ou operárias são esquecidas. Nomes como Alceri Maria Gomes da Silva⁸¹, Ana Maria Nacinovic Corrêa⁸², Dinaelza Soares Santana Coqueiro⁸³ e Heleni Teles Ferreira Guariba⁸⁴ (SCHUMACHER, 2000) que morreram vítimas da Ditadura parecem distantes de serem reconhecidos. Mesmo a presidenta, Dilma Rousseff, tendo sido no passado uma destas mulheres que lutaram e estando hoje no nosso cenário político. Além dessas duas citações sobre mulheres, há a citação direta num box *Outra Dimensão: Cultura*, intitulado *A revolução estética: o movimento Tropicalista*, de Nara Leão e Gal Costa. Junto com seus nomes não há qualquer outra informação.

O capítulo traz 10 imagens mistas. Nestas, se pode ver a participação feminina nos movimentos do período, como greves, participação em movimentos estudantis e na guerrilha. Há um descompasso entre textos e imagens. Além destas imagens mistas, são cinco imagens somente de homens. Não há imagens somente de mulheres. O último capítulo analisado desta Coleção é o Capítulo 15, *O Brasil da democracia*. Três mulheres são citadas. A primeira é a jornalista Marília Gabriela⁸⁵, na descrição de uma fotografia. Marília Gabriela aparece ao

⁸¹ Operária e ativista política, vítima da ditadura militar.

⁸² Ativista política e vítima da ditadura militar.

⁸³ Ativista política, vítima da ditadura militar.

⁸⁴ Ativista política, vítima da ditadura militar.

⁸⁵ Jornalista, entrevistadora, atriz e cantora.

fundo, coordenando o debate entre os candidatos à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. Apenas seu nome é citado. Mais adiante, Dilma Rousseff é citada, pela primeira vez, na *Linha do Tempo*, em 2010, se lê: “Eleição de Dilma Rousseff” (Vainfas et al., 2013, V.3, p. 263). Na página que traz como título *Uma mulher na presidência da República*, a personagem de Dilma Rousseff é trazida de forma mais completa. A candidata Marina Silva também aparece:

Marina Silva concorreu pelo Partido Verde (PV). Já havia exercido os cargos de vereadora, senadora, deputada estadual e ministra do Meio Ambiente.

Dilma Rousseff concorreu pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e tinha o apoio do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela exercia o cargo de ministra-chefe da Casa Civil da presidência da República. Quando jovem, atuou na luta armada contra a ditadura militar, sendo, inclusive presa e torturada. (IDEM, p. 266)

Após, se lê:

Essa eleição foi considerada um grande avanço democrático para o Brasil, já que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a presidência da República do país. Além disso, Dilma, ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar, tornou-se a comandante em chefe das Forças Armadas brasileiras. (IDEM)

Entende-se que a forma como estas mulheres, principalmente Dilma Rousseff, foram trazidas é positiva. Há menção aos seus cargos políticos anteriores e também se conta um pouco da história de Dilma Rousseff no contexto da ditadura militar. Há também uma imagem da presidenta, discursando na 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Apesar de na história presente ser mais fácil localizar mulheres, visto que a participação feminina em vários setores da nossa sociedade vem crescendo, este capítulo não traz outras mulheres ou maiores informações sobre a realidade mais atual das mulheres brasileiras. O foco principal parece ser as personalidades políticas.

Apenas na sessão *Fique de olho!*, em *Na tela do computador*, há a indicação de um site⁸⁶ de estudos sobre a mulher, Gênero do Núcleo Interdisciplinar de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porém, como o assunto não foi tratado no capítulo e não há uma descrição do que seja este grupo, entende-se que é pouco provável que se utilize o endereço

⁸⁶ <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/direitos.php>

eletrônico. Infelizmente, pois os temas abordados neste endereço – como violência doméstica e sexual, direitos políticos e reprodutivos, etc. – são debates atuais e pertinentes que poderiam ser trabalhados em sala de aula.

Nas imagens, além da imagem de Dilma Rousseff, não há outras que sejam somente de mulheres. Há seis imagens mistas e quatro somente de homens. A coleção termina apresentando alguns padrões, como a inclusão da História das Mulheres unicamente em *boxes* e a indicação de filmes com personagens históricas e literárias na sessão final, que são pouca, ou não o são, exploradas nos textos. Há, visivelmente – e talvez este seja o traço mais marcante destes autores e autoras – uma dificuldade de encaixar mulheres nos temas abordados dentro do texto principal. Porém, esta é uma das coleções que mais inclui a História das Mulheres - mesmo que o faça em *boxes*.

3.5 Oficina de História

A quinta coleção de LD de História mais vendida é a coleção *Oficina de História*, de Regina Claro e Flavio de Campos. Esta coleção é da Editora Leya, que participa pela primeira vez dos livros didáticos de História selecionados pelo PNLD, para o nível de ensino médio. Apesar disso, como anteriormente citado, foi a quinta em vendas. Foram 592.771 exemplares vendidos, segundo o documento *PNLD 2015 - Coleções mais distribuídas por componente curricular*. Infelizmente, o documento *PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora – Ensino Fundamental e Médio*, que traz os valores gastos com cada editora, não disponibiliza os valores gastos com a Editora Leya. Sendo assim, não é possível ter uma ideia de valor das vendas desta coleção. A coleção *Oficina de História* também possui sua versão para a rede privada de ensino, numa versão volume único⁸⁷, de 292 páginas.

Apesar de ser a primeira vez da Editora Leya nestas três edições do PNLD de História para ensino médio, os autores desta Coleção já haviam participado da seleção do PNLD de 2012, para a mesma disciplina e nível de ensino. Com a coleção *A escrita da História*, lançada pela Edições Escala Educacional. Regina Claro e Flavio de Campos, juntamente com Lídia Aguilar e Renan Miranda, também já lançaram a coleção *O Jogo da História*, pela Editora

⁸⁷ Dados disponíveis em: <http://www.leyaeducacao.com.br/livros-didaticos/oficina-de-historia-vol.-Unico/ensino-medio/277/#tab3>. Acesso em 28/09/2015, às 15:39.

Moderna. Esta última, ganhou, em 2003, o Prêmio Jabuti na *Categoria Didático de 1º e 2º graus*⁸⁸.

Na coleção *Oficina de História*, se pode ler alguns dados fornecidos a respeito dos autores. Sobre a autora Regina Claro, a contracapa do LD informa que ela é:

Graduada em História pela USP
 Mestre em História Social pela USP
 Especialista em História da África e da cultura afro-americana
 Desenvolve projetos de capacitação no ensino de História da África para professores da rede pública
 Autora de livros didáticos e paradidáticos. (CAMPOS e CLARO, 2013, V.2, contracapa)

Sobre Flavio de Campos:

Graduado em História pela PUC/SP
 Mestre em História Social pela USP
 Professor Doutor do Departamento de História da Universidade de São Paulo
 Coordenador Científico do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas)
 Autor de livros didáticos e paradidáticos. (IDEM)

Através da plataforma eletrônica de currículos Lattes, se obteve informações mais recentes sobre ambos. Regina Claro⁸⁹, está atualmente cursando o Doutorado em Educação, pela USP. Além desta informação, a descrição da autora não traz novos dados sobre sua trajetória acadêmica, apenas os já trazidos na contracapa do LD. O currículo de Flavio de Campos nos adiciona novas informações, se pode ler:

Formado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e doutor em História Social também pela USP (2000). Professor de História Medieval do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas sobre a História dos

⁸⁸ Disponível em: <http://premiojabuti.com.br/categoria/edicoes-antiores/page/2/>. Acesso em 27/09/2015, às 11:03.

⁸⁹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4814006868831865>. Acesso em 25/09/2015, às 15:13.

Jogos desde a Idade Média até a Época Contemporânea. Professor do curso de pós-graduação História Sociocultural do Futebol. Pesquisador-visitante da Universidade Nova de Lisboa financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (2004-2005). Pesquisador-visitante da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2005 e 2007). Coordenador do convênio USP/Cofecub (2005-2008). É o coordenador do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas) que integra pesquisadores da USP, Unicamp, Unesp e Unifesp⁹⁰.

Esta coleção, como as anteriores, é dividida em três volumes. A análise desta pesquisa é feita somente no Volume 2 e 3, pelo recorte temporal estabelecido. A coleção trabalha a disciplina de História de forma integrada, com os capítulos abordando o período histórico dentro de determinados contextos, em diversos locais do mundo. Nem sempre há uma divisão que aborde somente a História do Brasil ou de qualquer outra nação específica. Então, pelo recorte desta pesquisa ser a História do Brasil, se analisam nestes volumes os capítulos e partes que possuem esta temática. Ou seja, somente as partes que abordam a História do Brasil e não todo o capítulo quando este for integrado.

Um exemplo, ocorre no primeiro capítulo analisado. O Capítulo 4, *O Diabo ronda as colônias*, que aborda tanto as colônias espanholas quanto a portuguesa (Brasil). Dentro deste, somente a parte 3, *A Independência do Brasil*, é analisada. Além do Capítulo 4, também são analisados os Capítulos 5, 7 e 8. No Capítulo 5, *Nações, Nacionalismo e Internacionalismo*, apenas a última parte, *A forja da identidade: quem é brasileiro?*, é analisada. O Capítulo 7, *A costura da ordem republicana no Brasil*, e o Capítulo 8, *Fora da ordem brasileira*, são exclusivos de História do Brasil e todas as partes são analisadas. Segue-se para a análise.

No Capítulo 4, *O Diabo ronda as colônias*, na sua última parte, *A Independência do Brasil*, apenas D. Maria I e Carlota Joaquina aparecem. D. Maria I é citada duas vezes no texto principal. A primeira, é uma citação direta. Lê-se: “Em 27 de novembro de 1807, cerca de 70 navios deixavam Lisboa com milhares de nobres, soldados e toda a família real, incluindo a rainha, d.Maria⁹¹, a Louca, e o príncipe d.João, que assumira a regência em 1792 devido à doença da mãe” (CAMPOS; CLARO, 2013, V.2,p.141). Na segunda, a citação é indireta: “Com a morte de d. Maria I, em 1816, d.João VI tornou-se soberano com plenos poderes” (IDEM, p.142).

⁹⁰ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9293196827164795>. Acesso em 28/09/2015, às 14:00.

⁹¹ Os autores apresentam todos os títulos de Dom ou Dona com letras minúsculas. Optou-se por não modificar a escrita original na reprodução dos textos.

Carlota Joaquina aparece ao fim do capítulo, na sessão *Em cartaz*, destinada a indicar um filme que possa ser trabalhado em sala de aula pela(o) professora(o). Trata-se do filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati. Sobre este, se lê: “O filme trata da história de Portugal durante o processo de emancipação política brasileira. A ironia com relação à espalhafatosa Carlota Joaquina, esposa de d.João VI, serve como elemento articulador da trama” (IDEM, p. 152). Há também uma reprodução da capa deste filme. Estas são as únicas citações neste capítulo. Nas imagens, a maioria, sete de dez, são mistas. As outras três são imagens somente de homens.

No Capítulo 5, *Nações, Nacionalismo e Internacionalismo*, é analisada a parte 4 (última parte), *A forja da identidade: quem é brasileiro?*. D. Maria da Glória é citada indiretamente, quando se fala da morte de D. João VI e do trono vago em Portugal. Lê-se: “Pressões portuguesas e brasileiras impediram a coroação de d. Pedro I, que abdicou do trono em favor de sua filha, d. Maria, de apenas 5 anos” (CAMPOS; CLARO, 2013, V.2,p.175). Após, no contexto sobre as revoltas populares do período, apenas Anita Garibaldi é citada. Porém, esta citação se encontra no texto principal e contém mais do que apenas seu nome. Pode-se saber um pouco de sua história: “Entre as diversas personagens da Farroupilha destaca-se também Anita Garibaldi. Nascida em Laguna (SC), tornou-se companheira de Giuseppe Garibaldi, participando com ele em combates e campanhas militares no Brasil, Uruguai e Itália” (IDEM, p. 181).

Estas são as únicas personagens citadas. Nas imagens, há um grande número de imagens mistas que retratam mulheres negras, brancas e até mesmo indígenas no Brasil. Tratam-se das imagens do pintor alemão Joham Morliz Rugendas, de 1835. Estas imagens compõem o livro *Viagem pitoresca através do Brasil*. Os autores deste LD as utilizam na sessão de exercícios, intitulada *Engenho e Arte*.

Figura 34 - Exercício com figuras

8 As imagens que se seguem foram feitas no século XIX pelo pintor alemão Johann Moritz Rugendas e coletadas no seu livro *Viagem pitoresca através do Brasil*, Paris, Engelman et Cie., c. 1835.



Habitantes de Minas Gerais. Litografia aquarelada.



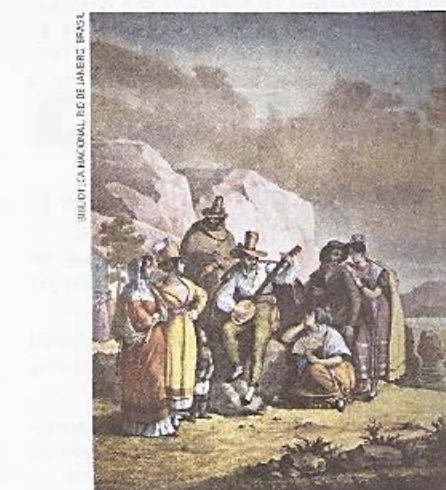
Habitantes de Goiás. Litografia aquarelada.



Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros.
Litografia aquarelada.



Enterro. Litografia aquarelada.



Costumes de São Paulo. Litografia aquarelada.



Costumes da Bahia. Litografia aquarelada.

É pedido que se descreva os grupos étnicos retratados no exercício, uma reflexão importante. Porém, não há uma questão específica sobre as mulheres brasileiras presentes nestas imagens, uma oportunidade que poderia ter sido aproveitada para incluir um pouco sobre a História das Mulheres e/ou refletir sobre as Relações de Gênero da sociedade da época. Entretanto, principalmente graças às imagens deste exercício, a maioria das imagens é mista. São nove imagens mistas de um total de dez imagens.

O Capítulo 7, intitulado *A costura da ordem republicana no Brasil*, é todo analisado, pois aborda unicamente a História do Brasil. Apesar de haver mais páginas analisadas, não há nomes de mulheres citados. Com temas que poderiam trazer um pouco da participação feminina na história do país, como, por exemplo, nomes de mulheres que participaram da Guerra do Paraguai ou dos movimentos abolicionistas, essas oportunidades não foram aproveitadas. A única menção ao envolvimento feminino em causas do período, vem ao se falar de José do Patrocínio. No tópico *A província do Ceará e a abolição*, Lê-se:

Entre vários grupos abolicionistas cearenses, em 1882, foi formada em Fortaleza a Sociedade das Cearenses Libertadoras. Organizado por senhoras distintas da sociedade cearense, a sociedade foi criada durante a visita de José do Patrocínio à Província. (CAMPOS; CLARO, 2013, V.2, p.218)

A Sociedade das Cearenses Libertadoras era composta por mulheres de famílias mais abastadas, que usavam sua influência na campanha abolicionista. Compunham a elite cearense e, como tal, possuíam engajados abolicionistas próprias desta camada social. Porém, não se pode negar a singela participação desse grupo:

Foram 22 mulheres, na maioria filhas de famílias influentes da província, que se uniram para redigir os estatutos e eleger Maria Tomásia como presidente. Ao término dessa reunião, concederam 12 cartas de alforria como símbolo do início das atividades das Cearenses Libertadoras e marcaram a cerimônia solene de instalação da Sociedade para o dia 6 de janeiro de 1883, nos salões do Clube Cearense. Nesse evento, contaram com a presença de José do Patrocínio e conseguiram conquistar mais 72 cartas de alforria. (SCHUMACHER, 2000, p. 479-480)

Ao citar a Sociedade das Cearenses Libertadoras, alguns nomes poderiam ser trazidos, como o de Maria Tomásia (citada acima). Porém, isso não ocorre. Neste capítulo, nem mesmo informações mais gerais sobre as mulheres neste período existem. A única citação trazida é da personagem literária Iracema, de José de Alencar. No *box Um outro olhar: Literatura*, as(os) alunas(os) são convidadas(os) a analisarem um trecho do livro em que Iracema é descrita e a

pensarem nas representações indígenas. Poder-se-ia propor pensar nas mulheres indígenas, mas não há um recorte de gênero.

Neste box, há uma imagem de Iracema. Trata-se do quadro *Iracema*, de José Maria de Medeiros (1881). Além deste, outras duas imagens somente de mulheres são reproduzidas. Em *Mãos à Obra*, box de atividades, há a tarefa de se pensar na figura feminina como símbolo da República. Utiliza-se o texto do historiador José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*:

Figura 35 - Box Mãos à obra

Mãos à Obra

Faça em seu caderno

A figura feminina como símbolo da República

"Um dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República. A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubado o Monarca, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a República, a própria pátria. Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina. Da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república. A figura feminina passou a ser utilizada assim que foi proclamado a República, em 1792. A inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo da liberdade. [...]"

CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 75.

Pátria, Pedro Bruno. Óleo sobre tela, 1905.

Confecção de bandeiras italianas no Piemonte, anônimo. Óleo sobre tela, 1850.

Sê unida! Alegoria da Alemanha, 1870.

Observe atentamente e analise os três quadros desta página.

- a) Descreva as personagens. Ⓛ DL/CF/SP/H1/H2/H4/H5
- b) Quais são as ações retratadas nas pinturas? Ⓛ DL/CF/SP/H1
- c) Quais são os símbolos dos quadros? Ⓛ DL/CF/SP/H1/H2
- d) Quais são os seus significados? Ⓛ DL/CF/SP/H1/H2
- e) Compare a apresentação do sentimento nacionalista nas três figuras. Ⓛ DL/CF/SP/H1/H2/H10/H11

2 "[...] Em síntese, nem a República foi mera quartelada, nem se tratou 'apenas' – como se estas não importassem – de uma mudança em nível das instituições, que de monárquicas passaram a republicanas, mas houve, de fato, uma mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil."

CARDOSO, F. H. "Dos Governos Militares a Prudente: Campos Sales". In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. t. III, v. 1, p. 16.

"A Proclamação da República correspondeu ao encontro de duas forças diversas – Exército e fazendeiros de café – movidos por razões diversas."

FAUSTO, B. "Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945)". In: *Cadernos Cebrap*, n. 10, p. 2.

- a) Dentre as novas forças sociais mencionadas por Fernando Henrique, qual era verdadeiramente nova em termos de controle político no Brasil? Por quê? Ⓛ DL/CF/SP/H9/H10/H11/H13
- b) Quais eram as características do Exército brasileiro nos primeiros anos da República? Ⓛ DL/SP/H9/H11

Engenho e Arte

239

Estas são as únicas formas de participação de mulheres durante todo o capítulo. No Capítulo 8, *Fora de ordem brasileira*, com exceção da citação indireta de Maria Bonita, a exclusão de mulheres também é presente. Maria Bonita aparece em citação indireta, ao se falar de Lampião. Lê-se que: “Foi morto em 1938, com outros cangaceiros e sua famosa companheira, Maria Bonita, numa emboscada armada pela polícia” (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p. 246). Também é citada na descrição de duas imagens, uma que aparece ao lado de Lampião e outra junto com o bando de cangaceiros. Não há qualquer informação sobre mulheres cangaceiras.

O capítulo não traz mais nomes de mulheres, mas há citações relevantes, principalmente numa perspectiva de gênero. Novamente, violências sexuais e abusos aparecem sem nenhuma problematização, no texto principal e nos exercícios. No texto principal, sobre a matança em Canudos, se lê: “Como de horror foi o destino das meninas da comunidade, vítimas de estupros e muitas delas obrigadas por soldados a se prostituir” (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p. 248). Nas atividades voltadas para o vestibular, há uma questão da Unesp-SP reproduzida que aborda a violência sexual. Porém, não se trata de um texto dos autores.

Além destas citações, não há muito sobre as mulheres. Nem mesmo se fala das jornadas de trabalho ou da participação de operárias nas lutas e greves do começo do século XIX. As imigrantes também são praticamente esquecidas. Apenas na descrição de uma imagem, contida num *box Análise de Imagem*, se fala destas mulheres. Há a reprodução do quadro *Navio de emigrantes*, de Lasar Segall. Com vários detalhes da pintura ressaltados, se pode ler: “Nesse cenário estão pessoas de todas as faixas etárias, na qual sobressai a presença feminina” (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p. 253). Porém, na mesma página e no texto principal, sobre o fenômeno da imigração, há: “O desenvolvimento tecnológico contribuía, assim, para expulsar e transportar homens de lugares longínquos para terras estranhas” (IDEM).

Termina-se a análise deste Volume 2. Considera-se pertinente apontar que, dentre todas as coleções anteriormente analisadas, se percebe nesta uma inclusão maior da História da África e da cultura afro-americana. Além disso, os autores trataram destas questões juntamente com outras, em textos principais, e não somente em boxes. Porém, esta inclusão não ocorreu com as mulheres e/ou a História das Mulheres. A pouca menção de mulheres que participaram da nossa história e também a baixa inclusão de informações sobre as realidades em que elas viviam, lembra um apontamento de Michelle Perrot:

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam

novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. (1988, p. 185)

No Volume 3 desta Coleção, são analisados o Capítulo 2 - somente *O Brasil entre o moderno e o arcaico* e *A crise de 1929: dos Estados Unidos ao Brasil* -, Capítulo 3, Capítulo 5 - somente *O fim do Estado Novo* -, Capítulo 6, Capítulo 7 - somente *Sob o signo de Saturno, A Era de Aquário no Brasil* e *Navalha na carne* -, Capítulo 8 – *Brazilian way of life, O crepúsculo dos deuses* e *No horizonte do Brasil* - e Capítulo 9 - somente *Lula: para além do bem e do mal*.

O primeiro capítulo analisado é o Capítulo 2, intitulado *O destino bate à sua porta*. Neste, como anteriormente dito, somente duas partes são analisadas por se tratarem de História do Brasil. São elas: *O Brasil entre o moderno e o arcaico* e *A crise de 1929: dos Estados Unidos ao Brasil*. Apesar do contexto da época incluir o movimento das sufragistas, como já explorado por mim em outras coleções, este LD não cita referências a luta pelo voto feminino. A única menção ao tema aparece ao se falar sobre a fundação do Partido Democrático (PD): “Procurando apoio das classes médias urbanas, o PD apresentava um programa de reformas sociais e eleitorais: voto secreto, direito ao voto para as mulheres e garantia de alguns direitos trabalhistas, como férias e aposentadoria”. (CAMPOS; CLARO, 2013, V.3, p. 62). Entretanto, como veremos a seguir, o assunto é abordado no Capítulo 3.

No Capítulo 2 nenhuma mulher brasileira é citada, apenas a norte-americana Margaret White. Na descrição que acompanha a reprodução de uma fotografia de sua autoria, se lê que: “Foi a primeira repórter fotográfica das revistas *Fortune* e *Life* e a primeira mulher a quem foi dada permissão para fotografar em território soviético, na década de 1930. É famosa por suas fotos dos anos da grande depressão nos Estados Unidos e dos campos de extermínio nazistas da Segunda Guerra” (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p. 65). Nas imagens, não há imagens somente de mulheres. Das oito imagens que compõem estas duas partes do capítulo, quatro são somente de homens e quatro são mistas.

O Capítulo 3, *Retratos do Brasil*, é plenamente analisado. Logo na página de abertura, na sessão que expõe os conceitos que serão analisados ao longo das temáticas do capítulo, se pode ler “Sufrágio Universal” e “Feminismo” (CAMPOS; CLARO, 2013, V.3, p.79). O tema começa a ser abordado ao se falar sobre *A Constituinte de 1934*: “O estabelecimento do voto secreto diminuía a ocorrência de fraudes e a corrupção eleitoral. Por outro lado, a extensão de

direito de voto para as mulheres ampliava o eleitorado” (IDEM, p.81). Na página 82, há um tópico no texto intitulado *As mulheres na política*:

Figura 36 - As mulheres na política

fim, a instituição da **bancada classista**, eleita por sindicatos de patrões e empregados, e composta por 40 delegados, diminuía a influência dos outros 214 representantes eleitos em seus estados e, em sua maioria, defensores de interesses oligárquicos.

Ao final dos trabalhos, em julho de 1934, a Assembleia Constituinte escolheu Getúlio Vargas para governar o Brasil até 1938. O país ganhava o mais avançado texto constitucional de sua história até então, que estabelecia direitos trabalhistas, garantias individuais e apresentava forte inclinação nacionalista quanto a seus recursos minerais. O presidente conseguia enquadrar as oligarquias no novo arranjo político e assumia um novo mandato com uma nova Constituição.

As mulheres na política

A questão dos direitos políticos para as mulheres surgiu com nitidez durante a Revolução Francesa. Olympe de Gouges publicou a "**Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**", uma versão feminista da célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Defendia a participação da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens. Foi condenada à guilhotina e morta por homens que se diziam defensores da liberdade. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft escreveu, em 1792, o livro *Defesa dos direitos da mulher*, baseado no princípio dos "direitos naturais" do indivíduo.

Em 1848, na França, uma nova revolução resultou na instituição do sufrágio universal, o direito de voto. Mas só os homens poderiam votar. A República que utilizava as mulheres como símbolo excluía-as do jogo político. No mesmo ano, a Convenção dos Direitos Femininos realizada em Nova Iorque publicava a "**Declaração dos Sentimentos**", que defendia o direito de voto para as mulheres. Sua principal palavra de ordem era: "**Homens, seus direitos e nada mais! Mulheres, seus direitos e nada menos!**". Foram insultadas, ridicularizadas e agredidas.

O início do século XX foi marcado por **manifestações sufragistas**, como foram designadas as mulheres

que reivindicavam o direito de voto. Na Europa e nos Estados Unidos, grupos e associações femininas mobilizavam-se pelo direito à participação política.

A Primeira Guerra Mundial afetou o movimento sufragista, que só voltaria a se fortalecer após 1918. Em 1920, o direito ao voto foi conquistado nos Estados Unidos. A partir de então, sucessivamente, diversos governos passaram a incluir as mulheres entre o seus eleitores: Índia, em 1921; Inglaterra, em 1928; Turquia, em 1934; França, em 1944.

No Brasil, a potiguar Nísia Floresta (1810-1885), influenciada por Mary Wollstonecraft, publicava o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Seu estado natal, o Rio Grande do Norte, foi o primeiro a legalizar o voto feminino no país, em 1928. A paulista Bertha Lutz (1884-1976) também é considerada uma das importantes líderes do movimento sufragista, e sua atuação é lembrada como fundamental para a decisão que permitiu que o Código Eleitoral garantisse o direito de voto e de participação das mulheres nas eleições de 1933 para a Constituinte. Entre os parlamentares que redigiram e votaram a Constituição de 1934 havia uma mulher, a médica Carlota Pereira de Queiroz.



Mulher votando nas eleições para a Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro, maio de 1933.

✓ Verificação de leitura 1

- 1 Quais eram as principais divergências entre tenentes e oligarquias durante o governo provisório de Getúlio Vargas? ➔ DL/CF/SP/H9
- 2 Em que medida tais divergências eram semelhantes àquelas verificadas, durante a República Oligárquica, entre o Exército e as oligarquias? ➔ DL/CF/SP/H9

☉ conforme tabelas das páginas 8 e 9.



- 3 Como Vargas limitou o poder das oligarquias? ➔ DL/CF/SP/H9
- 4 Em que termos realizou-se o enquadramento das oligarquias no novo jogo político? ➔ DL/CF/SP/H9
- 5 Por que a Revolução de 1932 não obteve apoio de outros grupos regionais? ➔ DL/CF/SP/H9

Com uma abordagem simples, porém completa, os autores traçam um apanhado geral da luta das mulheres nos séculos XVIII, XIX e XX para participarem oficialmente da política em seus países. Nomes de mulheres de outros países, mas que influenciaram o todo Ocidente na construção da luta feminista. Como a francesa Olympe de Gouges e a inglesa Mary Wollstonecraft. A última, inspirou a brasileira Nísia Floresta mais diretamente, como já abordado. Nísia Floresta também está citada no texto, junto com outras brasileiras, no último parágrafo:

No Brasil, a potiguar Nísia Floresta (1810-1885), influenciada por Mary Wollstonecraft, publicava o livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Seu estado natal, o Rio Grande do Norte, foi o primeiro a legalizar o voto feminino no país, em 1928. A paulista Bertha Lutz (1884-1976) também é considerada uma das importantes líderes do movimento sufragista, e sua atuação é lembrada como fundamental para a decisão que permitiu que o Código Eleitoral garantisse o direito de voto e participação das mulheres nas eleições de 1933 para a Constituinte. Entre os parlamentares que redigiram e votaram a Constituição de 1934 havia uma mulher, a médica Carlota Pereira de Queiroz. (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p.82)

Como a imagem mostra, trata-se do texto principal e está dentro do contexto do período. Não está num *box* ou numa sessão separada. Houve uma inclusão dentro da história. Também elogia-se os autores, pois foram capazes de trazer uma reflexão sobre as relações de gêneros que impediram as mulheres de participarem por muito tempo da política. Passagem como:

Olympe de Gouges publicou a ‘Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã’, uma versão feminista da célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Defendia a participação da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens. Foi condenada à guilhotina e morta por homens que se diziam defensores da liberdade. (CAMPO; CLARO, 2013, V.2, p.82)

Estimula-se uma crítica nas(os) alunas(os), fazendo com que se pense nos razões da não participação das mulheres. Apesar de não haver perguntas relacionadas a este texto na sessão *Verificação de leitura*, que vem ao pé desta página, há duas perguntas relacionadas ao direito ao voto no Brasil por parte das mulheres na sessão de atividades para o vestibular. São reproduções de questões e não autoria dos autores, mas o capítulo contém o conteúdo necessário para serem respondidas.

Na página seguinte, que inicia a segunda parte deste capítulo, intitulada *A moldura autoritária*, há a reprodução de uma frase que precisa ser problematizada. Lê-se: “‘A Constituição é como as virgens. Foi feita para ser violada’. Essa frase, atribuída a Getúlio Vargas, teria sido proferida alguns anos depois da elaboração da Constituição de 1934” (IDEM, p. 83). A crítica que se faz não é com o intuito de não haver mais esta frase, ou outras, nos LD de História. O que se deseja é que a violência sexual seja criticada levando em conta a sua disseminação em nossa sociedade. Como dito antes, pelos dados já apresentados da pesquisa do IPEA, a maioria das vítimas de violência sexual são adolescentes do sexo feminino. O público alvo dos LD é justamente desta faixa etária.

Como já critiquei esse mesmo ponto anteriormente, proponho aqui uma nova discussão baseada em novos questionamentos na área de Educação. O movimento feminista, dentre outros, norte-americano vem discutindo o uso do termo Trigger Warning (TW) na última década. Principalmente nas comunidades do mundo digital (*Facebook, Twitter, etc*), esse termo é utilizado e já se proliferou para outros países há algum tempo, inclusive para o Brasil. Trigger Warning em português seria algo como “Aviso de Gatilho” (a versão em português também pode ser encontrada nas comunidades digitais brasileiras⁹²). Trata-se de uma discussão sobre o uso ou o não uso do termo antes de textos ou trechos de textos que possam acionar, como um gatilho, lembranças de traumas. Essa discussão vem ganhando o mundo acadêmico, como mostrou a recente reportagem do *The New York Times*, intitulada *Why I Use Trigger Warnings*⁹³. De autoria da professora de filosofia da Cornell University, Kate Manne.

Apesar do texto ser sobre alunos e alunas universitários norte-americanos, se acredita que alguns de seus apontamentos sejam válidos para refletir sobre nossas(os) estudantes brasileiras(os) do ensino médio. Kate Manne, nos diz:

Avisos de gatilho não são nada novos. A prática se originou em comunidades da Internet, principalmente para o benefício das pessoas com transtorno de estresse pós-traumático. A ideia era avisar sobre conteúdos que descreviam ou discutiam causas comuns de trauma, como combate militar, abuso infantil, incesto e violência sexual. As pessoas poderiam então escolher se queriam ou não se envolver com este material.

Mas os avisos de gatilhos foram adaptados para servir a um propósito sutilmente diferente dentro das universidades. Cada vez mais, os professores como eu simplesmente dão um aviso aos alunos em seus programas de estudos, ou antes de determinadas tarefas de leitura. O ponto é não permitir - e muito menos encorajar - os estudantes a ignorar essas leituras ou as nossas subsequentes discussões em classe

⁹² Um exemplo pode ser visto em: <http://lugardemulher.com.br/a-importancia-do-aviso-de-gatilho/>.

⁹³ Disponível em: http://www.nytimes.com/2015/09/20/opinion/sunday/why-i-use-trigger-warnings.html?_r=0. Acesso em 29/09/2015, às 17:14.

(ambos são obrigatórios em meus cursos, na ausência de uma isenção formal). Pelo contrário, é para permitir que aqueles que são sensíveis a esses assuntos se preparem para ler sobre eles, e gerenciar melhor suas reações. A evidência sugere que, pelo menos, alguns dos estudantes em qualquer classe minha são susceptíveis de terem sofrido algum tipo de trauma, seja de abuso sexual ou de outro tipo de abuso ou violência. Então eu acho que os benefícios de avisos de gatilho pode ser significativo⁹⁴.

Pensa-se que há um paralelo no que se critica - não haver qualquer tipo de crítica ou problematização dos casos de violências sexuais nos LD -, e a preocupação de aviso dos gatilhos de traumas. Uma crítica que mostre o quão errado é violar mulheres, para meninas(os) que sofreram ou presenciaram violência sexual, é uma forma de aliviar os traumas e empoderar vítimas para que os abusos diminuam. A história possui muitos episódios de abusos sexuais contra as mulheres, seja no público ou no privado. Também a nossa sociedade atual é palco destas relações de abuso e violência de um gênero sob o outro. Sendo assim, se pensa que é necessário falar sobre o assunto nas nossas escolas e que o LD pode auxiliar.

Voltando às personagens citadas, há referências diretas de Olga Benário, Anita Prestes (filha de Olga) e Carmem Miranda. Olga Benário é citada no texto principal em dois momentos rápidos, no primeiro: “Com o Cavaleiro da Esperança vieram dólares e militantes da Internacional, entre os quais o alemão Artur Ernst Ewert, o argentino Rodolfo Ghioldi, o estadunidense Victor Baron, o russo Pavel Stuchevsky e a alemã Olga Benário, que se tornaria a companheira de Prestes” (CAMPOS; CLARO, 2013, V.3, p.84). E no segundo: “Após as prisões de seus participantes e dirigentes, Prestes e Olga Benário foram capturados em março de 1936, no bairro carioca do Meier”. (IDEM, p. 85).

Na mesma página da última citação, há um *box* intitulado *Olga Benário e Anita Leocádia Prestes*:

⁹⁴ Tradução minha. No original: “Trigger warnings are nothing new. The practice originated in Internet communities, primarily for the benefit of people with post-traumatic stress disorder. The idea was to flag content that depicted or discussed common causes of trauma, like military combat, child abuse, incest and sexual violence. People could then choose whether or not to engage with this material. But trigger warnings have been adapted to serve a subtly different purpose within universities. Increasingly, professors like me simply give students notice in their syllabuses, or before certain reading assignments. The point is not to enable — let alone encourage — students to skip these readings or our subsequent class discussion (both of which are mandatory in my courses, absent a formal exemption). Rather, it is to allow those who are sensitive to these subjects to prepare themselves for reading about them, and better manage their reactions. The evidence suggests that at least some of the students in any given class of mine are likely to have suffered some sort of trauma, whether from sexual assault or another type of abuse or violence. So I think the benefits of trigger warnings can be significant.”

Figura 37 - Box Olga Benário e Anita Leocádia Prestes

por fortalecer ainda mais o poder de Vargas. Logo após o levante, o presidente solicitou ao Congresso Nacional a aprovação do estado de sítio, que suspendia as garantias individuais, facilitava a prisão dos revoltosos e permitia intervir em estados da União. Muito semelhante às revoltas tenentistas, a Intentona Comunista restrin-

giu-se a uns poucos batalhões em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Após as prisões de seus participantes e dirigentes, Prestes e Olga Benário foram capturados em março de 1936, no bairro carioca do Meier. Sob uma feroz repressão, milhares de pessoas foram presas e centenas delas brutalmente torturadas.

Olga Benário e Anita Leocádia Prestes

Apesar de uma forte campanha internacional pela sua libertação, Olga Benário, alemã e judia, foi, mesmo grávida, extraditada para a Alemanha nazista em 1936. Em novembro do mesmo ano, num campo de concentração nazista, nascia Anita Leocádia Prestes. Com pouco mais de um ano, a menina pôde ser retirada da Alemanha pela avó, Leocádia Prestes. Olga Benário foi assassinada numa câmara de gás em 1942. A trágica história de Olga, que revela a brutalidade autoritária da época, foi descrita com rara sensibilidade pelo escritor Fernando Morais. Leia o trecho que se refere ao nascimento de Anita, hoje historiadora e residente no Rio de Janeiro:

"Na madrugada de 27 de novembro de 1936, um ano após a frustrada revolta do Rio de Janeiro, Olga acordou com o colchão encharcado. Correndo a mão pelo corpo, percebeu que a bolsa amniótica estava arrebentando. Levantou-se correndo, tateou os cantos da cela, localizou a caneca de lata e bateu-a contra a porta de ferro algumas vezes – era o código combinado com as carcereiras, para quando suspeitasse da iminência do parto. O sol começava a romper a camada de neblina gelada que envolvia a prisão quando a criança nasceu. Era uma

menina e o nome, como sabiam algumas prisioneiras de Barnimstrasse, estava escolhido há vários meses: Anita Leocádia. Anita em memória da heroína brasileira Anita Garibaldi, mulher de Giuseppe Garibaldi, o revolucionário forjador da unidade da Itália, e Leocádia em homenagem à sogra que nunca vira pessoalmente, mas aprendera a amar e respeitar através de Prestes – e que agora cruzava a Europa mobilizando comitês por sua libertação. A recém-nascida foi envolvida em roupinhas tecidas pelas companheiras de cela, no Brasil, e que tinham sido virtualmente a única bagagem de Olga na viagem até a Alemanha. As peças do enxoval, na verdade, eram tão grandes que acabaram servindo como mantas para Anita Leocádia. Surpreendentemente para uma gestação ocorrida em circunstâncias tão adversas, o bebê nasceu gorducho e saudável. A chefe das enfermeiras informou a Olga que com o nascimento da menina ela teria a ração de alimentos alterada: às duas tigelas da rala sopa de ervilhas que recebia, seriam acrescentadas diariamente, durante os primeiros seis meses, uma caneca de leite e uma tigela de mingau de aveia. [...]"

MORAIS, F. *Olga*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 227.



Olga Benário presa, a caminho de uma audiência. Rio de Janeiro, 1936.



Exijam sua libertação – Olga Benário Prestes, Honório Peçanha. Litografia, 1936.

Pode-se ler sobre a vida de Olga. Uma biografia que se concentra nesta personagem, suas relações com a política e com sua filha, Anita. Há um trecho da obra literária *Olga* (1994), de Fernando Morais. Olga e Anita são as personagens principais, numa escrita de fácil entendimento. Apesar de ser um *box*, há citações que instigam conhecer a personagem no texto principal. Há também fotografias de Olga dentro do *box*. A personagem também foi inserida dentro do seguimento do que se falava e não num *box* solto sem conexão com o texto ou ao fim do capítulo. Os autores demonstram certa facilidade de, quando citadas, encaixarem estas mulheres na história e não de incluir sem incluir. Infelizmente, nem sempre o fazem no texto principal.

Olga e o sufrágio feminino são novamente citados na linha do tempo, em 1933, “As regras eleitorais estabelecem o voto secreto e o direito de voto para as mulheres” (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p.88). Mais abaixo, em 1936, “Prisão de Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Extradicação de Olga Benário para a Alemanha nazista.” (IDEM). Na última página do capítulo, na sessão *Em cartaz*, Olga parece novamente. Trata-se do DVD *Olga* (2004), de Jayme Monjardim. Pode-se saber mais sobre a história da personagem antes de vir ao Brasil através da descrição do filme. Há, também, a indicação de uma publicação online sobre Olga⁹⁵, de autoria de sua filha Anita Prestes (historiadora). Olga é um personagem de destaque neste capítulo.

Carmem Miranda⁹⁶ é citada direta e rapidamente, se lê: “Além de notícias políticas e informações, a Hora do Brasil, transmitia músicas dos cantores mais populares da época, como Francisco Alves e Carmem Miranda” (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p. 90). As imagens do capítulo também incluem mais as mulheres, apesar de só haver uma imagem somente de mulher, elas são destaques ao se falar do Sufragismo e de Olga Benário. Há também duas imagens somente de homens e nove mistas.

No Capítulo 5, *Moscou contra 007*, somente a segunda parte do capítulo, *O fim do Estado Novo*, é analisada. A única citação a personagens femininos está no tópico *O “pai dos pobres”*. Lê-se: “Marlene ou Emilinha Borba, Jânio ou Ademar de Barros, Pelé ou Mané Garrincha. Acima de todos, Getúlio Vargas” (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p. 133). As imagens somam seis ao total, sendo duas somente de homens e quatro mistas. As imagens mistas tem

⁹⁵Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=184&id_indice=1420. Acesso em 30/09/2015, às 14:00.

⁹⁶ Sobre ver: GIL-MONTERO, Martha. *A pequena notável: uma biografia não autorizada de Carmen Miranda*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

por característica serem de multidões predominantemente masculina. Não há muito para se analisar, é uma parte pequena dedicada ao Brasil.

No Capítulo 6, *Terra em transe*, todo o capítulo é analisado. Os autores trazem uma história de cunho mais cultural, entrelaçada com os eventos políticos. As mulheres, principalmente as relações de gênero que as cercavam, se fazem presente. Angelita Martinez, vedete, é a única mulher citada. Logo na segunda página, em *O regime populista*, se pode ler:

Havia, sobretudo nas cidades, um precário equilíbrio de valores morais. Uma visão machista dividia as mulheres - cobertas por anáguas, combinações, cintas, vestidos, sutiãs com enchimento - entre as “sérias” e as “sem-vergonha”. As primeiras, esposas que em geral casavam virgens, cuidavam da educação dos filhos e das roupas dos maridos. As segundas, dançarinas e vedetes, que ofereciam tratamento de luxo aos seus seletos convidados: roupas íntimas pretas, perfume francês, champagne Moët Chandon e abajur lilás, como fazia a célebre vedete Angelita Martinez, tida como amante do vice-presidente João Goulart e do jogador de futebol Mané Garrincha. Entre as amantes e as sérias, havia as separadas e desquitadas, que povoavam as fantasias dos conquistadores e eram motivo de vergonha e constrangimentos para as famílias “de bem”. (p. 151)

Na página seguinte, no tópico *As aparências cotidianas*, os autores seguem explorando as relações de gênero e também questões relativas à sexualidade:

Numa época em que se presumia que as aparências enganavam, mulher honesta não podia fumar em público, usar calça comprida ou entrar num cinema desacompanhada; O homem era obrigado a demonstrar sua valentia e proteger as damas de quaisquer grosserias; os filhos deviam manter-se respeitosos aos pais, mesmo diante de suas arbitrariedades; o uso de uma camisa lilá ou rosa por um homem não deixava dúvidas: tratava-se de um “mandraque”.

Tempos de práticas preconceituosas, de discriminação, de maniqueísmo, de inconciliáveis oposições, de afirmação do bem contra o mal. (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p. 152).

Segundo os autores, “Mandraque: gíria da época que significa ‘homossexual masculino’” (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p. 152). Percebe-se nessas abordagens uma crítica ao modo que a sociedade, voltada para as aparências, se comportava em relação às mulheres, homens e a homossexualidade (masculina). Este foi, dentro os LD analisados, o único a exercer tal crítica social. Apesar de não ser uma das coleções que mais trazem mulheres em sua narrativa histórica, os autores instigam as(os) alunas(os) a pensarem criticamente nas relações entre os gêneros, percebendo que essas relações são históricas. Ou seja, são relações sociais que mudam conforme o tempo.

As imagens não apresentam mulheres, apenas categorizou-se em mistas as imagens que apresentavam multidões. Porém, não há mulheres em destaque ou visualmente reconhecíveis. Sendo assim, são três imagens mistas e cinco somente de homens. Nas imagens somente de homens, se percebe um aumento de figuras políticas, como, por exemplo, presidentes, deputados e celebridades vinculadas ao mundo político.

No Capítulo 7, *A Era da Contestação*, três partes são analisadas. A primeira parte, intitulada *Sob o signo de Saturno*, a quarta parte, *A Era de Aquário no Brasil*, e a quinta parte, *Navalha na carne*. Na primeira parte do Capítulo, Brigitte Bardot é citada num *box*. Fala-se da presença norte americana durante o Golpe de 1964. A atriz se encontrava no Rio de Janeiro no período. Depois, somente na quinta parte vamos ler sobre uma mulher. Na verdade, trata-se um relato de tortura reproduzido na abertura desta parte. Em *Navalha na carne*, não há o nome desta mulher torturada, mas se pode ler:

[...] que, inclusive ameaçaram de torturar seus dois filhos; que torturaram torturaram seu marido também; que seu marido foi obrigado a assistir a todas as torturas que fizeram consigo; que também sua irmã foi obrigada a assistir às suas torturas; [...] sofreu violências sexuais na presença e na ausência de seu marido; [...] a interrogada quer ainda declarar sobre que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre o seu corpo, e introduziram uma no seu ânus.(CAMPOS: CLARO, 2013, V.3, p.194)

As violências do período da Ditadura também aparecem na página seguinte: “Os presos eram submetidos a choques elétricos, pau de arara, estupros, afogamentos, queimaduras, lesões físicas e psicológicas de toda espécie” (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p.195). Não há no texto uma grande crítica às violências físicas e sexuais cometidas, se pensa que a reflexão deveria existir. Talvez, por exemplo, trabalhar através de textos os direitos humanos. O texto das Nações Unidas, *Convenção contra a tortura e outro tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*, do qual o Brasil é signatário, é um bom exemplo.

Mais adiante, ao fim desta parte, há um *box Um outro olhar: Biologia*, em que o assunto é *A pílula anticoncepcional*:

Figura 38 - Box Um outro olhar: Biologia

Um Outro Olhar Biologia

A PÍLULA ANTICONCEPCIONAL

Leia o trecho a seguir sobre a invenção da pílula anticoncepcional em 1960.

"Em meados do século XX os antibióticos e antissépticos eram de uso corrente e haviam reduzido de maneira impressionante as taxas de mortalidade, em particular entre mulheres e crianças. As famílias não mais precisavam ter um enorme número de filhos para ter certeza de que alguns iriam chegar à idade adulta. Enquanto o espectro da perda de filhos para doenças infecciosas diminuía, crescia a demanda por medidas que limitassem o tamanho da família por meio da contracepção. Em 1960 surgiu uma molécula anticoncepcional que desempenhou papel fundamental no perfil da sociedade contemporânea.

Estamos nos referindo, é claro, à noretindrona, o primeiro anticoncepcional oral, mais conhecido como 'a pílula'. Atribui-se a essa molécula o mérito — ou a culpa, segundo o ponto de vista adotado — pela revolução sexual da

década de 1960, o movimento de liberação das mulheres, a ascensão do feminismo, o aumento da porcentagem de mulheres que trabalham e até a desagregação da família. Apesar da divergência das opiniões acerca de seus benefícios ou malefícios, essa molécula desempenhou importante papel nas enormes modificações por que passou a sociedade nos 40 anos, aproximadamente, transcorridos desde que a pílula foi criada."

LE COUTIER, Penny; BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 184.

Penny Le Coutier é professora de Química no Capilano College, no Canadá, há mais de 30 anos. É autora de diversos cursos de educação a distância em Química e recebeu o Prêmio Polysar de ensino de Química em universidades canadenses.

Jay Burreson é doutor em Química e trabalha como administrador de uma companhia de alta tecnologia nos Estados Unidos.



☞ conforme tabelas das páginas 8 e 9.

- 1 Pesquise de que forma a pílula anticoncepcional impede a gravidez.
- 2 Estabeleça relações entre a pílula, a revolução sexual e o feminismo na década de 1960.

☞ DL/CF/CA/H1

✓ Verificação de leitura 5

☞ conforme tabelas das páginas 8 e 9.



- 1 Em que medida o Estado de Segurança institucionalizou a tortura no país? ☞ DL/SP/H12
- 2 Os efeitos da prática de torturas durante a ditadura podem ser sentidos ainda hoje no Brasil? Justifique. ☞ DL/CF/SP/CA/H3/H11
- 3 Explique como o endurecimento do regime e a opção pela luta armada fortaleciam-se reciprocamente. ☞ DL/CF/SP/H9
- 4 Qual foi o papel da Igreja Católica na resistência à ditadura após o AI-5? ☞ DL/SP/H9/H11
- 5 "Acorda amor / Eu tive um pesadelo agora / sonhei que tinha gente lá fora / botendo no portão, que aflição / Era a dura, numa muito escura viatura / Minha
nossa santa criatura / Chame, chame, chame lá / Chame, chame a ladrão, chame a ladrão [...]"
- 6 Que condições permitiram o crescimento da economia brasileira durante a ditadura militar? ☞ DL/SP/H8
- 7 O chamado "milagre brasileiro" beneficiou a todos os brasileiros? Justifique sua resposta. ☞ DL/CF/SP/CA/H11

Apesar de não se tratar de um texto dos autores - é um trecho de *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*, de Penny Le Coutier e Jay Burreson -, estes formulam perguntas relevantes a partir do texto. Pensa-se que estas podem ser de grande impacto na vida das meninas que o lerem, pois se tratam de pesquisas sobre o tema. Na primeira pergunta, se lê: “Pesquise de que forma a pílula anticoncepcional impede a gravidez” (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p. 199). Considera-se positivo estimular as(os) estudantes a se informarem de formas de prevenção de gravidezes indesejadas. Assunto ainda tabu em nossa sociedade, mas muito presente no cotidiano dessas meninas e meninos.

Segundo algumas pesquisas realizadas no Brasil: 26,8% da população sexualmente ativa (15-64 anos) iniciou sua vida sexual antes dos 15 anos no Brasil⁹⁷; cerca de 19,3% das crianças nascidas vivas em 2010 no Brasil são filhos e filhas de mulheres de 19 anos ou menos⁹⁸; em 2009, 2,8% das adolescentes de 12 a 17 anos possuíam 1 filho ou mais⁹⁹; Em 2010, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos possuíam pelo menos um filho (em 2000, o índice para essa faixa etária era de 15%)¹⁰⁰. Assim, este *box* pode contribuir e gerar informações sobre educação sexual.

A pergunta de número dois possui um caráter mais histórico de reflexão. Lê-se: “Estabeleça relações entre a pílula, a revolução sexual e o feminismo na década de 1960” (CAMPOS: CLARO, 2013, V.3, p. 199). Porém, além do texto acima das perguntas, não há estes conteúdos no LD. Fica, assim, a cargo das(os) estudantes procurar maiores informações sobre estes momentos e suas vinculações. Após este *box*, não há mais mulheres, História das Mulheres ou conteúdos sobre Relações de Gênero. Nas, imagens, há uma somente de mulheres (trata-se de Brigitte Bardot¹⁰¹), quatro somente de homens e três mistas.

No Capítulo 8, *A esperança equilibrista*, todas as partes são analisadas. Mulheres brasileiras são citadas com frequência, principalmente ao se falar de política. A primeira a ser citada é Ivete Vargas:

Os trabalhistas do período populista dividiram-se em duas agremiações: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dirigido por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas,

⁹⁷ Ministério da Saúde (MS)/ Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira de 15 a 64 anos 2008. Brasília - DF 2011.

⁹⁸ MS/ Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Ver: Brasil/MS, 2012. Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília: MS/SVS.

⁹⁹ MS/Sinasc. Ver: UNICEF, 2011. Situação da Adolescência Brasileira 2011. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF.

¹⁰⁰ Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e o Caribe, 2012. Informe Anual. Santiago do Chile: CEPAL.

¹⁰¹ Atriz norte-americana.

e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob a liderança de Leonel Brizola (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p.221).

Bete Mendes, conhecida atriz brasileira e deputada, também aparece quando se fala do caso em que integrantes do PT votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e foram expulsos do partido: “A direção nacional do PT determinou o não comparecimento de seus oito deputados federais. Mesmo assim, Aírton Soares, Bete Mendes e Lysâneas Maciel não seguiram o partido e votaram na chapa da transição democrática. Foram expulsos do PT” (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p. 226). Além disso, há também citações mais breves. Na página sobre Collor e seu governo, se lê:

A ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello e o ministro da Justiça Bernardo Cabral deixaram escapar à imprensa detalhes de um caso de amor embalado ao som do bolero Bésame mucho.[...] Magri, brindou o país com explicações surpreendentes. Sua esposa foi flagrada em uma clínica veterinária transportando sua cachorra dobermann, chamada Orca, com o carro oficial do ministro.” (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p.231)

A ministra Zélia Cardoso de Mello é apenas citada, não há maiores informações sobre sua vida ou participação no governo Collor. Seu nome é trazido apenas ao se falar dos escândalos do período, com o seu romance com Bernardo Cabral, que era casado. Já Isabel Magri, esposa de Antônio Rogério Magri, não possui seu nome citado. Apenas se lê “sua esposa” (IDEM). Assim, os dois exemplos de escândalos do período trazem casos envolvendo a conduta de mulheres no meio político. Outra personagem trazida no contexto político, e mais sério, é Luiza Erundina. Sobre os motivos que a levaram a se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB):

Mais uma vez, o PT optou pela via oposicionista, seguido pelo PSB e partidos comunistas. No entanto, uma de suas principais estrelas, a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, aceitou participar como ministra do governo Itamar. Para solucionar a situação, Erundina licenciou-se do PT. (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p. 232)

Este capítulo faz desta coleção, a que mais citou mulheres na história recente de nosso país. Juntamente com o Capítulo 9, como veremos. Entretanto, o Capítulo 8 não traz imagens somente de mulheres, mas elas estão presentes ao lado dos homens na maioria das imagens que retratam momentos políticos do período. São ao todo 21 imagens, sendo sete somente de

homens e 14 mistas. Dentre as mistas, há uma em que as mulheres são o destaque (estão em primeiro plano), trata-se de uma foto no *box Cultura e alienação*, sobre o Brasil pós-1964. São jovens fazendo compra na Rua Augusta, em São Paulo.

No último capítulo analisado desta coleção, Capítulo 9, *A globalização*, somente a última parte, *Lula: para além do bem e do mal*, é analisada. Apesar de haver poucas páginas para a análise, há mulheres citadas além da presidenta Dilma Rousseff. Heloísa Helena e Luciana Genro também são citadas. Lê-se: “Após duras críticas à política econômica do governo, a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Luciana Genro (RS), João Batista, o Babá (PA), e João Fontes (SE) foram expulsos pelo diretório nacional do PT” (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p. 261).

A figura da presidenta Dilma Rousseff aparece pela primeira vez com seu nome citado rapidamente, trata-se ainda do governo Lula. Alguns páginas depois, há um tópico no texto principal intitulado *Governo Dilma*. Neste, se pode conhecer mais sobre a presidenta, sobre sua vida e história:

Figura 39 - O Governo Dilma

O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presena política que havia sido torturada durante a ditadura. É também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República.

Dilma foi candidata por uma ampla coligação de dez partidos. Entre eles, o PMDB, que indicou o candidato a vice-presidente, Michel Temer. No primeiro turno, Dilma obteve cerca de 47% dos votos, contra cerca de 37% de Serra e 19% de Marina Silva, ex-ministra de Lula que concorreu pelo Partido Verde (PV). No segundo turno, Dilma obteve 56%, contra 44% de Serra.

Contando com maioria parlamentar, o início do governo de Dilma caracterizou-se pela manutenção da política econômica do governo de Lula. Com isso, as dificuldades decorrentes da crise mundial foram contornadas por sua equipe de ministros.

Em virtude dos problemas econômicos em nações europeias como Itália e Reino Unido, o Brasil alcançou a sexta posição entre os países mais ricos do mundo em 2012.

Enquanto a situação econômica do país era positiva no início daquele ano, do ponto de vista político denúncias de corrupção e tráfico de influência levaram

à demissão de sete ministros. Mesmo assim, após um ano de governo, a popularidade de Dilma superava a de todos os presidentes desde 1992. Entre os entrevistados, 59% consideraram o governo de Dilma ótimo ou bom. Após um ano de governo, o índice de Collor era de 23%; Itamar alcançou 12%; FHC 41% e Lula 42%.

Se a situação econômica do país permite-lhe figurar cada vez mais em reuniões das grandes potências mundiais, a situação das instituições democráticas brasileiras e as reformas sociais profundas na educação, saúde e saneamento básico ainda são seus pontos negativos. O Estado ainda é utilizado como balcão de negócios por setores que se aproveitam de sua posição política para obter vantagens particulares. As denúncias de corrupção são recorrentes em todos os níveis da administração pública brasileira.

Ainda assim, o saldo do regime democrático é extraordinariamente positivo. Apesar de todos os seus problemas sociais, o país apresenta um bom nível de transparência pública e de liberdade de expressão. As divergências políticas, por mais intensas que possam parecer, são discutidas e resolvidas no âmbito das instituições democráticas. Nesse sentido, o percurso da política brasileira desde 1985 é exemplar.



A presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer sobem a rampa do Palácio do Planalto. Brasília (DF), 1.º de janeiro de 2011.

✓ Verificação de leitura 3

☞ conforme tabelas das páginas 8 e 9.



- 1 A chamada "crise do mensalão" causou grande desgaste político ao presidente Lula. No entanto, não houve a instauração de processo de *impeachment*. Aponte três razões para isso.
☞ DL/CF/SP/H9/H21
- 2 Comente a seguinte afirmação do texto: "Uma parte

do geração de 1968 chegou ao poder no Brasil".

☞ DL/CF/SP

- 3 Do ponto de vista econômico, houve ruptura entre as políticas adotadas por FHC e as adotadas por Lula? Justifique sua resposta. ☞ DL/CF/SP/H9

Os autores resgatam seu passado combativo no período de Ditadura Militar:

O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presa política que havia sido torturada durante a ditadura. É também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República. (CAMPO; CLARO, 2013, V3, p. 265).

Além disso, há a imagem em destaque de Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, na página. Assim termina-se a análise desta coleção. Percebe-se uma inclusão maior das Relações de Gênero da nossa sociedade brasileira, juntamente um número maior de mulheres na história mais recente do nosso país. O único apontamento que se faz é que em tempos mais distantes o número de mulheres é baixo. Elas participaram da História do Brasil, de diferentes formas e a não inclusão delas mostra que a história ainda está a passos curtos se reescrevendo nesta perspectiva de gênero.

3. 6. Um estudo comparado

Nesta sessão, se apresenta um resumo das análises, centrado no foco das (in)visibilidades das mulheres, e se compara estas às análises do Guia PNLD 2015. Respeitou-se a ordem nas quais foram apresentadas anteriormente. Ou seja, pela ordem de vendas ao MEC. Por esta razão, a coleção *História: sociedade & cidadania*(2013), de Alfredo Boulos Júnior, é a primeira. Foram 1.385.765 exemplares comprados. Antes que qualquer reflexão sobre as coleções, se optou por introduzir tabelas com todos os nomes de mulheres citadas nas obras, nos respectivos recortes. Dessa forma, a(o) leitora(o) pode visualizar melhor o quadro geral da presença feminina. Além disso, se optou por colocar um asterisco (*) ao lado das mulheres negras nas tabelas de cada coleção. Isto, pois, seu número é ainda mais baixo e pretende-se, assim, ressaltar este fato. Na obra de Boulos, constam as seguintes mulheres brasileiras:

Quadro 7 - Mulheres citadas na obra de Boulos

História: sociedade & cidadania	Mulheres citadas
Volume 2	D. Maria I D. Leopoldina D. Maria da Glória D. Amélia

	Princesa Isabel Tia Ciata* Ruth de Souza* Maria Carolina de Jesus*
Volume 3	Maria Bonita Olga Benário Anita Malfatti Carlota de Queiroz Ângela Maria Maria Bethânia Nara Leão Ivete Vargas Heloísa Helena Dilma Estela Paloma

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas avaliações do Volume 2 e 3 da obra citada.

No primeiro volume avaliado, Volume 2, compreende-se um pouco melhor o baixo número de mulheres. Trata-se do século XIX, período em que as mulheres não possuíam tanta liberdade no Brasil. Entretanto, não se deseja dizer com isto que elas não existiam ou não estavam participando da História do Brasil. Estavam presentes, mas o registro de seus nomes era baixo, seus atos e feitos não recebiam atenção, com poucas exceções. Por esta razão, o grande número de mulheres citadas nesta e em outras coleções que tratam deste período são mulheres ligadas à Corte. A própria historiografia do período dificultava a menção de nomes femininos além destes. Apesar disso, atualmente já há uma História das Mulheres que aborda o período histórico, com nomes, feitos, realidades, etc. Compreende-se, mas não se justifica.

Neste volume 2, é característico, além do pouco número de mulheres, que estas sejam citadas de forma indireta. Estão presentes para complementar informações sobre a vida de homens. São suas esposas, mães e filhas. A omissão de mulheres na narrativa histórica deste volume 2 é ainda maior quando pensamos nas mulheres negras e indígenas. No recorte, não há qualquer menção às mulheres indígenas. Já sobre as mulheres negras, apenas Tia Ciata é trazida, mas sua história é pouco explorada pelo autor. Além disso, não há muito na obra que possa trazer um entendimento sobre a realidade destas mulheres. A única menção sobre é a citação do Capítulo 16: “restava à mulher negra garantir a sobrevivência da família cozinhando, lavando e passando para particulares” (BOULOS, 2013, V.2, p. 271).

Quanto às imagens do volume 2, não há grande representatividade. O final do Volume 2 e todo o Volume 3, que abrange os períodos do século XX ao XXI, chama mais atenção. O baixo número de participação que se deu às mulheres é preocupante. Há poucos nomes femininos mesmo em momentos históricos de maior participação política e social de mulheres

no Brasil. Períodos, inclusive, que registram lutas feministas, onde mulheres foram protagonistas de movimentos políticos. É o caso do movimento sufragista brasileiro, que poderia ser abordado, mas é completamente esquecido. São somente 14 mulheres citadas, sendo apenas três mulheres negras.

Com este baixo número, não é possível dizer que há a inclusão de mulheres na História do Brasil. Justamente porque não é possível reconhecer esta participação nas páginas deste LD. Novamente, ressalta-se que a historiografia já revelou muitas participações femininas e que cada vez mais as inclui, principalmente nestes séculos XX e XXI. Mesmo quando há abordagens que contemplam unicamente a História das Mulheres, como o *box A luta das mulheres*, não há nomes de mulheres brasileiras citados, não há informação sobre a realidade dessas mulheres e o texto veiculado demonstra pouco conhecimento e atualização neste campo. Um exemplo, é o fato do *box* começar sua história de “luta das mulheres” na década de 1960. Reafirma-se que a impressão que se tem é de que esta inclusão foi feita para cumprir exigências, muito provavelmente pela atenção que gênero e História das Mulheres vêm recebendo do PNLD.

Não há nomes ou informações de mulheres que trabalhavam nas fábricas, que participaram de rebeliões, que lutaram pelo direito ao voto e de serem votadas, de mulheres negras dentro dos movimentos negros, de mulheres negras na sociedade dentro de todos os contextos, não há mulheres participando da resistência nos anos de chumbo, não há mulheres feministas lutando por direitos, não há movimento de mulheres negras.... Não há mulheres, principalmente nos textos principais. Nas imagens, são minorias. O que dificulta ainda mais reconhecer sua participação histórica.

Por estas razões - e pelas observações feitas anteriormente dentro da análise da coleção - não se concorda com as afirmações presente no Guia PNLD 2015 sobre a obra:

A coleção apresenta compromisso com a promoção de uma formação cidadã ao discutir os temas cidadania, questões ambientais e movimentos sociais em atividades voltadas à reflexão sobre tais questões. Contextualiza a presença da mulher em diferentes momentos da história e utiliza imagens e textos que evidenciam os idosos, as crianças e os adolescentes. (Guia PNLD, 2015, p. 78)

Além desta, se pode ler também:

A obra considera a atuação de diversos grupos sociais, de forma contextualizada e historicizada. A abordagem do tema da formação cidadã permite concluir que a realidade social pode mudar a partir de lutas comuns. Assim, a coleção contribui para a cultura dos direitos pautada nas lutas políticas e sociais. As imagens, os textos e os temas escolhidos para estudo promovem a mulher a partir de diferentes espaços de atuação no presente como também a coloca na condição de sujeito histórico que atuou em momentos emblemáticos de ruptura e mudança. Destacam-se as imagens em que a criança está sendo cuidada. (Guia PNLD, 2015, p. 81, grifo meu)

Chama-se atenção para a fala de que “a coleção contribui para a cultura dos direitos pautada nas lutas políticas e sociais” (IDEM). Percebe-se, assim, que os avaliadores consideram que a inclusão de lutas políticas e sociais são importantes para promover uma formação cidadã que “permite concluir que a realidade social pode mudar a partir de lutas comuns” (IDEM). Entretanto, neste LD não há representativa de mulheres e suas lutas políticas e sociais. Há apenas um *box* que aborda o tema, *A luta das Mulheres*, de forma muito superficial.

Além disso, quando as mulheres negras são citadas dentro dos movimentos sociais e políticos sua história não aparece, há apenas nomes trazidos sem maiores informações. É o caso de Ruth de Souza e Maria Carolina de Jesus, no Capítulo 10. Como poderão meninas e meninos compreenderem que o papel das mulheres mudou ao longo da história de forma contextualizada e historicizada? Como poderão entender que o que ainda não mudou – desigualdades, injustiças, violências, etc – no que condiz ao papel das mulheres é histórico e, sendo assim, pode mudar?

Por último, evidencia-se a última parte do texto: “As imagens, os textos e os temas escolhidos para estudo promovem a mulher a partir de diferentes espaços de atuação no presente como também a coloca na condição de sujeito histórico que atuou em momentos emblemáticos de ruptura e mudança” (Guia PNLD, 2015, p. 81). Além de não se concordar com a avaliação, não se compreende como 14 nomes femininos e raras menções às realidades vividas por mulheres podem ter cumprido esta função. Discordasse, assim, das afirmações do Guia PNLD 2015 para esta coleção.

Não há uma contextualização das mulheres dentro dos diferentes momentos históricos, há apenas alguns nomes femininos citados. Principalmente nos *boxes*, o que demonstra uma inclusão que não inclui. Além disso, quando estas estão citadas seus feitos dentro dos momentos históricos pouco aparecem. São exemplos, a citação de Nara Leão dentro do Show Opinião ou de Olga Benário no movimento comunista. Sendo assim, não se entende que tipo de avaliação foi utilizada para as afirmações do Guia PNLD 2015.

A coleção do autor Gilberto Cotrim, *História Global: Brasil e geral*, segue na análise. Foram 997.744 vendas de exemplares ao MEC. Nesta, aparecem:

Quadro 8 - Mulheres citadas na obra de Gilberto Cotrim

História: sociedade & cidadania	Mulheres citadas
Volume 2	D.Maria I D. Maria da Glória Chiquinha Gonzaga* Princesa Isabel Carlota Joaquina
Volume 3	Tarsila do Amaral Laura Brandão Bertha Lutz Maria Bonita Leolinda de Figueiredo Carlota Pereira de Queirós Anita Malfatti Dalva de Oliveira Pagu Olga Linda Dircinha Batista Marlene Emilinha Borba Ângela Maria Ivete Vargas Dilma Rousseff

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas avaliações do Volume 2 e 3 da obra citada.

Esta coleção segue a mesma lógica no volume 2 da coleção anterior. A maioria das mulheres citadas são da família real e são trazidas com citações indiretas. Quanto às mulheres negras, também há o mesmo padrão com uma exceção, Chiquinha Gonzaga. Elogia-se o autor por tê-la colocado presente dentro do contexto dos movimentos abolicionistas do período. Entretanto, a abordagem não ocorreu no texto principal, mas no *box Saiba mais* sobre *Abolicionistas*. Quanto a outras mulheres negras, ou descendentes, elas aparecem rapidamente, em imagens e apenas se pode conhecer um pouco melhor a sua realidade por uma citação. No Capítulo 22, na descrição de uma imagem: “Babá com menino Eugen Keller [...] Era muito comum escravas negras cuidarem de crianças de famílias aristocratas” (COTRIM, 2013, V.2, p. 266).

No volume 3, as mulheres estão mais presentes em nomes, eventos e movimentos sociais e políticos. São 17 nomes citados. O autor utiliza tanto *boxes* quanto o texto principal para inseri-las, mas a predominância maior ocorre nos *boxes*. Entretanto, há abordagens que

conseguiram trazer a História das Mulheres para dentro de eventos/momentos históricos de forma que a(o) aluna(o) provavelmente terá um entendimento mais satisfatório. É o caso do momento em que o autor aborda a realidade das mulheres dentro das fábricas do começo do século XX. Ele traz dentro do texto principal a realidade difícil destas mulheres, expondo inclusive as violências que sofriam dentro destas fábricas.

Apesar disso, o seu *box* *Em questão, Rompendo a submissão: A luta pela autonomia feminina*, sobre as lutas por emancipação feminina deixa a desejar. Novamente, há a impressão de que este *box*, com este tema, ser incluído na obra por alguma exigência. O autor aborda melhor a temática, mas, talvez pelo pouco espaço para desenvolver o tema, o texto acaba confuso. Além disso, não há recorte de classe social ou racial ao se falar dessas mulheres. A personagem que aparece em destaque na foto, Laura Brandão, não é explorada no texto. O ponto mais positivo é a inclusão do texto de Margareth Rago, que consegue passar melhor a história dessas mulheres. Várias passagens deste *box* poderiam ser incluídas dentro de outros momentos no texto principal, o que permitiria, além de uma compreensão melhor, a conexão com a grande narrativa histórica.

Da mesma forma ocorreu com o *box* sobre o voto feminino. Já o *box* sobre as revistas femininas merece elogios. Há, neste, uma problematização de estereótipos de gênero que permite uma reflexão sobre a historicidade da questão. Só se salienta que não há muitos dados anteriores, no LD, para auxiliar na produção de conhecimentos históricos que possam ajudar nas questões propostas. Após este *box*, as mulheres desaparecem em números. Sendo apenas Ivete Vargas e Dilma Rousseff citadas. Se evoca as lutas das mulheres, mas não se mostra como esta luta continuou e quais foram os resultados de suas mudanças na sociedade brasileira. Como numa mágica, as mulheres chegaram à presidência. Não há fatos que permitam entender a continuidade e a formação desta possibilidade.

No Guia PNLD 2015, se pode ler que esta coleção:

Apresenta discussões que possibilitam o reconhecimento das diferentes experiências históricas dos grupos sociais e contribuem para o entendimento de situações cotidianas do tempo em que vive o aluno. Entretanto, tais aspectos são mais presentes nas seções e nos boxes do que no texto base. (Guia PNLD, 2015, p. 70)

Apesar de certas fraquezas dos *boxes* relativos às mulheres, se concorda com a avaliação. Entretanto, é preciso ressaltar que esta possibilidade de entendimento entre passado

e presente só será possível para mulheres brancas. As mulheres negras e indígenas não terão como desenvolver as mesmas capacidades, pois não há representações suficientes para isso. A realidade das mulheres brancas, mesmo que de classes baixas, não foi e é a mesma realidade de mulheres negras e indígenas.

O Guia PNLD 2015 não traz nenhuma informação sobre como esta coleção trata a História das mulheres ou da presença de uma perspectiva de gênero dentro da sua história. Sendo assim, não há comparação possível, além da já feita, com esta obra. Aponta-se que há nas duas obras até aqui analisadas uma diferença grande de como a temática é tratada. Entretanto, a primeira obra de Boulos - que pouco tratou do tema - recebeu uma revisão positiva dos avaliadores do PNLD e esta obra, de Cotrim - que trabalhou melhor a proposta em suas páginas - não recebeu qualquer menção. A avaliação feita pelo Guia PNLD 2015 demonstra, assim, um aspecto confuso sobre a forma de avaliar e repassar estas avaliações através do Guia.

Na terceira coleção mais vendida, das autoras Braick e Mota, *História: das cavernas ao terceiro milênio*(2013), foram 821.104 exemplares comprados pelo MEC. Nesta dissertação, possuem um volume a menos analisado. Porém, como já dito, o volume 3 apresentou o foco escolhido, séculos XX e XXI.

Quadro 9 - Mulheres citadas na obra de Braick e Mota

História: sociedade & cidadania	Mulheres citadas
Volume 3	Maria Bonita Anita Malfatti Zina Aíta Tarsila do Amaral Almerinda Farias Gama* Carmen Miranda Clarice Lispector Nara Leão Elis Regina Gal Costa Zélia Cardoso de Mello Carla Camurati Dilma Rousseff

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas avaliações do Volume 3 da obra citada.

Neste volume 3, são 13 mulheres citadas. As autoras incluem mais passagens sobre a realidade das mulheres. Como, por exemplo, das trabalhadoras dentro dos contextos de movimentos operários e lutas por direitos trabalhistas. São passagens curtas dentro dos textos principais, mas que contém mais informações do que nas outras coleções. Também há um *box*

sobre as mulheres anarquistas, apesar de não haver nomes citados. Há neste, a reprodução de um texto de Margareth Rago, o que também possibilita conhecer estas mulheres e suas causas. É a única coleção que traz esta abordagem.

Ao se falar da luta pelo direito ao voto, as autoras tratam a questão de forma diferente dos autores até aqui apresentados. Há nas passagens que tratam o assunto uma perspectiva maior das relações de gênero. Como, por exemplo, quando escrevem: “Apesar de a Constituição não apresentar nenhuma restrição ao voto feminino, a maioria dos constituintes foi contra a aprovação de uma emenda específica que garantisse esse direito às mulheres; logo, se manteve a tradição, e as mulheres ficaram excluídas das eleições” (BRAICK; MOTA, 2013, V.3, p. 23). É possível vislumbrar uma hierarquia de poderes entre os sexos, não se trata o assunto sem revelar esta característica.

Apesar dessa característica em seus textos, as autoras poderiam explorar melhor as opressões históricas sofridas por mulheres. Há o levantamento dessas questões, mas o assunto não é desenvolvido. Além desse diferencial, há um pouco mais de nomes citados no tempo presente, século XXI, mas a média é parecida com os LD anteriores pela pouca presença de mulheres num todo. Também se ressalta que, assim como todas as obras até aqui, as mulheres negras e indígenas são figuras raras na história. Neste volume, apenas Almerinda Farias Gama aparece, mas sua história é pouco explorada.

Na avaliação do Guia PNL D 2015, se pode ler que nesta coleção:

O papel da mulher, em especial, é realçado como agente da história no decorrer dos diferentes períodos históricos, principalmente por meio de boxes e textos complementares, assim como um sujeito atuante na conquista de seus próprios direitos políticos, sociais e culturais. (Guia PNL D, 2015, p. 121)

Pensa-se que as(os) avaliadoras(es) consideram as passagens breves que anexam as mulheres aos eventos históricos, como quando se fala sobre o movimento operário, um realce desse papel da mulher. Não se discorda, visto que há de fato mais dessas passagens na coleção, mas se aponta que não são muito mais que passagens breves. Não há mulheres citadas, exemplos trazidos ou um aprofundamento da participação feminina na maioria das vezes, sendo mais informações para mostrar que existia uma presença feminina no momento.

Acredita-se que ao se referir à mulher como “um sujeito atuante na conquista de seus próprios direitos políticos, sociais e culturais” (IDEM), o *box* sobre as mulheres anarquistas

possa ter sido o alvo da avaliação. Neste, as mulheres são mostradas, com o texto de Margareth Rago, com essas características. Também se pode apontar que no momento em que as autoras relatam a conquista do voto feminino é possível ver este aspecto. Percebe-se que há um conhecimento pelas autoras dos temas abordados numa perspectiva de gênero. Além disso, elogia-se as autoras por abordarem em maior quantidade os temas dentro do contexto geral dos períodos e não tanto dentro de *boxes*.

A quarta coleção mais vendida foi do quarteto Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. A Coleção *História*(2013), que vendeu 594.275 exemplares. Nesta, aparecem:

Quadro 10 - Mulheres citadas na obra de Vainfas et. al

História: sociedade & cidadania	Mulheres citadas
Volume 2	D. Maria I D. Carlota Joaquina D. Leopoldina Maria Quitéria D. Maria da Glória D. Domitila de Castro D. Amélia de Leuchtenberg Maria Benedita Bonfim Noemi Thierry Maria del Carmem García Clémence Saisset Ana Augusta Anita Garibaldi Princesa Isabel Florisbela Maria Curupaíti Jovita Alvez Feitosa Ana Néri
Volume 3	Bertha Lutz Anita Malfatti Tarsila do Amaral Chiquinha Gonzaga* Olga Benário Anita Prestes Rachel de Queiroz Dercy Gonçalves Elizabeth Cardoso Nara Leão Gal Costa Marília Gabriela Dilma Rousseff Marina Silva

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas avaliações do Volume 2 e 3 da obra citada.

Esta coleção, no seu devido recorte, é a que mais apresenta mulheres. São 32 nomes. O volume 2 destoa dos demais coleções analisadas. Ele possui mais mulheres citadas, são 18. Entretanto, deve-se lembrar que D. Domitila de Castro, D. Amélia de Leuchtenberg, Maria Benedita Bonfim, Noemi Thierry, Maria del Carmem García, Clémence Saisset e Ana Augusta são citadas apenas como amantes de D. Pedro I. Apenas D. Domitila possui um pouco de sua história trazida, mas o foco era a vida sexual, muito viril, de D. Pedro I. Apesar desta ressalva, as outras mulheres que aparecem demonstram uma pesquisa maior por parte destes autores na participação feminina dentro da história do período. Vão além das outras coleções, como quando trazem a participação feminina na Guerra do Paraguai ou Maria Quitéria. Entretanto, estas inclusões foram feitas em *boxes*, não no texto principal.

No volume 3, com 14 mulheres, há a mesma média anterior. Neste volume, há grande destaque para a luta pelo direito ao voto. Elogia-se os textos dos autores, sendo da autoria destes, pois conseguiram trazer a história de mulheres de forma bem informativa. É exemplo disto o *box* Bertha Lutz e suas lutas, no Capítulo 1. Entretanto, estes temas estão sempre em *boxes* e não no texto principal, como no volume anterior. Apesar desta abordagem inicial, há poucas mulheres incluídas após a conquista do direito ao voto. Quanto às mulheres negras, o LD mantém a mesma invisibilidade dos LD anteriores.

Para esta coleção, o Guia PNLD 2015 informa apenas que: “Observa-se a valorização do papel da mulher, dos grupos sociais marginalizados, das diversas religiões, estimulando o respeito às diferenças sociais, étnico-raciais, religiosas e culturais” (Guia PNLD, 2015, p. 87). Sendo assim, não há muito para comparar. Concorde-se com a afirmação, mas se aponta que esta valorização só ocorreu nos *boxes*. Há uma diferença entre o texto principal e os *boxes* muito perceptível nesta coleção, talvez pelo maior número de autores cada sessão tenha escritores diferentes. Por último, se aponta novamente que a avaliação do Guia PNLD 2015 não fica clara. Pois, esta coleção não recebe mais do que uma frase no Guia, sendo que foi a que mais incluiu mulheres em números.

A última coleção analisada é da autora Regina Claro e do autor Flávio de Campos, *Oficina de História*(2013). Com 592.771 exemplares vendidos. Aparecem:

Quadro 11 - Mulheres citadas na obra de Regina Claro e Flávio de Campos

História: sociedade & cidadania	Mulheres citadas
Volume 2	D. Maria I Carlota Joaquina

	Anita Garibaldi Maria Bonita
Volume 3	Nísia Floresta Bertha Lutz Carlota Pereira de Queiroz Olga Benário Anita Prestes Carmem Miranda Marlene Emilinha Borba Angelita Martinez Ivete Vargas Bete Mendes Zélia Cardoso de Mello Luiza Erundina Dilma Rousseff Heloísa Helena Luciana Genro

Fonte: Tabela feita pela autora com base nas avaliações do Volume 2 e 3 da obra citada.

No volume 2, não há uma diferença significativa do padrão das coleções (com a exceção da coleção de Vainfas et. al). Já no volume 3, a média de mulheres citadas se mantém, são 16. Entretanto, há dois destaques. A abordagem dos autores ao falar do direito ao voto é a primeira. Nesta, há um resgate completo da história do feminismo e sua conexão com o movimento sufragista brasileiro. É possível compreender os fatos que desencadearam essa luta, com nomes, obras e eventos sendo trazidos. Tudo no texto principal, conectado ao período histórico que se estuda. Dentre as abordagens feitas sobre este momento histórico, esta é a que mais profundamente trata o tema.

Outro destaque se encontra na história recente do Brasil, os autores trazem mais mulheres participando da cena política. É possível conhecer nomes da política atual. São citadas: Ivete Vargas, Bete Mendes, Zélia Cardoso de Mello, Luiza Erundina, Dilma Rousseff, Heloísa Helena e Luciana Genro. Além disso, os autores se preocuparam em trazer no texto principal algumas abordagens sobre os costumes da sociedade brasileira relativo às mulheres e aos homens. Também exploraram brevemente questões ligadas à sexualidade e seus preconceitos, ao falarem dos homossexuais. Porém, o padrão se repete ao tratar de mulheres negras e indígenas.

Segundo o Guia do PNLD 2015, nesta coleção: “As questões concernentes ao gênero são tratadas de forma pontual. A violência em geral aparece atrelada aos conteúdos que tratam de processos históricos no passado, em detrimento da violência presente na sociedade brasileira na contemporaneidade” (Guia PNLD, 2015, p. 104). Concorda-se em parte com o Guia PNLD

2015, há a exploração das questões de gênero. O maior exemplo disto, é a passagem do Capítulo 6:

Numa época em que se presumia que as aparências enganavam, mulher honesta não podia fumar em público, usar calça comprida ou entrar num cinema desacompanhada; O homem era obrigado a demonstrar sua valentia e proteger as damas de quaisquer grosserias; os filhos deviam manter-se respeitosos aos pais, mesmo diante de suas arbitrariedades; o uso de uma camisa lilá ou rosa por um homem não deixava dúvidas: tratava-se de um “mandraque”.

Tempos de práticas preconceituosas, de discriminação, de maniqueísmo, de inconciliáveis oposições, de afirmação do bem contra o mal. (CAMPO; CLARO, 2013, V.3, p. 152).

Entretanto, se considera que o número de vezes em que há problematização referente a gênero não é suficiente para garantir que “as questões concernentes ao gênero são tratadas de forma pontual” (Guia PNLD, 2015, p.104). Os autores deveriam explorar melhor as violências contra a mulher e suas ligações com o período, pois há o informe e não a crítica/problematização ao assunto em seus textos. Se concorda com a afirmação do PNLD 2015, mas não com a ênfase dada.

Para finalizar esta sessão, se concentra na percepção da autora quanto aos LD e a avaliação das mesmas obras presentes no Guia PNLD 2015. De maneira geral, se percebeu uma pouca atenção do Guia no quesito gênero, história das mulheres e seus derivados nas avaliações de cada coleção. Apesar de que, esta Guia, é dentre todos os outros o que mais deu ênfase a esta análise na apresentação de seus critérios. O mesmo, por exemplo, não ocorreu quanto a inclusão de História da África e história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas. Este critério apareceu em todas as análises das coleções no Guia PNLD 2015, sendo sempre tratado com destaque. Por esta razão, se pergunta: Será necessário a criação de uma lei para incluir mulheres?

Sendo assim, se aponta que a avaliação feita pelo PNLD 2015 - presente no Guia de mesmo ano, para a disciplina de História, nível do ensino médio - é confusa quanto as suas intenções em avaliar gênero, história das mulheres e seus derivados. Há a menção de ser um dos critérios de análise, dentro da formação cidadã, mas não há dentro das coleções avaliadas uma abordagem de acordo. Não é dada muito atenção à questão. Além disso, no referente à primeira análise desta sessão, é possível perceber um descompasso entre o que se diz no Guia

e o que se encontra no LD. Por estas razões, se optou por utilizar o adjetivo “confusa” para descrever a avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das reflexões que se pretende explorar nestas considerações finais diz respeito à historiografia dos LD e sua relação com a História das Mulheres e/ou gênero, campos que vem conquistando territórios na História desde meados dos anos de 1960. Como já exposto no capítulo um desta dissertação, passaram por vários momentos e possuem diferentes formas de inclusão na historiografia. Assim como, são influenciados diretamente por movimentos sociais, os quais contribuem para uma de suas características mais marcantes, as constantes renovações destes campos. São inegáveis as suas existências, resistências e lutas por reconhecimento.

Muito mais do que simplesmente anexarem personagens na história da humanidade que foram “esquecidas(os)”, estes campos colocaram em xeque questões maiores. Seja ao abordarem as mulheres, os homossexuais, os conceitos de feminino e masculino, dentre tantos, o que mostraram foi que a escrita da história nunca foi neutra. O que foi considerado válido como merecedor de ser histórico, de fazer parte da história, desde pessoas a acontecimentos, estava imbricado em relações de poder sociais. A história da humanidade é um discurso e como tal, é a própria sociedade que o cerca, pois o discurso é também prática instituinte (FOUCAULT, 2008). “Se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados” (JENKINS apud Rago, 1998, p.6).

A denúncia era a de que história da humanidade tinha cor, sexo, orientação sexual e classe. Justamente porque foi escrita dentro de sociedades que possuíam em suas relações sociais hierarquias que apontavam que algumas características ou comportamentos estavam acima de outros. Centrando-se no Ocidente, de onde a historiografia que se trabalha surgiu, e no Brasil, sociedade da qual se fala e que adota esta historiografia, há pontos em comum na história. Ou seja, há pontos em comum no que se considerou histórico, merecedor de registro e status. Assim, esta história é branca, é sobre homens, é heteronormativa e de classes abastadas seja qual for a época. O que fugiu destas características não adentrou a grande narrativa histórica por muitos séculos.

Somente no século passado, século XX, a historiografia começou a incluir o que não se encaixavam nestas características. Justamente por denúncias de alguns campos históricos. Entretanto, apesar de há décadas o fazer, a marca de séculos de uma espécie de vício histórico – usa-se vício como analogia de um hábito repetitivo, aqui a ideia de reproduzir sempre os mesmos sujeitos históricos e seus feitos – não foi superada. Assim, mesmo com a inclusão de

sujeitos “esquecidos”, a escrita da história ainda não sabe como encaixá-los e tende a repetir o vício. Talvez não tenha se dado conta de que a simples repetição de velhos modelos não basta, é preciso renovar.

Este vício histórico está visivelmente presente nos LD analisados. Um exemplo, é como a História da África, história e cultura dos afrodescendentes, vem sendo abordada; substituindo apenas o “homem branco”, talvez a classe social, e repetindo o restante. Há a tentativa de incluir novos sujeitos, algumas tentativas melhores do que outras, mas a história nestes LD ainda é do homem branco, heterossexual e abastado. Este é o modelo. Verdade que há uma inclusão maior de lutas de classe, o marxismo com certeza deu frutos na escrita da história dos LD. A luta de classes está muito presente em todos os LD analisados. É possível, assim, compreender melhor que havia diferentes classes sociais ao longo da história e que estas entraram muitas vezes em conflitos. Porém, os grandes condutores e representantes de momentos históricos são ainda em sua maioria os de classes abastadas.

Não se retira as contribuições do olhar marxista sob a história. Este, na historiografia reconheceu dentro das sociedades que estas possuíam diferentes classes sociais e que através da luta destas a história se fazia. Entretanto, as relações de poder existentes que fugiam e esta percepção não foram tão merecedoras de atenção. Os historiadores marxistas se esqueceram de que havia outras relações de poder. Nos LD, essa influência parece não ter modificado muito a escrita da história, como apontado. Agora o sujeito histórico pode até vir em diferentes classes sociais, talvez negro, mas não fugir muito do vício histórico. A crítica maior que se faz é ao fato de que a historiografia dos LD é falocêntrica, ou como as feministas norte-americanas apontavam, é uma *his-story*. É uma narrativa da sociodicéia masculina (BOURDIEU, 1998).

O marxismo foi perdendo seu status de grande condutor da narrativa histórica. Elementos como a Escola de Frankfurt, Escola dos Annales e as contestações das décadas de 1960 e 1970 são exemplos, ao longo do século XX, de renovações. Diretas e/ou indiretas no campo da História. Os LD, no que diz respeito às contestações que foram trazidas pós-1960, parecem não saber como introduzir estes novos olhares. A analogia que se faz ao vício é para mostrar que por mais que a historiografia tenha passado por inúmeras renovações em seus campos, inclusive com o surgimento de novos campos de pesquisa, há elementos antigos que ainda predominam nos LD. Há sujeitos que são considerados mais agentes históricos do que outros. Talvez pela necessidade dos LD de uma narrativa mais abrangente e simplificada.

A questão é que mesmo numa história com características mais gerais, que se pretende mais macro-histórica e simplificada, esses elementos de vício precisam receber atenção. Seja pelo seu hiato quanto às produções acadêmicas ou pelas repercussões que podem ter na sociedade. Jörn Rüsen (2011), em seu texto *O livro didático ideal*, nos fala que para o LD de História ter qualidade, além de outras coisas, tem de se manter atualizado o máximo possível com os estudos da academia: “Os profissionais devem sempre tomar o cuidado, prestar atenção e insistir em que, na medida do possível, o estado de investigação de sua matéria chegue sem grande demora aos livros didáticos” (p. 110).

A necessidade desta preocupação com os LD, quanto às repercussões na sociedade, se deve, como já dito, ao fato de que estes são muitas vezes para a maioria da população os únicos formadores de uma memória histórica. De um conhecimento de como a história da humanidade se deu e de quem foram seus agentes. Ou seja, de quem e o que entra ou pode entrar para a história. Assim, uma historiografia ainda com vícios em sujeitos históricos compromete a construção desta memória. Uns se reconhecem, outras(os) não.

A aprendizagem da história é um processo de desenvolvimento da consciência histórica no qual se deve adquirir competências da memória histórica. As competências que permitem efetuar uma ideia de organização cronológica que, com uma coerência interna entre passado, presente e futuro, permitirá organizar a própria experiência de vida, são as mesmas competências de que se necessitam para poder receber e também para poder produzir histórias. Entre elas, a capacidade de refletir sobre os conhecimentos históricos que proporcionam à própria existência clareza de quadros cronológicos e, também, a capacidade de construir a própria identidade com os pontos de vista que propiciam uma prolongação temporal que, superando os limites do tempo de vida próprio, volte ao passado e alcance o futuro (2011, p. 113).

Para Chartier (1990), a representação se conecta através de três modalidades na relação com o mundo social. Para assim, perpetuar essas identidades individuais e coletivas:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Obviamente a construção de uma memória histórica, de identidades individuais e coletivas, não está unicamente vinculada aos LD, mas aqui o que se pretende é analisar este objeto e sua relação com esta construção. Por isso, a atenção dada foi a sua narrativa e as (in)visibilidades das mulheres:

Pela análise de uma narrativa histórica ganha-se acesso ao modo como o seu autor concebe o passado e utiliza as suas fontes, bem como aos tipos de significância e sentidos de mudança que atribuiu à história. Ela espelha por isso, tácita ou explicitamente, um certo tipo de consciência histórica, isto é, as relações que o seu autor encontra entre o passado, o presente e, eventualmente, o futuro, no plano social e individual. No que concerne à Educação Histórica formal, ela será um meio imprescindível para as crianças e jovens exprimirem as suas compreensões do passado histórico e consciencializarem progressivamente sua orientação temporal de forma historicamente fundamentada (SHIMIDT, 2011, p. 12).

Para concluir esta linha de pensamento, se afirma que estes LD dificilmente formam e formarão nas alunas que os utilizarem, principalmente nas alunas negras e indígenas, uma memória histórica que possibilite uma formação individual e coletiva democrática. A maioria dos personagens femininos que poderiam servir de exemplos, seja na grande narrativa histórica ou nos momentos particulares da História das Mulheres, estão confinadas em *boxes*, à parte da história. A mensagem que se passa com estes discursos para alunas e alunos é de que as mulheres estavam presentes, mas seus feitos não são merecedores de constituir a história da humanidade. “Por questões de ética e de rigor histórico, resulta errôneo ensinar história numa perspectiva parcial, fragmentada, ignorando a experiência coletiva de mais da metade da humanidade” (TEDESCHI, 2004, p. 1194).

Então se pergunta: Há no PNLD a percepção destas necessidades? Há o entendimento de que uma historiografia que não se renove, que continue com vícios, pode afetar a construção de memórias históricas? Sim. O PNLD apresenta em seu Guia 2015 estas preocupações ao abordar *O PNLD e a História no Ensino Médio*. Há a percepção de que a história possui vícios e de estes não contribuem para a superação de desigualdades sociais:

Os livros didáticos também estimulam modificações de práticas de ensino quando enfatizam a superação do preconceito étnico, racial, regional e de gênero, explicitam a proposta teórica e metodológica para o professor e aproximam o universo da sala de aula do exterior da escola, introduzindo novas temáticas e abordagens historiográficas, como a recente história do tempo presente. (Guia PNLD, 2015, p. 10)

Apesar deste reconhecimento, as coleções analisadas apresentam estas características. Ou seja, há um problema que é reconhecido, mas não há a exigência de uma reparação mais efetiva. O próprio Guia 2015 afirma que:



Certamente, muitos elementos permanecem, a exemplo da distribuição do conhecimento histórico fundado na cronologia e da frágil articulação entre os textos principal e suplementar. Contudo, tais permanências foram detectadas (...) no contexto da avaliação que regularmente o Ministério da Educação tem promovido. (Guia PNLD, 2015, p. 10)

Explorando mais a questão das mulheres e a pouca inclusão destas nos LD de História, principalmente nos textos principais que abordam a grande narrativa histórica, se pergunta: Quais os impactos que se pode relacionar a uma história sem renovações e que contribui para a formação de memórias históricas que não promovem a superação de desigualdades sociais? Atendo-se aos LD, pensa-se que um dos grandes impactos seja a manutenção de relações desiguais de poder pela percepção de que alguns sujeitos sociais são mais capazes do que outros.

Constatou-se nesta análise a predominância de uma história masculina, falocêntrica, onde as mulheres são em sua maioria invisibilizadas mais do que visibilizadas. Em termos gerais, as coleções apresentaram poucas personagens presentes, pouca participação dentro de momentos históricos, poucas abordagens que mostrem suas lutas sociais (ou abordagens vagas) e uma predominância de mulheres em *boxes* desconectados dos textos principais (a história que inclui, mas não inclui). Por estas razões, se entende que a memória histórica possível de ser aprendida e construída sobre as mulheres não poderá ser nada além do que superficial. Praticamente inexistente. Desconectada.

Por último, se aponta que estas coleções de LD apresentam um descompasso com o que a educação atual vem abordando e exigindo como conhecimento sobre a realidade das mulheres brasileiras e sua história. Um exemplo, pôde ser visto no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano. No primeiro dia do exame, dia 24 de outubro, na prova de *Ciências Humanas e suas tecnologias*, a questão 38 abordou o tema. Lê-se:

Figura 40 - Questão sobre Simone de Beauvoir (Enem 2015)

QUESTÃO 38 ◆◆◆◆◆

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A** ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B** pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C** organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D** oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E** estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Fonte: Caderno Rosa. Enem 2015, p. 6.¹⁰²

Nesta pergunta, após um trecho do livro de Simone de Beauvoir, as(os) alunas(os) precisam refletir sobre o movimento social da qual a autora foi marco. Somente o LD de Boulos, no *box A luta das Mulheres*, cita Simone de Beauvoir e a contextualiza dentro do movimento feminista, mostrando a luta para garantir a igualdade de gênero do qual a autora foi importante influência nos anos de 1960. As outras quatro coleções concentram suas abordagens sobre as mulheres no período da conquista ao direito de votar, o sufrágio, e depois apresentam um hiato até os dias atuais, onde há a figura da presidenta Dilma Rousseff. Como o assunto e a figura de Simone de Beauvoir não são abordados na maioria das coleções mais vendidas no país, dificilmente as(os) alunas(os) puderam contar os LD de História para resolver esta questão.

¹⁰²Disponível

em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%201_04_ROSA.pdf



Também no Enem 2015, o tema da redação abordou as mulheres. A questão além de trazer alguns dados, pedia para as(os) alunas(os) tivessem um conhecimento prévio sobre o tema:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. (Enem Caderno 8 – ROSA, 2015, p. 2)

Chama-se atenção para o título: *A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira*. A palavra persistência exige que se tenha um conhecimento histórico da situação de violência de gênero e seus meios de reprodução na sociedade brasileira. Nos LD analisados, se pode construir muito pouco deste conhecimento. O contexto é trazido mais diretamente quando se fala da violência sexual sofrida pelas mulheres que trabalhavam nas fábricas do início do século XX, no LD de Cotrim. Boulos cita rapidamente a existência de violência no *box A luta das mulheres*, porém não explora o assunto. Braick e Mota também falam um pouco, de forma não tão direta, em seu *box Mulheres anarquistas*. Claro e Campos, apenas trazem em seus livros relatos de violência contra as mulheres, mas não há qualquer problematização que permita entender sua origem e persistência. Já Vainfas et al., simplesmente não inclui qualquer alusão.

A folha do tema da redação também traz alguns dados atuais dos vários tipos de violência contra as mulheres. Assim como, há as leis criadas para tentar diminuir a incidência destes casos. Como não há muito nos LD sobre o assunto, se afirma novamente que estes não foram capazes de auxiliar as(os) alunas(os).

Figura 41 - Proposta de redação (Enem 2015)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

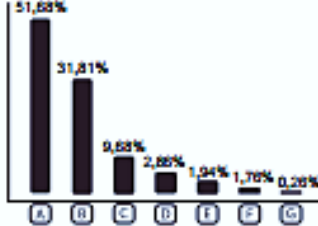
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

VALSELFG2, J. J. Mapa da Violência 2012. Aualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II


TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



Letra	Porcentagem
A	51,68%
B	31,81%
C	9,68%
D	2,86%
E	1,94%
F	1,76%
G	0,28%

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Balaço 2014. Central de Atendimento à Mulher: Diaque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.apm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III






Disponível em: www.compromissosustitudo.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).


TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos 52 juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

-  **33,4%** de processos julgados
-  **9.715** prisões em flagrante
-  **1.577** prisões preventivas decretadas



237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres

58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional

Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.180.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

LC - 2º dia | Caderno 8 - ROSA - Página 2

Fonte: LC - 2º dia | Caderno 8 - ROSA - Página 2¹⁰³

Outro exemplo, pôde ser visto na prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Apesar desta prova ser aplicada no ensino superior, para alunos ingressantes e concluintes da graduação, se pode perceber como os conhecimentos gerados no ensino médio são importantes.

Conforme a Portaria Normativa nº. 03, de 06 de março de 2015, serão avaliados pelo Enade 2015 os cursos que:

I - que conferem diploma de bacharel em: Administração; Administração Pública; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social – Jornalismo; Comunicação Social - Publicidade e Propaganda; Design; Direito; Psicologia; Relações Internacionais; Secretariado Executivo; Teologia; Turismo.

II - que conferem diploma de tecnólogo em: Comércio Exterior; Design de Interiores; Design de Moda; Design Gráfico; Gastronomia; Gestão Comercial; Gestão da Qualidade; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira; Gestão Pública; Logística; Marketing; Processos Gerenciais.¹⁰⁴

O Enade possui duas partes de avaliação em seu exame, uma de Componentes Específicos de cada área, com peso de 75% do total, e outra de Formação Geral, com peso de 25%. O Enade 2015 considerou em sua parte destinada a verificar a Formação Geral de seus estudantes a seguinte questão:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%202_08_ROSA.pdf

¹⁰⁴ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade/perguntas-frequentes>


Figura 42 - Prova Formação Geral (Enade, 2015)

ENADE 2015

EXAME NACIONAL DE RESCUMPRIMENTO DOS ESTUDANTES

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO DISCURSIVA 1




A paquistanesa Malala Yousafzai, de dezessete anos de idade, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2014, pela defesa do direito de todas as meninas e mulheres de estudar. "Nossos livros e nossos lápis são nossas melhores armas. A educação é a única solução, a educação em primeiro lugar", afirmou a jovem em seu primeiro pronunciamento público na Assembleia de Jovens, na Organização das Nações Unidas (ONU), após o atentado em que foi atingida por um tiro ao sair da escola, em 2012. Recuperada, Malala mudou-se para o Reino Unido, onde estuda e mantém o ativismo em favor da paz e da igualdade de gêneros.

Disponível em: <http://mdemulhercabril.com.br>. Acesso em: 18 ago. 2015. (adaptado).

A partir dessas informações, redija um texto dissertativo sobre o significado da premiação de Malala Yousafzai na luta pela igualdade de gêneros. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a) direito das jovens à educação formal; (valor: 5,0 pontos)
- b) relações de poder entre homens e mulheres no mundo. (valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



2

PSICOLOGIA

Fonte: Enade Prova de Psicologia, 2015, p.2.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade/provas-e-gabaritos-2015>

Percebe-se, assim, a relevância e atualidade da necessidade de inserção de mulheres nos livros didáticos de História - suas histórias até os dias atuais, personagens e feitos de mulheres tanto na história geral quanto específicos da História das Mulheres, as relações de poder contidas nas relações de gênero e os meios de manutenção do machismo e da misoginia em nossa sociedade. Os livros didáticos formam conhecimentos necessários para todo o período de vida de seu público, mesmo quando este segue profissões que não incluam a história.

Finaliza-se esta dissertação afirmando que os cinco livros didáticos mais comprados pelo MEC - utilizados na rede pública de ensino, para a disciplina de História, no ensino médio - não permitem conhecimentos sobre as mulheres brasileiras que sejam capazes de contribuir para uma memória histórica democrática em nossa sociedade e, tão pouco, estão atualizados com a temática e a exigência desta na educação brasileira. Constatou-se neste estudo que a história contida nos livros didáticos não provê representações suficientes de mulheres, principalmente de mulheres negras e indígenas, para contribuir com a construção de uma sociedade mais igualitária nas questões de gênero e, também, raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIN, Ricardo Cravo. *O livro de ouro da MPB: a história da nossa música popular de sua origem até hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

APPLE, Michael W. *Cultura e Comércio do Livro Didático*. In: *Trabalho Docente e Textos: Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995, p. 81-105.

BARROSO, Carmem Lúcia de Melo e MELLO, Guiomar Namó de. *O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro*. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, 15. Julho, 1975.

BITENCOURT, Silvana Maria. *A contribuição de teóricas feministas para os estudos de gênero*. *Revista Ártemis*. Vol. XVI, n 1; ago-dez, 2013, p. 178-185.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *Autores e editores de compêndios e livros de leituras (1810-1910)*. In: *Educação e Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 549-566, set/dez, 2004.

CUNHA, Maria de Fátima da. *Mulher e historiografia: Da visibilidade à diferença*. Revista Hist. Ensino, Londrina, v.6, p. 141-161, out. 2000.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Sufrimento invisível*. In: *Mulheres em conflitos*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, nº 117, junho de 2015. p. 22-24.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 24. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

GATTI JUNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.136 p.

Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.140p.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasileira, 1981.

HERINGER, Rosana e SILVA, Joselina da. *Diversidade, Relações Raciais e Étnicas e de Gênero no Brasil contemporâneo*. In: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy (orgs). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

História: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria*. España: Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A, 2002.

JESUS, Maria Angela de. *Ruth de Souza: A Estrela Negra*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 (Coleção Aplauso).

MATOS, Maria Izilda Santos de. *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Revista Madrágora, v. 19, n 9, 2013, p. 5-15.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história*. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 151-172.

MOREIRA, Kênia Hilda; SILVA, Marilda da. *Um inventário: O livro didático de História em pesquisas (1980 a 2005)*. Ed. Unesp: São Paulo, 2011.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Editora Moderna, SP: 1999.

MUNAKATA, Kazumi. *O livro didático: alguns temas de pesquisa*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, Campinas/SP, set/dez. 2012.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando gênero*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 8, n.2, p. 09-41. 2000.

NORA, Pierre [et al.]. *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70- Brasil, 1989.

OLIVEIRA, Maria Eveuma de, FREIRE, Manoel e CHAVES, Sérgio Wellington Freire. *Rachel de Queiroz: uma mulher à frente de seu tempo*. In: A produção de autoria feminina, Vol. 2, n. 1, jan./jun. 2012. Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia, Campus II — Alagoinhas.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Revista História [online]. 2005, vol.24, n.1, p. 77-98.

PENTEADO, Heloisa Dupas. *Metodologia do ensino de História e Geografia*. São Paulo: Cortez, 2010.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. *História (sexualização da)*. In: HIRATA, Helena (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 111-116.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. Rev. Sociol. Polít. [online]. 2010, vol.18, n.36, p. 15-23.

DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres: as vozes do silêncio*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Mulheres no Brasil Colonial: A mulher no imaginário social; Mãe e mulher, honra e desordem; Religiosidade e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam (orgs). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 1992.

RÜSEN, Jörn. *O livro didático ideal*. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino da história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *Jörn Rüsen e o ensino da história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

SCHUMACHER, Schuma (org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez. 1995, p.71-99.

_____. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SILVA, Wladimir Barbosa e BARRETO, Maria Renilda N. *Mulheres e abolição: Protagonismo e ação*. Revista da ABPN • v. 6, n. 14 • jul. – out. 2014, p. 50-62.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho e SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. *Pontes feitas apenas “com papéis” não transpõem abismos? As relações de gênero entre novas formas de pensar a história e o ensino de história*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015. p. 66-83.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300. 2007.

STEARN, Peter N. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2012.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *O ensino da História e a invisibilidade da mulher*. In: Fragmentos de Cultura. Goiânia, v. 14, nº 6, p. 1015-1213, jun. 2004. Artigo. p. 1194.

_____. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), 1994, p. 29-62.

VERAS, Elias Ferreira e PEDRO, Joana Maria. *Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidades das homossexualidades no Brasil*. Revista tempo e Argumento, Florianópolis, v.6, n 13,2014, p.90-109.